

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNESP – “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências

MYRIAN LUCIA RUIZ CASTILHO

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA (1957 – 1976)**

MARÍLIA
2009

MYRIAN LUCIA RUIZ CASTILHO

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA (1957 – 1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do título de doutor em Educação. Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira, Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Aparecida Alem Marrach

**MARÍLIA
2009**

Ficha catalográfica
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Castilho, Myrian Lucia Ruiz
C352m Memória e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Marília (1957-1976) / Myrian Lucia Ruiz Castilho. –
Marília, 2009.
252 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia
e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.
Orientadora: Sonia Aparecida Alem Marrach
Bibliografia: f. 178-184

1. Ensino superior - Brasil. 2. Institutos Isolados do
Estado de São Paulo. 3. Reforma Universitária. 4. Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Marília. 5. Universidade
Estadual Paulista. I. Autor. II. Título.

CDD: 378.81

MYRIAN LUCIA RUIZ CASTILHO

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA (1957 – 1976)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Aparecida Alem Marrach – UNESP / Campus de Marília

1º Examinador: Prof.^a Dra. Hélia Sonia Raphael – UNESP / Campus de Marília

2º Examinador: Prof. Dr. Paschoal Quaglio – UNESP / Campus de Marília

3º Examinador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel – UNESP / Campus de Franca

4º Examinador: Prof.^a Dra. Marcia Regina Tosta Dias – Universidade Federal de São Paulo

Suplentes: Prof. Dr. José Carlos Miguel - UNESP / Campus de Marília

Prof.^a Dra. Arilda Inês Miranda Ribeiro - UNESP / Campus de Presidente Prudente

Prof.^a Dra. Sandra Riscal – Universidade Federal de São Carlos

Marília, 17 de março de 2009.

À Prof.^a Dra. **Sonia Aparecida Alem Marrach**, que acreditou em mim, apoiou-me e também me ensinou que “leitura é trabalho”.

AGRADECIMENTOS

Assim como os grandes personagens entram para a história da humanidade, as pessoas de quem gostamos entram para a história de nossa vida. Dessas, a gente nunca se esquece, pois marcam os momentos mais felizes.

Fransérgio Follis

A Deus por me permitir chegar até aqui.

A Prof.^a Dra. Sonia Aparecida Alem Marrach, uma das pessoas mais generosas que conheci, pela orientação segura, compartilhando caminhos.

Aos filhos André, Flávia e Christovam Júnior pelo incentivo.

Ao Christovam Júnior, que me ajudou incondicionalmente neste trabalho.

Ao meu marido Christovam, por entender minhas ausências.

Aos meus netos Gabriel, Lucca e Matteo, que mesmo sem entender o que se passava pareciam compreender a minha ausência nos primeiros anos de suas vidas.

Aos meus familiares: meus pais Secundino, que precocemente partiu e Elza, minha mãe, exemplo de força e coragem, que de onde estiver estará vibrando comigo. E minhas irmãs Walkyria, Daisy e Myrtes pelo incentivo de sempre.

Aos professores doutores, Hélia Sonia Raphael e Celestino Alves da Silva Junior, que aceitaram participar como banca do meu exame de qualificação. Sou-lhes grata pelas valiosas sugestões que deram novos rumos a essa pesquisa.

Aos professores doutores que compõem a banca de defesa, Sonia Aparecida Alem Marrach, Hélia Sonia Raphael, Paschoal Quaglio, Márcia Regina Tosta Dias e Ivan Aparecido Manoel, pelas preciosas sugestões que permitiram concluir o presente trabalho.

Às professoras do CEDEM/UNESP, Dra. Anna Maria Martinez Corrêa e Dra. Marcia Regina Tosta Dias, pelas luzes, acolhida e materiais fornecidos, contribuindo expressivamente com esta pesquisa.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Educação Comunicação e Sociedade, em especial a Gisele Kemp Galdino Dantas, por partilhar comigo as angústias geradas no trabalho de pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho e alunos do Colégio Sagrado Coração de Jesus e da Universidade de Marília, pelo incentivo.

Às funcionárias do Serviço de Biblioteca e Documentação da UNESP, Ilma Marques Burle Binatto, Sonia Faustino do Nascimento da Silva, Vanda Maria Silveira Reis Fantin e, em especial, a Maria Luzinete Euclides pela delicadeza e competente correção bibliográfica a qualquer hora.

A Prof.^a Maria Derci da Silva Nóbrega que, de forma humilde e segura, ajudou na correção do trabalho.

A Sirlei Maria Fávero Duarte, Cíntia Lima Raphael e Aline da Silva Ribeiro, funcionárias da Pós-Graduação pela orientação segura e paciente.

A Bibliotecária da Câmara Municipal de Marília, Wilza Aurora Matos Teixeira, pelas contribuições dadas a esta pesquisa.

Agradeço a todos que de alguma forma estiveram ao meu lado, caminhando juntos, na luta por um sonho.

“O único aprendizado que pode influenciar significativamente o homem é aquele que ele incorpora por si mesmo”.

(C. Rogers)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa o processo histórico da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília nos limites temporais que se iniciam em 1957 quando ainda era um Instituto Isolado de Ensino Superior (IIES) junto com outros espalhados pelo interior do estado de São Paulo e findam em 1976. Nesse processo de expansão da educação de nível superior pelo interior paulista, convergiam fatores de ordem política, econômica e social vigentes no período, como também as mudanças trazidas pela nova conjuntura política instaurada no Brasil com o golpe militar de 1964 e a Reforma Universitária de 1968. Além da análise bibliográfica, fontes documentais, jornais, legislação e documentos oficiais, a pesquisa sustenta-se na interpretação de dados dos episódios selecionados da memória dos indivíduos participantes desta experiência, presentes nas entrevistas localizadas no CEDEM/UNESP. Os dados foram correlacionados a fim de evidenciar fragmentos da história dos Institutos Isolados de ensino superior no interior do estado de São Paulo, mais precisamente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Com a criação da Faculdade de Filosofia, que tinha como proposta formar professores e pesquisadores unidos a uma tradição humanística, Marília conquista uma situação diferenciada com relação ao ensino superior no interior do estado de São Paulo como parte de um processo de interiorização da cultura. Em 1976, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FFCL) foi incorporada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), fato resultante dos critérios de racionalização, integração e planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Institutos Isolados. Reforma Universitária de 1968. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

This work deals with the historical process concerning the creation of the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL - (Faculty of Philosophy, Sciences and Letters) of Marília. The research covers from 1957, when it was a Instituto Isolado de Ensino Superior (Isolated Institute of Higher Education), - together with others spread inland in the state of São Paulo -, to 1976. In that process of expansion of higher level education toward the Paulista hinterland several different kinds of factors such as political, economic and social converged. On the other hand, a new one influenced it when the country was taken over by the military in 1964 that put forward a reform for the university in 1968, carried out in after years. In addition to bibliographical analysis, documentary sources, newspapers, official legislation and documents, this research is based on interpretation of episodes data selected from participant individuals' memory who were involved in that experience, present in the interviews belonging to the CEDEM/UNESP. Data were correlated to make clear fragments of the history of the Isolated Institutes of higher education in the interior of the state of São Paulo, particularly those related to the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Marília. With the creation of the Faculty of Philosophy whose purpose was to form teachers and researchers, closely related to a humanistic tradition, Marília reached an outstanding situation with regard to the higher education in the interior of the state of São Paulo, as part of a process of culture moving inland too. IN 1976, the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL) of Marília was incorporated to the Universidade Estadual Paulista – UNESP – (Paulista State University), according to rationalization, integration and planning criteria.

Keywords: Higher Education. Isolated Institutes. University Reform in 1968. Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Marília. Paulista State University (UNESP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: José Pereira da Silva no Patrimônio do Alto Cafezal	49
Figura 2: Bento de Abreu Sampaio Vidal	57
Figura 3: Estudantes Marilienses no Jardim da Luz, na chegada a São Paulo para conquistar a FAFI - 31/05/1957.....	74
Figura 4: Vista Área da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.....	83
Figura 5: Fábrica de Seda Maria Izabel em 1957, na Av. Vicente Ferreira, onde foi instalada a faculdade	89
Figura 6: Fotografia da Colação de Grau do Curso de Licenciatura em Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – 1972.....	98
Figura 7: Prof. Dr. José Querino Ribeiro	101
Figura 8: Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya	103
Figura 9: Prof. Dr. Massaud Moisés	106
Figura 10: Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula	112
Figura 11: Prof. ^a Dra. Olga Pantaleão	114
Figura 12: Prof. Dr. Enzo Del Carratore	117
Figura 13: Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos	121
Figura 14: Foto da inauguração do prédio do campus da UNESP de Marília, onde aparece o seu diretor Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos.....	123
Figura 15: Vista da entrada principal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.....	129
Figura 16: Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.....	158
Figura 17: Lançamento da Pedra Fundamental do Campus da UNESP de Marília	171
Figura 18: Construção do Prédio do Campus da UNESP de Marília.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre população e matrícula efetiva no curso primário fundamental comum no Estado de São Paulo	42
Tabela 2: Expansão demográfica e evolução da matrícula no ensino médio no Estado de São Paulo	42
Tabela 3: Situação relativa dos graus elementar, médio e superior no total da matrícula. Estado de São Paulo	43
Tabela 4: Número de ginásios estaduais criados no Estado de São Paulo, segundo o ano de criação até dezembro de 1962.....	44
Tabela 5: Distribuição dos ginásios criados até dezembro de 1962 segundo municípios, Estado de São Paulo	45
Tabela 6: Crescimento do corpo docente e discente por faculdades - 1966/1969.....	150
Tabela 7: Evolução das vagas por cursos - 1966/1969	151
Tabela 8: Evolução das vagas por faculdades - 1966/1969.....	152

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADUNESP - Associação dos Docentes da UNESP
AI-5 - Ato Institucional nº 5
CAPES - Coordenação Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASES - Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior
CDD - Classificação Decimal de Dewey
CEDEM - Centro de Documentação e Memória
CEE - Conselho Estadual de Educação
CESESP - Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
CESP - Centrais Elétricas de São Paulo SA
CFE - Conselho Federal de Educação
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisas
CO/USP - Conselho Universitário da USP
COPr - Conselho Universitário Provisório
CTA - Conselho Técnico Administrativo da Faculdade
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EAPES – Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior
ESG - Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCMB - Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu
FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FIES - Financiamento Estudantil
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNRS - Fonds National de La Recherche Scientifique
GEA - Grupo Especial de Assessoramento
GETAM - Grupo Estudantil de Teatro Amador
GT - Grupo de Trabalho
GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IES - Instituição de Ensino Superior
IIES - Institutos Isolados de Ensino Superior
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB/LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MASP - Museu de Arte de São Paulo
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MEC - USAID - Acordo Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development
NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
RDIDP - Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados
SNRU - Seminário Nacional de Reforma Universitária
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DOS ANOS DE 1950	23
1.1 O conceito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sua importância na formação das elites dirigentes e a formação dos quadros docentes	25
1.2 Contexto do Surgimento dos Institutos Isolados de Ensino Superior no Estado de São Paulo	34
CAPÍTULO 2 O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA	48
2.1 Marília, uma cidade no sertão	49
2.1.1 Bento de Abreu Sampaio Vidal	56
2.2 A intelectualidade mariliense antes da criação da Faculdade de Filosofia.....	63
2.2.1 Da Sociedade Luso - Brasileira à Sociedade Marililândia	63
2.2.2 Atividades Culturais na Marililândia.....	65
2.2.3 União dos Treze – filha adotiva da Sociedade Marililândia ou Luso – Brasileira	66
2.3 Uma análise dos documentos veiculados pela imprensa local no período de criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília.....	67
CAPÍTULO 3 IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR EM MARÍLIA	82
3.1 Políticas para criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília.....	83
3.2 Expansão dos Institutos Isolados no interior do Estado e a posição do Conselho Universitário da USP	91
3.3 Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília e a escolha dos seus dirigentes (1958 – 1975)	99
3.3.1 Quadro dos primeiros diretores nomeados	100
3.3.1.1 Prof. Dr. José Querino Ribeiro	101
3.3.1.2 Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya	103
3.3.1.3 Prof. Dr. Massaud Moisés	106
3.3.1.4 Prof. Dr. Ubaldo Martini Puppi	110
3.3.1.5 Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula	112
3.3.1.6 Prof. ^a Dra.Olga Pantaleão	114
3.3.1.7 Prof. Dr.Enzo Del Carratore	117
3.3.1.8 Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos	121

CAPÍTULO 4 A LEGISLAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO	124
4.1 Lei 4024/61 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN de 1961.....	125
4.2 Diretrizes autoritárias para o ensino superior: o sistema repressivo da ditadura militar..	128
4.2.1 A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília e a ditadura militar	128
4.3 Antecedentes da Reforma Universitária de 1968	134
4.3.1 O Relatório Meira Mattos.....	134
4.3.2 Fóruns de Debates dos Institutos Isolados.....	135
4.3.2.1 I Fórum de debates dos Institutos Isolados.....	135
4.3.2.2 II Fórum de Debates de Rio Claro.....	136
4.3.2.3 Nasce um movimento	136
4.3.3 A Reforma Universitária de 1968 – Lei nº 5540 de 1968	137
4.4 Criação da Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior na Secretaria de Educação do Estado – CASES.....	141
4.5 Criação da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo – CESESP	146
4.6 Autarquia de regime especial na Universidade oficial	154
CAPÍTULO 5 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” E A EXTINÇÃO DA FFCL DE MARÍLIA	157
5.1 A criação da UNESP - Lei 952/76.....	158
5.2 Autonomia Universitária	164
5.3 A Regionalização da UNESP	166
5.4 Os Institutos Isolados integrados à nova Universidade.....	170
CONCLUSÃO.....	175
REFERÊNCIAS	178
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	185
ACERVOS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS.....	186
APÊNDICES	187
APÊNDICE A: Documentos de Imprensa - Levantamento realizado na Câmara Municipal de Marília sobre o Jornal Correio de Marília de 04/08/2008 a 26/09/2008	188
APÊNDICE B: Categorização das entrevistas existentes no CEDEM/UNESP, analisadas e organizadas pela pesquisadora.....	200

ANEXOS	229
ANEXO A: Lei nº 3.781, de 25 de janeiro de 1957 - Dispõe sobre criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Marília	230
ANEXO B: Decreto nº 45.262, de 16 de janeiro de 1959 - Concede autorização para o funcionamento dos cursos de História, Pedagogia e Letras Anglo-Germanicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.....	231
ANEXO C: Ato nº 22, de 09/03/1957 - DO de 10/03/1959 - Cria nos termos do Decreto nº 34.707 de 27/02/1959 o Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior	232
ANEXO D: Mensagem apresentada pelo governador Carlos Alberto A. Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 14/03/1959 sobre as datas de criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior	233
ANEXO E: Decreto nº 47.775, de 22/02/1967 - Cria a Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior e dá outras providências	235
ANEXO F: Decreto nº 47.932, de 25/04/1967 - Altera a redação do artigo 5º e seus parágrafos do Decreto nº 47.775 de 22/02/1967	238
ANEXO G: Decreto nº 52.330, de 22 de dezembro de 1969 - Dispõe sobre a organização da Coordenadoria do Ensino Superior, da Secretaria da Educação.	239
ANEXO H: Portaria CESESP nº 06 de fevereiro de 1972 - Aprova as normas regulamentares internas da CESESP	244
ANEXO I: Histórico Escolar referente ao Curso de Licenciatura em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Ato que reconheceu o curso: Decreto Federal nº 71.527, de 12/12/1972.....	245
ANEXO J: Diploma da autora: licenciada em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - colação de grau em 16 de dezembro de 1972	246
ANEXO L: Decreto nº 5.908, de 13/05/1975 – Reorganiza a Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação	247
ANEXO M: Lei Estadual nº 952, de 30/01/1976 - Cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	249
ANEXO N: Relação nominal dos diretores e vice-diretores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP - Campus de Marília	252

INTRODUÇÃO

*...penso que o historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve a história é o seu próprio sonho.
...O historiador conta a história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas.*

George Duby

Inicialmente, o nosso trabalho pretendia analisar “O Ensino Superior na cidade de Marília” com o objetivo de contribuir com a história do Ensino Superior no Estado de São Paulo. Contudo, da pretensão inicial, em fazer um trabalho tão extenso, optamos por reduzir as suas dimensões, tratando do ensino superior oficial, privilegiando como objeto o Instituto Isolado de Ensino Superior, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília.

O trabalho teve como objetivo conhecer a trajetória de criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, como parte de um processo de interiorização do Ensino Superior no Estado de São Paulo, as políticas de acesso a esse grau de ensino, os recursos a ele destinados, o papel da faculdade e sua importância no desenvolvimento econômico, político, social e acadêmico regional.

Para tanto, foi necessário utilizar formas qualitativas de pesquisa, envolvendo documentos da época, a legislação, artigos e notas publicados em diferentes jornais, como também a memória de participantes diretos ou indiretos referentes aos fatos pesquisados em depoimentos já recolhidos, fornecidos pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), bem como imagens e ilustrações da época.

A partir da análise dos documentos encontrados sobre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, desde a sua criação como Instituto Isolado de Ensino Superior, realizamos um estudo exploratório dos aspectos políticos, administrativos e do cotidiano acadêmico, destacando os múltiplos aspectos que compõem as interrelações entre o Estado e a educação e o interesse dos grupos e agentes sociais. Assim, recuperamos o movimento das idéias que circulavam no período estudado e o significado que uma primeira instituição de ensino superior oficial representou para a cidade de Marília.

A existência de uma Faculdade demonstra a importância política, econômica, social e regional de uma cidade, visto que a ela estão vinculados fatos importantes, como

desenvolvimento, acesso e permanência, recursos, formação, qualidade, oportunidade, que nos levam a refletir sobre o ensino superior.

O presente trabalho oferece algumas informações a respeito da historicidade do processo de criação de um instituto isolado de ensino superior público, localizado na cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo, criado em 25 de janeiro de 1957, representando o embrião do que é hoje a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Por ser a história de uma faculdade, o trabalho trata das circunstâncias de sua criação, das elites culturais e políticas da época e como se deram, no âmbito escolar, as mudanças educacionais e políticas, e como a instituição sobreviveu aos impactos da transformação em Universidade com o fechamento de cursos e sua transferência para outras unidades que viriam a constituir a UNESP.

A exposição dos fatos desse estudo sobre a Faculdade teve como base o levantamento de fontes documentais escritas, apoiadas por informações da memória oral com o arrolamento de documentos da época estudada, encontrados em arquivos da própria instituição, como também em outros acervos: o existente na Câmara Municipal, no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) e, especialmente, no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM) - UNESP.

Na pesquisa, procuramos sistematizar os aspectos constitutivos do ensino superior em Marília, buscando compreender as relações do poder político local, o posicionamento dos intelectuais da terra, a participação da imprensa local no percurso do processo de criação, a resistência das elites intelectuais do Estado e sua sobrevivência às mudanças sofridas no período de 1957 a 1976, sobretudo durante o regime militar, não ficando livre do sistema repressor pelo qual o Brasil vivia naquele momento.

A pesquisa documental apoiou o trabalho, permitindo-nos interpretar dados e buscar outras evidências que pudessem contribuir para um melhor entendimento desse processo histórico. Inicialmente, a história local é vista como parte de um importante conjunto de ações realizadas, no sentido de ver nascer uma instituição de ensino superior pública na cidade, o que certamente viria contribuir para a sua qualificação cultural e desenvolvimento, tanto local como regional.

Conhecer o processo de implantação de uma faculdade no interior como parte de uma política de governo contribui para uma melhor compreensão do momento atual, no qual, sobre sua autonomia, pouco tem se manifestado os discursos oficiais com possibilidades de gerir recursos públicos a ela destinados.

No estudo sobre a Faculdade de Filosofia de Marília que ora realizamos, foi possível localizar um conjunto de trabalhos que se referem aos Institutos Isolados de Ensino Superior no Estado de São Paulo, a saber: Bernardo (1986), Buschinelli (1988), Bretan (1995), Vaidergorn (1995), Corrêa (1998), Vieira (2001), Oliveira (2002), Dias (2004), Castro (2005), Gnecco (2005), Lima (2005), entre outros que apenas tangencialmente tratam sobre os Institutos Isolados como Furtado (1969), Abreu (1989) e Leite (1997). Entretanto, todos esses estudos contribuíram para um melhor entendimento sobre a gênese da UNESP como universidade multicampi.

Analisar a trajetória da Faculdade de Filosofia de Marília significa penetrar no complexo universo que envolve as diretrizes políticas dos governos constituídos, com suas peculiaridades e múltiplos interesses de agentes sociais em seus diferentes espaços temporais.

Cunha (2007), ao estudar o ensino superior na república populista entende que “para a história da universidade, essa marcação do tempo é conveniente, pois corresponde a mudanças significativas no aparelho escolar, particularmente no que se refere ao ensino superior” (CUNHA, 2007, p. 16).

O regime militar, instaurado no nosso país a partir de 1964, coloca um novo modelo de ensino superior, tendo em vista o desenvolvimento capitalista e a segurança nacional. Procura implementar uma estrutura universitária de acordo com interesses empresariais e burocracia estatal ao mesmo tempo que reprime os movimentos sociais no interior das faculdades. Então, ao interpretar dados referentes à Faculdade de Filosofia de Marília, pudemos fazer certas constatações a respeito da política educacional traçada pelos governos militares.

Pelo menos duas questões de ordem pessoal dirigiram a atenção da pesquisadora para o tema escolhido nesta pesquisa. A primeira diz respeito ao sentimento de preservação de memória, dos vestígios históricos que permaneceram nos documentos da imprensa e nos relatos orais daqueles que foram partícipes da constituição histórica de uma escola isolada de ensino superior no interior do Estado de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Sendo assim, trata-se de compreender a gênese da sua história, as situações percebidas sobre o passado, os setores sociais que demonstraram o prestígio político alcançado no cenário dos anos de 1950, o clamor da sociedade local por uma escola de ensino superior que estivesse dentro dos modelos avançados para a época e que certamente seria definidora das transformações sociais em Marília e coloca essa história como objeto de investigação para quem queira compreender as suas relações com a sociedade daquela época. A segunda se refere ao fato de termos sido aluna do curso de Licenciatura em Ciências da

Faculdade de Filosofia de Marília no período de 1970 a 1972, o que nos credencia para ser uma memória viva da Faculdade enquanto era um Instituto Isolado de ensino superior. A formação acadêmica nesta faculdade marca a vida pessoal e profissional da autora que, a partir de então, adota a cidade de Marília para construção de sua trajetória como professora na rede estadual e particular de ensino, sendo que nesta última permanece até os dias atuais como professora de Ciências e Matemática junto ao Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Considerando a especificidade da pesquisa, utilizamos como recurso teórico-metodológico a análise de conteúdo, uma vez que as unidades de contexto podem ser relatadas de diferentes maneiras.

Na concepção de Franco (2007, p. 49), tais unidades

[...] podem ser relatadas sob a forma de Histórias de Vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo, ou mesmo de algumas sentenças. O importante é ressaltar que qualquer que seja a forma de explicitação, fique claro o contexto a partir do qual as informações foram elaboradas, concretamente vivenciadas e transformadas em mensagens personalizadas, socialmente construídas e expressas via linguagem (oral, verbal ou simbólica) que permitam identificar o contexto específico de vivência, no bojo do qual foram construídas, inicialmente, e, com certeza, passíveis de transformações e reconstruções.

A análise de conteúdo requer que as descobertas realizadas pelo pesquisador tenham relevância teórica, uma vez que, no viés narrativo, as informações devem estar relacionadas a outros atributos constantes na fala dos atores das entrevistas como também no teor dos documentos utilizados. Dessa forma, implica comparações contextuais multivariadas que, de acordo com Franco (2007, p. 16), “devem obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade, da intencionalidade e da competência teórica do pesquisar”.

Entendemos, ainda, que não podemos descartar a possibilidade de se realizar uma análise acerca do conteúdo oculto das mensagens e de suas entrelinhas, pois existe a necessidade de se realizar a distinção entre o texto de uma lei, por exemplo, e o seu verdadeiro espírito, ou seja, o texto e o contexto ou as linhas e as entrelinhas, percebendo, assim, em quais circunstâncias a lei foi escrita.

Para tanto, procuramos recuperar o movimento histórico da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, percebendo a semântica dos fatos, as mudanças sofridas no tempo e no espaço, por meio da significação dos signos e sentido dos enunciados dos documentos analisados. A interpretação dos conteúdos tem como um dos principais requisitos a contextualização que garante a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens presentes na

fala dos atores envolvidos. No caso, da análise do conteúdo das entrevistas realizadas pela pesquisadora.

Também é preciso levar em conta a análise de dados disponíveis, isto é, “dados que existem sem qualquer participação ativa do investigador, como, por exemplo, jornais, livros, documentos oficiais e documentos pessoais. Dados esses que se colocam no tipo de análise documental” (FRANCO, 2007, p. 17).

A autora citada acima descreve as unidades de análise considerando que

O Tema é uma asserção sobre determinado assunto. Pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto ou um parágrafo. Uma questão temática incorpora, com maior ou menor intensidade, o aspecto pessoal atribuído pelo respondente acerca do significado de uma palavra e/ou sobre as conotações atribuídas a um conceito (FRANCO, 2007, p. 42-43).

Tivemos a preocupação de realizar a organização da análise e a definição das categorias de uma forma criteriosa, conforme os passos demonstrados pela mesma autora. Foi feita uma pré-análise que envolveu a escolha dos documentos oficiais a serem submetidos à análise, ou seja, a organização dos dados. Em seguida, caminhamos pelos seguintes passos:

- 1) Leitura flutuante – entramos em contato com os documentos selecionados para conhecer os textos e mensagens neles contidos.
- 2) Realizamos a escolha dos documentos, demarcando corpus que envolveram princípios de exaustividade, requeridos pela sua própria natureza árida de interpretação. Nas palavras de Franco (2007) “pesquisar o contexto e condições sociais e políticas presentes, e historicamente, contidas nas mensagens emitidas” possibilita evidenciar os sentidos subjacentes presentes nos documentos.

Outra regra é a representatividade. A análise foi efetuada a partir das entrevistas autorizadas e corresponde a uma amostra de todas, reduzindo o próprio universo e, portanto, favorecendo o seu alcance, garantindo dessa forma maior relevância, significado e consistência àquilo que realmente é importante destacar e aprofundar.

A partir da análise de quatro entrevistas tomadas como amostra, foram construídas as categorias de análise: “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, seguida de um reagrupamento baseado em analogias a partir de critérios definidos (FRANCO, 2007, p. 59).

As categorias foram emergindo da leitura das entrevistas. Sendo assim pudemos compreender o que afirma Franco (2007): “A criação de categorias é o ponto crucial da

análise de conteúdo”. Elas não foram definidas a priori. “Emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2007, p. 61).

Assim, iniciamos a descrição do significado e do sentido dado pelos respondentes e as categorias foram sendo criadas a partir das respostas e posteriormente interpretadas por meio de teorias explicativas. Inferem-se, no processo, as diferentes concepções de mundo, de escola, da sociedade.

É necessário, ainda, ressaltar os requisitos para a criação de categorias. A exclusão mútua é um dos princípios de classificação, a pertinência. Uma categoria é considerada pertinente quando:

[...] está adaptada ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido. O sistema de categorias deve, também, refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens. (FRANCO, 2007, p. 67).

Entre os requisitos para a criação de categorias se fazem presentes, também, a objetividade, a fidedignidade e a produtividade.

De acordo com Franco, os comentários de diferentes autores são esclarecedores e, na medida que as categorias estejam bem definidas, não serão produzidas distorções devidas à extrapolação da subjetividade. Um conjunto de categorias é produtivo desde que forneça resultados úteis em dados relevantes de aprofundamento de teorias, encaminhando para o desenvolvimento da crítica construtiva e transformadora.

Analisar e interpretar o espírito contido nos documentos oficiais da época estudada teve objetivo de compreender o contexto, as condições sociais e políticas do período e o significado das mensagens emitidas.

Da fala dos sujeitos envolvidos nos relatos da história oral presente nas amostras das entrevistas de divulgação autorizada existentes no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - UNESP, foram criadas categorias de análises a partir de interpretações possíveis realizadas à luz de teorias explicativas. Esta organização consta do Anexo B deste nosso trabalho.

Acreditamos que, por meio das análises de conteúdo das mensagens contidas nos documentos e nas falas dos sujeitos, pudemos expressar o seu significado a partir de suas características definidoras e de seu corpus de significação, atribuindo-lhe sentido pela contextualização, concretizado na prática social do período estudado, o que nos permitiu

realizar algumas inferências sobre os elementos da comunicação. Sendo assim, concordamos com Bardin quando diz: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (BARDIN, 1977, p. 38 apud FRANCO, 2007, p. 24).

Formular categorias em análise de conteúdo é um processo longo, difícil e desafiante. Através dessa estruturação, procuramos justificar a nossa metodologia de pesquisa e sustentar a nossa argumentação.

Documentos:

Consideradas as diversidades dos documentos analisados, utilizamos diferentes formas de análise para ampliar o entendimento sobre o objeto do nosso estudo – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Documentos das instituições - Os documentos são leis, decretos, atos, autorizações, estatutos e regulamentos, entre outros, constantes nos arquivos do CEDEM/UNESP, CEDHUM, Secretaria Estadual da Educação, Câmara Municipal de Marília, acervos particulares dos memorialistas locais.

Documentos da imprensa local - Foi realizado um levantamento do jornal Correio de Marília sobre as notícias da Faculdade no espaço temporal estudado por assunto.

Análise de entrevistas - Embora a autora tenha lido as entrevistas fornecidas ao CEDEM/UNESP sobre os atores que participaram da gestão da FFCL de Marília ou como docentes, a pesquisadora delimitou sua análise às entrevistas autorizadas pelos entrevistados.

No conjunto de exposição dos fatos, a abordagem constitui cinco capítulos divididos em partes que percorrem o recorte temporal de 1957 a 1976.

No primeiro capítulo - Organização e expansão do Ensino Superior e o contexto sociopolítico dos anos de 1950 - procuramos discorrer sobre as diferentes tradições do ensino superior, analisando as suas influências para o modelo brasileiro. Fazem parte também desse capítulo as abordagens a respeito do surgimento dos Institutos Isolados de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo e as causas da sua expansão, configurando-se como parte do processo de interiorização do ensino superior.

O segundo capítulo - O processo histórico de criação do Instituto Isolado de Ensino Superior no município de Marília - foi subdividido em quatro tópicos, nos quais são retratadas as características da cidade de Marília e a atuação dos políticos em prol da criação de uma faculdade para a cidade. Apresentamos ainda outros aspectos que favoreceram a criação da Faculdade em Marília com a participação dos intelectuais agremiados em torno da sociedade

Marililândia. Fechamos o capítulo com a produção da imprensa local que atuou junto à comunidade, trazendo informações, debates, críticas e notas diárias sobre a Faculdade¹.

O terceiro capítulo - Implantação e consolidação do Instituto Isolado de Ensino Superior em Marília - destaca as políticas de Estado para a criação da Faculdade, bem como os aspectos de sua expansão pelo interior do Estado de São Paulo e as forças contrárias a essa expansão, manifestadas pelo Conselho Universitário da USP. O terceiro tópico desse capítulo considera as representações sociais da comunidade escolar, destacando, sobretudo, a ação dos dirigentes da Faculdade no período em que pertencia ao conjunto dos Institutos Isolados até a sua transformação em Universidade multicampi. Buscamos também ressaltar, neste capítulo, a importância formativa da faculdade em âmbito local e regional, o que se verifica com a difusão das atividades culturais.

O quarto capítulo - A legislação e suas relações com o contexto sociopolítico - configura-se como o mais extenso, subdividido em tópicos que destacam aspectos do ensino superior propostos pela LDBEN/1961, destacando, sobretudo os da Reforma Universitária de 1968 como também os Fóruns de Debates sobre a mesma. Fazem parte deste capítulo as consequências do golpe de 1964 para universidade brasileira, verificando algumas mudanças no seu formato, orientado pelo modelo norte-americano, fixadas de acordo com os propósitos da segurança nacional e do desenvolvimento econômico, remetendo o ensino superior a uma modernização autoritária. Um debate sobre a atuação da Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior (CASES) e da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) como órgãos instituídos para coordenar os Institutos Isolados, bem como a transformação dos institutos em Autarquias de Regime Especial fornece dados para se compreenderem os aspectos administrativos dos Institutos Isolados de todo o estado de São Paulo.

O quinto capítulo - A criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a extinção da FFCL de Marília em 1976 - contém quatro tópicos que permitem visualizar os impactos da integração e racionalização das faculdades públicas pelo interior do Estado de São Paulo e a sua transformação em UNESP. Foram também colocados os aspectos de regionalização da nova universidade. Esse capítulo não poderia prescindir das questões relacionadas à autonomia universitária, tão pretendida e nem sempre alcançada.

¹ O levantamento sobre a imprensa local destaca o que foi realizado com o Jornal Correio de Marília, hoje chamado Jornal Diário, fundado em 1928, num levantamento sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (de 05/01/1957 a 17/10/1964 e de 08/02/1974 a 28/11/1976) considerados os períodos mais relevantes para a análise desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DOS ANOS DE 1950

Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a denominação dada às escolas de ensino superior público, criadas a partir de meados do século XX, que não estavam ligadas a nenhuma universidade.

Anna Maria Martinez Corrêa
UNESP – 30 anos
Memória e Perspectiva

O ensino superior brasileiro expandiu-se de forma lenta até a segunda metade da década de 1950. As instituições de ensino superior criadas nessa década, embora representassem uma efetiva ampliação dos cursos oferecidos especialmente pela obrigatoriedade de incluir na organização das universidades uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não corresponderam ao aumento da demanda por ensino superior desse período.

Na segunda metade dos anos de 1950, as discussões travadas no Congresso Nacional para a votação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, juntamente com os estudantes e setores liberais e de esquerda da intelectualidade, buscavam uma grande reforma que mudasse a estrutura e o modelo existente para a educação superior.

Conforme se pode constatar na produção historiográfica, a educação escolar brasileira tem em sua origem a característica excludente. A Constituição do Estado de São Paulo de 1947 determinou a criação de cursos superiores noturnos gratuitos e a Lei Estadual nº 161 de 24/09/1948 dispôs sobre a criação de estabelecimentos públicos de ensino superior em cidades do interior do Estado de São Paulo. Apesar da situação favorável prevista em lei, a criação de instituições públicas de ensino superior do Estado demoraria quase uma década para se concretizar. Essa Constituição Estadual de 1947 favoreceu o aparecimento dos Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo, com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, porque determinava a gratuidade do ensino oficial, em todos os níveis e graus, e que o ensino superior deveria ser preferencialmente ministrado pelo Estado, como também determinou a implantação de cursos noturnos. No ano seguinte, o Governador do Estado, Adhemar Pereira de Barros, promulgou a Lei Estadual nº 161 de 24 de setembro de 1948 que dispunha sobre a criação de estabelecimentos públicos de ensino superior em cidade do interior do Estado.

Durham explica que a extensão do sistema universitário decorreu da demanda:

[...] ocasionado pela transformação na estrutura produtiva da sociedade, com a diminuição dos setores primário e secundário da economia e a ampliação do terciário. A expansão do trabalho não manual em relação ao manual valorizou a escolarização mais avançada e se tornou fundamental para a ascensão social das classes médias. (DURHAM, 2002, p. 5) ¹.

No contexto social, a educação escolar é considerada uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta. Nesse sentido, a herança cultural, a política e o sistema econômico são fatores que podem atuar na demanda social de educação.

Sobre este assunto também se pronuncia Romanelli (2002, p. 25-26):

[...] o crescimento da urbanização, a industrialização e o número maior de pessoas envolvidas acabam por influenciar a expansão da escolaridade. A autora cita que fatores como herança cultural, a ordem política e o próprio sistema econômico podem atuar na demanda social de educação.²

1.1 O conceito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sua importância na formação das elites dirigentes e a formação dos quadros docentes

Os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, apresentaram um grande aumento demográfico após a Segunda Grande Guerra. “O movimento migratório do campo para as cidades contribuiu também para o rápido processo de urbanização” (HOBSBAWM, 1995, p. 288). Esses fatos influenciaram o processo de expansão educacional da América Latina.

Os modelos de universidade implementados no Brasil foram o liberal alemão, o centralizado francês e o modelo pragmático americano. Sendo assim, ainda que se buscassem nesses modelos as formas para identificar o modelo brasileiro de educação superior, seria necessário considerar a influência cultural exercida pelos colonizadores, as políticas públicas dos diferentes períodos do desenvolvimento nacional que, nas suas relações, se mostraram como referenciais.

No caso da nossa primeira universidade paulista, a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, considerada a viga mestra da criação da Universidade, pontuaremos algumas considerações importantes das quais emergem fatos que elucidarão muitas outras questões relacionadas ao Ensino Superior brasileiro.

¹ DURHAM, Eunice R. Esse texto faz parte do discurso proferido por ocasião do recebimento do título de Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 18 de abril de 2002, citado pela autora em **A Universidade e o ensino** (2002).

² Demanda social pode ser considerada uma necessidade que gera uma grande busca capaz de determinar uma oferta.

Procedendo à revisão bibliográfica sobre as Universidades, percebemos a influência de duas configurações: o formato isolado, referente à Universidade como produto da reunião orgânica de diferentes institutos, é associado à influência francesa, sendo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por atuar como núcleo que congrega várias faculdades ou institutos, associa-se fortemente à influência alemã.

Marcia Regina Tosta Dias, quando trata da Gestão Universitária da UNESP, na sua tese de doutoramento (2004), faz um recorte desses modelos, explicitando de forma sistêmica e consistente cada um deles. A pesquisadora cita Anísio Teixeira quando discorre sobre a transplantação do modelo escolar europeu para a realidade brasileira:

Não poderemos, entretanto, analisar com justeza a situação escolar brasileira presente, sem antes considerar que o nosso esforço de civilização constitui um esforço de transplantação, para o nosso meio, das tradições e instituições européias, entre as quais as tradições e instituições escolares. E a transplantação não se fez sem deformações graves, por vezes fatais. Como a escola foi e será, talvez, a instituição de mais difícil transplantação, por isso que pressupõe a existência da cultura especializada que busca conservar e transmitir, nenhuma outra nos poderá melhor esclarecer sobre o modo por que se vem, entre nós, operando a transplantação da civilização ocidental para os trópicos e para uma sociedade culturalmente mista. (TEIXEIRA, 1968, p. 23 apud DIAS, 2004, p. 12).

As idéias colocadas por Anísio Teixeira sobre ensino são vistas por Dias como integrantes dos processos mais delicados.

O modelo universitário alemão foi o de maior influência na definição do formato institucional conferido à Universidade de São Paulo, uma vez que o formato de universidade que buscavam os seus fundadores foi inspirado na Universidade de Berlim. Nesse cenário é percebida a participação de filósofos como Fichte, Humboldt, Hegel, entre outros, num debate que se tornou um dos mais célebres e consistentes sobre a Universidade. O seu papel, suas funções, sua organização e as suas relações com a sociedade marcam a história de uma universidade moderna que serviu de modelo para vários países europeus.

Sobre a influência do modelo francês de Ensino Superior, destaca-se a política educacional francesa, posta em prática por Napoleão Bonaparte no desmonte das universidades francesas, com o propósito de reordená-las sob a forma de faculdades e institutos em uma única estrutura universitária nacional e centralizada, configurando um despotismo acelerado.

No modelo americano e a sua influência presente na Universidade de São Paulo, observa-se a passagem de um referencial socioeconômico agrário para o industrial, bastante

complexo e que demandava também a transformação do ensino superior. A especialização decorrente da diversificação das atividades passava a exigir a formação de homens de ciências em várias áreas orientadas para atividades práticas decorrentes das mudanças econômicas que surgiam.

Nesse contexto, o pragmatismo era o ideário, o método que se impôs, apoiando-se na diversificação e especialização.

Dias (2004) ainda comenta os estudos realizados por C. Wright Mills (1968), os quais demonstram que o desenvolvimento e a profissionalização da filosofia americana representada pelo pragmatismo operaram essa transposição de influências de uma maneira original.

Mills discorre sobre a trajetória dos principais autores do pragmatismo americano: Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey, com atenção especial para James, que tenta interpretar os efeitos de natureza prática que o objeto pode envolver e Dewey com a visão mais pluralista do pragmatismo em defesa dos ideais liberais e democráticos, concentrando suas preocupações no processo educacional.

Num país em que a educação é um privilégio, na fala de Anísio Teixeira, e o crescimento econômico e social depende do ensino científico e tecnológico fica claro que o ensino superior expandiu-se por pressão de uma demanda efetiva e como consequência de uma educação escolar conservadora e alienante.

Com os poderes conferidos pela lei orçamentária, o Presidente da República promulgou, pelo decreto nº 8.659, de 05/04/1911, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, redigida pelo Ministro do Interior, o deputado Rivadávia da Cunha Corrêa (CUNHA, 2007, p. 162).

Durante a vigência desta lei (1911-1915), a oferta de ensino superior foi bastante expressiva, o que é confirmado por um de seus principais pontos, o de que as escolas superiores criadas pelos estados e por particulares deixavam de sofrer qualquer fiscalização por parte do governo federal.

Em apenas quatro anos de vigência da Lei Orgânica foram criadas faculdades livres que, juntando-se às já existentes, contribuíram por malograr a política de contenção de matrículas no ensino superior.

A organização do Ensino Superior só se configurou em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro pelo decreto nº 14343 de 07/9/1920 no governo de Epitácio Pessoa³.

Por meio do Decreto – Lei nº 11.530 de março de 1915, também conhecido como Reforma Marcos Maximiliano, foi organizado o ensino secundário e superior em todo o país. Tal reforma determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de cem mil habitantes. Dessa forma, deixou-se de reconhecer a Universidade do Paraná, a primeira universidade formalmente constituída no Brasil por um governo estadual, criada em 1912, porque não atendia ao previsto citado no decreto. A reforma ainda propunha que escolas superiores que funcionavam em capitais cujos estados não tivessem um milhão de habitantes, não seriam equiparadas às escolas dos grandes centros. Era permitida a existência de duas faculdades iguais por Estado, e apenas uma escola privada na cidade em que já houvesse uma escola oficial. Institui o vestibular em que o candidato deveria realizar exame de proficiência em duas línguas estrangeiras, o que era de interesse das elites, reduzindo drasticamente o ingresso ao ensino superior no ano subsequente ao da reforma para 90% (noventa por cento).

As idéias propostas pela Reforma Maximiliano dificultaram o ingresso ao ensino superior às camadas menos privilegiadas da população, desestimulando-as a concorrer às vagas existentes.

Luis Antonio Cunha, em *Universidade Temporã* (2007), mostra como as elites detentoras do poder tiveram papel importante para o atraso do ensino superior no Brasil.

[...] As divisões políticas das elites dirigentes faziam que se reivindicasse, ao lado da limitação das oportunidades de acesso ao ensino superior, em defesa da “qualidade” do seu produto, a adoção de medidas tendentes a favorecer as clientelas políticas e ideológicas no âmbito das camadas médias, ávidas de conquistar, pelos títulos das escolas superiores, a dignidade social/ cultural que delas se esperava. (CUNHA, 2007, p. 172).

No início do século XX, foram muitos os argumentos para impedir a ampliação de vagas nas Instituições de Ensino Superior. Faziam parte desse movimento os contrários à sua expansão, que, por motivos particulares, retardavam o processo de criação, nunca pensando no bem daqueles que poderiam ter acesso à universidade. Ocorria uma velada exclusão das massas rurais e dos que vendiam apenas a sua força de trabalho com relação ao acesso ao

³ Podemos encontrar em Durham (2003, p. 4) as idéias colocadas sobre universidade e reformas ocorridas na década de 1920.

ensino superior. Sendo assim, havia empenho na manutenção do *status quo* e da pretensa idéia de reservar o ensino superior para as elites dirigentes em qualquer posição geográfica dos estados ou do país.

O governo provisório de Getúlio Vargas fundou em 1930 o Ministério de Educação e Saúde, publicou uma lei que definia a universidade como deveria ser conhecida, como a Reforma Francisco Campos, em homenagem ao primeiro Ministro da Educação do país.

Romanelli (2002) mostra que o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras vigente até a LDB nº 4.024/61, adotando, para o ensino superior, o regime universitário. Dentre as idéias postas por esse documento, estava um modelo único de concepção educacional, autonomia didática e administrativa restrita, organização corporativa da comunidade acadêmica, funcionamento da universidade como centro difusor de ideologia.

De acordo com Cunha (2007), o modelo de universidade demonstrado no estatuto continha uma medida de política educacional autoritária, contrapondo-se aos modelos pensados pelos liberais. A política educacional autoritária não valorizava a pluralidade. O Estatuto das Universidades Brasileiras oferecia normalização para o ensino superior, estabelecendo os padrões de organização do ensino superior em todo o país.

Em fins de 1932, com a derrota das oligarquias paulistas e das represálias sofridas do poder central, muito desses líderes se reuniram e fundaram em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, considerando o que já estava explícito no manifesto dos fundadores. A saber, a ausência, no país, de uma elite dirigente.

A Escola foi constituída como uma fundação de direito privado, oferecendo curso livre, sem pretender reconhecimento de privilégio ocupacional pelo Estado. Dentre os objetivos do curso, destacava-se o de proporcionar conhecimentos claros sobre as necessidades do meio e de formar uma elite numerosa que pudesse colaborar na solução de problemas da administração pública. Seus cursos eram destinados aos indivíduos que buscavam o aperfeiçoamento dos estudos, aprofundamento dos conhecimentos e preparo para ocupar posições administrativas de relevo (CUNHA, 2007, p. 236-237). Nessa perspectiva é possível verificar que os objetivos dessa escola eram evidentemente políticos, ou seja, formar profissionais para administrar e cuidar da modernização de São Paulo, buscando dessa forma a hegemonia das oligarquias paulistas.

A Universidade de São Paulo, com a sua criação em 25 de janeiro de 1934, foi a primeira universidade organizada segundo as normas dos Estatutos das Universidades que

apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, tendo por objetivo a formação de professores para o magistério e pesquisa.

O decreto que institucionalizou a criação da Universidade de São Paulo garantiu-lhe personalidade jurídica e autonomia didática e administrativa, embora bastantes limitadas na prática. Dependente financeiramente do governo estadual, os seus dirigentes seriam escolhidos por cooptação, ou seja, o governador do Estado escolheria o reitor e os diretores.

A USP, com iniciativa da sua Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, procurou desenvolver o padrão de ensino formativo desenvolvido em outras universidades da América como a de São Marcos em Lima e a da Cidade do México, fundadas em 1551.

A Universidade de São Paulo tem uma história diferente e faz parte da resistência da elite paulista ao governo central no Rio de Janeiro. Dentro das normas da Lei Francisco Campos, incorporando a ela várias escolas superiores existentes e com uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, com orientação própria e autonomia, tinha por objetivo a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa. Sendo assim, esta faculdade era considerada o “coração da universidade” onde funcionaria uma espécie de curso básico preparatório para todas as escolas profissionais.

A iniciativa da USP, embora tardia em relação às outras universidades da América Latina, procurou se igualar ao padrão de ensino formativo desenvolvido por elas. As idéias favoráveis à tradição formativa do ensino superior nas poucas escolas da América Latina, mesmo que de forma escassa, são mostradas pelo sociólogo Florestan Fernandes quando afirma que: “o eixo exclusivo e absorvente da vida intelectual dos universitários gira em torno de suas ocupações docentes, de pesquisa ou de criação original” (FERNANDES, 1976, p. 5).

Contrariando as idéias de Fernandes, a professora Eunice R. Durham afirma que, na tradição do ensino superior da América Latina, esteve ausente o ideal de *Bildung*⁴ com valorização da tradição humanística. Trataremos da presença desse ideal quando analisarmos as produções científicas realizadas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, objeto do nosso estudo.

Nas diretrizes da Reforma Francisco Campos para o ensino superior está presente duplo objetivo: a formação da cultura nacional e a ampliação, do meio social como função educativa, ou seja, que a Universidade não tem apenas a finalidade didática (CAMPOS, 1940, p. 60 apud FAVERO, 1977, p. 34).

⁴ O termo *Bildung* significa a formação do homem culto na concepção formativa de educação.

O espaço para o liberalismo igualitário se abriu após essa Reforma, com a formulação de uma política educacional para a elite e para a classe trabalhadora, apesar do autoritarismo de Getúlio Vargas no governo central. Estão formuladas duas políticas educacionais opostas: a liberal⁵ e a autoritária⁶.

O liberalismo elitista de interesses sociais e pedagógicos das oligarquias da época dá lugar a um liberalismo igualitário convergente com os interesses das camadas médias e classes trabalhadoras no início dos anos de 1930.

A política educacional autoritária, iniciada nos anos de 1920, tinha como objetivo reprimir as manifestações à ordem social pelos trabalhadores bem como por parcelas da burocracia do Estado. A partir de 1935, o autoritarismo repressivo retirou as idéias liberais de educação, calando a voz dos liberais e construindo uma nova estrutura educacional.

No contexto dessa política autoritária (e com o propósito de reunir estudantes do ensino superior do país) foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), anteriormente Conselho Nacional dos Estudantes. Desde o início, foram defendidas por ela idéias democráticas e por isso se conseguiu um reconhecido espaço político, mesmo durante o Estado Novo, período em que o caráter centralizador das diretrizes educacionais repercutiu fortemente no ensino superior, com a perda de sua autonomia em razão de uma organização única do Estado.

No recorte cronológico da criação de Universidades, no ano de 1935, o Secretário da Educação, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, cujo destaque é o de possuir uma Faculdade de Educação que se transformou, desde 1937, em Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

A inclusão de um setor de Educação permitiu que os bacharéis adquirissem também uma qualificação profissional de professores do ensino médio. Com isto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em lugar de se constituir como centro da universidade, transformou-se, nas palavras de Durham, numa escola de formação de profissionais, como as demais. Apesar disto, foi esta faculdade que abrigou a institucionalização em umas poucas universidades da pesquisa básica no Brasil. A autora ainda afirma que esta universidade teve vida curta porque foi combatida pela Igreja Católica que a via como um centro de liberalismo anticlerical e, por isso, logo depois, foi fechada pelo Estado Novo.

⁵ Adeptos da doutrina do liberalismo (Locke, 1632 – 1704) que apregoa a liberdade individual. A burguesia industrial constituía a ala dos liberais.

⁶ Autoritária – corrente que defendia que as iniciativas educacionais deveriam partir do poder Central. A ala dos autoritários apoiava o regime ditatorial de Getúlio Vargas (mecanismo de inculcação ideológica)

Notadamente até esse período, percebemos a coexistência de uma política educacional ideológica autoritária para o ensino superior e cuja expansão dependia das camadas que manipulavam o poder.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por Fernando de Azevedo em março de 1932 e assinado por vinte e seis educadores brasileiros, representou a renovação educacional da época e por isso se caracterizou como um período de reconstrução da educação nacional. Entretanto, consiste também o Manifesto em forte crítica ao sistema dual de ensino e propõe para o ensino superior a diversificação em cursos para carreiras liberais e profissões técnicas.

Muitos fundamentos emanam desse manifesto: a finalidade da educação se define com a filosofia de cada época; a educação se constitui num direito, vislumbra a educação como um problema social e sugere que a ação do Estado deva consistir de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação do ensino público, a autonomia para a função educativa e a descentralização do ensino.

O manifesto representou ainda o grande avanço da Campanha em Defesa da Escola Pública nos anos de 1930. Tal movimento contou com o apoio velado do liberal Julio de Mesquita Filho que igualmente se envolveu na Campanha porque “[...] via no ensino, predominantemente estatal (por não haver alternativa), meio de criar condições para a expansão do capitalismo, modernizando suas instituições e produzindo sua legitimidade” (CUNHA, 2007, p.105).

A concepção de consciência nacional e cultural do país está presente na idéia de universidade e formação das elites intelectuais. A Universidade formaria as elites intelectuais que dirigiriam as massas incultas e moldaria a opinião pública, orientando a política da nação e reorganizando a sociedade (CAPELATO, 1986, p.122-253 apud VAIDERGORN, 1995).

Julio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo, mantinha uma preocupação política e dava a sua contribuição para a sociedade por se apresentar como órgão moderador da opinião pública⁷. O Jornal O Estado de São Paulo possuía tradicional interesse por problemas educacionais, em especial pelo ensino superior.

Não obstante o sucesso de sua participação no manifesto dos Pioneiros da Educação, Fernando de Azevedo foi escolhido para realizar o Inquérito, com o objetivo de realizar a reorganização social do país, pela via da formação escolar das classes médias e das elites

⁷ Cf. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. Alfa – Omega, 1980. p. xix. O jornal O Estado de São Paulo, porta voz das oligarquias, está de acordo com as idéias do Inquérito (O Estado de São Paulo, 1/7/1926).

dirigentes, formação esta que Azevedo entendia como pública, sendo o Estado o seu promotor.

Nesse Inquérito, para Fernando de Azevedo, os jovens oriundos da classe média procurariam por uma formação instrumental nas escolas secundárias, possibilitando-lhes, dessa forma, o ingresso nos cursos superiores profissionalizantes, contrapondo-se ao que era requerido pelo ensino superior, de cultura desinteressada, filosófica e científica, objetivando uma formação geral mais longa e aprofundada.

Nessa linha do pensamento, o autor do Inquérito favorecia a educação de diferentes maneiras: pela formação de professores destinados às classes médias e que, por sua vez, formariam professores primários direcionados à camada mais baixa da população e, também, os formados para ocuparem cargos públicos e políticos que formariam as futuras classes dirigentes.

Vaidergorn afirma que por meio do Inquérito, os conflitos sociais seriam evitados com a formação de uma consciência nacional imposta verticalmente das elites para as massas, permitindo igualdade de oportunidades pela educação e omitindo-se a desigualdade social de fundo burguês e capitalista (VAIDERGORN, 1995, p. 82).

O processo de modernização do Brasil no período do pós-guerra se deve ao novo cenário político e econômico da era desenvolvimentista⁸, em que se elaborou um plano de desenvolvimento econômico orientado pelo Estado, visando à industrialização de sua economia.

Nas décadas de 1950 e 1960, é notável a expansão industrial de São Paulo, com taxas crescentes da atividade econômica, sendo o Estado de São Paulo o mais privilegiado dentro do Plano de Metas de 1956, quando a indústria paulista representava 52% (cinquenta e dois por cento) do total nacional⁹. Tal plano foi implantado pelo presidente Juscelino Kubitschek no período do grande dinamismo proporcionado pelos investimentos estrangeiros nos setores industriais.

O processo de industrialização de Marília surgiu por meio do setor agrícola, sobretudo com a expansão da cultura algodoeira. Nos anos de 1936, 1937 e 1939, respectivamente, estabeleceram-se na cidade a Sociedade Algodoeira Nordeste do Brasil – SAMBRA, a Anderson Clayton e Indústrias Reunidas Matarazzo. Dedicaram-se ao beneficiamento do

⁸ Desenvolvimentista – doutrina que defende uma política governamental de promoção do desenvolvimento econômico, em especial da industrialização. O governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi marcado pelo desenvolvimentismo.

⁹ Dado do SISTEMA ESTADUAL DE ANALISE DE DADOS (SEADE). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo 1920 – 1980**. São Paulo: SEADE, 1989. (Economia Paulista, v. 1, n. 1, p. 31).

algodão. Implantada em 1940, a fiação de seda foi outra importante indústria para a economia local.

O levantamento realizado por Baptista Filho (1967, p. 102-103) mostra que a região urbana paulista se diversificava e o seu crescimento se consolidava em todas as direções do interior, a partir do primeiro e definitivo impulso dado pela expansão da malha ferroviária. Todas as cidades agraciadas com os institutos isolados oficiais públicos de ensino superior estão entre aquelas situadas em posição-chave no desenvolvimento regional, com altas taxas de crescimento populacional e de participação nas atividades econômicas.

1.2 Contexto do Surgimento dos Institutos Isolados de Ensino Superior no Estado de São Paulo

Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo começaram a surgir a partir dos anos de 1950. As cidades interioranas do Estado, atendendo a solicitações das comunidades, das lideranças municipais, dos prefeitos, pediam a existência de uma faculdade pública e gratuita para os seus filhos (a maioria dos jovens do interior paulista) que concluíam o ensino secundário e não tinham possibilidade de se manterem em São Paulo ou em outras universidades fora do estado.

As primeiras iniciativas do Poder Público Estadual para instalação de estabelecimentos isolados de ensino superior no interior do Estado se fizeram por meio da Universidade de São Paulo, como resposta às pressões, no sentido da expressão de oportunidades, a partir de 1946, após o processo de redemocratização do país. As pressões partiam principalmente dos pólos do interior do Estado, pelo processo de desenvolvimento urbano, agrícola e industrial que se instalava de forma acelerada.

Vaidergorn (1995) mostra a configuração de cidades do interior onde se instalaram os primeiros institutos isolados de ensino superior nos anos de 1957-1958, os IIES, afirmando que todos foram criados em um período de grande desenvolvimento regional do interior de São Paulo e tinham algumas características comuns:

[...] Em todas elas, por exemplo, há a presença marcante da linha férrea, meio de transporte que acompanhou e se identificou com o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo desde a segunda metade do século XIX. Não é apenas coincidência que a importância regional de tais cidades esteja de acordo com a rota (oeste paulista) e o meio de transporte (trem) relacionado com a atividade econômica privilegiada na época. (VAIDERGORN, 1995, p. 106).

A cultura de café, símbolo da conquista do oeste e motivo da existência das ferrovias como vias de comunicação, entre outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento e o eminente avanço da industrialização, o crescimento populacional do Estado, os deslocamentos crescentes de populações das zonas rurais para as urbanas assim como a preocupação mundial de alimentos, trazida pelo pós-guerra são fatos relevantes citados por Almeida (1967). Nesse sentido, o avanço do desenvolvimento do Estado está diretamente ligado aos meios de transporte que na década de 1950 era feito preferencialmente pelas ferrovias.

Um fator significativo desse período foi o das migrações que ocorreram no interior do Estado e, por conseqüência, a necessidade da escola como agente de urbanização e participação na cultura urbana tinha o objetivo mais de uma formação escolar em todos os níveis.

O Estado de São Paulo liderava, nos anos de 1950, a posição de maior produtor nacional do mais importante produto de exportação do país, o café, apesar das dificuldades que restringiam as exportações iniciadas com a crise do café no início da década de 1930.

A população rural do Estado de São Paulo mantinha-se relativamente estável, enquanto os maiores números populacionais concentravam-se nas áreas urbanas, considerando-se o incremento da industrialização.

O setor de produção agrícola favoreceu o crescimento da renda *per capita* do Estado de São Paulo, no período de 1955 a 1959 e, significativamente, fez elevar a produção econômica do Estado.

As transformações que as cidades apresentaram na década de 1950, com a diversificação econômica envolvendo a industrialização, a crescente urbanização das cidades provocada pelo aumento do êxodo rural e o forte desenvolvimento da área terciária representaram meios que requeriam novas formas de serviços como transportes, comunicações e, como já foi citado, a ampliação de rede de ensino em todos os níveis. Nesse contexto, as políticas públicas da época buscavam a modernização, desenvolvendo ações como as da interiorização do desenvolvimento industrial. Para acompanhar esse desenvolvimento a educação mostrava-se como condição necessária.

Durante os anos de 1930, da era Vargas, surge a primeira legislação que normatiza a existência de universidades, a Reforma Francisco Campos de 1931. Ela procurou conciliar as divergências em torno do ensino superior existentes entre as elites conservadoras e os liberais da época. Mesmo com o caráter centralizador e conservador da Reforma, esta não reprimia a abertura de escolas de Ensino Superior isoladas e nem as do setor privado desde que fossem supervisionadas pelo Estado.

No período da ditadura Vargas, tendo a frente do Ministério da Educação e de Saúde Pública o ministro Gustavo Capanema, é proposta nova mudança para o ensino superior. Foi nesse período que a Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil constituindo-se em um grande projeto centralizador.

No período pós-guerra, de 1945 até meados de 1950, poucas iniciativas para a expansão do ensino superior foram colocadas em prática, consequência do processo de desenvolvimento industrial. Eunice Durham (2003) relata que foi então criada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, contribuindo para a expansão do sistema universitário.

A criação de universidades públicas se dava pelo processo de encampação de instituições pré-existentes. Estas instituições representaram uma ampliação dos cursos oferecidos pela obrigatoriedade legal de incluir na organização das universidades, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (DURHAM, 2003, p. 7).

O crescimento do sistema de ensino superior no Brasil foi incapaz de acompanhar o aumento da demanda por ele. Questões importantes para o Ensino Superior emanaram da Lei nº 4.024/61 como: aumento do poder normativo e de controle do Conselho Federal de Educação que passa a aprovar o funcionamento de escolas isoladas, públicas ou privadas, a manutenção do sistema de cátedra, direito de participação dos estudantes, com a integração dos conselhos universitários, congregações, conselhos departamentais e o ganho de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar (BRASIL, 1961).

Os Institutos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo Estado foram instalados, na sua maioria, anteriormente a 1961, e, portanto, antes da promulgação da Lei nº 4.024/61, que fixou Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Esta lei exerceu mecanismos da expansão do ensino superior, impondo uma estrutura tradicionalista para as instituições de ensino superior. O Conselho Federal de Educação constituído junto ao Ministério da Educação representou um desses mecanismos, fixando currículos e atuando também para autorização de novos cursos em instituições federais e privadas, passando a ser o motivo de pressões pelo setor privado (DURHAM, 2003, p. 9).

Durante a Segunda República, duas grandes contribuições para o ensino superior foram a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1947, que tinha por objetivo formar profissionais em nível superior a fim de desenvolver pesquisas avançadas na área de engenharia e, também, por meio de Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, a criação dos órgãos do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) e a Campanha Nacional do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), hoje chamada de Coordenação.

Esses órgãos realizam financiamentos e normatização das pesquisas nas universidades, colaborando no seu desenvolvimento.

A Constituição Estadual de 1947 favoreceu o aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Os Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo - porque determinava a gratuidade do ensino oficial em todos os níveis e graus e que o ensino superior deveria ser preferencialmente ministrado pelo Estado, como também determinou a implantação de cursos noturnos. No ano seguinte, o governador do Estado, Adhemar Pereira de Barros, promulga a Lei Estadual nº 161 de 24 de setembro de 1948, a qual dispunha sobre a criação de estabelecimentos públicos de ensino superior, em cidades do interior do Estado.

No seu artigo sobre a visão do Conselho Universitário da USP, quanto ao ensino superior no Estado de São Paulo dentro do período de 1947 a 1963, Leite (1997) afirma que o Conselho, órgão máximo de deliberação, planejamento e direção de todas as atividades desenvolvidas na USP, constituía-se de diretores de estabelecimentos de ensino, representantes de congregação e de várias categorias docentes, diretor de museu da universidade e profissionais de renome, como intelectuais das Letras e das Ciências Humanas e cientistas de projeção das Ciências Físicas e Naturais. Foi a esse colegiado de alto nível, que respeitava de forma exemplar a cultura, a pesquisa e o saber, que coube opinar sobre a idéia de faculdade no interior. Sendo assim, o Conselho constituiu-se em peça importante na política para os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado que viriam a ser criados. Entre os motivos podemos destacar que o Conselho tinha uma série de atribuições diferentes das que possui hoje como também porque a Universidade era consultada pela Assembléia Legislativa quando havia encaminhamento de uma proposição de criação de Faculdades.

Por meio de pareceres favoráveis e decisões contrárias, a autora afirma que a USP viabilizou o cotidiano dos muitos Institutos Isolados do Estado de São Paulo, durante o período acima citado, ou seja, da década de 1950, período em que o conselho Universitário da USP viu, mesmo sem o seu consentimento, instalarem-se diversas Faculdades no interior do Estado de São Paulo. As propostas, com intenções políticas, aprovadas pela Assembléia Legislativa, não eram bem vistas pelo Conselho, a quem cabia a análise quanto ao mérito das criações.

A mesma autora identifica que: “mesmo sem uma política definida para os Cursos Superiores no interior, o Conselho da USP lutou para que estas medidas não prejudicassem o alto nível do Ensino e da cultura no país” (LEITE, 1997, p. 273).

Cabe ainda destacar aqui que a USP era a única Instituição de Ensino Superior Público do Estado de São Paulo e o Conselho Universitário, o único a se manifestar sobre este tema

até o final dos anos de 1960. As questões da criação de Faculdades ou Institutos Isolados do Estado de São Paulo deixaram, nos anos de 1960, de ser objeto das atas do Conselho Universitário.

Assim sendo, constatamos que desde a criação do Conselho Estadual de Educação não coube mais ao Conselho da USP o controle das Faculdades do Estado de São Paulo. Por meio do Processo nº 3.404/62, em cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Conselho Estadual de Educação passou a ser o único órgão responsável diretamente pelos estabelecimentos de ensino no Estado.

A autora revela ainda o seu posicionamento sobre a criação de faculdades estatais de ensino superior quando afirma que as faculdades no interior poderiam ser pensadas quando a USP já não tivesse condições de receber novas demandas. Isto vale dizer que a USP gozava de respeito, concentrada em todo País e mesmo no exterior. Em sua relação com o Poder Público mostrava autonomia, integridade.

A proposta de criação dos cursos noturnos levou, mesmo que de forma indireta, à questão das Faculdades do Interior que se associavam aos cursos da USP. As proposições eram de que os cursos noturnos deviam ser desenvolvidos, havendo aumento da capacidade didática da USP e, caso estes não existissem, ocorreria a criação de cursos universitários no interior.

Muitas faculdades foram criadas a partir da Lei nº 161 de 1948, segundo Vaidergorn (1995), como as faculdades de Medicina de Ribeirão Preto, Farmácia e Odontologia de Bauru e Engenharia de São Carlos, todas criadas pela USP. Embora integrados às Universidades, os estabelecimentos instalados funcionaram de forma isolada.

Apesar da resistência, de certa forma, oferecida pela Universidade de São Paulo para a criação de novas Faculdades, os demais Institutos Isolados que viriam depois passaram a constituir a rede dos Institutos Isolados do interior.

A expansão do ensino superior paulista, no final dos anos de 1950, passa por um processo de interiorização, a partir da articulação dos interesses dos municípios, elites e políticos locais, justificando-a como uma forma do seu desenvolvimento advinda por pressões de deputados que buscavam a instalação de ginásios como veremos mais adiante e faculdades em suas regiões. A partir da criação da USP, foram criadas as escolas isoladas de ensino superior que a ela se integraram ou tiveram a sua supervisão. Muitos desses institutos

superiores eram profissionalizantes, como a escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara, existente desde 1923 e estadualizada em 1951.¹⁰

Ainda nos moldes da Lei nº 161/68, a Faculdade de Odontologia de Araraquara, existente desde 1923, foi transformada em Instituto Isolado de Ensino Superior, em 20 de dezembro de 1951, sendo incorporada pela USP, pela Lei nº 1.390, segundo pesquisa de Anna Maria Martinez Corrêa (2006). Em 1954, acontece a criação, também como Institutos Isolados das Faculdades de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos e Araçatuba.

A criação de Faculdades no interior do Estado apresenta-se como parte de um processo de ampliação da rede escolar, requerida pelo crescimento populacional de centros urbanos interioranos que, na sua maioria, não eram capazes de manter financeiramente sua população jovem em grandes centros como o da capital do Estado para os estudos superiores.

A década de 1950 é marcada por intensos conflitos sociais e mobilização de universitários nas lutas políticas contra a desigualdade econômica, social, política e educacional do Brasil em função da expansão capitalista e da modernização.

Romanelli (2002), quando trata da Influência da Revolução Capitalista da Expansão do Ensino, demonstra que a educação era útil ao capitalismo e dessa forma sempre ligada à elite:

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educara as elites e essa expansão, obedecendo às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que se tornasse universal e gratuita. Assumindo a forma de luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática. (ROMANELLI, 2002, p. 61).

Assim, existe uma estreita relação entre a expansão educacional com a produção capitalista e inculcação da ideologia dominante. Nesse sentido, somente a ordem social poderia mudar o desenvolvimento e a educação.

Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, são criados após 1955 já no governo estadual de Jânio Quadros dentro de um contexto de expansão econômica, estadual e nacional, período em que houve uma grande expansão da cultura e do ensino. Instalados os primeiros institutos,

¹⁰ Outros IIES que mantiveram seus cursos profissionalizantes foram São José dos Campos em 1954, Araçatuba em 1964, Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu em 1962, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá em 1964, Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal em 1964 e bem mais tardia a Faculdade de Música Maestro Julião em 1974.

entendeu o Governo Estadual exercer um certo controle visando a preservar qualitativamente a estrutura do ensino superior.

Por meio das negociações políticas entre governo, legislativo e prefeituras são criadas por lei, entre 1957 e 1959, seis Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no interior do Estado que, segundo Azevedo (1958, p. 200), “aprofundariam a cultura filosófica, lingüística e se produziria uma pedagogia para a formação de professores do ensino secundário”.

Ainda podemos ressaltar que a década de 1950 foi um período de grandes transformações na sociedade, especialmente para o ensino superior e para a vida universitária em sua busca de formação profissional, participação política e cultural, defesa dos interesses populares.

Um outro passo decisivo no processo de interiorização do ensino superior público, não como Instituto Isolado, foi à criação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1962, cujas atividades tiveram início em 1966.

No período de gestação da LBD de 1961, buscou-se resguardar os interesses do sistema oficial de ensino. Entre esses defensores estavam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, que lutaram pela escola pública contra os interesses dos proprietários de escolas privadas e confessionais de iniciativa católica. Esse movimento não foi auspicioso para a escola pública, porém, a partir dele, a escola pública ganhou mais espaço para luta democrática entre os acadêmicos, professores, pesquisadores e passou a ser melhor defendida. As idéias da Escola Nova se constituem, então, num dos maiores projetos educacionais tendo a participação de intelectuais renovadores que propunham, sobretudo, uma educação laica, obrigatória e gratuita.

Cunha (2007), em *Universidade Crítica*, destaca o controle, exercido pelas camadas economicamente mais elevadas da população, de que os estudos seriam a saída para a desigualdade social.

A luta dos estudantes tinha a pretensão da expansão das universidades públicas e gratuitas que associassem o ensino à pesquisa, considerando ser isso uma alavanca para o desenvolvimento, formando uma aliança com as classes populares na luta contra a desigualdade. Os estudantes contestavam o ensino privado e pediam sua substituição por instituições públicas, o que se contrapunha aos interesses do setor privatista pouco progressista em relação aos assuntos educacionais que, ao contrário do oficial, era apegado ao ensino tradicional e pouco desinteressado na qualificação de professores e dos currículos. A esse respeito Cunha (1980) ressalta que os jovens universitários se rebelaram contra a ordem social vigente quando afirma que:

A rebelião dos jovens das camadas médias contra a ordem social vigente resultou da impossibilidade de elas atingirem os alvos da ascensão social propostos por essa mesma ordem. Na raiz da rebelião está a intensificação do processo de monopolização da economia, o qual determinou o deslocamento dos canais de ascensão possíveis para essas camadas fazendo com que elas dependessem cada vez mais da obtenção dos graus escolares, progressivamente mais elevados, exigidos pela expansão das burocracias do aparelho governamental e das empresas. (CUNHA, 1980, p. 71).

Os estudantes universitários católicos apoiariam o movimento estudantil que defendia a libertação dos pobres e da sua condição de marginalidade. Apesar de o movimento estudantil ter sido reprimido, iniciou-se um processo de governo democrático da universidade com a participação de alunos e professores.

Ainda podemos identificar que, segundo Durhan (2003), existia a preocupação de manter o controle governamental na expansão do ensino superior. O Conselho Federal de Educação ficou mais fortalecido junto ao Ministério da Educação. Este órgão decidia sobre os currículos dos cursos superiores, autorização e criação de novos cursos, ficando opositor ao setor privatista que começa a exercer as suas pressões.

Organizou-se, assim, em 1955, o Sistema Estadual de Ensino e em função dele o Conselho Estadual de Ensino Superior, antecipando-se ao que ocorreria mais tarde em função da Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que insinuava uma descentralização das atribuições entre os poderes Federal e Estadual, consagrada definitivamente na Lei nº 5.540 de 1968.

O trabalho de Celso de Rui Beisiegel sobre a expansão da Rede Escolar no Estado de São Paulo, constante da Pesquisa e Planejamento 1964, teve a pretensão de pesquisar e analisar dados para poder avaliar a dimensão do investimento público na educação do período de 1940 a 1960, preocupando-se também com a expansão da rede de ginásios oficiais a fim de alargar as oportunidades educacionais em todos os níveis de ensino, formar professores em número suficiente para atender à expansão, renovar o ensino, eliminar a evasão escolar e o caráter seletivo dos cursos. Existia a proposta de um Estado educador em vez de Estado administrador e supervisor do sistema. Houve, então, resultados positivos na extensão das oportunidades educacionais, segundo o autor.

[...] o ensino primário universal e gratuito começa a tornar-se realidade, o ensino médio já não é mais privilégio exclusivo das camadas dominantes. Na sociedade e mesmo no ensino superior faz-se notar progressiva multiplicação do número de institutos na Capital e nas maiores cidades do interior do Estado. (BEISIEGEL, 1964, p. 106-107).

Determinações políticas estiveram presentes quanto aos aspectos quantitativos com relação ao ensino elementar e médio. A crítica maior se refere à localização da maior parte das escolas de ensino secundário e normal em pequenos municípios do Interior, situação que reflete a atuação política envolvida no processo. A influência política mostra por que nas regiões de menor população e pequeno contingente escolar se instalaram, no período populista, maior número de escolas que em outras de maior índice populacional.

Observando-se dados existentes na Revista Pesquisa e Planejamento, referentes a pesquisa realizadas por Beisiegel durante o período de 1940 a 1960 nas matrículas do ensino primário e médio no Estado de São Paulo, observa-se que as escolas se constituem como estratégicas e importantes agentes de desenvolvimento e urbanização das cidades pela sua função socializadora que garante a formação escolar e permite acesso às profissões mais especializadas.

RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E MATRÍCULA EFETIVA NO CURSO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM NO ESTADO DE SÃO PAULO (*)				
<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Índice</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Índice</i>
1940	7 180 316	100	554 332	100
1950	9 134 423	127	800 687	144
1960	12 874 088	179	1 353 033	244

Tabela 1: Relação entre população e matrícula efetiva no curso primário fundamental comum no Estado de São Paulo
Fonte: BEISIEGEL, 1964, p. 111

EXPANSÃO DEMOGRÁFICA E EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO (*)				
<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>Índice</i>	<i>Matrícula</i>	<i>Índice</i>
1940	7 180 316	100	78 052	100
1950	9 134 423	127	165 685	212
1960	12 874 088	179	351 955	451

Tabela 2: Expansão demográfica e evolução da matrícula no ensino médio no Estado de São Paulo
Fonte: BEISIEGEL, 1964, p. 117

	<i>1940</i>		<i>1950</i>		<i>1960</i>	
	<i>Matrícula</i>	<i>%</i>	<i>Matrícula</i>	<i>%</i>	<i>Matrícula</i>	<i>%</i>
ENSINO PRIMÁRIO	584 866	87,6	852 844	82,8	1 522 801	80,0
ENSINO MÉDIO	78 052	11,7	165 685	16,1	351 955	18,5
ENSINO SUPERIOR	4 432	0,7	10 956	1,1	28 880	1,5
TOTAIS	667 350	100	1 029 485	100	1 903 636	100

Tabela 3: Situação relativa dos graus elementar, médio e superior no total da matrícula. Estado de São Paulo

Fonte: BEISIEGEL, 1964, p. 125

Como o ritmo de crescimento das populações situadas na zona rural é mais lento do que o das populações urbanas, a expansão demográfica maior concentrou-se nas cidades. Ainda assim, embora o número de matrículas na zona rural fosse bem menor, ele se manteve em crescimento. O autor afirma que, com o aumento da demanda de vagas para o ensino fundamental, sendo a maior parte da clientela potencial do ensino atendida de maneira satisfatória, as reivindicações de oportunidades educacionais nas áreas urbanas voltam-se para os setores mais avançados da instrução.

O estudo realizado pelo mesmo autor sobre a expansão dos ginásios no Estado de São Paulo nas décadas de 1940-1950 e 1960, mostra que algumas constatações são evidentes, como a de que o valor social do ginásio era maior que o do primário porque significava uma escalada ao ensino médio e deste para o superior e, na interdependência entre política e educação, percebe-se que, na sua maioria, os ginásios tiveram na intermediação das suas criações os deputados estaduais que buscavam assim ampliar a sua base de votos, ou seja, os interesses não estavam voltados apenas à educação.

NÚMERO DE GINÁSIOS ESTADUAIS CRIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO SEGUNDO O ANO DE CRIAÇÃO – ATÉ DEZEMBRO DE 1962 (*)			
<i>Ano</i>	<i>Capital</i>	<i>Interior</i>	<i>Estado</i>
ATÉ 1940	3	38	41
1940	-	-	-
1941	-	3	3
1942	-	-	-
1943	1	-	1
1944	-	-	-
1945	6	15	21
1946	-	5	5
1947	-	14	14
1948	1	25	26
1949	-	-	-
1950	-	59	59
1951	3	-	3
1952	8	9	17
1953	3	11	14
1954	1	22	23
1955	1	1	2
1956	1	12	13
1957	23	85	108
1958	37	34	71
1959	2	10	12
1960	2	30	32
1961	-	41	41
1962	4	51	55
TOTAL	96	465	561

Tabela 4: Número de ginásios estaduais criados no Estado de São Paulo segundo o ano de criação – até dezembro de 1962

Fonte: BEISIEGEL, 1964, p. 152

DISTRIBUIÇÃO DOS GINÁSIOS CRIADOS ATÉ DEZEMBRO DE 1962, SEGUNDO MUNICÍPIOS. ESTADO DE SÃO PAULO (*)		
<i>Municípios com</i>	<i>nº de municípios</i>	<i>nº de ginásios</i>
1 GINÁSIO CRIADO	367	367
2 GINÁSIOS CRIADOS	18	36
3 GINÁSIOS CRIADOS	8	24
4 GINÁSIOS CRIADOS	4	16
5 GINÁSIOS CRIADOS	1	5
6 GINÁSIOS CRIADOS	1	6
11 GINÁSIOS CRIADOS	1	11
96 GINÁSIOS CRIADOS	1	36
NÃO TEM GINÁSIO CRIADO	104	0
TOTAIS	505	561
(*) Dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo		

Tabela 5: Distribuição dos ginásios criados até dezembro de 1962 segundo municípios, Estado de São Paulo
Fonte: BEISIEGEL, 1964, p. 161

Pela Constituição de 1947, a criação de um ginásio estadual dependia da promulgação de lei aprovada na Assembléia Legislativa do Estado. Sendo assim, o deputado estaria atuando como elo de ligação entre as aspirações das comunidades locais e o Legislativo, o que significa que a expansão dessa rede de ensino passou a concentrar-se nas pequenas cidades do interior do estado, garantindo, como já dissemos, um maior retorno aos interesses eleitoreiros.

O Ensino Médio, constituído pelos cursos secundário, comercial, industrial, agrícola e normal, também se manteve com matrículas em expansão durante o período citado, destacando-se o secundário, de formação geral, em destaque de crescimento porque não dependia diretamente das condições do mercado. A característica da dualidade deste nível de ensino era presente na formação intelectual para uns e profissional para outros.

A partir do estudo sobre a expansão da rede escolar, Beisiegel (1964, p.117) afirma que “o período entre 1940-1960 é uma época marcada pela tendência à democratização do ensino médio e pela solicitação crescente de maiores facilidades de matrículas no curso superior”.

A expansão do Ensino Secundário está, então, diretamente ligada às questões do Ensino Superior pelo estímulo que suscitava. Por um lado, a necessidade de quadros de profissionais professores para atuarem nos ginásios e nos colégios e, por outro, os formados se constituíam em candidatos a vagas em faculdades e universidades.

José Pastore (1971), em sua pesquisa sobre o ensino superior em São Paulo, destaca que este se democratizou a partir da década de 1950 no Estado. A sua preocupação esteve em verificar os aspectos qualitativos, detectando um número elevado de matrículas no ensino

superior. Conclui que tais matrículas se deram de forma desordenada, decorrentes muito mais da pressão social por educação do que pelos aspectos qualitativos do desenvolvimento econômico.

Em diversos momentos a expansão do ensino superior por parte do Poder Público no interior do Estado realizou-se de diferentes formas:

- Sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo, à qual já se integrava desde a sua instalação a antiga Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, de Piracicaba, com a criação de faculdades que ofereciam cursos nas áreas da Saúde e Tecnologia: Faculdade de Medicina e Enfermagem de Ribeirão Preto, Faculdade de Odontologia de Bauru e Faculdade de Engenharia de São Carlos.
- A incorporação de estabelecimentos particulares existentes pelo Estado, transformando-os em Institutos Isolados Estaduais: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara. Esta incorporação foi feita a revelia do Conselho Universitário da USP, cujo principal argumento para a resistência baseava-se nos possíveis vícios trazidos por uma escola de origem municipal ou particular. Para estes opositores, era preferível criar uma nova instituição (VAIDERGORN, 1995, p. 151).

A criação de Institutos Isolados diretamente pelo Estado, inicialmente com ênfase na área de Ciências Humanas, considerada por Vaidergorn como *As Seis Irmãs* foram: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.

Neste mesmo contexto de criação, seguiram as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e depois, nas áreas da Saúde e Tecnologia, a Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Jaboticabal, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu e Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá.

O aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo - deu-se, sobretudo, a partir da convergência de diversas circunstâncias. A Constituição Paulista de 1947, por exemplo, havia determinado, ao lado da gratuidade do ensino universitário, a implantação de cursos noturnos, o que em muito veio favorecer a classe trabalhadora a realizar um curso de nível superior. As FFCL como Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, surgidas no período de 1957 a 1959, inseriram-se em um tempo especial da história da educação paulista e brasileira. As

políticas que predominavam na época visavam à modernização do país por meio de medidas como a interiorização do desenvolvimento e a industrialização. Para tanto, a educação se mostrava determinante.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Marília, a “Capital da Alta Paulista”, a “Cidade nova e bonita”, a que foi a “Princesa do Sertão”, a “Cidade Menina”, nascida em berço de algodão, enfeitadinho de bolinhas de café. Nome escolhido por um sonhador, ou poeta inspirado e apaixonado, para substituir o de sua amada e em versos inigualáveis, imortalizar o seu amor.

Rosalina Tanuri
Marília, no tempo e na saudade.

2.1 Marília, uma cidade no sertão

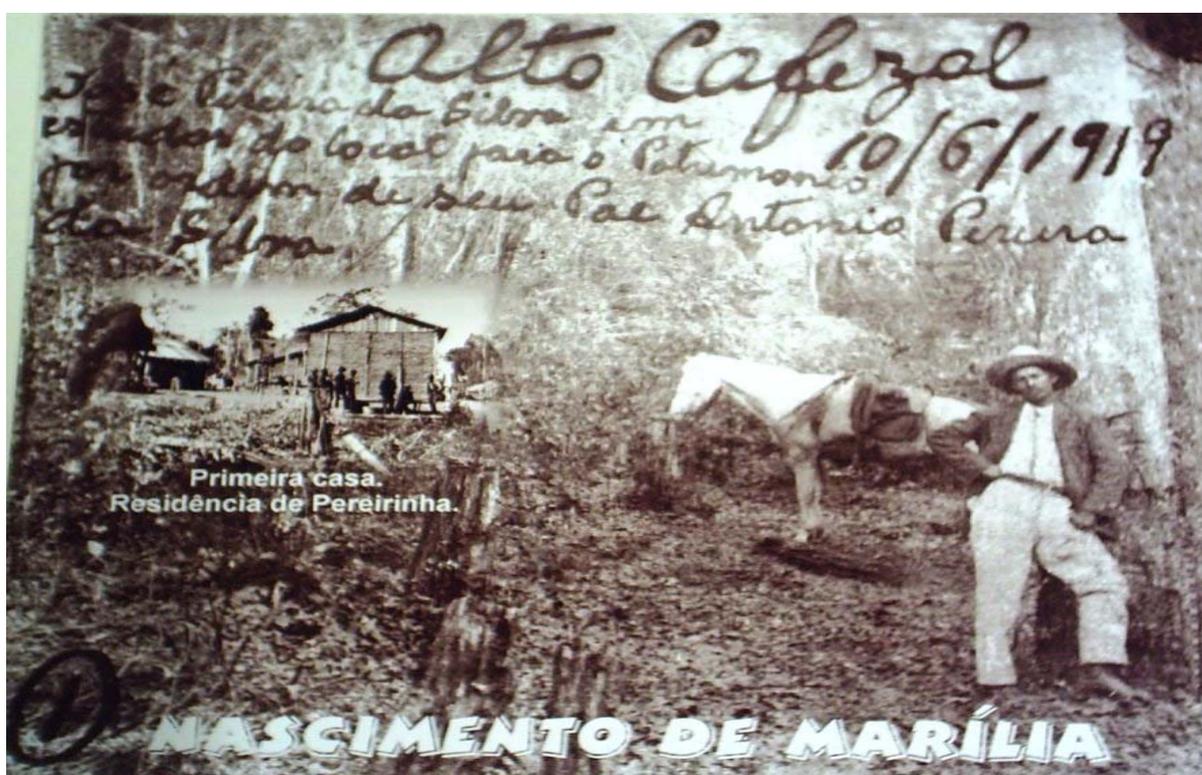


Figura 1: José Pereira da Silva no Patrimônio do Alto Cafezal

Fonte: MOREIRA, Balthazar de Godoy Moreira. Marília, cidade nova e bonita, 1936

É preciso registrar que este capítulo trata da história de Marília. O trabalho de mapeamento do conteúdo foi realizado a partir de documentos oficiais.

Marília, cidade-moça, símbolo do novo bandeirismo paulista fica a 652m, sobre o nível do mar, com área aproximada de 1398Km² encravada entre os rios do Peixe e Aguapeí.

A infra-estrutura agrária regional, caracterizada pela cultura do café, marcou a fundação da cidade e da sociedade mariliense. Marília é fruto do café.

No Estado de São Paulo, o café, desenvolvido inicialmente no vale do Paraíba, espalhou-se para região de Campinas e iniciou a sua marcha para o oeste do Estado. Monbeig analisa este fato como “a atração das terras virgens das zonas pioneiras, é a tradição do deslocamento perpétuo, é a sedução das possibilidades ilimitadas” (MONBEIG, 1943, p. 46-47).

A cultura do café estimulou o avanço das estradas de ferro, o desenvolvimento econômico paulista, a distribuição das populações no interior do Estado, favorecendo a urbanização de muitas áreas como é o caso de Marília. O café expandia-se da região de Campinas para a Alta Mogiana e a Alta Sorocabana chegando à Alta Paulista¹, ainda floresta virgem dos índios Coroados.

Na pesquisa *Os primórdios da Educação de Marília*, realizada por Rosmar Tobias (1973), é relatada a importância do café – riqueza agrícola responsável pelo desbravamento e criação da cidade. Destaca a autora a relação latifúndio - minifúndio² quando afirma:

[...] Em Marília, pelo contrário, o café será cultivado por homens livres, quando não por estrangeiros portadores da alta cultura e de avançados sistemas agrícolas. Eles mesmos serão proprietários de seus minifúndios numa terra onde raramente se encontrará o latifúndio. (TOBIAS, 1973, p. 16).

O café exige capital e estradas, sobretudo estradas de ferro, como veremos mais adiante. Exige capital capaz de financiar o longo período de crescimento do cafeeiro. Trata-se, portanto, de uma cultura para grandes empresas que dispõem de crédito e são capazes de manter grupos de trabalhadores.

A esse respeito escreve Moreira ao jornal *Correio de Marília* em 1930: “[...] Terra de ninguém – e é por isso que Marília é a terra de todos; terra de cada um que lhe dá um pouco de esforço, um pouco de amor – Terra de todos” (MOREIRA, 1930 apud TOBIAS, 1973, p. 18).

A cidade, depois chamada Marília, teve rápido progresso graças a seus líderes políticos como Bento de Abreu Sampaio Vidal, Senador Rodolfo Miranda, Doutor Cristiano Altenfelder Silva, entre outros.

Não se pode falar em café sem lembrar o sistema de estradas de ferro, que foi criado para servir o café. Assim é que no Oeste do Estado de São Paulo, a Companhia Paulista de

¹ Alta Paulista compreende a cidade de Marília e sua região.

² Minifúndio: pequena propriedade rural voltada à agricultura de subsistência, de baixa produtividade.

Estradas de Ferro contribuiu para o desenvolvimento das terras férteis do interior da Alta Paulista onde despontava Marília.

As matas do espigão da Alta Paulista se transformariam gradativamente em plantações de café, visto que suas terras eram mais férteis e por isso preferidas para o cultivo. Eram também menos suscetíveis a geadas que arruinavam os cafezais. O café, então, já anunciava o aparecimento de Marília.

No final da década de 1910, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro seguia com a construção, de Pederneiras a Piratininga, na região de Bauru, rumo ao rio Paraná. A interrupção temporária da migração, consequência da Primeira Guerra Mundial, influenciou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a protelar o avanço dos seus trilhos até as terras do espigão Peixe – Aguapéí. Entretanto, por volta de 1916, os engenheiros da companhia fincaram um marco na área da atual cidade de Marília.

Antonio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva adquiriram, por volta de 1923 aproximadamente, cinquenta e três alqueires que vieram a constituir o Patrimônio Alto Cafezal, nome escolhido pela existência dos cafeeiros plantados na região.

Em 1926, Bento de Abreu Sampaio Vidal, homem empreendedor vindo da cidade de Araraquara, com seus filhos, e o genro Dr. Cristiano Altenfelder Silva adquiriram a totalidade da gleba da Fazenda Cincinatina. Esse núcleo foi considerado o primeiro núcleo de colonização por volta de 1913 e se resumia numa casa de madeira e dois paióis. Posteriormente, realizou a abertura do seu patrimônio, nascendo assim a cidade de Marília. Como tradição dos seus fundadores, um dos primeiros atos foi erguer na mata um cruzeiro e, a partir deste, surgiram os primeiros casebres.

Na análise de Busetto, havia o interesse econômico de Sampaio Vidal na formação do município de Marília: “Agindo dessa forma Bento de Abreu Sampaio Vidal espera ver o emergente núcleo urbano dotado, o mais rápido, de infra-estrutura, pois assim o próprio teria facilidade na comercialização das terras de sua extensa gleba.” (BUSERO, 1991, p.18).

A mata do espigão começara a ser conhecida como Alta Paulista, cedendo lugar às plantações de café. Na Alta Paulista a procura por terras virgens resultou em um processo de ocupação que tinha como principal característica a pequena e média propriedade graças à expansão da cafeicultura, motivada pela política oficial de valorização do café. Entretanto é importante salientar que nem todas as terras agriculturáveis de Marília eram ideais para a cafeicultura, mas apenas as altas do espigão.

A respeito do avanço da Estrada de Ferro para Alta Paulista, Moreira (1936) relata que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro avançava os trilhos de Piratininga para o espigão e

que por esse motivo era necessário a escolha de um nome para a estação, o qual deveria ser iniciado com a letra “L” já que continuaria a ordem alfabética iniciada após Piratininga. Como resolveram construir uma nova estação a que deram o nome de LACIO, permanecia a necessidade de escolha de um nome para a próxima estação iniciada com a letra “M”. Nomes como MARATHONA, MACAU e MOGÚNCIA foram pensados e rejeitados.

No quarto capítulo do livro *Tristes Trópicos*³, intitulado “La tierra y los hombres”, o antropólogo, professor e filósofo francês Claude Lévi-Strauss cita relatos de viagens por muitas regiões do mundo e descreve tangencialmente essa questão quando trata da cidade de Marília no Estado de São Paulo:

[...] Ainda hoje, ao longo de certas linhas de trem onde, por falta de vida comum, os construtores são obrigados a estabelecer arbitrariamente estações a uma distância regular e numerando-as por ordem alfabética: Buarquina, Felicidade, Limão, Marília (até 1935, a Companhia Paulista estava situada na letra P), ocorre que no percurso de 100km o trem só para em “llaves”: apeadores que fazem o serviço de comunicação de uma fazenda que reúne tal população: Chave Bananal, Chave Conceição, Chave Elisa, etc. (LÉVI STRAUSS, 1988, p. 102)⁴.

Considerando a colocação do autor, percebemos a intenção de ressaltar as curiosidades da geografia paulista, presente na formação dos patrimônios, a rusticidade do interior do Estado de São Paulo e o significado de sua paisagem vivida pelos desbravadores, plantadores de cidades.

Em viagem pela Europa e ao ler o livro Marília de Dirceu, poema de Thomaz Antonio Gonzaga, estava escolhido por Bento de Abreu Sampaio Vidal o nome da cidade – MARÍLIA,⁵ que nascera da união do patrimônio Alto Cafezal iniciado em 1924 por Antonio Pereira da Silva e do patrimônio Cincinatina de 1926, propriedade de Bento de Abreu

³ *Tristes Trópicos* (fr: *Tristes Tropiques*) é um livro do antropólogo e filósofo francês Claude Lévi-Strauss publicado em 1955, na França, pela Editora Plon (Paris). Uma narrativa etnográfica romanceada, com excertos curiosos sobre sociedades indígenas brasileiras. Aparentemente, apenas um livro de viagem, mas repleto de passagens em que o autor faz especulações filosóficas sobre o status da Antropologia; análise comparativa de religiões, entre o Novo e o Velho Mundo, as concepções de progresso e de civilização.

⁴ A citação acima é uma tradução do texto original escrito em espanhol: [...] Aún hoy, a lo largo de ciertas líneas de ferrocarril donde por falta de vida comunal los construtores se ven obligados a establecer arbitrariamente, estaciones a distancia regular, nombrándolas por ordem alfabético: Buarquina, Felicidade, Limão, Marília (hacia 1935, la compañía Paulista estaba situada en la letra P), ocurre que durante cientos de Kilómetros el tren solo se detiene em “llaves”: apeadores que hacen el servicio de comunicación de una fazenda que reúne toda la población: Chave Bananal, Chave Conceição, Chave Elisa, etc.

⁵ A escolha do nome de MARÍLIA também está relatada por Valdeir Agostinelli Pereira em **Terra e poder: formação histórica de Marília**, 2005, p. 34.

Sampaio Vidal. A princípio, Marília consistia-se em duas realidades juridicamente distintas: Alto Cafezal, distrito policial de Campos Novos e Marília, distrito de paz pertencente ao município de Cafelândia. Servia de linha divisória, a Avenida Sampaio Vidal. Assim, a partir de 1924, o patrimônio foi crescendo e já inaugurada nesse mesmo ano a capela de Santo Antonio, hoje Igreja Matriz. O comércio aos poucos foi sendo estimulado.

Ao lado do Alto Cafezal surge em 1926, outro patrimônio denominado Vila Barbosa, aberto por Vasques Carrion e de propriedade de Marcelo Ferraz, mais tarde passando a Almeida & Nogueira.

Finalmente, a 22 de dezembro de 1926 foi promulgada a lei nº 2.161, criando o distrito de paz de Marília em território desmembrado de Cafelândia e Campos Novos. A nova circunscrição administrativa ficou para a comarca de Piratininga.

Marília, a nova cidade, era rodeada de matas virgens e, por possuir ótimas terras de cultura, representou um símbolo da ousadia paulista.

O crescimento de viço do cafeeiro entusiasmava o lavrador. O movimento de caminhões com colonos e abridores de fazenda, os compradores de terras era constante. De clima agradável e população aventureira, Marília ia muito além da expectativa de uma cidade que iniciava o seu desenvolvimento. Crescia desordenadamente com construções concluídas da noite para o dia sem a menor infra-estrutura e planejamento. O lixo se acumulava, razão pela qual surgiram a malária e outras doenças.

O Dr. Carlos de Moraes Barros conhece Bento de Abreu na região de Araraquara, por meio de seu genro Cristiano Altenfelder e Silva que procurava na época profissionais da área da saúde para dirigir a Santa Casa, hospital que pretendia construir na cidade, constatada a necessidade dos cuidados com a saúde em Marília, nos seus primeiros anos de vida.

Portanto, a partir deste fato relata Pereira:

Bento de Abreu pediu que limpasse o nome feio que a cidade tinha no sertão, de foco de tifo, de foco de doenças infecciosas, porque todos os doentes eram tachados como tal. Então eu vi que condições tinham, enquanto não montava laboratório na cidade, devia mandar para o local mais perto, ou Piratininga ou de Bauru, no caso, para exames para mostrar que não havia na cidade senão maleita. (PEREIRA, 2005, p. 46).

Dessa forma, é compreensível a importância, para os políticos locais, de manterem como juízes de paz homens de sua inteira confiança.

Havia uma rivalidade política entre Bento de Abreu e os pioneiros do Alto Cafezal⁶. A rivalidade local já era reproduzida em matéria no primeiro número do jornal Correio de Marília, datado de 1º de maio de 1928, trazendo na primeira página a fotografia do seu patrono homenageado, Bento de Abreu. Pouco tempo depois, mais precisamente no dia 1º de junho, entra em circulação o primeiro número do Jornal O Alto Cafezal, considerado como concorrente e mais desprotegido que o primeiro.

A rivalidade política explicitada nesses semanários mostrava também que economicamente havia interesses comuns que os uniam. De um lado, a política oficial de valorização do café com preços compensadores estimulava a demanda por terras virgens; de outro, a pretensão dos trabalhadores em querer progredir e adquirir pequenos lotes.

O número elevado de imigrantes recebido por todo o Estado de São Paulo a partir de 1920 também aqueceu a demanda por terras. Entretanto, era o avanço dos trilhos da Companhia Paulista, adentrando ao espigão, o grande estímulo.

Ainda, na década de 1920, a demanda por terras virgens se intensificou em função da expansão e valorização do café. Fazendeiros e pequenos proprietários como também elementos estrangeiros se estabeleceram e iniciaram o povoamento da região próxima a Marília. Desde 1927, chegava a Marília um número grande de profissionais liberais como médicos, advogados e dentistas que, atraídos pelas condições prósperas das frentes pioneiras e num futuro próximo, juntamente com os fazendeiros, seriam os primeiros detentores do poder local.

O ritmo de crescimento do município declinou significativamente com a crise econômica mundial de 1929. A política de valorização do café chegou ao seu limite, provocando no fluxo de mão de obra uma enorme reversão e partida de muitos trabalhadores.

Apesar da crise, o café permaneceu, ainda, como cultura essencial do município. A partir dos anos de 1930, a produção algodoeira representava a retomada do desenvolvimento econômico e a continuidade da marcha pioneira.

No município de Marília, a exemplo de outros municípios do interior do Estado, a partir de 1930, houve um reinvestimento na agricultura de algodão, o que faz parte da reorganização da produção agrícola e da economia de um modo geral. A produção algodoeira em Marília provocou o início da industrialização e, em conseqüência, instalaram-se no município indústrias como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – A Samba SA, a

⁶ A paisagem urbana de Marília demonstrava a rivalidade entre os patrimônios quando Bento de Abreu por volta de (1928 / 1929) numa atividade de menosprezo faz a edificação da igreja São Bento e estação ferroviária voltada de costas para a povoação do Alto Cafezal – ver PEREIRA, 2005, p. 42.

Anderson Clayton Cia Ltda e a S/A Indústrias Matarazzo, todas relacionadas ao beneficiamento do algodão.

Na região de Marília, a população era na maioria rural, pois a economia girava em torno da produção agrícola. No entanto, um número significativo de trabalhadores se dedicava às atividades urbanas nas indústrias, transportes e profissões liberais. Neste cenário, grandes empreendedores, líderes políticos e senhores do poder local corroboraram com o crescimento e desenvolvimento do município de Marília. Essa rápida expansão urbana decorrente do desbravamento tinha um grande número de investidores rurais e urbanos e, entre eles, Bento de Abreu Sampaio Vidal.

Pouco tempo depois de instalado o distrito de paz, Bento de Abreu apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei criando o município de Marília.

Nessa perspectiva é possível entender o pensamento de Telarolli (1975):

[...] o surgimento de um novo município representava sempre a oportunidade para a ocorrência de novas lideranças, a estruturação de um novo diretório, enfim a projeção de novos elementos na dinâmica das relações município – estado elementos antes subordinados às chefias do município de onde se desmembrava. (apud PEREIRA, 2005, p. 47).

Apesar de muitos protestos contrários, a 24 de dezembro 1928 foi promulgada a Lei nº 2.320. Estava criado assim o Município de Marília em território desmembrado de Cafelândia e Campos Novos, ficando a nova circunscrição administrativa pertencendo à Comarca de Piratininga.

O município foi instalado na data de 4 de abril de 1929, fazendo-se necessária a organização de um diretório político local para escolha do prefeito.

Em seu curto mandato como prefeito, Theodato da Silva Nogueira teve a feliz oportunidade de instalar a Comarca de Marília, cumprindo as determinações do decreto de nº 5.956 em 27 de junho de 1933. Esta luta iniciara-se em 1928 com a criação do município.

Compreendendo as idéias de vários escritores e especialmente dos memorialistas locais a respeito da criação do município de Marília, consideramos esse período um recorte da historiografia do interior do Estado de São Paulo.

Assim sendo, com o intuito de buscar mais elementos do processo histórico do município de Marília a partir da década de 1920, salientamos alguns aspectos da sociedade paulista essencialmente rural, dada a sua origem com o café numa fase inicial, diversificando-se posteriormente com a industrialização.

Ainda podemos identificar que o fenômeno ligado às migrações e à imigração com trabalhadores vindos de outras localidades do país e do mundo. Tal fato impulsionou a distribuição da população do Estado em zonas rural e urbana, privilegiando a urbanização.

Sendo assim, podemos afirmar que a cultura cafeeira impulsionou as estradas de ferro bem como os deslocamentos migratórios responsáveis pela distribuição da população tanto para regiões desenvolvidas como para lugares pioneiros, sendo a Alta Paulista uma das regiões contempladas.

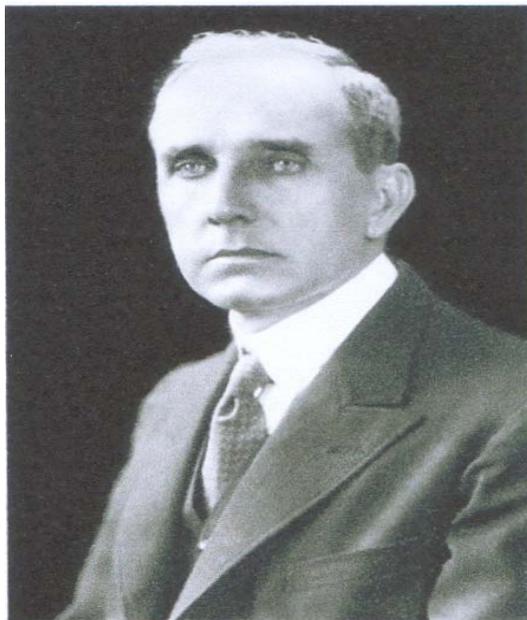
Nessa perspectiva é possível defender a idéia de que a história de Marília está ligada a três fatores essenciais de expansão: a cultura cafeeira, o desenvolvimento das ferrovias do Estado de São Paulo e as migrações das populações, como parte do processo expansionista do capital.

Como vimos até aqui, a questão do sentimento da preservação da memória da história local de Marília coloca-se, em parte, como objeto de investigação para melhor compreender suas relações, a história das comunidades, já que se considera o registro de fatos e de documentos uma contribuição à preservação.

2.1.1 Bento de Abreu Sampaio Vidal

Bento de Abreu Sampaio Vidal é um paulista à moda antiga, desses que só ao trabalho pedem consolo para as inquietações, para os desenganos e para os revezes.

*Armando Sales de Oliveira
Marília do passado ao novo milênio (1929 - 2003)*



Bento de Abreu
deputado estadual 1924-1927

Figura 2: Bento de Abreu Sampaio Vidal
Fonte: Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Bento de Abreu Sampaio Vidal nasceu em Campinas, a 17 de agosto de 1872, filho de Joaquim José de Abreu Sampaio uma das figuras de maior relevo na vida política e social do seu tempo. Foi casado com D. Maria Isabel Botelho de Abreu Sampaio Vidal. Pelos seus avós, descende das famílias patricias de Portugal e Espanha que vieram para São Vicente em São Paulo nos tempos coloniais.

Chamado de patriarca por ter tido uma vida plena de atividades, nascido para grandes realizações, desde muito moço inicia uma série de fundações que marcariam nas diversas cidades do Estado de São Paulo, o seu espírito empreendedor. Assim, criou numerosas instituições de caridade, jornais, centros de cultura, estabelecimentos de ensino, organizou movimentos sociais e políticos, ocupando especialmente na cidade de Araraquara, uma das cidades paulistas que mais devem ao seu trabalho de pioneiro, diversos cargos públicos numa brilhante carreira política. Durante muitos anos foi presidente da Câmara Municipal dessa cidade, realizando inúmeros benefícios sociais, colocando sempre os interesses populares acima das questões partidárias.

Bento de Abreu Sampaio Vidal foi um autêntico integrante da oligarquia cafeeira paulista, a qual governou o Estado de São Paulo da Proclamação da República até o Estado Novo em 1937.

Com grande influência política, apresentou, em 1925, como já mencionamos, o projeto de lei que criou o distrito de paz e, em 1928, lutou pela criação do município e empenhou-se em decisivo trabalho na criação da comarca de Marília.

O empreendedorismo de Bento de Abreu na abertura dos distritos de paz em várias cidades paulistas, conferiu-lhe créditos para o ingresso na política. Elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Araraquara, cidade à qual esteve ligado politicamente por mais de duas décadas. Como político atuante destacou-se em muitos empreendimentos urbanos de destaque. Entre eles, a criação da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara, vista por Corrêa (1998) como patrimônio da comunidade araraquarense. A autora demonstra isso em sua criteriosa análise que resultou na publicação - *Para preparar a mocidade... Fragmentos de Memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara 1923-1976*:

A criação da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara não foi um acontecimento isolado. Sua fundação fez parte de um conjunto de empreendimentos da Prefeitura Municipal de Araraquara. No momento em que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Araraquara, a 15 de janeiro de 1923, Bento de Abreu Sampaio Vidal, proprietário, líder de prestígio político em Araraquara e outras regiões do Estado, fazendo apologia política municipal, da importância do município na vida da nação e comentando a dinâmica da política local, anunciou a realização de um programa muito vasto do que se vira até então. (CORRÊA, 1998, p. 19).

A autora revela que as palavras de otimismo de Sampaio Vidal tinham tom “futurista”, uma vez que nos ideais do momento estavam presentes a busca pelo novo e a crença nos resultados positivos da educação da juventude e do crescimento cultural da região.

Da realização de um programa vasto de empreendimentos municipais para Araraquara, nesse período, estava a Escola Normal de Artes e Ofícios que representava garantia da grandeza da cidade, formando técnicos e operários para expansão industrial. Seguiam outros projetos de criação como a Escola Profissional para Moças, o Conservatório de Música e Escola de Agricultura. Afirma a autora ainda que, com exceção da Escola de Agricultura, todas as outras iniciativas de caráter cultural foram realizadas.

Bento de Abreu Sampaio Vidal, nos primeiros anos do século XX, inicia formalmente sua carreira política. Ao final de 1910 reelege-se, assumindo a Presidência da Câmara, cargo considerado o mais importante do município.

Os grandes feitos populares do início do século XX, nas cidades do interior paulista, eram registrados nos “Álbuns das Cidades”, substituídos no final da década de 1920 pelos Almanques, responsáveis pela divulgação das políticas municipais.

O Álbum de Araraquara identificou em 1915 as obras realizadas pela Câmara Municipal como a expansão da iluminação pública, arborização, edifícios como Teatro Municipal, Igreja Matriz, Grupo Escolar, Casa de Saúde, Abastecimento de água, entre outros.

Em 1923, Bento de Abreu voltou a presidir a Câmara Municipal de Araraquara apresentando planos de ações, dotando a cidade de uma rede de escolas de todos os níveis, constatada a inexistência de uma política pública para área da educação; saneamento básico e saúde pública para proteger os cidadãos contra o amarelo, o tracoma, o impaludismo, a sífilis e todas as moléstias que concorriam para atingir o povo. Reconhecia que a área da saúde era uma das mais carentes.

Eleito deputado estadual em 1924, Bento de Abreu acumulou dois cargos públicos conforme a legislação do período permitia. Depois da posse, procurou desenvolver os seus principais projetos.

No Estado de São Paulo, mesmo com a falta de financiamento ao setor de crédito mercadista, muitos cafeicultores continuavam apostando na cultura cafeeira e se predispunham a avançar para a região oeste do Estado ainda pouco explorada. Essa nova fronteira agrícola que se iniciara teve as mesmas peculiaridades das já citadas anteriormente sobre as zonas produtivas de café do Vale do Paraíba e Campinas.

As propriedades de Bento de Abreu tiveram um aumento significativo entre 1910 e 1920, fato que o levou a reinvestir na própria cafeicultura, plantando cafezais em suas fazendas. Isto concorreu para que se tornasse um grande proprietário de terra, além de, já ser um político conhecido e respeitado em toda a região de Araraquara.

Segundo Sampaio (1915), a economia brasileira, ancorada no café e na borracha, com suas peculiaridades, tinha características próprias. A crise econômica brasileira já se iniciara antes da grande guerra:

[...] Antes de estalar a guerra européia, estávamos em plena crise econômica e financeira, devido à baixa do café, da borracha e outras causas muitas, entre as quais avultavam os negócios financeiros da União, a grande *debache* em diversas casas comerciais e institutos bancários de São Paulo e do Rio e a terminação da safra do café do ano anterior. Declarada a guerra européia, sobreveio naturalmente o pânico comercial e com ele a cessação do intercâmbio mundial, a queda do câmbio, a moratória comercial acompanhados de todas as suas funestas e desastrosas conseqüências, determinando a cessação quase absoluta de todos os negócios, por justificada falta de confiança no dia seguinte [...] (SAMPAIO, 1915, p. 28).

O pós-guerra trouxe um novo cenário sócioeconômico para São Paulo, visto que com a incerteza da cafeicultura, muitos fazendeiros passaram a destinar parte dos seus lucros às atividades industriais, o que influenciou as políticas de governo. Houve um aumento considerável no setor industrial, sendo que a maioria das indústrias se instalara na capital do Estado.

A agricultura era muito valorizada por Bento de Abreu. Para ele, a agricultura era “a chave milagrosa que abria todas as portas” e mantenedora das indústrias manufatureiras. Sendo assim, deixa claro a sua idéia sobre a dependência da cidade ao campo. Em discurso proferido na 21ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa, ele afirma que as cidades, as indústrias e todas as suas riquezas seriam tributárias da agricultura:

[...] Sr. Presidente – A agricultura é a chave milagrosa que abre todas as portas. Dela é que vem o dinheiro para criarmos a nossa civilização para sanear o país, construir as nossas cidades com seus palácios e avenidas, para o ensino, para manter o nosso exército, a nossa política, a nossa justiça. A agricultura é que mantém as indústrias manufatureiras, que nos custam tantos sacrifícios. O campo para tudo.⁷

No início do século XX, tínhamos um Brasil agrário, porém, por volta da década de 1940, as cidades deixaram de ser tributárias do campo, havendo dessa maneira uma mudança social, econômica e até mesmo cultural, transformando o comportamento do país.

Não se pode negar a importância política de Bento de Abreu na história da cidade de Marília desde os seus primórdios até a década de 1940. A historiografia mariliense afirma que Antonio Pereira da Silva foi o fundador de Marília, tendo aqui chegado em 1919. Sabedor de que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro deveria passar por essas terras, Pereira da Silva procurou adquirir as terras próximas à fazenda Cincinatina. Pouco tempo depois, essa fazenda foi vendida a Bento de Abreu. Portanto, quando a adquiriu, encontrou um patrimônio estabelecido naquele local.

Vale a pena dizer que Bento de Abreu foi fazendeiro e conhecedor de terras para a cafeicultura e, como acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, era possuidor de grande visão empresarial.

Conhecedor dos canais políticos junto ao governo do Estado, Sampaio Vidal contribuiu para alavancar o desenvolvimento de um novo distrito. Em vista disso, a criação do distrito de paz de Marília foi uma decisão política importante e daria a Bento de Abreu poder

⁷ Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – 21ª sessão ordinária em 18-08-1927

político local. Sendo assim, Bento de Abreu utilizando-se de sua força política, impulsionou o desenvolvimento do seu patrimônio investindo na sua infra-estrutura. Marília deve, portanto, a Bento de Abreu o desenvolvimento do seu núcleo urbano, apresentando um rápido crescimento, projetando-se como um pólo de desenvolvimento econômico.

Migrantes de vários estados e mesmo imigrantes chegaram a Marília para trabalhar e colaborar com o progresso da sua urbanização. Então, é possível defender a idéia de que o desenvolvimento acelerado do município se deve à atuação política de Bento de Abreu, que fez doação de terrenos para muitos prédios públicos e privados, impulsionando o desenvolvimento de Marília. Convém ressaltar que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da cidade e a abertura de novas perspectivas políticas para Bento de Abreu. Sua atuação agregada às antigas bases de Araraquara e à região noroeste do Estado proporcionou-lhe novas oportunidades eleitorais.

Na data de 15 de maio de 1948, o Diário Popular da Capital Paulista publica a nota de falecimento do grande benemérito Bento de Abreu Sampaio Vidal, deputado da Assembléia Legislativa do Estado, defensor da lavoura e incansável desbravador de terras que muito fez pelas cidades de Araraquara e Marília no interior do Estado. Após participar da Constituinte Estadual de 1947, veio a falecer politicamente ativo.

Concluimos com o que se lê em Moreira (1936, p. 227)⁸:

“Plantadores de Cidades”

Quem contemplar o mapa do Estado de São Paulo e considerar que as cidades que se estendem ao longo das linhas férreas que demandam o Rio - Paraná, são outros tantos marcos duma marcha extraordinária, pode aquilatar a influência decisiva que teve o café na civilização paulista.

O nosso entusiasmo vai todo para os homens fortes que escrevem no presente da nossa história uma página, mas não menos admirável que a epopéia histórica das bandeiras.

Estes novos “plantadores de cidade” vão deixando como rastros de sua passagem através dos sertões, uma multidão de vilas, como fizera, três séculos atrás, Fernão Dias Pais Leme, o “Caçador de Esmeraldas”.

Marília teve também o seu “plantador” na pessoa de Bento de Abreu Sampaio Vidal, um espírito construtivo que, possuído de atividade incansável, se dá ao diletantismo fecundo, de fazer cidades. De fato, Bento de Abreu foi o grande construtor da cidade de Marília. Inumeráveis doações de terrenos, doações em dinheiro em favor dos movimentos sociais da cidade, edificação de muitas instituições locais fizeram dele um bandeirante moderno.

⁸ Transcrito da “A Ordem” Rio de Janeiro de 1929, por Cyro Lustosa.

Marília, considerada cidade-menina nos anos de 1940 e cidade-milagre da Alta Paulista em função do seu rápido desenvolvimento, muito deve a ele.

Os jornais diários da época, Diário Paulista e Correio de Marília, divulgaram reunião de intelectuais e jornalistas cuja pauta destacava a fundação da Academia de Letras de Marília destinada ao cultivo da língua, estudo da literatura nacional, intensificação do ensino e organização de uma biblioteca.

Como intelectual, Bento de Abreu colaborou sempre nos jornais do interior. Fundou o Correio de São Carlos na cidade do mesmo nome e em Araraquara fundou o Centro de Cultura de Araraquara, colaborou assiduamente na Folha da Manhã de São Paulo.

O contexto cultural de Marília se elevava, e, a partir dessa referência, podemos entender um poema de Sebastião Lage, promotor público da Comarca de Marília, destacando o reconhecimento por Bento de Abreu:

BENTO DE ABREU SAMPAIO VIDAL

*Criança ainda, ouviu, cheio de encantamento,
A empolgante e linda história das bandeiras
E um sonho, então, guardou dentro do pensamento
Como o paulista guarda as glórias brasileiras.*

*Crescendo, refundiu na forja do talento
A tempera de herói que vence sem canseiras
E fez, daquele sonho, esse deslumbramento:
- A cidade padrão, primeira entre as primeiras.*

*Moderno bandeirante, bravo nas conquistas,
Arrostando a intempérie e as noites de vigília,
Encheu de glória e orgulho a terra dos paulistas.*

*E por ser de São Paulo um filho varonil
Plantou nos seus rincões essa bela Marília,
Fina joia paulista, adorno do Brasil.*

Sebastião Lage
(“Correio de Marília”)

Contudo, não seriam estes os maiores feitos de Bento de Abreu à cidade de Marília. Sua preocupação com a saúde local também o levou à criação da Maternidade e Gota de Leite como também da Santa Casa de Misericórdia de Marília, sendo esta última uma de suas maiores obras, inaugurada a 17 de agosto de 1943, data do aniversário de Bento de Abreu.

O jornal “O Imparcial” de Araraquara reservou várias publicações para divulgar Marília, por ocasião da inauguração da fábrica de Fiação de Seda Maria Isabel, de

propriedade do homenageado como também da inauguração do busto em bronze nos jardins em frente à Santa Casa de Misericórdia de Marília.

Em razão da influência política de Bento de Abreu Sampaio Vidal junto ao Poder Público, a população local atribuiu-lhe a imagem de “benfeitor”, associando o seu nome ao de fundador em razão da organização de Marília. Dessa maneira, o nome do seu primeiro desbravador Antonio Pereira da Silva foi relegado e, de certa forma, esquecido na história de criação da cidade de Marília.

Permanece até os dias atuais a discussão sobre o fundador de Marília: seria Antonio Pereira da Silva e o seu filho José Pereira da Silva ou Bento de Abreu Sampaio Vidal? Ambos, Pereirinha e Sampaio Vidal, cada um a seu modo, foram dois grandes homens da cidade de Marília. Cada um à sua maneira construiu a cidade e fundou o patrimônio. Se Bento de Abreu Sampaio Vidal deu o nome à cidade e contribuiu com benefícios políticos e doações de terras, Antonio Pereira da Silva foi o fundador do Alto Cafezal, que precedeu em alguns anos o patrimônio de Marília⁹.

Tal discussão foi também a preocupação de Tobias quando afirma:

[...] E afirmando ser Antonio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva os fundadores de Marília, a história e o historiador não estão ofendendo nem ao ilustre Bento de Abreu Sampaio Vidal, nem a seus beneméritos descendentes, nem a quem quer que seja, e nem tampouco fazendo um favor a José Pereira da Silva e ao seu pai Antonio Pereira da Silva [...] (TOBIAS, 1973, p. 43).

Assim sendo, constatamos pela história do município reproduzida em jornais e documentos da época pelos memorialistas marilienses, a participação de Bento de Abreu e do seu primeiro desbravador Pereirinha, sendo que este último ficou na memória de poucos marilienses, uma vez que a população em geral atribui a Bento de Abreu Sampaio Vidal o título de fundador da cidade.

2.2 A intelectualidade mariliense antes da criação da Faculdade de Filosofia

2.2.1 Da Sociedade Luso - Brasileira à Sociedade Marililândia

⁹ Conserva-se até hoje o nome Alto Cafezal, expressão que se associava à cultura de café, sinônimo de riqueza e prosperidade para denominação de um bairro próximo ao centro da cidade de Marília, formado por parte da área do antigo patrimônio.

No final dos anos de 1930, Marília já apresentava uma forte preocupação intelectual expressa nas atividades culturais da Sociedade Luso-Brasileira ou Marililândia e Sociedade da União dos Treze.

A Sociedade Luso-Brasileira teve a sua fundação em 14 de julho de 1939. Como fundação, destinava-se a reunir brasileiros e portugueses. Seu principal fundador foi Augusto Courge, funcionário da Frank Miloye Milenkovich (empresa de aviação existente em Marília), português, radicado em Marília e dedicado à cultura local.

O sonho da Associação era o de construir em Marília um hospital que teria a denominação de Beneficência Portuguesa como é norma da colônia lusitana onde se encontrem boas condições financeiras nas grandes cidades brasileiras. Atenta às suas atividades culturais e assistenciais, proporcionava reuniões literárias, palestras de pessoas em destaque, exposições de quadros do Museu de Arte de São Paulo. A convite da Sociedade, por aqui passaram Assis Chateaubriand e Pietro Maria Bardi, jornalista e diretor do MASP de São Paulo.

A sociedade adquiriu de Bento de Abreu Sampaio Vidal, por preço simbólico, um pequeno quarteirão na Avenida Vicente Ferreira, local onde seria construído o hospital. Após o lançamento da Pedra Fundamental do Hospital, despertando o entusiasmo dos lusitanos com várias ofertas de tijolos e dinheiro para a construção da obra, os interessados na criação do Banco Central dos Municípios-Sociedade Cooperativa transferiram-se para a cidade de São Paulo. Sendo assim, devido ao seu alto custo, o tão sonhado hospital não se concretizou.

Anos depois, a Sociedade é desativada e o seu acervo, terrenos e os demais bens da sede são incorporados pela Casa de Portugal e ao Comendador Abel Augusto Fragata que destina à Prefeitura ou ao Estado, um terreno para nele ser construído um estabelecimento de ensino. Surge assim a Escola Estadual Prof.^a Carlota de Negreiros Rocha em funcionamento até os dias atuais.

Pessoas encarregadas de cuidar da Casa de Portugal incendiaram o seu arquivo, perdendo-se assim uma das grandes memórias da cidade. Em virtude da Grande Guerra Mundial, a associação foi obrigada a mudar o nome passando a se chamar, Sociedade Marililândia, um epílogo glorioso de um ideal não realizado.

A Sociedade Marililândia era uma Sociedade Civil de duração ilimitada, sem partido político e crença religiosa. Suas principais atividades eram a promoção da cultura e a beneficência, procurando estimular a confraternização entre os sócios, manter biblioteca e promover reuniões, festas e musicais e jogos permitidos pela lei. Os sócios, em número

ilimitado eram fundadores, beneméritos, remidos, correspondentes, jubilados e contribuintes, sendo que qualquer pessoa em gozo dos seus direitos civis poderia pleitear a sua inclusão.

Os associados tinham direitos e deveres administrados por uma diretoria e por um Conselho Fiscal. As suas regras emanavam do Estatuto da Sociedade Marililândia, ex-Luso-Brasileira, de 19 de março de 1943 e averbado no Cartório da 2ª Circunscrição do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Marília.

A Sociedade Marililândia, centro de cultura existente no interior do Estado de São Paulo, foi palco de grandes eventos para os intelectuais marilienses. A edição do **Correio de Marília** na sua edição de Natal de 1950 mostrava em seu caderno semanal a presença do magnífico reitor da Universidade de São Paulo, o Prof. Miguel Reale no encerramento de uma lista de cursos desenvolvidos pela sociedade, ocasião em que prometeu ao povo da cidade de Marília uma Faculdade de Filosofia.

Muitas outras conferências foram realizadas por intelectuais ilustres, estando à frente da associação o orientador do movimento cultural de Marília o doutor Coriolano de Carvalho, médico radicado em Marília, elevando a cidade ao nível dos grandes centros de cultura.

2.2.2 Atividades Culturais na Marililândia

Na sua edição de Natal de 1950, o jornal Correio de Marília publica uma matéria sobre as atividades culturais promovidas pela Sociedade Marililândia, destacando que a Divisão Cultural da Universidade de São Paulo tinha enviado muitos dos seus professores para realizarem conferências na Marililândia. Entre os grandes nomes se destacaram Edmur de Souza Queiroz, Aroldo de Azevedo, Tito Livio Ferreira, Egon Schaden, Nice Lecocq Muller que versavam temas de Filosofia, Geografia, História e Imprensa, envolvendo os chamados “intelectuais da terra” num incentivo às vocações artísticas.

Os membros desta sociedade, envolvidos na marcha para a difusão cultural, solicitaram ao Dr. Rone Amorim, diretor da União Cultural Brasil - Estados Unidos um Curso de Inglês orientado pela Casa Roosevelt. Tal curso foi iniciado com duas turmas, tendo como professores a Prof.^a Norma Bambini e o Dr. Freire

Na sua coluna do jornal Correio de Marília, Luiz Franceschini declara que a Sociedade Marililândia tinha muito prestígio também entre os jovens marilienses. Era tida como um campo cultural e a cidade de Marília era a que mais estava se destacando no trabalho de extensão universitária. Segundo o jornalista: “Afirmavam os dirigentes da Marililândia que

Marília é onde os intelectuais da Paulicéia, melhor têm sido compreendidos” (FRANCESCHINI, 1950).

Os intelectuais marilienses, agremiados em torno da Sociedade Marililândia, haviam criado uma atmosfera propícia à instalação dos cursos superiores na cidade¹⁰. Em 1949, a entidade promoveu um Curso Universitário de Férias “Um sonho que viveu”, publicado no Correio de Marília em 13 de janeiro de 1959. A Sociedade Marililândia anuncia na publicação do Diário Oficial de 21 de junho de 1950, a mensagem nº. 156 com o projeto de lei número 894 em que o governador do Estado, Dr. Ademar de Barros, pede a criação da Faculdade de Filosofia de Marília.

2.2.3 União dos Treze – filha adotiva da Sociedade Marililândia ou Luso – Brasileira

A cidade de Marília nos anos de 1940 pouco oferecia para a cultura local. Sendo assim, um grupo de cidadãos marilienses, empenhados com a promoção da cultura local, constitui uma nova sociedade de fundo cultural.

Da Sociedade Luso – Brasileira, surge a União dos Treze em 1943, composta por treze membros que se reuniam mensalmente no dia treze com a finalidade de patrocinar assembleias de cultura, esportes, publicações como também cooperar em atos de caridade pública, propagando a filantropia, como constava em seus estatutos. Embora treze fossem os seus sócios, admitiam-se sempre às suas reuniões pessoas de reconhecida probidade e relevo público.

Muitas iniciativas foram tomadas pela União, como a criação da Associação Filantrópica de Marília, benemérita entidade que tantos serviços tem prestado até os dias atuais à infância desvalida da cidade de Marília. Tal Associação nasceu em decorrência do Departamento filantrópico da União, denominado Papai Noel que, no Natal, distribuía brinquedos às crianças e gêneros alimentícios às pessoas necessitadas.

Os membros da União eram tidos como intelectuais da terra. Gramsci (1979), ao se referir à história dos intelectuais, afirma que estes constituem um grupo social autônomo e independente porque sentem com espírito de grupo sua ininterrupta continuidade histórica e sua qualificação. Eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante.

¹⁰ Acreditavam que a educação pudesse desenvolver o sonho de Marília em constituir-se como um centro de cultura e com isso promover a dinamização de outros segmentos, como o do comércio e da indústria.

Muitas atividades culturais eram realizadas pela entidade como concertos de orquestras sinfônicas, concursos literários, exposições, salões de artes destinados a promover valores existentes na cidade e região, Por meio de seu departamento denominado Grêmio Dramático Leopoldo Fróes, a União dos Treze levou várias peças ao teatro de Marília, formando-se vários grupos teatrais na cidade como o famoso grupo GETAM, entre outros que, depois desapareceram.

A União trouxe para Marília conferencistas notáveis como Segismundo Spina, Dulce Salles Cunha, Benevides de Resende, José Soares Amora, Prof. Miguel Reale, então Reitor da Universidade de São Paulo, sendo que a este último foi solicitado o empenho de interceder junto à Assembléia Legislativa de São Paulo, na Câmara dos Deputados e no Escritório do Governo do Estado em Brasília, para a descentralização do Ensino Superior, objeto do nosso estudo, de maneira a favorecer o interior, desobrigando os interioranos de se mudarem para São Paulo, a fim de seus filhos prosseguirem nas Escolas Superiores.

A União dos Treze prosseguiu suas atividades até 1962, quando melancolicamente se extinguiu.

2.3 Uma análise dos documentos relatados pela imprensa local no período de criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília

Os jornais são de grande importância para o registro histórico local de qualquer período. São considerados uma importante e necessária fonte histórica para os pesquisadores. Esses devem fazer reflexões contínuas sobre as fontes utilizadas para dela retirarem a verdade dos fatos. Os jornais destinam-se à massa e, ao serem preparados, ignoram a quem chegarão os seus exemplares. A linguagem, portanto, deve ser correta e acessível a todos.

Segundo Erbolato (1991),

O segredo de uma boa notícia depende da maneira compreensível como chega ao receptor. É preciso evitar, ainda, que ela seja influenciada pelo repórter, que poderá distorcê-la, com a sua apreciação pessoal e apaixonada. É difícil escrever com imparcialidade, porque o jornalista, ao narrar um acontecimento, pode encará-lo do ponto de vista favorável aos seus interesses e sujeito às suas emoções momentâneas. (ERBOLATO, 1991, p. 90-91).

Sabemos que há sempre uma questão política envolvida quando os jornais divulgam as informações e desse embate participam as idéias de pessoas, de instituições, que se utilizam

de diferentes meios para atingir os seus objetivos. Pensar a produção do texto noticioso implica levar em conta uma série de fatores que se interpodem entre o fato e a narrativa.

A esse respeito, Reis (2007) comenta que:

O processo de edição também pesa na política da notícia. Cabe à edição direcionar o material jornalístico (aumento, redução, supressão de informações), respondendo aos apelos de ordem política e comprometimento econômico e – ainda que não seja tanto quanto deveria – comprometimento com os públicos. (REIS, 2007, p. 137).

Ao trabalhar com a análise de jornais é importante manter um olhar histórico, procurando compreender como são construídos os textos das notícias, como são colocadas as idéias, as representações dos sujeitos e das instituições envolvidas, seus interesses e opiniões. Uma pequena produção pode conter um discurso ideológico, uma opinião particular, um paradoxo. Sendo assim, é importante observar com atenção as opiniões expressas nas notícias.

Os jornais se constituem em fontes primárias importantes quando abordam diferentes fatos históricos, políticos, econômicos como também os de ordem social. É com certeza um meio de difusão de idéias.

A história local é valorizada de acordo com o olhar do leitor: “A história local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida” (SAMUEL, 1990 apud BRETAN, 1995, p. 9).

Existe uma dualidade a ser observada: a natureza da notícia e o olhar do leitor para com ela. Sendo assim, é necessário que o pesquisador compreenda a linguagem transmitida e as relações com o seu objeto de estudo.

Como buscamos desenvolver uma pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo, percebemos que, no desenvolvimento de uma pesquisa histórica, nenhum documento, nenhuma fonte pode ser menosprezada, principalmente quando se trata das contribuições de uma instituição de ensino superior para com a sociedade local.

O jornal tem se revelado, então, uma interessante fonte primária porque se trata de um meio de formação de opinião pública e manipulação da população. Na verdade, o jornal representa um quebra-cabeça. Depois de entendidos os interesses das pessoas e dos grupos, torna-se um instrumento de identificação dos agentes envolvidos, complementando outras fontes utilizadas na pesquisa.

Por meio de levantamentos dos jornais que circulavam em Marília no período estudado, foi possível obter informações sobre a importância da criação de uma instituição

pública de ensino superior para Marília e região, e inteirar melhor o leitor do que seria uma Faculdade.

Após a fundação de Marília, apareceram os jornais: Correio de Marília (1928), hoje chamado de Jornal Diário em circulação; Alto Cafezal (1928); Correio Diocesano (1937); Diário Paulista (1933); Diário de Marília (1935); Jornal de Marília (1939). Dentre esses, os de maior destaque foram:

Correio de Marília – fundado em 1º de maio de 1928, editado até hoje com o nome de Diário, fusão ocorrida em 1992. A coleção completa encontra-se na redação do jornal Diário e na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília;

Alto Cafezal – Fundado em 1º de julho de 1928. Esse jornal circulou em Marília até o ano de 1938. A coleção completa se encontra no jornal Diário;

Correio Diocesano – Fundado em 29 de agosto de 1937. Foi um jornal da Diocese de Cafelândia, impresso e distribuído em Marília.

Diário Paulista – Fundado em junho de 1933, com oficina de impressão na vizinha cidade de Vera Cruz. Foi o primeiro jornal diário do município.

Como se constata, em 1928, surgiu com Marília o seu primeiro jornal “Correio de Marília” e, no mesmo ano, também o jornal “O Alto Cafezal”. O Jornal Diário Paulista apareceu como terceiro, no ano de 1933. Em seguida surge o jornal o Diário de Marília, no ano de 1935.

Em 1947, após o término da 2ª Grande Guerra, o Brasil volta à normalidade. Nessa época funda-se o jornal a Tribuna Democrática, com o fim de realizar a propaganda dos partidos políticos para as eleições aos cargos de Presidente da República, Governadores Estaduais, Prefeitos e Vereadores Municipais. Extinto em 1955, todo o seu patrimônio foi vendido ao Jornal do Comércio.

O Jornal do Comércio surgiu em virtude do fechamento dos jornais Diário Paulista e Tribuna Democrática, bem como o jornal Folha Paroquial, criado em 1946 pelo Padre Luís Bicudo de Almeida, um semanário de propriedade da instituição Juventude Católica de Marília.

Marília ainda teve outros jornais, como o Diário Marília Notícias e o Jornal da manhã, a cujas publicações, que por terem sido fundados, respectivamente nos anos de 1991 e 1985, período fora da nossa pesquisa, não nos deteremos.

O Jornal do Comércio foi um noticioso expressivo para a cidade de Marília visto que nascera após o fechamento de outros três jornais. Teve inicialmente a colaboração do

jornalista Irigino Camargo, mariliense que trabalhava para os jornais Folha de São Paulo e também colaborador do Diário Paulista.

O Correio de Marília teve grande importância nas reportagens realizadas sobre as prefeituras das cidades do interior do Estado. Nasceu de um convite feito em 1928 a Alfredo Augusto de Araújo, por Bento de Abreu Sampaio Vidal, para montar um jornal na cidade. Segundo Tobias (1973), este jornal passou a ser o ponto de encontro de amigos na época em que a cidade tinha poucos atrativos e foi privilegiado em nossa pesquisa, por mais se destacar no período deste nosso estudo.

A imprensa local tem as suas características próprias. Sendo assim, buscamos as informações oferecidas pelas publicações encontradas¹¹ relativas ao período estudado na tentativa de compreender como se deu a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília.

O Jornal Correio de Marília

A edição de 11-1-1957 traz matéria sobre a criação da faculdade, informando que isso dependia da aprovação, pela Assembléia Legislativa de São Paulo e da promulgação da Lei pelo Senhor Governador do Estado. A instalação se daria no Educandário Dr. Bezerra de Menezes, em SISTEMA DE COMODATO¹², pelo prazo de 10 anos. As despesas iniciais correriam por conta da Prefeitura que teria tempo de construir ou adaptar prédio cedido pelo Estado.

Segue o texto da lei aprovada pela Assembléia Paulista:

Parecer n. 41 de 1957 da COMISSÃO DE REDAÇÃO, SOBRE O PROJETO DE LEI n. 459, de 1956.

A justificativa do projeto retomou o tema já repetidamente mencionado, a criação da Faculdade de Filosofia de Marília.

O projeto de lei n. 459 de 1956, foi aprovado com as emendas de fls. 15 e 24. Sua redação final deverá ser a seguinte:

ARTIGO 1º - Fica criada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Marília.

ARTIGO 2º - A instalação da Faculdade ora criada fica condicionada à cessão, ao Estado, em comodato, pelo prazo mínimo de dez anos, do edifício do Educandário Dr. Bezerra de Menezes.

¹¹ Nas citações, foi mantida a grafia como consta dos seus originais.

¹² COMODATO: entende-se por SISTEMA DE COMODATO o empréstimo gratuito de coisa não fungível, ou seja, coisa ou bem que não se gasta, que não se consome, a qual deve ser restituída no tempo convencionado.

ARTIGO 3º - A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de que trata esta lei consignará dotações adequadas para atender às respectivas despesas.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de janeiro de 1957.

(a) Vicente Botta, Relator

Aprovado o parecer em reunião de 8-1-1957.

Neste mesmo mês foi assinada a Lei nº 3.781, de 25 de janeiro de 1957, que dispunha sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na cidade de Marília por Decreto da Assembléia Legislativa do Estado promulgado pelo Governador Jânio Quadros e publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo aos 28 de janeiro de 1957. A Faculdade obteve autorização para iniciar o seu funcionamento, pelo Decreto Federal nº 45.262, de 16 de janeiro de 1959. O seu reconhecimento se deu pelo Decreto Estadual nº 44.528, de 16 de janeiro de 1965. Teve regimento aprovado pelo CEE, através da Portaria nº 4/67.

A criação da Faculdade de Filosofia para Marília dentro da nova política de interiorização dos centros de pesquisa e ensino, materializava-se.

Muitas críticas contra a expansão do ensino superior pelo interior do Estado foram feitas por intelectuais, sobretudo os membros do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo alegando a falta de recursos para que essa expansão ocorresse sem que prejudicasse a qualidade do ensino superior oficial.

Segundo Lima (2005), “os intelectuais contrários a essa expansão, parecem ter sido herdeiros da tradicional tendência patriarcal de pensamento que se desenvolveu ao longo do período colonial”. Assim sendo, percebe-se que, mesmo de uma forma velada, sempre houve a intenção das elites em dificultar as tentativas de expansão do ensino superior.

O jornal O Estado de São Paulo publicou uma extensa nota intitulada *Desperdício Descabido* referindo-se à lei sancionada pelo governador Jânio Quadros sobre a criação da Faculdade de Filosofia em Marília. Este é mais um fato que demonstra que os IIES, com as suas faculdades de Filosofia, sofreram resistências nas iniciativas de ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior no país.

Desperdício Descabido

Apesar de tôdas as críticas que se levantaram por intermédio de órgãos técnicos e da imprensa, o sr. Governador do Estado resolveu criar mais uma faculdade de filosofia, ciências e letras na cidade de Marília. A lei recentemente sancionada constitui, a nosso ver, um dos maiores desatinos cometidos pela atual administração. Sem razões de ordem cultural, pedagógica, social, financeira e jurídica capazes de justificar a instalação de mais um curso de formação de professores das escolas secundárias e normais a medida governamental não podia deixar de inspirar-se se não nas reivindicações de alguns grupelhos que exigem agora o cumprimento das promessas demagógicas feitas nas vésperas dos pleitos eleitorais. Contra a criação de novas escolas já se manifestaram a Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, órgãos que pelas suas atribuições e responsabilidade possuem competência para examinar as vantagens e as desvantagens da criação de novos estabelecimentos de nível superior em nosso Estado. O parecer aprovado pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tanto pela sua elevação de vistas quanto pelo equilíbrio de suas ponderações, é documento que deve ser amplamente divulgado. Nêle se indicam as razões que desaconselham a criação de novas escolas de filosofia.

Não é só isto, entretanto. No primeiro ano de seu governo, o sr. Jânio Quadros constituiu uma comissão de professores universitários para estudar o problema do estabelecimento de uma faculdade de filosofia, ciências e letras na cidade de Marília. Esta comissão, da qual fazia parte um dos fundadores da Universidade de São Paulo, homem de vasto raciocínio no trato dos problemas da administração educacional, depois de examinar na própria localidade as condições humanas, materiais e técnicas, indispensáveis à instalação da escola unanimemente se pronunciou contra a estapafúrdia pretensão. É evidente, portanto, que o governador quando organizou a comissão já tinha ponto de vista formado sôbre o assunto e nestas condições, o parecer técnico não prevaleceu sôbre as insondáveis razões governamentais.

Se a administração, até agora, se mostrou insensível diante da força dos argumentos de alguns pareceres técnicos elaborados por comissões e órgãos idôneos, é possível, todavia, que ela se curve diante da eloquência de alguns algarismos. Êstes números servirão para demonstrar o desnecessário esbanjamento de verbas públicas que representará a instalação de uma nova escola de filosofia oficial seja em Marília, Limeira, São José do Rio Preto, Araraquara, ou seja, na própria Capital. Há, sem dúvida, indisfarçável contradição entre a política de austeridade financeira iniciada em boa hora pelo governador e a pródiga demagogia que à custa da instrução pública vem sendo praticada. A simples indicação do número de vagas existentes e do número de alunos matriculados em 1956 no primeiro ano em todos os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nos dois períodos, diurno e noturno, será suficiente para demonstrar tudo o que há de inoportuno e desnecessário na criação de mais uma escola de filosofia. Os números de alunos matriculados e de vagas no primeiro ano em 1956 foram respectivamente os seguintes: Filosofia, 30 matriculados e 50 vagas não preenchidas; Matemática, 45, 35; Física, 46, 14; Química, 20, 5; Geografia, 31, 29; História, 66, 14; Ciências Sociais, 48, 32; Letras Clássicas, 32, 48; Neo-Latinas, 25, 55; Anglo-Germânicas, 34, 46; Pedagogia, 38, 42. **Temos nestas condições um total de 475 matrículas para 370 vagas não preenchidas.** Isto significa que, com exceção dos cursos de História Natural, que não apresentou vagas, e o de Química, todos

os demais estão ainda muito longe de seu ponto de saturação. A maioria das seções e subseções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sem nenhum acréscimo de gastos decorrentes do possível desdobramento de cursos está em condições de receber, por alguns anos ainda, todos os alunos que se habilitarem nos exames vestibulares. Criar nova escola portanto representa injustificável desperdício de dinheiro que não se compreende um governo que se empenha a fundo no saneamento das finanças públicas.

Mais avisado estaria o Governo se criasse bolsas de estudos para os estudantes mais qualificados de Marília e seus arredores. Os gastos não seriam tão grandes e os habitantes daquelas cidades ficariam, talvez, mais agradecidos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1957, não paginado, grifo do autor).

Em nota sobre a Escola de Filosofia de Marília, manifestou-se o jornal Correio de Marília contra a crítica, dizendo que o jornalismo deve educar, instruir, orientar e nunca desestimular as tendências para o aprimoramento do ensino em qualquer grau e não como foi dito pelo comentarista referindo-se a lei de criação da faculdade:

Se constitui um dos maiores desatinos cometidos pela atual administração estadual e ainda que a medida governamental não podia deixar de inspirar-se senão nas reivindicações de alguns grupelhos que exigem agora o cumprimento das promessas demagógicas. (CORREIO DE MARÍLIA, 14/02/1957).

Argumenta ainda o comentarista mariliense:

[...] outro argumento usado para combater e reprovar o ato do governo – o não preenchimento das vagas das Escolas da Capital afirmando que antes da criação de novas Escolas, é preciso o saturamento das vagas na Capital. Por essa opinião, só a Capital é que merece facilidades, esquecendo-se de que o Ensino deve ser facilitado também aos estudantes do Interior. Restringir o ensino à Capital é dificultar a sua difusão, sabendo-se que a nem todo o estudante é permitido deslocar-se para os grandes centros. (CORREIO DE MARÍLIA, 17/02/1957).

O jornal Correio de Marília publica, em 16 de junho de 1957, a nota “A Instalação da Faculdade”, em que o governador do Estado fixa a verba de 5 milhões de cruzeiros destinados a instalação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília. Por meio de um radiograma ao Presidente da Câmara Municipal de Marília, o Dr. Aniz Badra, a notícia é dada:

Congratulo-me, líder municipalista Presidente egrégio Câmara, Ato Governador, instalação janeiro 1958 Faculdade de Filosofia, transformará Marília mui justamente centro universitário Alta Paulista. Cumpre assim, senhor governador promessas feitas concentração municipalistas Osvaldo Cruz. Saudações.

CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES
Chefe Serviço Assistência aos Municípios

Depois dessa conquista, o esforço e interesse da municipalidade continuava. Fora do âmbito propriamente político, um grupo de aproximadamente vinte estudantes do Ginásio Estadual de Marília, decidiram ir a São Paulo reforçar a solicitação ao governador do Estado da instalação da Faculdade de Filosofia. Com o apoio do deputado mariliense, Aniz Badra, o grupo conseguiu um vagão de trem para a viagem que ocorreu na data de 30 de maio de 1957. A hospedagem dos estudantes no Estádio do Pacaembu em São Paulo foi autorizada pelo governador.¹³



Figura 3: Estudantes Marilienses no Jardim da Luz, na chegada a São Paulo para conquistar a FAFI em 31/05/1957

Fonte: Jornal Diário, Coluna Raízes, Marília, domingo, 16 de dezembro de 2007

O deputado Maurício dos Santos tinha sido o autor do projeto de lei que propunha a criação de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras para Marília. Nos idos dias de janeiro de 1957, cientifica o Prefeito Municipal de Marília de que o projeto tinha sido aprovado em segunda discussão na Assembléia Legislativa do Estado e que logo seria encaminhado para o gabinete do Exmo. Sr. Governador Jânio Quadros. A notícia causou intensa satisfação nos meios estudantis que já tivera contato com o governador a esse respeito.

Decorrido algum tempo, ex-alunos do Colégio Estadual e Escola Normal de Marília, estudantes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto regozijam-se com a notícia da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Eis o ofício enviado por esses estudantes à Prefeitura Municipal de Marília:

¹³ Fotos e informações sobre esta viagem foram publicadas em Revista de Domingo na coluna Raízes nas edições de 7-11-2004 e 16-12-2007.

Ribeirão Preto, 17 de junho de 1957.

Exmo. Sr.
Dr. Miguel Argollo Ferrão,
DD Prefeito Municipal de Marília

Prezado Senhor:

Os abaixo assinados, alunos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, ex-alunos do Colégio Estadual e Escola Normal de Marília, tomando conhecimento da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nessa cidade, vêm por meio desta congratularem-se com V. Excia. e expressarem a alegria que sentem assim como todos os Marilienses. Aproveitamos também o ensejo para transmitir através de V. Excia., ao povo de Marília e em especial aos estudantes dessa cidade os nossos cumprimentos, isto porque, quando ainda aí estudávamos, lutávamos também para trazer uma Escola Superior, aspiração e sonho de todos os estudantes dessa região, e que ora se concretiza.

Subscrevemo-nos abaixo e reiteramos protestos de mais alta estima e especial consideração.

Atenciosamente.

Saudações Universitárias.

Zenshi Heshiki
José Romero Teruel
Francisco Dáfnis da Costa
Yasaku Soussumi¹⁴

O jornal Correio de Marília publica, na sua edição de 6-7-1957, o nome do novo diretor da Faculdade de Filosofia de Marília de conformidade com o telegrama recebido pelo prefeito municipal Dr. Miguel Argolo Ferrão. Foi indicado para dirigir a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília o Prof. Dr. João Dias Silveira.

No dia seguinte, um novo telegrama confirma que o nome do novo diretor da Faculdade será o Prof. Dr. José Quirino Ribeiro, Catedrático de Filosofia da Universidade de São Paulo.

O texto do telegrama na íntegra, abaixo reproduzimos:

Exmo. Sr. Dr. Miguel Argolo Ferrão, Prefeito Municipal de Marília.
Em aditamento telegrama endereçado V. Excia., ontem, dia 4, retifico para professor, Dr. José Quirino Ribeiro, catedrático Faculdade de Filosofia Universidade de São Paulo, nome para dirigir Faculdade dessa cidade.
Saudações.
Jânio Quadros
Governador de São Paulo¹⁵

¹⁴ Ofício publicado no Correio de Marília em 26-6-1957. Título: Ex-alunos do Colégio Estadual de Marília regozijam-se com a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

¹⁵ Texto do radiotelegrama com a indicação do 1º Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Correio de Marília, 07-07-1957. Título: O novo reitor da Faculdade de Filosofia de Marília.

Governantes de Marília tiveram ótima impressão do novo diretor. Nesse encontro, o novo diretor solicitou aos dirigentes marilienses a realização de uma pesquisa sobre a preferência dos estudantes por cursos da Faculdade de Humanas e colocou os objetivos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras: formação de pesquisadores, formação de magistério, médio, formação de mestres em cultura desinteressada.

Na edição de 30 de julho de 1957, o Correio de Marília publica a relação de Cursos e Matérias, bem como as matérias do concurso de habilitação.

A partir dessa publicação os interessados tinham até a data de 15 de agosto de 1957 para manifestar por escrito os cursos de sua preferência. Convidavam-se pais, diretores de escolas, presidentes de grêmios e alunos para discussão sobre os cursos. A Secretaria da Faculdade de Filosofia funcionou temporariamente na Galeria Santa Luzia localizada na Avenida Sampaio Vidal, no centro da cidade, facilitando dessa maneira, o contato com o público, estudantes e a imprensa. Este salão foi cedido gratuitamente pelo comerciante Sr. Romildo Romeu Forim.

A seguir, o Governo do Estado envia à Prefeitura Municipal de Marília a verba de seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta cruzeiros para a aquisição do novo prédio para funcionamento da Faculdade de Filosofia. O prédio da Fiação de Seda Maria Isabel na Avenida Vicente Ferreira foi vistoriado e aprovado pelo diretor da Faculdade Dr. Quirino.

Outra preocupação da Prefeitura Municipal foi atender ao pedido da população para a criação de um cursinho preparatório ao vestibular da Faculdade de Filosofia. Em mensagem enviada à Secretaria da Educação, assim se expressa o prefeito:

Exmo. Sr. Dr. Vicente de Paula Lima
DD Secretário da Educação de São Paulo

Um grupo de professores de Marília está interessado em iniciar nesta cidade cursos vestibulares à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, criada pela lei estadual número 3781, de 25 de janeiro de 1957, a qual, ao que tudo indica, deverá funcionar em 1958.

Na impossibilidade de encontrarem salas adequadas para o funcionamento dos cursos vestibulares os interessados procuram esta Prefeitura solicitando a minha interferência no sentido de obter cessão de duas salas no prédio em que funciona o Colégio Estadual e Escola Normal de Marília. Consultada a Diretora do referido estabelecimento, esta, em ofício de 13 do corrente mês, assim se manifestou:

Em atenção ao ofício n. 927/57, dessa Prefeitura Municipal, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que este estabelecimento pode dispor, atualmente no período noturno de 3 (três) salas de aula, com capacidade total de 98 alunos, salas em condições para serem utilizadas para o funcionamento

de um curso para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, dependendo a cessão das mesmas de autorização superior.

A partir desse parecer o prefeito municipal dirigiu ofício à Secretaria da Educação.

Como Vossa Excelência não ignora, o prédio do Colégio Estadual e Escola Normal de Marília conta com dez salas grandes...

Assim, permita-me solicitar a Vossa Excelência a fineza de, sem prejuízo do funcionamento regular do Colégio Estadual autorizar a cessão de duas salas para instalação dos cursos vestibulares que funcionará à noite de segunda-feira ao sábado, das 19 às 22 horas e 30 minutos...

Eng. Miguel Argollo Ferrão
Prefeito Municipal

Como se vê, havia empenho das autoridades municipais em estabelecer parceria com a Faculdade de Filosofia para preparar os jovens para os exames vestibulares no final do ano de 1957.¹⁶

Os jornais dos dias que se seguiram anunciavam o funcionamento do curso vestibular preparatório para exames vestibulares da Faculdade de Filosofia de Marília por professores da cidade, em que seriam lecionadas todas as disciplinas relativas às seções de Pedagogia, Filosofia, Matemática, História, Letras, Neo-Latinas e Letra Anglo-Germânicas.

O Correio de Marília publicou na sua edição n. 7841 de 29/09/1957, o impasse no andamento da instalação da Faculdade de Filosofia de Marília. A notícia informa que, depois de aprovado o prédio das Indústrias de Seda Marília S/A para o funcionamento da Faculdade, os acionistas da mesma desistiram da transação comercial do prédio.

Uma comitiva de vereadores marilienses se dirigiu a São Paulo no início do mês de outubro e conseguiu do Dr. Cristiano Altenfelder Silva a venda do imóvel para a Prefeitura de Marília, restando ainda a sua reforma.

Foi declarado de utilidade pública o imóvel da Indústria de Seda de Marília para a Faculdade de Filosofia. Sendo assim, a medida legal n. 666 autoriza a aquisição do imóvel por via de desapropriação.

Continuaram os esforços dos poderes municipais para a concretização da reforma do prédio. O projeto do executivo, estimado em dois milhões de cruzeiros para a reforma e adaptação do prédio, cuja planta tinha sido elaborada pela Diretoria de Engenharia da Prefeitura, previa nove salas de aulas, três salas diversas, salão de reunião para professores, diretoria, secretaria, portaria, arquivo, almoxarifado, biblioteca, laboratório, diversas instalações sanitárias, cantina, cozinha e galpão.

¹⁶ Edição do Correio de Marília em 19 de setembro de 1957. Título: Vestibular à Faculdade Oficial de Filosofia.

Representando a família Bento de Abreu, o Dr. Clovis Sampaio Vidal recebeu a quantia de Cr\$1000000,00 pelo valor da escritura. Em seguida, abriu-se a concorrência pública para reforma. O prefeito, então enviou à câmara um Projeto de Lei para abertura de crédito de Cr\$2000,00 para cobrir as despesas com a reforma do prédio.

Em visita à Câmara Municipal de Marília, em 19 de dezembro de 1957, o Dr. José Quirino Ribeiro, diretor da Faculdade de Filosofia anunciou a sua instalação em 1959 em virtude das exigências burocráticas: legalização da Escola sujeita à Diretoria de Ensino Superior, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Presidência da República e publicação em Diário Oficial da União, como também da verba de dez milhões, pagável em duas parcelas pelo governo estadual para compra de material. Explicitou o Dr. Quirino, nesta mesma visita, que as secções de funcionamento estariam assim distribuídas: o primeiro ano teria as secções de Filosofia, História, Pedagogia e Ciências Sociais; o segundo ano teria o acréscimo de Psicologia; o terceiro ano, o acréscimo de Geografia e o quarto ano, uma série única de Didática.

Todo o trabalho realizado pelo primeiro diretor com relação aos primeiros contatos com os dirigentes da cidade de Marília, as necessidades para instalação da Faculdade, foram relatados ao Senhor Governador do Estado para as cabíveis providências. Vale dizer que os anseios dos marilienses e da sua população para elevar o nível cultural da cidade eram reais e explicitados ao final do relatório realizado pelo seu diretor Prof. José Quirino Ribeiro:

[...] E, exatamente o que mais me alegrou e animou nesta espinhosa tarefa, foi ter encontrado entre os líderes marilienses, perfeita e alta compreensão para essa advertência preliminar; os três principais co-responsáveis e co-interessados de Marília neste plano – Eng: Miguel Argolo Ferrão, Prefeito Municipal; Dr. Aniz Badra, Presidente da Câmara e Dr. José Coriolano de Carvalho, vereador – os três que acompanharam passo a passo o meu trabalho e estão colaborando incansavelmente comigo, são pessoas altamente esclarecidas e concordam comigo em que Marília, pelo que é e pelo que representa, não pode, não está interessada em aceitar qualquer escola, mas quer, exige uma grande escola que faça da cidade, dentro de alguns anos, um verdadeiro centro de cultura. O que êsse Município já empenhou, em esforço, em sacrifícios e em dinheiro para o empreendimento de sua faculdade de Filosofia é prova da alta compreensão que tem de suas responsabilidades, do alto nível em que coloca as suas exigências. (ANAIS..., 1969, v. 1, p. 23-24).

Em decorrência do desejo dos marilienses em verem confirmado o nome do Dr. José Quirino Ribeiro para a direção da faculdade oficial de Marília, tendo em vista o brilhante trabalho iniciado para sua instalação, o prefeito mariliense expediu ao Governador do estado um radiotelegrama:

Dr. Jânio Quadros, DD. Governador do Estado
 Palácio dos Campos Elíseos – São Paulo.
 Certo interpretar desejo unânime população mariliense vg tomo liberdade
 apelar vossência sentido ser confirmado senhor Prof. José Querino Ribeiro
 no cargo de Diretor Faculdade Filosofia Ciências e Letras Marília pt
 Sinceros agradecimentos pt.
 Atenciosas saudações
 Eng. Miguel Argollo Ferrão
 Prefeito Municipal¹⁷

O mesmo apreço da pessoa do Dr. Quirino Ribeiro à sociedade mariliense e seus representantes políticos foi reciprocamente espontâneo por parte deste diretor, quando manifesta, em seu relatório ao governador do Estado, as suas impressões sobre a cidade de Marília:

Não seria justo deixar sem consignação nesta parte do Relatório, a magnífica impressão que me causou a cidade, seu povo e seus dirigentes, pelo alto espírito público, pelo desinteresse pessoal, pela fidalguia da hospedagem que provaram, à saciedade, durante as doze horas que permaneci com eles. (ANAIS..., 1969, v. 1, p. 16).

Como pudemos observar, questões políticas envolveram a escolha dos dirigentes para recém criada Faculdade de Filosofia na cidade de Marília.

Apesar do desejo expresso dos marilienses, o governador Jânio Quadros designou, em 25 de abril de 1958, o Dr. Michel Pedro Sawaya, docente livre da cadeira de Zoologia, lotado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para exercer a função de Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, criada pela lei n. 3781, de 25 de janeiro de 1957, subordinada ao Conselho Estadual de Ensino Superior.

A Edição de 28/06/1958 destaca a notícia sobre a professora Josefina Chaia elogiando-a como uma entusiasta pela educação, uma das brilhantes culturas da cidade de Marília, apresentando-a com justo orgulho por ter sido a primeira mestra a ser nomeada para exercer o cargo de Técnico de Administração da Faculdade, por ato do novo diretor Prof. Michel Pedro Sawaya.

Na sua visita a Marília, o novo diretor Sawaya anuncia as secções que funcionarão de início na faculdade: História, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia, laboratórios de línguas (fonética) e de Psicologia. Pediu a colaboração e interesse da mocidade estudantil como recompensa às lutas desenvolvidas para criação da Faculdade.

¹⁷ Edição do Correio de Marília em 5-3-1958. Título: Direção da Faculdade de Filosofia.

Foram iniciadas, então, as inscrições aos cursos preparatórios ao vestibular da Faculdade com a responsabilidade da professora Josefina Chaia, tendo o seu início na data de 1º de agosto de 1958.

O Correio de Marília de 12 de agosto de 1958 exhibe a matéria sobre a constituição do corpo docente da Faculdade de Filosofia:

Corpo Docente:

Pedagogia

- 1- Prof.^a Ewalda Carneiro C. Martins
História e Filosofia da Educação
- 2- Pe. Jayme Espinosa Anta
Psicologia Educacional
- 3- Prof. Oswaldo Elias Xidieh
Fundamentos Sociológicos da Educação
- 4- Prof. João Gonçalves Barbosa
Complementos de Matemática e Estatística Educacional

História

- 1- Prof.^a Olga Pantaleão
História Moderna e Contemporânea
- 2- Prof. Amadeu José Duarte Lanna
Antropologia e Etnografia
- 3- Prof. José Roberto do Amaral Lapa
Introdução aos Estudos Históricos
História da Civilização Brasileira
- 4- Prof. Uacury Ribeiro de Assis Bastos
Geografia

Anglo-Germânicas

- 1- Prof.^a Hedwig Luis Dannenberg
Língua e Literatura Alemã
- 2- Prof. Iscar Carlos de Camargo
Filosofia Portuguesa
- 3- Prof. Paulo Augusto Froelich
Língua e Literatura Inglesa¹⁸

¹⁸ Edição do Correio de Marília de 12-08-1958. Título: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – Corpo Docente.

Os jornais da cidade anunciavam, nessa época, desapropriação de uma área de terra de 2.865 metros quadrados, ao lado do prédio da Faculdade, com o objetivo de ampliar o espaço destinado à Educação Física e esportes naquele estabelecimento de ensino superior.

A imprensa tem grande importância para as cidades interioranas. O espaço jornalístico local é o lugar onde tudo acontece e reflete o cotidiano urbano. A esse respeito, Bretan (1995) afirma que:

Um jornal pode desempenhar funções originalmente destinadas aos partidos políticos, aparentemente como uma força que é superior e orientadora destes. No espaço do jornal criam-se incidentes, conspirações, intrigas. O espaço do jornal transforma-se na arena social, o lugar onde tudo acontece, a história transcorre nele. (BRETAN, 1995, p. 13-14).

A imprensa mariliense procurou, ao longo da sua existência, unir os ideais da sua população com os da educação. Tobias (1973) retrata a importância e valor da imprensa de Marília ao afirmar:

A imprensa compenetrada de seu papel, de sua alta missão civilizadora, como se fora de uma capital adiantadíssima, antecipou-se à época. No terreno comum do “pelo bem de Marília”, não houve nunca dissensões possíveis. Jamais desinteligências em matérias de bem servir ao público. Todos os antagonismos, mesmo nas horas mais cálidas, nas lutas presidenciais, antes de 30, durante o movimento de outubro de 32, se anularam em benefício da cidade. Marília, em matéria de imprensa, deu assim uma lição ao Brasil. O sensacionalismo, a praga de que toda a boa imprensa do país ainda deseja expungir-se, nunca teve guarida em nossos jornais. Nem ataques pessoais? Nem discussões políticas. Uma imprensa para uma cidade de futuro [...] (TOBIAS, 1973, p. 131).

O jornal tem grande força como fonte de pesquisa, pois o seu espaço representa uma rede social em que a história é narrada como num filme e que a partir das nossas análises e interpretações possibilitam chegar às idéias dos diferentes setores da sociedade. Torna-se um retrato da vida do período estudado.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília figurou na imprensa local variando com uma maior ou menor intensidade, desde as primeiras especulações sobre a sua criação até nos primeiros anos do seu funcionamento. Por meio das publicações dos jornais da época podemos compreender o contexto social local e regional, as suas expectativas, seus interesses partidários, como também as políticas favoráveis e contrárias à sua expansão.

CAPÍTULO 3

IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR EM MARÍLIA

*Há o presente das coisas passadas;
há o presente das coisas presentes;
há o presente das coisas futuras.*

Sto. Agostinho



Figura 4: Vista Área da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília

3.1 Políticas para criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília foi criada no contexto da política do governo como solução para a procura de vagas para o ensino superior no interior do Estado e a necessidade de formação de pessoal docente para o atendimento das escolas secundárias existentes. Os Institutos Isolados de Ensino Superior surgiram por questões históricas das políticas populistas voltadas também para o atendimento a essas necessidades. Para Cunha (2007) essas iniciativas do Estado visavam à modernização deste segmento do universo educacional brasileiro.

Pela promulgação da Lei nº 3.781, de 1957, criando o Instituto Isolado de Ensino Superior de Marília com a Faculdade de Filosofia, inicia-se um novo período no campo cultural. Esta Faculdade representava um sonho antigo, segundo os memorialistas, políticos, jornalistas e intelectuais quanto à imagem da cidade e da representação cultural que dela faziam. Apontava também para a nova política no campo da cultura, ou seja, a interiorização

dos centros de pesquisa e ensino, disseminando os Institutos Isolados do Ensino Superior pelo Estado.

A atuação de intelectuais marilienses, agremiados em torno da Sociedade Marililândia, preparara o ambiente, criando uma atmosfera propícia à instalação dos cursos superiores na cidade (ANAIS, 1969, p. 8-9). Os movimentos da história local demonstram que a cidade cultiva, desde os primórdios de sua criação, uma tradição de centro de cultura.

Como a expansão do ensino superior pelo interior do Estado vinha sendo pensada desde o final dos anos de 1940, período após a nova Constituição, uma nova política, com novas iniciativas foram desencadeadas no sentido de extensão do Ensino Superior para o interior do Estado, especialmente em cidades de maior desenvolvimento urbano e industrial. Tais iniciativas se comprovam por meio de projetos de lei de criação de ensino superior que posteriormente se transformaram em lei.

Apesar das resistências oferecidas pela Universidade de São Paulo foram se formando, por iniciativa do governo do Estado, vários Institutos Isolados de Ensino Superior em vários pontos do Estado de São Paulo. Dessa maneira, novas oportunidades se abriram para o ensino superior possibilitando oportunidades para muitos jovens que viviam no interior e que não podiam estudar na capital do Estado. Assim é que, na década de 1950, muitos institutos foram instalados por influência política dos líderes municipais e da luta e persistência da população local.

Bazilli (1998), em entrevista dada ao CEDEM/UNESP, reitera essa mesma questão quando afirma que:

As faculdades tinham sido criadas num processo político, a partir de 1960, principalmente, num processo político sem qualquer estudo científico. Eram criadas, vamos dizer, na base da pressão política do interior do Estado de São Paulo. Isso é importante para conhecer a UNESP, porque o pessoal às vezes desconhece isso. É que a UNESP não é fruto de um trabalho racional de criação de faculdades, ela é fruto de uma aglutinação para racionalizar algo que foi criado politicamente. Quando se cria um curso novo, estuda-se o mercado, estuda-se a utilidade da faculdade e tudo mais. A UNESP não. Os institutos foram criados politicamente. Costumava-se até brincar que o governador Adhemar de Barros, aqui em Guaratinguetá, em praça pública, o prefeito perguntou: “Que faculdade vocês querem?” Então o pessoal gritava: “Medicina”. Mais alto. “Filosofia”. E lá pelas tantas gritaram muito alto “Engenharia”. “É essa, então”. Quer dizer, conta-se que foi assim o início de criação da Faculdade de Engenharia aqui em Guaratinguetá. Não sei até que ponto é brincadeira ou até que ponto é verdade, não sei, conta-se isso. Mas uma coisa é verdade: elas foram criadas num processo eminentemente político, as faculdades, os municípios que tinham uma política atuante, reivindicavam e conseguiam do governo a criação. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n.1, 10 set. 1998, CEDEM/UNESP).

Nessas circunstâncias, a opinião do governo da época era que os Institutos Isolados eram altamente importantes para o interior do Estado, porque levavam cultura e ensino ao interior. Bellotto (2002), dirigente da Faculdade de Filosofia de Marília, em depoimento dado ao CEDEM/UNESP confirma essa versão ao afirmar: “Há sempre a justificativa de que os Institutos Isolados e a Universidade Estadual Paulista tinham uma missão a cumprir, a de disseminar o ensino pelo interior do Estado, isto é, fora da Capital [...]”¹ (BELLOTTO, Manoel Lelo. Entrevista n. 2, 19 mar. 2002, CEDEM/ UNESP).

As primeiras iniciativas do Poder Público Estadual para a instalação de unidades isoladas de Ensino Superior pelo interior de São Paulo ocorreram por meio da Universidade de São Paulo, respondendo às pressões que tinham como principal objetivo a expansão de oportunidades. Dessa maneira, já se iniciava a descentralização dos poderes estadual e federal.

Algumas condições corroboraram a expansão do Ensino Superior pelo interior do Estado:

- Sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo.
- Pela incorporação pelo Estado de estabelecimentos particulares existentes, transformando-os em IES, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara.
- Pela criação dos IIES diretamente pelo governo estadual como FFCL de Rio Claro, FFCL de Marília, FFCL de Araraquara, FFCL de Presidente Prudente, FFCL de Assis e FFCL de São José do Rio Preto.

Segundo Corrêa (2006), desde o final da década de 1940, passou a haver o interesse do Estado em difundir o ensino superior público. No governo Jânio Quadros (1955 – 1959) foram removidos muitos obstáculos para a criação das escolas superiores. Nesse governo, fez-se a fixação de princípios como o de que essas escolas deveriam ser de alto nível e fundar-se em linhas renovadoras. Sendo assim, as escolas deveriam representar para os municípios a ação de agentes culturais capazes de proceder transformações em grandes proporções.

Em Marília, as atenções da imprensa local e dos representantes políticos voltaram-se para a iniciativa de trazer para a cidade uma faculdade oficial. Muitas eram as tarefas a cumprir para que se pudesse chegar ao alto nível pretendido.

¹ Bellotto foi dirigente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, nos anos de 1980. De acordo com as observações do Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Junior durante o nosso Exame de Qualificação, a indicação do Prof. Bellotto para a direção da Faculdade de Filosofia de Marília dependeu do comportamento da Congregação da época, que acabou adotando a interpretação da reitoria e abrindo mão da sua própria. A nomeação do Prof. Bellotto tornou-se possível após a Congregação concordar com a sua inclusão na lista sêxtupla, em lugar de um professor anteriormente indicado. A impossibilidade de esse professor assumir a diretoria deveria levar à indicação de um outro nome da lista (para isso existem as listas...) e não à inclusão de outro não pertencente à lista.

A Assembléia Legislativa Estadual era o palco onde se apresentavam as indicações para criação de muitas escolas de ensino superior no interior do Estado, determinadas pela ação dos deputados cuja base de votos estava nas cidades do interior. Em muitas localidades do interior, a ação dos deputados foi determinante para a criação dos Institutos Isolados e, conseqüentemente, para a interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo.

No caso do IIES de Marília, com a sua Faculdade de Filosofia, a ação do deputado Aniz Badra em muito colaborou para a sua criação e consolidação, pois a comunidade mariliense, ao reconhecer a importância de uma faculdade oficial no município, apoiava o deputado, aumentando assim o fator de voto.

Nesse sentido, a Faculdade de Filosofia resultou de propostas dos marilienses, em especial dos representantes políticos que atendiam a diferentes interesses, particularmente os das classes médias de Marília e região. Portanto, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília foi uma decisão política. Sem a política não teria sido sancionado o diploma legal que instituiria a Faculdade, não conseguiria o município a verba destinada à compra e à conclusão do prédio e tampouco verba para sua instalação e funcionamento.

Entre outros fatores que motivaram a abertura das escolas superiores no interior, estão o aumento da rede de escolas secundárias que possuíam uma clientela em potencial para o ensino superior. Sendo assim, os municípios com o maior número de escolas secundárias teriam maiores chances de conseguir uma Faculdade em função da demanda.

A Universidade de São Paulo, como a única instituição de ensino superior antes da criação dos Institutos Isolados, não dispunha de vagas suficientes para atender a todos, sobretudo nos cursos mais procurados, como os de Medicina, Farmácia, Odontologia, entre outros. Dessa forma, a falta de vagas da USP foi um fator importante que levou à criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior no interior do Estado.

Muitos opositores ao desenvolvimento dos cursos superiores no interior do Estado colaboraram para retardar a abertura das faculdades oficiais nos municípios interioranos. Entre os mais resistentes encontramos a USP e o seu Conselho Universitário. Considerada por muito tempo a única instituição de ensino superior do Estado de São Paulo que possuía o prestígio alcançado na opinião das autoridades públicas, a USP se tornou discordante da interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo, mesmo quando os políticos não pareciam concordar com o CO/USP. Era a única instituição que tinha oferta de um ensino público superior destinado à formação de uma pequena elite responsável pelo desenvolvimento do país. Sobretudo, naquele momento, a USP era a instituição responsável

pela oferta de ensino superior e ainda reunia as poucas faculdades existentes em função da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A discordância da USP para com a interiorização do ensino superior pode ser observada em trecho do extenso relatório realizado pelo Prof. Querino Ribeiro, o primeiro diretor nomeado pelo governador do Estado, quando do seu primeiro contato com a cidade de Marília, observadas as suas reais necessidades:

A história das solicitações da cidade de Marília para obter um instituto de ensino superior vem de muito longe. O Processo número 4557/52 apesar de avolumado pela pertinácia edificante dos marilienses, encerra, todavia, uma quase dezena de pareceres de professores isolados ou em comissão, da Faculdade de Filosofia ou de outros institutos da Universidade e do próprio Conselho Universitário, todos, invariavelmente, contrários à pretensão, com ponderáveis fundamentações que vão desde os fatos concretos e elementares das dificuldades materiais, até a idéia superior da necessidade preliminar de um planejamento geral para a distribuição dos institutos de ensino superior (isolados ou participantes da Universidade) pelos grandes centros do interior do nosso Estado. (ANAIS, 1969, p. 10).

Segundo Dias (2004), o desenvolvimento dos Institutos Isolados criados no interior do Estado, requisitava outras estruturas administrativas, que trabalhassem minimamente com critérios padronizados de gestão e minimizassem o isolamento dos institutos, proporcionando uma maior interação entre eles. A autora informa que antes da instalação do CEE – Conselho Estadual de Educação, com a sua câmara do Ensino Superior em 1963, responsável por congregar os institutos, seria realizado também um diagnóstico com a pretensa idéia de integrá-los às Universidades Regionais. Nesse período era o Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior que se encarregava da circulação de documentos e informações. O conjunto de documentos produzidos por esse conselho serviu para orientar o ensino superior uma década à frente, resultando na criação da UNESP.

Posteriormente, com a criação da CASES e CESESP, houve a necessidade da retomada das discussões sobre as alternativas possíveis de integração dos Institutos, bem como de uma nova organização administrativa.

O Instituto Isolado de Ensino Superior de Marília, teve como primeiro diretor o Prof. Dr. José Querino Ribeiro, por determinação do senhor governador do Estado. Ao tomar posse do cargo, teve a responsabilidade de conduzir o processo inicial de organização da faculdade pautando-se sempre na sua principal marca, seriedade e competência científica.

Para o Instituto Isolado de Marília, foram fixados os requisitos essenciais a que a Faculdade deveria se obrigar:

Da clientela escolar, além de atender às exigências legais do concurso de habilitação, seria exigida uma necessária dedicação aos estudos com o compromisso de, uma vez formados, bem servirem à coletividade; manter um serviço de orientação educacional capaz de salvar os moços bem dotados que os encaminhasse para suas verdadeiras aptidões; um corpo docente recrutado sob rigorosas exigências com capacidade científica, didática e independência moral; estrutura didática que permitisse a atribuição de tarefas racionalizadas aos professores e não dificultasse a substituição, sem burocracia e com o mínimo de atritos; estrutura administrativa que servisse ao interesse do ensino, pesquisa e cultura geral de fato, instalação e equipamentos em qualidade e quantidade satisfatórias aos planos de trabalho e sem desperdícios; localização dos edifícios que permitisse a formação de uma comunidade de trabalho, compreensão e convicção de que os estudos assegurassem eficiência para a democracia; consulta a professores da Universidade de São Paulo sobre aspectos de sua estrutura; consulta a egressos a respeito dos problemas relacionados ao exercício das funções pretendidas; ponderação e verificação sobre as deficiências apresentadas e se decorrem da escola; coragem para decidir e assumir responsabilidades; compreensão e convicção a respeito dos empreendimentos humanos com flexibilidade.

Muitas visitas de trabalho foram realizadas na cidade e muitas solicitações atendidas. Fazendo parte do sempre presente interesse dos representantes marilienses, um grupo de sete deles fora formado para subsidiar o novo diretor, assistindo-o em suas necessidades. Compunham esse grupo, além do prefeito Miguel Argolo Ferrão e do presidente da câmara, Aniz Badra, os vereadores: Álvaro Simões, Fernando Mauro Pires Rochas, José Coriolano de Carvalho, Sebastião Mônaco e o suplente José Antonio Maryssael de Campos. O cidadão mariliense Romildo Forin colaborou nessa empreitada, oferecendo uma sala na Avenida Sampaio Vidal nº 473, ponto mais central da cidade, a fim de instalar-se um escritório que iria funcionar como ponto centralizador de informações aos interessados pela instalação da Faculdade.

Outra grande decisão do novo diretor se relacionava à escolha do prédio que melhor atendesse ao funcionamento da faculdade. Poderia ser o Educandário Bento de Abreu Sampaio Vidal, com o qual a prefeitura já havia assumido compromisso com o governo do estado, ou as dependências da antiga Fábrica de Seda Maria Izabel, de propriedade da família Sampaio Vidal.

A escolha do prédio da antiga fábrica se deu em função de alguns aspectos: sobre a escolha não importaria o desalojamento de outra escola em atividade ou programada para breve funcionamento, a situação devia, na medida do possível ter uma solução definitiva e

não provisória, a adaptação do prédio devia ser mais fácil pelo seu tipo de construção, com terreno suficiente para futuras ampliações e cuja localização fosse em zona urbana de fácil acesso ao centro da cidade.

Após o impasse da escolha do prédio, ficando decidido ser mesmo o da antiga fábrica de Seda Maria Izabel, comprado por um altíssimo valor pela prefeitura, um empreendimento enorme para o município para em seguida doá-lo para o governo do Estado. Dessa maneira, Marília se tornou a primeira cidade do interior a dispor de uma Faculdade instalada em prédio próprio desde a sua fundação.



Figura 5: Fábrica de Seda Maria Izabel em 1957, na Av. Vicente Ferreira, onde foi instalada a Faculdade
Fonte: Jornal Diário, Coluna Raízes, Marília, 12 de outubro de 2008

A exemplo da Faculdade de Marília, inicialmente todos os outros Institutos passavam por dificuldades de infra-estrutura. Bazilli (1998) mostra que a Faculdade de Guaratinguetá iniciou suas atividades com apenas cinquenta livros, o que nos dias de hoje poderia ser considerado um absurdo. Nos demais Institutos repetia-se o mesmo quadro, poucos títulos e periódicos praticamente não existiam. Eram três as maiores dificuldades: pessoal, instalações e equipamentos.

Coube ao novo diretor a realização de um Inquérito entre os jovens da cidade e região, aspirantes ao curso superior, para organizar as seções de estudo a serem propostas de acordo com as preferências da maioria dos entrevistados.

Uma questão que se coloca desde a época do Inquérito, determinando as preferências por cursos realizados em locais onde iriam se instalar os Institutos Isolados, em especial na cidade de Marília, era a baixa demanda por alguns cursos das faculdades de Filosofia, o que resultou em sua não implantação. No nosso olhar, faltaram mecanismos que melhor explorassem as vagas existentes.

Em parte, essa preferência por cursos que participaram da demanda local explica as geo-políticas dos Institutos Isolados. Na análise prévia realizada pelos organizadores do Inquérito, chegou-se à conclusão de que mais de 50% da demanda relativa aos cursos médios frequentavam escolas normais, fato que explica a preferência pelo curso de Pedagogia. Constatou-se também que o público feminino dominava as matrículas.

Como houve divergências nas preferências, coube ao diretor estabelecer alguns critérios. Entre eles, as preferências preliminares da demanda deveriam na medida do possível ser atendidas. Com a dificuldade da formação do quadro docente, a Faculdade não poderia ser estabelecida completamente para não parecer demasiadamente deficitária a ponto de estar impossibilitada do enfrentamento dos percalços naturais advindos do seu funcionamento. Sendo assim, foi pensada a organização de grupos de seções que atendessem às exigências docentes e materiais e permitissem menores gastos sem prejuízo da qualidade do ensino e da variabilidade e flexibilidade dos cursos. Continuava o imperativo de atendimento de alto nível e linha renovadora que fundamentalmente conduziria à racionalidade de gastar bem e não de gastar pouco.

No plano de funcionamento, de acordo com o que se descreveu no capítulo anterior sobre a formação do corpo docente, as seções para o primeiro ano de funcionamento somente ocorreriam com a série inicial de cada uma:

Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais que atenderia também as seções de Psicologia e Didática.

Para as letras clássicas – Letras Neolatinas e Letras Anglo Germânicas.

História pela maioria das preferências demandatórias e por não depender, como as anteriores, das dificuldades de pessoal e de laboratórios, podiam atender também as discussões em favor da Geografia.

Observamos que eram seis seções propostas que atendiam a maioria das preferências estudantis com a possibilidade de instalação imediata no prédio pretendido. Convém ressaltar que a USP não daria conta da formação de professores secundários, surgindo também dessa preocupação as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pelo interior do Estado.

3.2 Expansão dos Institutos Isolados no interior do Estado e a posição do Conselho Universitário da USP

No interior do Estado, o surgimento de uma faculdade poderia acontecer como instituição municipal que buscava entre os órgãos públicos o seu reconhecimento ou pela via de solicitação da sua criação ao poder estadual. Como já descrevemos, Marília passou por esse processo. No caso do Instituto Isolado de Ensino Superior de Marília, coube ao governador do Estado a sua criação e ao município coube os trâmites da sua instalação e funcionamento.

Aos diretores nomeados pelo governador do Estado, caberia a mediação direta entre a Instituição e o governo estadual via Casa Civil.

O sistema oficial de ensino, no período de 1940 a meados de 1960, esteve condicionado a interesses político-eleitorais. A atuação do deputado era a de diagnosticar as possibilidades existentes no município, as suas necessidades e a condução das aspirações da sociedade local. Ainda era seu trabalho executar as ações do setor público e nesse movimento propor a criação de novas escolas, como fez o deputado mariliense Aniz Badra, quando da sua participação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A esse respeito Beisiegel (1964) ressalta:

O deputado estadual se destaca entre os agentes políticos, seja pela posição que ocupa nas articulações necessárias à criação e à instalação de novas unidades escolares, seja pelo interesse ou pelo volume de trabalho que marcaram sua atuação na expansão da rede de escolas secundárias. (BEISIEGEL, 1964, p. 188).

Os deputados estaduais tinham interesses em enfatizar os benefícios da expansão do ensino superior para as diversas regiões do Estado, porque reconheciam que a oferta de vagas nesse nível de ensino era pequena e persistia a falta de formação específica para novas profissões. Sobretudo, o interesse também estava nos ganhos políticos com a ampliação de sua base de votos.

Os projetos de criação de novas faculdades no interior dependiam da aprovação da Assembléia Legislativa, que por sua vez, dependia de comissões da Universidade de São Paulo que a assessoravam.

As Faculdades Isoladas exigiam investimentos para a obtenção de equipamentos, instalações, materiais e corpo docente de qualidade. Estes fatos apontam para um estudo mais cuidadoso sobre a expansão dessas escolas. É possível compreender, então, a posição do CO

da USP com relação à Assembléia Legislativa. O CO necessitava manter o equilíbrio das suas autorizações, porque também dependiam do seu próprio orçamento.

O Conselho Universitário da USP foi o mais alto colegiado da única Universidade Paulista na década de 1940 e a ele cabia, entre tantas outras atribuições, analisar as propostas de criação de novas Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Segundo Leite (1967), as decisões contrárias ou pareceres favoráveis viabilizaram no período de 1947 a 1963, o cotidiano dos muitos Institutos Isolados do Estado de São Paulo.

Tais solicitações evidenciaram o desenvolvimento econômico e sociocultural das diversas regiões do Estado que, como já mencionamos, seguiam a trilha das antigas ferrovias. Entre os cidadãos preocupados com a educação destacavam-se os prefeitos interessados em prestigiar o seu município, os intelectuais e os interessados em conseguir aumentar a sua importância política, como representantes e intermediadores do governo, que eram os deputados. Além disso, havia ainda a juventude regional, aspirante aos cursos superiores.

Todas as manifestações em prol da criação de uma Faculdade no interior passava pela análise do CO/USP, órgão máximo de deliberação, planejamento e direção, constituído de uma plêiade de renomados docentes e intelectuais das Letras e Ciências Humanas e cientistas de projeção. Faziam-se representar pela cultura, discutindo questões de como levá-la aos limites de um Instituto Isolado de Ensino Superior.

Na visão de Corrêa (2006), as propostas de incorporação, de estadualização e de criação de novas escolas deveriam ser acompanhadas de parecer de mérito, fornecido em geral pela USP:

A razão de lhe ser atribuído o encargo de proceder a uma avaliação dessas novas escolas não residia tão-só no fato de ela ser a única universidade pública situada em São Paulo, mas também no prestígio por ela alcançado, devendo servir, na opinião das autoridades públicas, de padrão a ser seguido. (CORRÊA, 2006, p. 21).

Era um grande número de envolvimento do CO com as suas atribuições rotineiras que eram inúmeras. Fazia parte dessas atribuições a elaboração de pareceres técnicos referentes à abertura de novas escolas públicas superiores, quando solicitado pelas Comissões da Assembléia Legislativa.

Com as normas contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 e a criação do Conselho Estadual de Educação em 1962, o CO/USP deixa de interferir nas decisões das autorizações, porém, considerando que a constituição do Conselho Estadual tinha

como membro nato o reitor da USP, este continuou a opinar sobre as decisões dessas autorizações.

O novo Conselho coloca em discussão a criação indiscriminada dos Institutos Isolados, o que estaria levando ao caos o ensino oficial estadual. Solicitava ainda, que fosse designada uma comissão para estabelecer um plano de estruturação dos Institutos. A partir dessa idéia, surgiram as primeiras discussões sobre uma estruturação desses Institutos em Fundação, Autarquia, Federação ou Universidade, o que mais tarde viria a acontecer.

Os pedidos da Assembléia Legislativa para abertura de escolas superiores em muito preocupava o CO. Este conselho precisava da Assembléia para dotação de recursos. Assim, havia uma relação de reciprocidade entre a USP e a Assembléia Legislativa, uma necessitando do apoio da outra, situação que levou a Faculdade a se preocupar com a autonomia universitária. Desde muito tempo a Universidade tinha grandes aspirações à autonomia que já estavam explicitadas nas atas do Conselho Universitário.

Leite (1997) explica que as propostas sobre a criação de cursos noturnos por meio do Processo 3392/49 remeteu, mesmo que indiretamente, à questão das Faculdades no Interior do Estado, quando o Parecer da Comissão Especial e o da Comissão de Ensino e Regimento foram contrários aos cursos noturnos. Sobre esta questão, o Relator Renato Locchi, que fundamentou o Parecer, disse que os referidos cursos acarretariam despesa enorme em prejuízo dos cursos normais, já que estavam com as verbas reduzidas.

A mesma autora se pronuncia sobre este assunto demonstrando que havia proposições diferentes para este impasse:

A criação de Faculdades no interior associava-se indiscutivelmente aos cursos da USP por meio de duas proposições diferentes: 1. os cursos noturnos deviam ser desenvolvidos e com eles haveria um aumento da capacidade didática da USP, ou 2. estes não existindo, ocorreria a criação de cursos universitários no interior, a fim de ser atendida a demanda. (LEITE, 1997, p. 263).

O CO não via com bons olhos as propostas de criação de cursos aprovados pela Assembléia Legislativa que, a maioria das vezes, continham intenções políticas. Tal preocupação se pautava na tentativa de impedir a criação indiscriminada dos Institutos, justificada pelas dificuldades econômicas do Estado, a capacidade de ampliação do número de alunos da USP, criação dos cursos noturnos e ampliação da concessão do número de bolsas a alunos carentes.

Muitos pedidos de criação de escolas superiores vinham sendo solicitados à Assembléia Legislativa e a maioria deles foi recusada, a exemplo do que se viu ao pedido feito do Senhor Romeo Ferraz, chefe da Casa Civil do Governador, encaminhando resolução da Câmara Municipal de Marília para a criação de uma Faculdade de Filosofia. O Conselho nem se manifestou a respeito (Ata da Secção de 3-4-1951).

Apesar da restrição da USP, representada pela sua Comissão e Conselho que condenavam as novas criações, algumas faculdades conseguiram aprovação do mais alto colegiado da USP, como a Faculdade de Engenharia de São Carlos (Lei número 161, de 24-9-1948) e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Estima-se que perto de sessenta pedidos de criação, com exceção dos acima mencionados, depois de analisados pelo CO não foram recomendados, inclusive das escolas já existentes, como foi o caso da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, através do projeto de lei – processo nº 380/1951, discutido em 17-12-1951. A alegação para tal indeferimento era que as escolas não teriam condições de manter o alto nível do Ensino e de Cultura do país, exigido das Instituições Superiores.

Nessa mesma perspectiva, muitos outros pedidos chegaram para a análise do CO, como foi o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas e de Farmácia e Odontologia de Marília (Processo 4557/1952). A esse respeito, a comissão manifestou-se, então, pelo arquivamento do processo até que fosse estudado e planejado o Sistema de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Ata da Secção de 29-9-1952). O CO chegou a sugerir ao governo do Estado e ao reitor da USP, em função dessa grande demanda de pareceres, que fosse instituído um grupo de especialistas que estudassem a política a ser utilizada para a interiorização do ensino superior.

Outro tipo de resistência à expansão do ensino superior no interior do Estado se deu por meio do jornal “O Estado de São Paulo”.

Júlio de Mesquita Filho, como editor do jornal, fazia ataques ao processo de criação dos Institutos Isolados no interior, indo desde a fala irônica quando se referia à “interiorização da cultura”, até as matérias publicadas.

Em publicação de 7 de abril de 1960, o editorialista comenta que havia argumentos que lembravam os riscos de se instalar escolas superiores sem o necessário rigor de qualidade, como também garantir a sua instalação. Afirmava ainda, que não seria necessário criar mais escolas de qualidade, pois não havia mais a necessidade de formar mais elites. Bastava a Universidade de São Paulo garantir essa formação e renovação. As críticas tinham um discurso elitista que desvalorizava e criticava a irresponsabilidade da Assembléia Legislativa

de São Paulo, quando autorizava a criação dessas faculdades, canalizando recursos que deveriam voltar-se para USP, a qual não havia ainda atingido, segundo o conselho, o seu grau de desenvolvimento pleno. Fazia também severas críticas voltadas aos profissionais dessas faculdades, quando afirmava que “não se improvisam professores universitários”.

O Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, então diretor da FFCL de Marília, reagiu, respondendo no dia 11 do mesmo mês ao jornalista, nos seguintes termos:

S. Paulo, 11 de abril de 1960.
Senhor Diretor de “O Estado de São Paulo”.

Entre amargurado e decepcionado, escrevo a V.S.^a para manifestar a minha repulsa aos dizeres infamantes das “Notas e Informações” da edição de 7 do corrente, na parte que me atinge como diretor de uma das Faculdades de Filosofia e Letras do Interior, a saber, a da cidade de Marília. A amargura é decorrente das expressões caluniosas que o editorial assaca à qualidade do ensino, à composição do corpo docente e ao malbarato do erário público, como se em Marília (e também em outros centros) estivesse instalada uma quadrilha de arrivistas da educação nacional. A decepção diz respeito ao nível a que se rebaixou um dos mais antigos e prestigiosos órgãos de nossa imprensa, ao publicar sob sua inteira responsabilidade, um artigo em que se mesclam: desonestidade de profissional, incoerência, puerilidade, pusilanidade e quejandos. A desonestidade, a meu ver, vem estampada na afirmação de que “essas faculdades não merecem nem mesmo ser classificadas como estabelecimento de ensino secundário, tão baixo é o seu nível”. Em revide, pergunto-lhe: acaso esteve algum responsável pelas “notas e informações” em visita à Faculdade de Marília? Estaria a par da orientação da Escola, da qualidade do ensino de cada uma das cadeiras já instaladas, das credenciais de seu corpo docente? Se esteve, deveria saber que tem havido grande empenho em transferir para lá, nos cursos em início, a experiência vivida pelas cátedras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e de outros Centros Superiores do país e do estrangeiro, contando, no corpo docente, com universitários conscientes dos problemas da educação em nosso meio, dispostos a um trabalho que, em futuro próximo, só poderá dignificar o ensino público paulista [...] (ANAIS, 1969, p. 33)².

Para cada IIES criado, foi designado um diretor que deveria planejar, discutir possibilidades com as lideranças e representantes políticos locais, a fim de organizar e instalar escolas. Em Marília, o Prof. Dr. Quirino Ribeiro, que veio a Marília como primeiro diretor, desempenhou este papel. Teve total apoio da administração municipal na obtenção de condições do prédio onde a Faculdade iria funcionar, ressaltando-se que Marília foi uma das únicas Faculdades Isoladas que já iniciou o seu funcionamento em prédio próprio, doado pela prefeitura.

² Texto do Relatório retirado dos Anais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, vol.I (1959-1962), tendo como redator Prof. Ataliba T. de Castilho.

Os diferentes segmentos da sociedade, juntamente com os seus representantes municipais e políticos, buscavam soluções para a abertura da Faculdade. A imprensa local desempenhou papel fundamental quando apresentava, quase que diariamente, os embates envolvidos para a abertura das escolas, rebatia as críticas sobre o assunto das Faculdades publicados em jornais de maior vulto e acabava participando do processo como formadores de opinião pública.

Inicialmente, os prédios que abrigavam as faculdades não tiveram construções planejadas. Tratava-se de prédios emprestados, alugados que aos poucos foram adaptados para o seu funcionamento.

O IIES de Marília inicialmente teve o prédio de uma Indústria de Seda para sua instalação e, com o acompanhamento do Prof. Dr. Quirino Ribeiro, parcerias e dotação de verbas recebidas do poder municipal e estadual, esse foi reformado no período de 1957 e 1958, iniciando o seu funcionamento em 1959.

Ainda na gestão do Dr. Quirino foi solicitado em relatório ao senhor governador um cargo em comissão de técnico administrativo, que recaiu sobre a pessoa da professora Josephina Chaia, como já dissemos anteriormente. Com o auxílio da professora, iniciaram-se as inscrições para os cursos preparatórios aos vestibulares. Tais inscrições foram realizadas na própria residência da referida professora, tendo como a primeira inscrita a Srta. Maria Lucia Battisteti.

Questões administrativas eram resolvidas em relação direta do diretor da Faculdade com o governador, tendo como interlocutor o chefe da casa civil. Seguiam os procedimentos formais e burocráticos observados pela legislação federal e Ministério da Educação, pois não havia um órgão centralizador que discutisse as necessidades do Instituto e as resolvesse como hoje em dia acontece.

Por serem isoladas, as faculdades não eram integradas a uma universidade. Não havia espaço para debater os problemas existentes de forma a se chegar a acordos coletivos. Faltava-lhes um Conselho Universitário.

A inexistência de uma reitoria, fazia com que as solicitações ou os apoios não se resolvessem, a não ser se discutidos diretamente com o governador, o que na maioria das vezes era penoso, em consequência da distância entre o interior e a capital.

A realização dos projetos da Faculdade, a solicitação de apoios e a resolução de problemas dependiam muito do bom relacionamento dos diretores com os representantes locais, bem como do governo de São Paulo. O espírito de iniciativa e capacidade de

articulação eram qualidades fundamentais aos diretores na solução dos pequenos e grandes problemas que demandavam soluções.

A organização do quadro docente era também tarefa complexa para os diretores que, para manter o alto nível da Faculdade de linha renovadora, necessitavam recorrer à inúmeras alternativas possíveis, entre elas a de pesquisar professores de fora do país. Marília foi um dos Institutos Isolados que teve a colaboração de professores estrangeiros do Fonds National de La Recherche Scientifique (FNRS) da Bélgica. Na absoluta dificuldade, os diretores se valiam de docentes credenciados do município, oriundos das chamadas “elites culturais locais” para compor seus quadros docentes.

Na perspectiva da estrutura administrativa dos Institutos vemos a figura do diretor como a maior autoridade, nomeado pelo governador do Estado, seguida pelo Secretário responsável direto pelas questões burocráticas. O Secretário era sempre pessoa de confiança do diretor e muitas vezes exercia o papel de intermediador com as autoridades municipais, estudantes, professores e demais funcionários, substituindo o diretor na sua ausência, quando necessário.

Em entendimentos com a Secretaria da Educação para obtenção de um secretário auxiliar com permanência na cidade de Marília, resultou o ato do Senhor Secretário que nomeou o Lic. José Sebastião Pinto, professor primário na capital, para o cargo.

Para obtenção de apoios, sempre se fazia necessária a prestação de contas, direta ao governador, via detalhados relatórios. Contudo, não seria a questão administrativa a única a demonstrar o centralismo das ações, pois, mesmo os diretores possuindo uma relativa autonomia, a centralização ocorria nos diferentes espaços da Faculdade.

Não foram pequenas as dificuldades encontradas pelos Institutos Isolados. Segundo Corrêa (2006), as dificuldades se iniciaram com as instalações improvisadas que necessitaram de adaptações, planejamentos e reformas que demandaram grandes recursos. Os laboratórios que exigiam aparelhos e materiais mais sofisticados demandaram mais tempo a serem montados. As bibliotecas inicialmente possuíam poucos exemplares e dependiam muitas vezes de doações para enriquecer o seu acervo.

A produção científica inicialmente não teve grande desenvolvimento. Somente a partir de 1962 com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é que esse setor tão importante para o Ensino Superior colaborou para a produção do conhecimento de uma forma mais efetiva.

No decorrer dos primeiros anos de funcionamento, os Institutos Isolados sofreram imposições inaceitáveis, por se configurarem de forma bastante discriminatória. A cidade de

Marília, bem como outros IIES do Estado sofreram a imposição das “Licenciaturas curtas” impostas para as Faculdades de Filosofia.

Marília teve o curso de “Licenciatura em Ciências” que, no seu formato de três anos de duração, se configurou em uma licenciatura de curta duração, o que viria a prejudicar os seus formandos posteriormente, quando a própria Secretaria de Educação Estadual não aceitava o seu diploma para lecionar no antigo segundo grau. Para solucionar o problema, os seus concluintes necessitavam de uma complementação que podia ser escolhida entre as áreas de Matemática, Biologia ou Química, cujo curso a Faculdade não oferecia, fazendo com que os seus interessados fossem cursá-la fora do município.

Os Institutos Isolados, pela própria concepção do termo, eram isolados e sofreram dispersões, não havendo integração entre eles, pois não estavam ligados a uma universidade, fato que lhes acarretou muitas dificuldades. Surgiram, a partir de então, várias propostas de aglutinação na tentativa de centralizar o poder em uma universidade, assunto do nosso próximo capítulo.



Figura 6: Fotografia da Colação de Grau do Curso de Licenciatura em Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – 1972

Fonte: Acervo particular da autora

3.3 Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília e a escolha dos seus dirigentes (1958 - 1975)

Apesar das resistências impostas à abertura do Ensino Superior público no interior do Estado, especialmente pela USP, temendo-se a perda da qualidade do ensino, a expansão ocorreu e os Institutos eram uma realidade.

Para dirigir essas escolas foram convidados docentes credenciados e qualificados para desempenhar essas tarefas. Tinham como tarefa imediata organizar as escolas, verificar os locais de funcionamento, infra-estrutura, reformas, instalações, compra de materiais, contratação de professores e do corpo técnico administrativo e outras exigências. Na maioria das vezes esses diretores provinham da USP, nomeados pelo governador do Estado.

Os primeiros diretores em Marília enfrentaram grandes problemas com as instalações para funcionar a Faculdade. Graças à atuação dos seus primeiros dirigentes, juntamente ao apoio recebido das lideranças locais dos representantes educacionais da cidade, é que a organização burocrática da Faculdade se estruturou.

Bazilli (1998) aponta que os diretores tinham autonomia, contudo, eles tinham que levar as determinações do Governo Central aos Institutos:

Os diretores dos IIES tinham um duplo papel, aliás, um papel que merecia uma tese: tinham um papel de levar a pressão, a orientação política da cúpula aos Institutos Isolados e tinham o papel de trazer as reivindicações dos Institutos Isolados para cima. Eu diria que aqueles diretores foram verdadeiros artistas, porque eles não eram vinculados à comunidade, eles não eram eleitos pela comunidade como hoje, eram escolhidos pelo poder central, pelo Governo do Estado. Tanto que deviam lealdade a quem os escolhia, porque era cargo de confiança. E de outro lado, tinham que ter um ótimo relacionamento com as comunidades, para poder ter uma comunidade trabalhando, lutando e acreditando no que estava acontecendo. Então tiveram um papel muito importante. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n.1, 10 set. 1998, CEDEM/UNESP).

Aos diretores nomeados era exigido primeiramente um bom relacionamento com as autoridades locais, especialmente com os autores do projeto de criação da escola, seguido pela percepção das condições oferecidas e, ao mesmo tempo, atender às expectativas da comunidade e do próprio governador.

Como de início da criação dos Institutos Isolados não havia ainda um órgão centralizador, como um Conselho Universitário para discutir no coletivo, as questões que necessitassem de decisões conjuntas eram decididas entre o diretor e o governador. A solução

dependia do bom relacionamento entre eles e da capacidade de o diretor em se articular e realizar os projetos.

Contudo, sem o apoio dos órgãos colegiados, o diretor contaria apenas com o assessoramento de um secretário, também nomeado pelo governador que lhe desse assistência na unidade. Sendo assim, os diretores dos Institutos tiveram a idéia de um “colegiãdo”, porque todos eles vinham de órgãos colegiados da USP.

Sobre este assunto, também comenta Bazilli:

Os professores universitários que assumiam o cargo de diretores dos IIES tinham o costume de órgãos colegiados na USP, porque viviam em órgãos colegiados em suas escolas, congregações e conselho universitário. Então criaram uma espécie de “colegiãdo” que eram os diretores. Esse colegiãdo era composto por todos os diretores do I I e começou a funcionar como uma espécie de conselho universitário. Tanto isto é verdade, que o primeiro Conselho Universitário, transitório foram os diretores. Só os diretores, até a realização das eleições normais. Embora ainda seja uma linha restrita, vamos dizer, de representação da comunidade, do corpo docente, pelo menos eu acho que é o momento em que o diretor não se sente mais sozinho. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n. 1, 10 set. 1992, CEDEM/UNESP).

Depois de cumpridas as cansativas demandas da instalação do prédio e sua organização, viria, talvez a mais penosa, a contratação dos docentes. Muitos diretores tiveram que recorrer a professores de todo país, bem como do exterior que dispusessem de tempo integral para dedicarem às pesquisas e estudos. Nas palavras do Prof. Dr. Quirino Ribeiro, primeiro diretor da Faculdade de Marília, o corpo docente é a viga mestra de uma escola e constitui o mais difícil problema a ser resolvido: “Lembremo-nos de que prédios e instalações, verbas e outros recursos podem ser alcançados em prazo relativamente curto, mas, um bom professor leva, pelo menos, 30 anos para formar” (ANAIS, 1969, p. 12).

3.3.1 Quadro dos primeiros diretores nomeados³

Na existência do IIES – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília foram em número de oito os seus diretores, conforme pudemos constatar pelos arquivos existentes na UNESP, Anais da Faculdade e mesmo nos jornais locais e Diário Oficial do Estado de São Paulo. Esses diretores eram nomeados pelo governador do Estado e dariam início às suas

³ As fotografias dos diretores inseridas nesta tese fazem parte da Galeria dos Diretores da FAFI e FFC - UNESP, expostas na Sala de Congregação da Faculdade e obtidas por meio de autorização da Diretoria Técnica Administrativa.

atividades. Progressivamente, aconteceria a consolidação dessas escolas superiores e conseqüentemente a vida acadêmica seguiria o seu curso normal.

As atividades conferiam autoridade e autonomia especial aos diretores, porém isso demandava muitas e cansativas viagens à capital onde, junto às Secretarias de Estado, pudessem operacionalizar as decisões tomadas com o governador. Uma característica comum dos primeiros diretores dos I IES do interior é que a maioria eram professores da USP e muito dependiam desta Universidade as suas indicações.

3.3.1.1 Prof. Dr. José Querino Ribeiro



Figura 7: Prof. Dr. José Querino Ribeiro

O Prof. Dr. José Querino Ribeiro foi o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, no período de 04 de julho de 1957 a 26 de abril de 1958, embora não tenha tomado posse como diretor. Era catedrático de Administração Escolar da FFCL da Universidade de São Paulo. Atendendo ao pedido do governador em exercício, Jânio Quadros, e mostrando competência, desde o início se manifestou a favor da missão para a qual fora incumbido, sabendo que a escola deveria ser criada para ter um “alto nível e linha renovadora” (ANAIS, 1969, p. 9).

Em seu relatório ao governador, o Prof. Dr. Querino declarou que o curso superior era uma grande conquista para a sociedade local, em especial para a juventude:

Urge declarar aos moços e às comunidades em geral que os cursos superiores não se destinam a satisfazer, gostosamente, as vaidades dos adolescentes ou de suas famílias, mas ao recrutamento daqueles que fazem jus aos maiores sacrifícios do patrimônio público, porque são suficientemente dotados para se incumbirem das altamente responsáveis tarefas da liderança social, o que só se consegue com os árduos sacrifícios da dedicação ao estudo e à pesquisa. (ANAIS, 1969, p. 11).

No entender de Querino Ribeiro, a Faculdade deveria contar com estudantes que estivessem no patamar das exigências, preocupados como alunos de uma instituição pública, em desenvolver a sua responsabilidade social.

Entende-se que a USP ofereceu aos Institutos Isolados do Estado, um modelo de excelência já característico da sua FFCL. Os primeiros professores desses institutos de lá procediam e traziam uma formação e postura científica inspiradas nesses padrões. Muitos Institutos Isolados procuraram a renovação, embora a USP fosse o único modelo existente. Foram, porém, realizadas várias tentativas de mudanças em relação à adoção de diferentes mecanismos didáticos.

Por meio dos depoimentos analisados nas entrevistas, pudemos perceber que no IIES de Marília desde a época da sua criação e, tomando por base o Inquérito realizado pelo primeiro diretor, o Dr. Querino, ficou evidente a vinculação existente entre os interesses da cidade de Marília e toda a região.

A preocupação deste diretor com a estrutura administrativa da Faculdade evidenciava o homem de caráter público que era, quando afirmava: “[...] a hipertrofia dos órgãos burocráticos acaba sufocando os serviços de base. Administração é um meio, é instrumento por definição, não é um fim em si mesma; precisa portanto servir a, não servir-se de” (ANAIS, 1969, p. 13).

Das visitas realizadas por Ribeiro a Marília, através dos estudos, solicitações e entendimentos realizados, o primeiro diretor concluiu que o bom ensino é gênero de primeira necessidade e que só se obtém a preço de artigo de luxo. Haveria necessidade, dada a precariedade de bons professores, que se assegurasse à escola de “alto nível” requisitar professores estrangeiros. Outra necessidade seria de uma biblioteca, equipamentos e fazer os ajustes para a renovação pedagógica.

Segundo Bazilli (1998), o grande objetivo dos Institutos Isolados era a formação profissional. Os profissionais que de lá saíam eram bem formados porque os professores que iam para lá eram professores bons. “Eram professores geralmente qualificadíssimos, da USP, do ITA etc, que eram emprestados. Se se verificarem os grandes nomes que iniciaram esses IIES constata-se que são grandes nomes da USP, por exemplo, Prof. Quirino na área de Pedagogia”.

3.3.1.2 Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya



Figura 8: Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya

Por resolução governamental de 26 de abril de 1958, assumiu a direção da Faculdade o Prof. Dr. Michel Pedro Sawaya, docente de Zootecnia da Universidade de São Paulo. Exerceu a função de diretor no período de 26 de abril de 1958 a 12 de novembro de 1960.

O novo diretor supervisionou a reforma e adaptação do prédio da antiga fábrica de Seda Maria Izabel já iniciada pelo primeiro diretor. A cessão desse imóvel para o funcionamento da Faculdade se deu a 21 de outubro de 1958 em atestado de número 157 expedido pela Prefeitura Municipal.

O diretor decidiu pela instalação do Curso de História, Letras Anglo Germânicas e Pedagogia.⁴ Nesse mesmo período foram iniciadas as matrículas ao Curso Preparatório aos Vestibulares. Tais matrículas foram realizadas na casa da Prof.^a Josephina Chaia, nomeada para a função de Técnico Administrativo.⁵

Por meio do decreto nº 45262, de 16 de janeiro de 1959, o Governo Federal concedia a inspeção prévia aos cursos, iniciando assim oficialmente as atividades didáticas.

A instalação da Faculdade demandava algumas providências urgentes, segundo Sawaya: a designação de um auxiliar administrativo que teria possibilidade de tornar-se Secretário da Faculdade, a solicitação de liberação de verba, a designação para os cargos de tesoureiro e contador, a aquisição de material de secretaria, a cessão de uma dependência pública na capital do Estado que funcionaria como um escritório central do Instituto e um veículo a motor para a Faculdade (ANAIS, 1969, p. 28-29).

Nesse mesmo relatório de solicitação ao governador, o Dr. Sawaya ressalta a inestimável colaboração prestada pelo Prof. Antonio Soares Amora, diretor da Faculdade de Filosofia de Assis pela presteza nas informações e orientação na complexa tarefa de organização de uma faculdade como também por oferecer o local do Instituto de Estudos Portugueses na capital para funcionar uma sede provisória do escritório da Faculdade.

Concluídas as reformas do prédio da antiga fábrica de Seda, a Faculdade foi inaugurada na manhã de 13 de janeiro de 1959. Dessa forma, Marília foi a primeira cidade do interior a ter um prédio de faculdade próprio desde o início do seu funcionamento.

Participaram desta solenidade as autoridades locais, o prefeito municipal Dr. Miguel Argolo Ferrão, o presidente da Câmara Municipal Dr. Durval Sproesser, o Bispo Arcebispo de Marília D. Hugo Bressane de Araújo, o reitor da Universidade de São Paulo Prof. Dr. Gabriel Teixeira de Carvalho, além dos diretores das faculdades de Rio Claro e São José dos Campos e o presidente da Associação Paulista de Medicina, entre as pessoas da comunidade mariliense que há muito esperavam pela Faculdade.

Em sua gestão, o Doutor Sawaya presidiu a primeira reunião dos professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília em 17 de julho de 1958 no Salão Nobre do Instituto de Estudos Portugueses em São Paulo. Da pauta desta reunião, constava a admissão dos professores contratados, a solicitação aos professores dos programas para o

⁴ Tais cursos foram escolhidos, levando em consideração o Inquérito sobre as preferências aos cursos já proposto pelo Dr. Querino Ribeiro como também levando em consideração as dificuldades existentes para recrutar o corpo docente.

⁵ De acordo com lei federal, já tem previsto o seu rol de matérias para o vestibular: Português, Latim, Francês, Inglês ou Alemão, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Psicologia e Lógica, iniciando as suas atividades em agosto com a duração de seis meses.

Concurso de Habilitação do ano seguinte e ainda a nomeação de alguns professores, entre eles, Osvaldo Elias Xidieh que teriam a incumbência de supervisionar as instalações dos departamentos da Faculdade.

Em sua gestão, outros acontecimentos importantes ocorreram como a Proposta do Departamento de História para criação do Curso de Ciências Sociais que poderia constituir-se em um centro especializado no estudo das pesquisas das Ciências Sociais. Este Departamento iniciou a organização da Biblioteca Departamental que, por decisão do diretor, se transformou em Biblioteca Central que tinha, segundo ele, o objetivo de melhor atender ao alunado. A Biblioteca iniciou suas atividades em 1º de abril de 1959 com aproximadamente 3000 volumes, dentre muitos recebidos por doação da Biblioteca Municipal de São Paulo.

Ainda neste mesmo ano, foi criado o Museu de História que, na época, recebeu parte de sua mobília do então prefeito municipal Dr. Miguel Argollo Ferrão. Deste acervo constavam peças de procedência estrangeira de séculos anteriores. Iniciou o seu funcionamento em outubro de 1960, porém essa doação acabou por constituir-se um problema para a direção da Faculdade dada a exigência dos cuidados com a sua manutenção.

Com a inauguração do museu, foram realizadas as comemorações henriquinas referentes ao V Centenário da Morte de D. Henrique, o Navegador que se deram na semana de 15 a 21 de outubro deste mesmo ano. Ao findar essas comemorações, a Faculdade promoveu ainda ao final deste ano o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, reunindo visitantes de toda região.

Um dos fatos marcantes dessa gestão foi sem dúvida aquele de maior repercussão na mídia da época que colocou o diretor da Faculdade em destaque por todo Estado de São Paulo. Trata-se do texto redigido pelo diretor Sawaya, enviado ao diretor do jornal “O Estado de São Paulo” em relação à crítica publicada por este jornal em 7 de abril de 1960 em sua secção de Notas e Comentários com artigo que atacava a criação de Faculdades no interior do Estado.

3.3.1.3 Prof. Dr. Massaud Moisés



Figura 9: Prof. Dr. Massaud Moisés

O terceiro diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília foi o Prof. Dr. Massaud Moisés, Docente-livre de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Substituiu o Prof. Michel Pedro Sawaya, por indicação do Governador Carvalho Pinto, no período de 13 de novembro de 1960 a 20 de março de 1962, quando ele foi indicado para o departamento de educação em São Paulo.

O Prof. Massaud reconhecia que a Faculdade de Filosofia de Marília era um corpo estranho que tentava adaptar-se à cidade e manter um padrão que vinha de fora, certamente da USP. Embora, no início, a cidade não percebia bem o que a instituição estava pretendendo ali, em muitas circunstâncias ofereceu apoio e forte presença.

Esta situação era perfeitamente compreensível porque um grupo de pessoas com suas inquietações ali se instalara, o que não era comum numa cidade do interior e avançada economicamente, mas com limitações culturais que lhe eram próprias. Aos poucos, essa dificuldade desapareceu. A instituição foi percebida como uma Faculdade séria que viria legitimar a expressão da pujança da cidade, além do que os seus membros representavam a idéia de que o ensino superior não deveria ficar simplesmente localizado em São Paulo e que fosse oferecido aos jovens um ensino universitário de qualidade.

Mesmo tendo que conjugar dezenas de aulas na USP, como também em outras

faculdades, o professor Massaud resolveu aceitar o desafio de assumir o cargo de diretor da Faculdade de Marília para o qual fora designado, colaborando assim com o projeto do Governador para expandir o ensino superior.

Para o Prof. Massaud, o diretor era uma espécie de delegado do governador, na época, o Prof. Carvalho Pinto, o qual por ter sido professor tinha muito empenho pela educação. Segundo Massaud, o governador viu com bons olhos o ensino superior na cidade: “O Prof. Carvalho Pinto visitou a Faculdade. Nós o recepcionamos e percebia-se que sua sobriedade e finura escondiam um homem que estava atento para as coisas, que sabia o significado do que se estava fazendo ali.” (MOISES, Massaud. Entrevista, 12 nov. 1992, p. 7, CEDEM/UNESP).

O diretor da Faculdade na cidade representava o governo e integrava um conselho formado pelos diretores das faculdades, já que no início os Institutos Isolados de Ensino Superior não tinham regimento próprio e autonomia administrativa.

Na gestão do Prof. Massaud Moisés, como nas anteriores, a contratação de professores acontecia por indicação, como acontecia na própria Universidade de São Paulo. Todos os professores sempre se esforçaram muito no sentido de dar à Faculdade o melhor nível possível já que a cidade de Marília foi contemplada com alguns dos melhores professores oriundos da USP e que tinham disponibilidade na época. Muitos foram ex-alunos, embora ainda moços.

A Faculdade representava para esses jovens professores a oportunidade de fazer carreira no ensino superior. Abria-se para eles uma grande oportunidade que, em termos de possibilidades, não havia na USP. As oportunidades para a expansão dos cursos, espaço físico e condições de trabalho eram muito atrativas, havia grande interação entre professores, alunos e a direção da Faculdade. As condições para se fazer carreira eram melhores do que as dos professores da USP, que tinham apenas tempo parcial. Nas faculdades do interior, os professores já iniciavam com o tempo integral e ganhavam a mais por lá se instalarem.

Segundo Massaud, os professores por serem ex-alunos dos diretores mantinham um bom relacionamento, a ponto de pedir-lhes colaboração:

Eu recebi o convite para ser diretor desta Faculdade; aceitei-o depois de relutar muito, portanto não o procurei e o aceitei acreditando na hipótese de fazer alguma coisa positiva neste Instituto. Entretanto, se eu não tiver a ajuda de vocês, eu apanho o primeiro trem de hoje, volto a São Paulo e peço exoneração, pois eu não tenho interesse nenhum em estar aqui por estar; tenho a minha atividade de professor na USP. Portanto, aceitei uma função administrativa porque eu acredito que juntos poderemos realizar um trabalho produtivo, mas a decisão não pode ser unilateral, isto é, apenas minha. (MOISES, Massaud. Entrevista, 12 nov. 1992, p. 12, CEDEM/UNESP).

O diretor da Faculdade tinha o respeito dos munícipes, sobretudo porque sabiam que ele estava investido de um poder muito grande, embora o diretor se concentrasse nos assuntos da faculdade que demandavam muitas providências a tomar, especialmente as ligadas às questões burocráticas. Entretanto, o diretor se sentia apoiado por um staff⁶ que ocupava postos-chave: secretários, tesoureiros, contadores e bibliotecários.

Entre os diretores dos Institutos havia um conselho presidido pelo reitor da USP. As reuniões entre os diretores eram frequentes para discutir problemas e soluções para as Faculdades isoladas.

Na gestão do Prof. Massaud, foi organizado o CTA – Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, dando início assim às primeiras discussões a respeito do Regulamento. Nesta perspectiva, o diretor propôs que o primeiro ano da Faculdade tivesse um caráter propedêutico, considerando a realidade do curso secundário daquela época.

Preocupado com as publicações da Faculdade, o Prof. Massaud constituiu uma comissão formada pelos docentes: Pe. Carl Laga, Ubaldo Puppi e Paulo Froelich. Apresentou um plano de publicações científicas constituído de trabalhos originais e o Guia da Faculdade. Foi desta concepção que o plano de publicações se organizou com: Anuário da Faculdade, Coleção de Teses, Boletins das Cadeiras e as Revistas Departamentais.

A comissão de publicações reuniu-se em dezembro de 1960 para primeira reunião do CTA na qual foi discutida a realização de cursos extraordinários para o ano seguinte, procurando o entrosamento desses cursos com o calendário e as atividades da Faculdade, estando presentes nesta reunião os professores Dr. Massaud Moisés, Dr. Ubaldo Puppi, Dr. Paulo Froelich e J.R. Amaral Lapa.

O Prof. Massaud, enquanto diretor da Faculdade de Marília designado pelo governador Carvalho Pinto, substituiu o diretor da Faculdade de Assis, o Prof. Amora, quando este viajou como professor visitante para os Estados Unidos. Dessa maneira ele respondeu por duas faculdades, durante quase um ano, colaborando e seguindo a rotina que a Faculdade já possuía.

Os primeiros professores trabalharam muito. Além do trabalho intelectual, aos professores caberia a tarefa de estruturar as cadeiras dos departamentos e participar de frequentes reuniões com a Congregação. Eles eram contratados como catedráticos numa política de fixar pessoas no interior.

⁶ Staff – aí considerado por um grupo de pessoas que assistiam a um dirigente em uma organização governamental.

Havia dependência intelectual com a Universidade de São Paulo. Os professores oriundos da USP deviam a ela a sua formação, a sua orientação intelectual e postura científica. Nesse sentido, os Institutos Isolados funcionaram sob a inspiração da USP, especialmente os cursos de Letras, na visão do Prof. Massaud.

Por parte da Faculdade, havia preocupação com o nível de Ensino das escolas públicas e particulares no início dos anos de 1960, o que se verifica pelos vários encontros de professores secundários realizados pela Faculdade, com o objetivo de ajudar os professores na atualização do conhecimento e nas novas técnicas de ensino. Embora a preocupação primeira fosse com a formação de professores, a Faculdade procurava desenvolver nos alunos o gosto pela pesquisa, pela investigação, abrindo-se, dessa maneira um caminho para o magistério superior.

Na gestão do Prof. Massaud o cotidiano da Faculdade possibilitava um número alto de produções, publicações, fechamento de teses de cada um dos professores, preparação de cursos, ciclos de palestras, entre outros. Participaram dessas atividades, convidados ilustres de todas as áreas como Lygia Fagundes Telles, Antonio Cândido e Soares Amora, sendo todos muito prestigiados pela população local.

Em entrevista ao CEDEM, o Prof. Massaud destaca a presença forte de Leila Mercadante, profunda conhecedora de biblioteca, que no início dos anos de 1960 trabalhou para que todos tivessem uma concepção institucional de biblioteca e para que todos, alunos e professores, fizessem o seu uso, considerando-a como coisa viva.

Destaca ainda o diretor, que, no início, a estrutura básica era idêntica a todos os institutos, mas cada um seguia o seu próprio caminho, a mercê, muitas vezes, das circunstâncias políticas. Convém pontuar aqui que os recursos chegavam, dependendo muitas vezes, da influência política ou pessoal que cada diretor tivesse junto aos órgãos superiores.

Com a saída do Prof. Massaud, para ministrar curso nos Estados Unidos, assume a direção interinamente o professor da Faculdade, da Cadeira de História da Filosofia, o Prof. Dr. Ubaldo Puppi que já exercia na época, as funções de Assistente de Diretor.

3.3.1.4 Prof. Dr. Ubaldo Martini Puppi

O professor Ubaldo Martini Puppi atuou como vice-diretor na gestão de Massaud Moisés, no período de 25 de outubro de 1961 a 10 de junho de 1962 e respondeu pelo expediente de diretoria de 21 de março de 1962 a 24 de abril de 1962.

Curitibano, estudou em Curitiba até o término do Ensino Fundamental. A sua inquietação filosófica o levou a não procurar a Faculdade de Filosofia de Curitiba e sim a Universidade de São Paulo para cursar a sua graduação. Aprofundando a sua avaliação sobre a Filosofia no Brasil, procurou novos horizontes e fez o seu doutoramento em Paris, na França.

De volta ao Brasil em 1952, recebeu convites para permanecer no Rio de Janeiro ou São Paulo, porém escolheu Curitiba onde teria mais disponibilidade para o trabalho intelectual e onde já havia um convite do reitor da Universidade Federal do Paraná para um contrato de trabalho.

Para estudar na França, o Prof. Puppi teve uma bolsa concedida pelo Ministério da Educação de Paris e, no último ano de graduação, foi agraciado com uma bolsa do Itamaraty.

No período de 1952 a 1960, permaneceu em Curitiba na Universidade Federal de Curitiba onde tudo era muito precário, chegando a lecionar a metade das disciplinas do curso de Filosofia e a promessa do regime do tempo integral RTIDP ficava cada vez mais distante. Inserido nesse contexto, aceitou o convite do coordenador dos Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo para trabalhar na cidade de Marília.

Convocado pelo governador Carvalho Pinto para lecionar Filosofia nos cursos existentes na faculdade, foi contratado na condição de professor titular.

No início, o trabalho em Marília foi difícil por falta de um contexto cultural na cidade, embora houvesse professores muito bem selecionados que faziam parte do corpo docente da Faculdade. A presença dos docentes da faculdade na cidade de Marília, sem tradição universitária causou um grande impacto. A classe do magistério local mantinha boas relações com os professores da Faculdade, embora fosse percebido um certo ciúme, uma hostilidade velada para com os professores universitários .

Apesar das dificuldades encontradas pelos professores menos conservadores da Faculdade durante o período militar, quando muitos deles sofreram perseguição política chegando a ser detidos junto ao DOPS e Prisão Tiradentes, em virtude de suas convicções, a Faculdade prosseguia com suas atividades normais.

Instaurou-se, nesse período um clima de desconfiança recíproca entre a população, entre parte do poder dominante do poder local, do poder político e da própria faculdade, porém a solidariedade e apoio recebidos da comunidade mariliense demonstraram a importância da faculdade no despertar de uma consciência crítica e diálogos culturais.

O movimento das publicações na faculdade era muito deficitário a não ser o vinculado à pesquisa teórica. A faculdade tentou adequar a pesquisa com a realidade sócio-econômica, política, e cultural do momento, o que não oferecia possibilidade de um trabalho livre, independente, sem que o professor que o tivesse produzido fosse vigiado, dada às condições políticas da época.

A produção científica do professor Puppi em Filosofia foi se alterando à medida que a sua vida acadêmica foi se desenvolvendo. De formação clássica realizada na França, em Paris, especialmente com Maritain e Heidegger os seus trabalhos tinham grande consistência teórica. Escreveu “O itinerário da verdade” com prefácio de Jacques Maritain que lhe rendeu um prêmio nacional de Filosofia – o prêmio Horácio Lafer de Filosofia. Toda essa filosofia produzida para um pequeno público leitor e de pequena repercussão. Nesse sentido, o Prof. Ubaldo sentiu a necessidade de uma reformulação e adequação para trazer uma resposta adequada, sem comprometimento do público leitor e da problemática do momento. Foi um trabalho lento, exigente, questionador que se traduziu num diálogo riquíssimo. Esse percurso fez com que ele entrasse para uma perspectiva de síntese sem radicalismos. A reflexão filosófica a partir daí se pautou numa fusão de horizontes, numa direção mais ontológica que está na base de tudo, segundo ele, até mesmo nas posições éticas e políticas.

Após a concessão da sua aposentadoria no início dos anos de 1980, voltou a Curitiba e foi convidado pelo Governador Roberto Requião a assumir o cargo de Secretário da Educação do Estado. Depois de relutar, acabou aceitando e se sentiu gratificado, porque percebeu uma política diferente daquela livresca, jornalística que conhecia do mundo acadêmico. Percebeu pela convivência e confiança recíprocas, a genialidade, vontade e correção política que imaginava não mais encontrar.

Posteriormente, aceitou o mandato sem vínculo empregatício e sem burocracia para cuidar da educação, como presidente do Conselho Estadual de Educação. Uma vez inserido nessa importante posição administrativa ficou ciente de que a educação depende dos níveis de ensino. Por esse motivo, houve um grande esforço para melhorar a educação do primeiro grau e o seu currículo básico a fim de evitar ou diminuir a marginalidade letrada. A sensibilidade para com a educação, permitiu-lhe também observar as deficiências quantitativas e

qualitativas existentes no segundo grau, reveladas pelas dificuldades de acesso a esse nível de ensino.

Na condição de presidente da Câmara do Ensino Superior, o Professor Puppi participou no ano de 1990 da reformulação da política universitária do Estado do Paraná concentrando esforços e recursos na melhoria da qualidade do ensino superior no Estado.

Essas constatações e outras que deixamos de citar demonstraram a presença forte do professor Ubaldo Martini Puppi na educação, um exemplo a ser seguido por quem teve o privilégio de conhecê-lo.

3.3.1.5 Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula

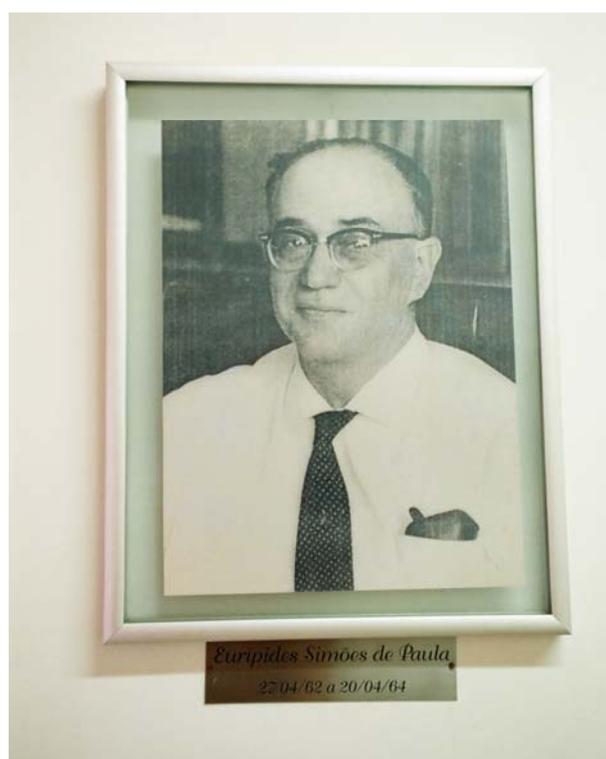


Figura 10: Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula

Foi nomeado na data de 24 de abril de 1962 o Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula, Catedrático de História Antiga e Medieval da FFCL da USP, ex-diretor desta Faculdade e ex-vice-reitor da Universidade de São Paulo.

Na sua gestão, foram levadas a termo as discussões sobre o Regulamento da Escola, já iniciadas anteriormente com o antigo diretor. Este diretor preocupou-se com a instalação do Curso de Ciências Sociais, dando início a muitas publicações, entre elas Resenhas Bibliográficas, Traduções em diferentes línguas, Dicionário de Termos Literários, Antologias de Escritores Norte Americanos, Teses de Doutorado e o lançamento, em 1962, do primeiro número da Revista Alfa.

Seguindo sugestões do antigo diretor, Prof. Massaud Moisés, apresenta um plano para criação de uma revista departamental semestral, a revista ALFA. A referida revista teve seus dois primeiros volumes impressos e publicados pela Faculdade nos meses de março a setembro, respectivamente. Esta revista representou uma das maiores conquistas do Departamento de Letras da Faculdade, brilhantemente estudada por pesquisadora mariliense.⁷

Por incentivo do diretor Eurípides, muitos professores participaram de Congressos científicos Latino-Americanos e de colóquios internacionais. Destacaram-se também os Anais do Primeiro Simpósio, do qual constavam as conferências de Pedro Calmon, Michel Mollat e Arthur César Ferreira Reis, os respectivos relatórios, debates e conclusões.

Nesse mesmo ano, professores de História da Faculdade de Marília participaram no II Simpósio de Professores de História em Curitiba, especialmente os que já tinham sido da comissão organizadora do I Simpósio. Destacou-se nesse simpósio o Prof. Uacury Ribeiro de Assis Bastos com o seu trabalho intitulado: “A propriedade rural paraguaia e a defesa contra o índio”, trabalho que se encontra nos Anais do II Simpósio de Curitiba do ano de 1962.

O interesse do diretor Eurípides pela Faculdade de Marília o levou a manter entendimentos nesse ano, para uma visita Didática ao Colégio de Aplicação da FFCL da USP, a fim de que os alunos pudessem assistir a aulas modelo do setor de Didática.

Ainda nesta gestão, foi encaminhado ao Governo do Estado um plano de atividades para o quadriênio subsequente. Dentro das solicitações, estavam presentes as verbas para a instalação de um laboratório de Fonética Experimental, um Instituto de Traduções, instituição de Cursos de Extensão Universitária, dotação de bolsas de estudos e promoção de Encontros de Mestres em Marília.

⁷ A Revista Alfa compõe o trabalho de tese de doutorado da Prof.^a Dra. Rosane Michelli de Castro (2005), intitulado **O Papel Estratégico dos Periódicos Departamentais na Organização das Atividades Acadêmico-Científicas**: o caso das Revistas da FFCL de Marília.

3.3.1.6 Prof.^a Dra. Olga Pantaleão



Figura 11: Prof.^a Dra. Olga Pantaleão

A Dra. Olga Pantaleão iniciou a sua participação na administração do Instituto Isolado de Marília, como vice-diretora da gestão de Eurípedes Simões de Paula em 09/11/1963 a 26/04/1964. Posteriormente dirigiu a Faculdade em dois períodos distintos: de 27/04/1964 a 19/04/1965, sendo que no período de 20/04/1965 a 14/10/1965 foi vice-diretora da gestão de José Querino Ribeiro.

Exerceu ainda o cargo de diretora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, no período de 05/08/1971 a 08/05/1975, tendo como vice-diretor o Prof. Domingos Viggiani.

Nesses períodos, a evolução da faculdade se deu de forma simples, sem grandes acontecimentos.

A Faculdade já iniciara suas atividades com os cursos de História, Letras e Pedagogia. Posteriormente foram criados os Cursos de Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências. Desde o início, professores e dirigentes da Universidade de São Paulo não viam com bons

olhos o Curso de Ciências Sociais no interior do Estado, já que havia um curso em funcionamento na USP. O próprio Prof. Florestan Fernandes reafirmava essa questão.

Aos olhos de outros intelectuais da época, o curso de Geografia era o mais indicado para formar professores no interior. No caso de Marília, o curso de Ciências Sociais tinha idéias divergentes dos demais cursos instalados na faculdade, especialmente o curso de História que já contava com boa estrutura e iniciara o seu funcionamento com três doutores.

O curso de História tinha características muito interessantes. Desde o início do seu funcionamento, a sua grade curricular contava com disciplinas como a Introdução aos Estudos Históricos e Teorias da História que nem mesmo na USP existiam e contava com grandes professores no seu quadro de docentes como a professora Maria Clara e professores colaboradores de fora, como o padre Laga e o belga Stols.

O museu de História inaugurado em 1959, por iniciativa dos professores de História, foi organizado a partir de critérios cujo objetivo centrava-se na pesquisa e estudo para professores e alunos. Do seu acervo, faziam parte peças estrangeiras, amostras etnográficas e folclóricas expostos em móveis apropriados para o museu, que desde essa época foi aberto ao público e assim permanece até os dias atuais.

A criação do Museu de História possibilitou aos alunos formados um novo posto de trabalho. A colônia japonesa da cidade de Marília doou ao museu muitas peças do início da sua imigração ao Brasil. Por ocasião da transferência do curso de História para outra cidade, grande parte desse acervo foi doado à Prefeitura da cidade de Marília.

O curso de História era ainda muito jovem na sua existência quando ocorreu uma grande reunião com professores de História de várias cidades e estados reunidos em Marília, que não possuía estrutura para receber tantos convidados. Sendo assim, muitas famílias receberam os participantes em suas casas já que a cidade não contava com hotéis.

A experiência foi muito positiva, suscitando o interesse de outros cursos da faculdade a promoverem reuniões culturais de grande envergadura como foi o caso do curso de Letras que contou com grandes conferencistas. A comunidade mariliense chamava a atenção de todos pela sua real participação e receptividade nos grandes eventos culturais promovidos pela Faculdade. Desses encontros culturais é que surgiu a idéia de realizar a “Semana da Faculdade”.

A Escolinha de Arte de Marília foi fundada no segundo semestre de 1960 por iniciativa da cadeira de Psicologia Educacional. Funcionava anexa à Faculdade e tinha como objetivo permitir aos alunos do curso de Pedagogia estágio de observação sobre as peculiaridades infantis.

O curso de Licenciatura em Ciências iniciou as suas atividades no final dos anos de 1960 sem a estrutura física necessária, configurando-se dessa forma como deficiente. Com a posterior criação dos laboratórios, a parte nova construída pela diretora Olga Pantaleão, foi que o curso se desenvolveu em melhores condições até ser transferido para outra cidade no período de reestruturação dos Institutos em meados dos anos de 1970.

As relações entre os professores eram razoáveis. Algumas vezes, havia certa oposição entre eles, o que se refletia em outros segmentos da instituição. Divergências existiam, mas não chegavam a prejudicar o andamento da Faculdade. Uma das maiores oposições ocorridas aconteceu durante a ampliação do espaço físico da biblioteca que fora instalada em 1958, com o início das suas atividades em 1º de abril de 1959. Nessa data o seu acervo era constituído de 3000 livros com especialidade nas áreas dos cursos implantados. Utilizava o sistema de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey) e tinha uma equipe constituída pela bibliotecária-chefe: Leila Magalhães Zerlotte Mercadante e bibliotecária Maria Aparecida Melges Elias contando ainda com o apoio de Margarida Arruda Neves, Iaeko Kawano e Maria Florentina Gallo. Para o seu funcionamento, foi preciso desalojar o grêmio estudantil, o que provocou revolta em grupos de alunos que começaram a perturbar a ordem e causar embaraços à direção. Os primeiros professores da Faculdade tinham a incumbência de comprar livros para constituir a biblioteca, formar a própria estrutura das cadeiras e posteriormente dos departamentos. Fazia-se necessária uma reforma que exigia um regime mais rigoroso aos seus freqüentadores no controle do seu acervo, o que até então não era realizado. A biblioteca da Faculdade de Filosofia de Marília passou a ser considerada uma das melhores bibliotecas dos Institutos Isolados do interior do Estado. Tinha como missão contribuir para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a atender às necessidades de informação.

Uma característica interessante dos Institutos Isolados é que no início do funcionamento não havia a graduação de “professor doutor”, “livre docente”, “titular”. Os concursos eram abertos para cátedra.

Os diretores e os seus substitutos participavam de reuniões mensais em São Paulo. Em geral, as reuniões tinham a maior preocupação com aprovação e destinação de verbas para construções, reformas e adaptações dos prédios para o funcionamento dos Institutos. Entre muitas constatações a esse respeito, os Institutos contavam com verba destinadas a eles para as suas ampliações e funcionamento.

Nesse tempo foi criada uma comissão que analisava os candidatos a tempo integral. Para tanto, os mesmos deviam apresentar projetos que, após análise da comissão, eram encaminhados para o parecer de um órgão maior, a CESESPE.

Para a diretora Dra. Olga Pantaleão, os Institutos Isolados de Ensino Superior serviram muito às cidades e influenciaram a vida das pessoas que moravam nessas localidades contempladas com as faculdades como foi o caso de Marília. No seu entender, formou-se aqui uma elite cultural do interior, oferecendo oportunidades de crescimento para muita gente em um período em que o Estado era ainda pouco desenvolvido.

3.3.1.7 Prof. Dr. Enzo Del Carratore

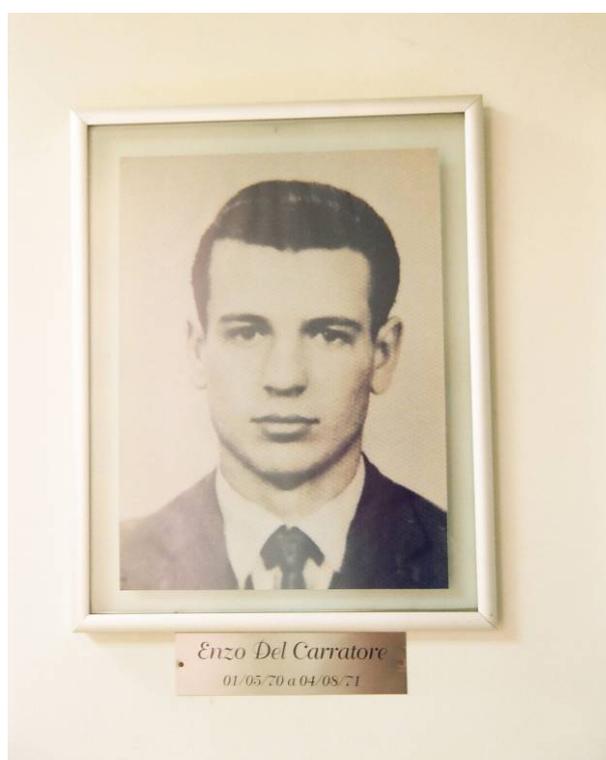


Figura 12: Prof. Dr. Enzo Del Carratore

O Professor Enzo Del Carratore nasceu na Itália e veio para o Brasil em 1953 antes de cursar a Universidade. Teve uma formação clássica na Itália, motivo pelo qual concluiu o curso clássico na cidade de São Paulo. Embora tivesse vocação para cursar Medicina escolheu o curso de Letras para sua formação, formando-se em 1959 pela Universidade de São Paulo.

Em 1960, veio para Marília trabalhar como professor titular de Língua e Literatura Latina na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, cargo que ocupou até 1977. Foi chefe do Departamento de Letras assumindo por dois períodos diferentes a vice-direção da

Faculdade: de 30/09/1966 a 30/09/1967 e de 01/04/1969 a 30/04/1970. Foi diretor no período de 01/05/1970 a 04/08/1971.

O Prof. Enzo conheceu a Faculdade em dia do 1º vestibular, trabalhando como banca. Teve uma ótima impressão da cidade e do interior do Estado. Percebeu que a cidade tinha grande potencial, uma cidade quase moderna. Gostou também das instalações da faculdade, bem como do pessoal entusiasta que nela trabalhava.

Mesmo sem experiência docente, a não ser aquela dos cursinhos pré-vestibulares nos quais atuou como professor, recebeu o convite formal do diretor da Faculdade na época Michel Pedro Sawaia iniciando as suas atividades docentes.

De início, a Faculdade de Marília não foi um centro de Excelência, como, por exemplo, foi considerada de início a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis que, por intermédio do Prof. Amora, conseguiu levar para a instituição o que havia de melhor na Universidade de São Paulo como Prof. Antonio Candido e professores do exterior como Morejón e Jonas Speyer, entre outros. No entanto, tornar-se um professor de nível superior recém-egresso da faculdade foi muito gratificante.

O curso de Letras da Faculdade de Marília contava inicialmente com excelentes professores, todos oriundos da USP: Prof. Paulo Froelich de Inglês e posteriormente Lingüística; Prof.^a Hedwig Dannenberg de Alemão; Prof. Alexandrino Eusébio Severino de Literatura Norte Americana, Prof. Antonio da Silveira Mendonça e Prof. Ataliba Teixeira de Castilho de Português; Prof. Enzo Del Carratore de Latim; Prof. João Décio de Literatura Portuguesa e Prof.^a Maria Tereza Biderman de Filologia Românica.

Nos primeiros anos de funcionamento da Faculdade vigorava o sistema de cátedra. Sendo assim, as contratações de professores se baseavam no conhecimento pessoal e no conceito que os professores da USP tinham dos seus ex-alunos que eram indicados para cargo de professor nas Faculdades que se abriam no interior do Estado. As indicações eram pautadas pela capacidade intelectual, de trabalho e na seriedade.

Posteriormente, muitas indicações foram feitas pelos professores dos Institutos Isolados sobre os melhores alunos que concluíam seus cursos, convidados para trabalhar como assistentes. No caso de Marília, do curso de Letras foram convidadas Silvia Mussi da Silva para Literatura Norte-Americana e Zelinda Moneta de Língua e Literatura Alemã.

A USP, considerada o maior celeiro de profissionais da época dos anos de 1960, foi responsável ainda por enviar para Marília professores conhecidos internacionalmente como Décio Pignatari da cadeira de Literatura Brasileira e Osman Lins. Com o passar dos anos

muitos outros professores, geralmente oriundos da Universidade de São Paulo trabalharam na Faculdade de Marília.

Na tentativa de realizar um projeto diferente do que era desenvolvido pela USP e melhorar a qualidade do curso de Letras, os dois primeiros anos funcionou em regime integral. O objetivo era oferecer uma orientação continuada maior do que a oferecida pela própria USP. Entretanto, com o aumento do número de alunos por turma, essa prática foi se tornando inviável e eliminada depois de algum tempo.

A Faculdade tinha a preocupação de oferecer aos seus alunos uma formação plena e a pesquisa fazia parte desse conjunto de atividades já que os alunos desenvolviam trabalhos de investigação científica desde o primeiro ano do curso. Nesse sentido, a faculdade tinha como objetivos a formação acadêmica pedagógica dos seus alunos voltada para formação profissional de professores como também inserir os estudantes no âmbito da pesquisa como ocorria com alunos do último ano do curso de Letras, a realização de uma monografia.

O trabalho de pesquisa de realização de uma monografia destinado aos alunos de último período dos cursos, foi idealizado pelo Prof. Ataliba. Os trabalhos eram de excelente nível, fato que levou muitos a serem publicados na revista Alfa da Faculdade.

Nos anos de 1961 e 1962 aconteceram os encontros anuais na Faculdade envolvendo os professores de Português, Inglês e Latim da rede estadual e particular de ensino em que aconteciam trocas de experiências e atualização das técnicas de ensino. Era um intercâmbio extremamente benéfico para a Faculdade que contava com a experiência dos seus docentes e para os professores secundários da época que buscavam a melhoria do seu ensino.

As relações dos professores da Faculdade com a comunidade podiam ser consideradas muito boas. Não havia hostilidade, embora no início pairasse uma certa curiosidade desconfiada que aos poucos foram superadas. Quanto às relações entre colegas de trabalho, existiam os momentos de convívio amigável e os de discussão provocados talvez por ciúmes profissionais ou por questões políticas. Dessa forma, os grupos se formavam por afinidade, pois, freqüentavam os mesmos lugares e chegavam a formar uma comunidade fechada. Entre os professores dos Institutos Isolados havia um contato intenso e espontâneo principalmente entre os colegas de Assis, Araraquara e São José do Rio Preto.

Por serem professores oriundos da USP em quase na sua totalidade, os professores da Faculdade mantinham com ela uma relação de dependência emocional e intelectual. Deviam a ela a sua formação e orientação científica. Essa dependência ocorria praticamente em todos os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Muitas transformações ocorreram nos Institutos nos anos de 1960. A mais importante delas foi a transformação do sistema de cátedra para o sistema departamental, ou seja, a escolha dos candidatos passou a ser por um processo seletivo de concurso, um princípio louvável, porém poderia não atender às expectativas de continuidade de um trabalho científico já iniciado.

Outra transformação importante para a Faculdade de Filosofia de Marília foi a abertura dos cursos noturnos em 1968 ocorrida por pressão da comunidade no sentido de ampliar e estender oportunidades à camada trabalhadora, constituindo dessa forma em uma clientela diferenciada.

O que se constatou numericamente na época foi uma defasagem de aproximadamente em 25% na média das classes do curso noturno. Enquanto as turmas do diurno apresentavam uma certa homogeneidade, as turmas do noturno apresentavam disparidades com alunos muito bons e muito fracos.

Os professores da Faculdade de Filosofia sempre desfrutaram de condições de trabalho em tempo integral ao trabalho, à docência e à pesquisa. Nesse sentido, existiram eventos importantes como o I Congresso de Linguística, o primeiro realizado no interior do Estado de São Paulo.

Também importante para a Faculdade foi a realização do I Seminário de Pós-Graduação na área de Letras em 1966 que reuniu os maiores especialistas desta área e que, juntamente com os professores da faculdade, contribuiu para tornar o nome da Faculdade de Marília conhecida e colaborou para a implantação dos cursos de pós-graduação no Estado de São Paulo.

Mas, sem dúvida a criação em 1962 da Revista Alfa do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia de Marília, a primeira revista de estudos predominantemente lingüísticos do Estado de São Paulo, constituiu-se em um marco na produção acadêmica dos Institutos Isolados. Trazia artigos de escritores conhecidos internacionalmente, como Matoso Câmara entre outros grandes nomes.

A dedicação dos primeiros professores à Faculdade era intensa, o que os motivou a realizar importantes produções que chegaram a ser publicadas em muitos livros e revistas da época. Os professores participavam também das comissões, reuniões da Congregação, enfim, houve muito trabalho para que a Faculdade de Filosofia se consolidasse.

A comunidade mariliense prestigiava os eventos promovidos pela Faculdade. O salão nobre da Faculdade estava sempre lotado nas palestras, conferências e outros eventos, o que vem comprovar a valorização desta Faculdade para Marília e região.

3.3.1.8 Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos



Figura 13: Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos

O Dr. Jubert Sanches Cibantos foi diretor da Faculdade de Filosofia de Marília no período de 09 de setembro de 1975 a 19 de março de 1979.

Antes de vir a Marília iniciou a carreira universitária em Botucatu, no curso de Agronomia e Departamento de Economia da FCMB na Fazenda Lageado. Chegou a chefe do Departamento de Agronomia.

O Prof. Cibantos acreditava que as unidades isoladas cresciam porque tinham vida própria, tinham alma, com corpo docente jovem e entusiasmado que brigava para conseguir alguma coisa para as escolas.

Veio para Marília em 1975 e assumiu o cargo de dirigente ainda no período militar. Sendo assim, havia cobranças do poder público, dos militares, dos próprios princípios e dos ideais que existiam na Faculdade.

Na Faculdade de Filosofia de Marília foi sentido por todos o processo de transformação em Universidade. A primeira alegação é a que havia os mesmos cursos em vários campi, o que utilizava recursos que poderiam ser alocados em outros campi.

Apesar de muitas discussões no âmbito das faculdades, a idéia da reforma não permitiu flexibilidade e as decisões vieram de cima para baixo. Foi criado um Conselho

Provisório em que ocorriam as votações. Posteriormente, foi instituída a redação do Estatuto e do Regimento que no início da regulamentação transcorreu de forma tranquila. O momento da definição dos campi foi muito desgastante, porque houve a cobrança da comunidade e da política local. A comunidade não queria sofrer corte de cursos, havendo por este motivo enfrentamento com o governo estadual. A transferência dos cursos foi realizada por votação no Conselho Provisório e a reação da comunidade local foi muito violenta como também na própria reitoria.

Além das transferências dos cursos e da vinda de outros para Marília, o fato envolveu a questão administrativa de transferências de professores que já tinham criado raízes na cidade. Foi um processo difícil, agravado pelo modelo político complicado do período.

É preciso destacar que o corpo docente teve um crescimento científico importante e ajudou a Universidade a se consolidar. Embora sofresse com as pressões externas, a universidade foi abrindo o seu espaço.

As atitudes tomadas pelos dirigentes que procuravam agir dentro dos bons princípios, nem sempre agradavam a todos. O que se tentava de fato era dar a melhor forma à estrutura universitária criada.

As discussões iniciais se pautavam na discussão dos regimentos de cada campus, da Comissão de Tempo Integral com estabelecimento de diretrizes e normas, novos prédios, novos equipamentos, argumentos que criavam parâmetros para as decisões mais acertadas.

A criação da UNESP não foi desejada pela USP e pela UNICAMP. Sendo assim essa criação foi vista com reservas.

O modelo de Universidade escolhido foi o multicampi que resultou na estrutura atual com o reflexo das tendências e diretrizes aprovadas naquela época.

Como ainda persistia um governo autoritário, a contratação de um professor passava por um filtro na reitoria. Quando não era do agrado de quem julgava o processo, vinha a resposta: não pode ser contratado porque poderá fazer proselitismo político. Logicamente, quando eram pessoas politizadas e de maior atividade ideológica a contratação não ocorria ou a demora do resultado do processo era tanta que fazia o candidato desistir espontaneamente.

Até o início dos anos de 1980, a filtragem para contratação de professores, principalmente da área de Humanas, era muito rigorosa. Ocorria também, quando era negada uma contratação, fazer o uso de um eufemismo para disfarçar: “não tem verba para contratação”. Esse fato ocorria também nas outras Universidades, até mesmo na USP.

Sobre a política do tempo integral, pode-se dizer que veio com a criação da Universidade. Não deixa de ser um elemento limitador da atividade do docente na política

externa. Com o tempo integral e as atividades requeridas de pesquisa, ensino e extensão, exigia-se que o professor permanecesse na faculdade o tempo todo.

Comentando sobre a contratação do professor em tempo integral, o Professor Jubert Sanches Cibantos de Marília, traz mais elementos à discussão:

A Universidade tinha que ter uma política mais flexível de contratação de docentes porque a experiência estava demonstrando que o professor vinha para a Universidade praticamente recém-formado, ia para a pós-graduação e depois voltava para dentro da Universidade. Então eles se tornavam, do ponto de vista intelectual, acadêmico, um indivíduo bem formado, mas do ponto de vista da vivência da sociedade ou da prática profissional, um indivíduo limitado. Então eu defendia muito isso, inclusive na Medicina, porque era uma forma de você trazer aquele indivíduo atuante lá fora, para dentro da Universidade, para dar ao aluno uma visão diferente daquela do professor que se forma na linha acadêmica completa. (CIBANTOS, Jubert Sanches. Entrevista, 7 jun. 2001, CEDEM/UNESP).

Nesta perspectiva, a contratação do docente em tempo integral fazia com que o professor permanecesse a maior parte do seu tempo na academia, o que favorecia ao meio universitário e ao sistema educacional se tornarem, por excelência, conservadores.

O Professor Dr. Jubert Sanches Cibantos contribuiu com os Institutos Isolados de Marília, Botucatu e Ilha Solteira numa fase importante de transformação para Universidade, hoje, UNESP.



Figura 14: Foto da inauguração do prédio do campus da UNESP de Marília, onde aparece o seu diretor Prof. Dr. Jubert Sanches Cibantos

Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília

CAPÍTULO 4

A LEGISLAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

... A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo... Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.

Ecléa Bosi

4.1 Lei 4024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1961

O estudo da legislação revela-se um instrumento privilegiado para a análise crítica da organização escolar. Na análise dos textos legais percebe-se que esses acabam por enfatizar o ideal em detrimento do real.

Ao realizar a análise crítica da organização escolar brasileira por meio das Leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71, Saviani separa, por questões didáticas, a letra e o espírito da Lei, o texto e o contexto, e as linhas e entrelinhas¹:

Quando se indaga a respeito de uma lei, o que se pretende saber é qual a sua fonte inspiradora, qual a sua doutrina, quais os princípios que a informam, enfim, como se diz correntemente, qual a sua filosofia... Acredita-se que é principalmente através da explicitação dos seus objetivos que se revela o espírito de uma lei. (SAVIANI, 1978, p. 175).

O mesmo autor ressalta que é possível estabelecer uma distinção entre a letra e o texto, pois o exame do problema dos objetivos no texto da lei não se esgota na análise da letra ou na definição dos objetivos, visto que esses são enfatizados em diferentes partes do texto. É possível, então, afirmar que examinar o contexto significa, no caso da análise crítica da organização escolar brasileira, analisar a sociedade brasileira.

A partir da colocação dessas questões, o autor mostra ainda que:

Quando passamos os olhos na linha de um texto legal, sabemos que nem tudo o que está dito ali nos é revelado pelas proposições que se desencadeiam sobre a folha de papel a nossa frente. É necessário examinar a gênese da lei em questão. (SAVIANI, 1978, p. 189).

¹ Saviani defende a tese segundo a qual para se compreender o real significado da legislação não basta atender-se à letra da Lei: é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas. (SAVIANI, 1978, p. 175).

Dessa forma, enquanto mediação entre o real e o que é proclamado como desejável, o estudo da legislação reflete contradições que, uma vez captadas, torna possível romper-se com a visão ingênua do processo educativo.

Sem dúvida, a partir de meados de 1950, as propostas para o ensino superior no Brasil foram fecundas, uma vez que na organização universitária estavam envolvidos, além das instâncias governamentais, estudantes e professores.

A LDBEN – Lei nº 4.024/61 resultou de uma longa gestação que teve início em 1946, em decorrência da promulgação da Constituição de 18 de setembro daquele ano. Foi sancionada depois de 15 anos pelo presidente da República João Goulart e dela emergiram questões importantes a serem implementadas nas instituições de ensino superior, explicitadas por Cunha em *Universidade Crítica* (2007):

- Ao Conselho Federal de Educação caberia decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, oficiais e particulares, sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados como também designar interventores nas universidades. Sendo assim, foi ampliado o poder controlador e normativo do CFE que podia indicar o currículo mínimo dos cursos superiores que visassem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício de profissão liberal;

- Foi mantido o sistema de cátedra, sendo que o Presidente da República vetou os artigos que tratavam do processo de escolha e seleção de catedráticos por ser matéria de regimento interno de cada universidade, permanecendo um artigo que determinava que os diretores das escolas e faculdades oficiais seriam escolhidos pelo Presidente da República entre os nomes de uma lista tríplice composta por três catedráticos efetivos em exercício eleitos pela congregação;

- A lei reconhecia o direito dos estudantes em participar do governo das universidades e das escolas isoladas, integrando seus conselhos universitários, congregações e conselhos departamentais, conforme o que estipulassem os estatutos. Como se pode observar, não era especificada a proporção de representantes, objeto de intensa movimentação estudantil culminando numa greve nacional em meados de 1962;

- O artigo 80 da LDB estabeleceu que as universidades teriam autonomia nas instâncias: didática, administrativa, financeira e disciplinar, conforme os seus estatutos, porém, o que se constatou foi que “tal autonomia foi se tornando limitada já nos primeiros anos de vigência da lei e de forma crescente após 1964, sofrendo um controle sociopolítico sob tendência autoritária” (CUNHA, 2007, p.112-114).

A partir da década de 1950, todo o período foi marcado não apenas pelos conflitos dos universitários, como também pelos conflitos sociais nas lutas políticas. A expansão capitalista aumentou a desigualdade econômica, social, política e até mesmo educacional fazendo com que os estudantes se manifestassem em favor de uma democracia popular. Sendo assim, formaram-se militâncias de ideologia marxista em todo o país.

Os debates e discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 se mostraram como indicadores da crise universitária. Foram envolvidos alguns segmentos sociais como os universitários, os intelectuais e os tecnocratas, na elaboração de propostas que propunham algumas transformações.

O movimento estudantil no período foi muito intenso e a sua força se deve em grande parte a uma organização centralizada, a União Nacional dos Estudantes (UNE) que se colocou como porta-voz dos interesses populares e que não deixou de ser uma escola preparatória de futuras lideranças políticas. No início da década de 1960, os estudantes organizaram o 1º e o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU).

O primeiro ocorreu na Bahia em 1960 e propunha uma reforma universitária articulada com as transformações na estrutura política, social e econômica, pautando-se no subdesenvolvimento brasileiro e dessa maneira criticando o ensino superior elitista. O segundo Seminário foi realizado em Curitiba em 1962, levando à reflexão de uma universidade voltada para o povo sem discriminação econômica, política, social e ideológica, sendo que a sua maior pretensão seria a urgência de uma reforma universitária no rol das pretendidas pelo governo, como também a expansão das universidades públicas e gratuitas que associassem o ensino à pesquisa, responsáveis por alavancar o desenvolvimento do país, constituindo ainda uma aliança com as classes populares contra a desigualdade social.

Grupos ligados ao capital monopolista existente no início dos anos de 1960 formaram uma rede da qual participaram os órgãos: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com o objetivo de uma ação nacional, envolvendo intelectuais, empresários, políticos e militares que buscavam enfraquecer os movimentos reformistas representados pelo governo Goulart. O que a ação desses órgãos pretendia eram mudanças educacionais que visavam a formar recursos humanos para o novo sistema econômico.

De certa forma, existe uma dificuldade de se compreender o processo de participação popular no período do pós-guerra até 1964 em função do seu caráter ambíguo, pois a política popular da época era ambivalente, ora pela ignorância, ora pelo desejo de emancipação com a afirmação de um conformismo de suas práticas contraditórias. Sendo assim, até meados de

1960, o nacionalismo constitui-se numa ideologia correspondente à participação política das classes populares.

A LDBEN de 1961 pretendia acima de tudo manter o *status quo* com a preocupação de exercer um controle do governo com relação à expansão do ensino superior. Nesse sentido, o CFE – Conselho Federal de Educação se fortaleceu e foi constituído por representantes dos setores público e privado, os quais teriam atribuições importantes a desempenhar, tais como a de fixar currículos dos cursos superiores para as instituições de ensino superior como também autorizar a criação de novos cursos.

Para Cunha, em *Universidade Crítica*, a LDBEN de 1961 representou mais do que um freio para o Ensino Superior:

Mas a LDB não foi apenas um freio no processo de modernização do ensino superior. Se teve esse efeito pela manutenção do regime de cátedras e do mecanismo de formação de universidades pela agregação de escolas isoladas, essa lei foi um acelerador da modernização, por via direta, aumentando o grau de autonomia das instituições, entre outras medidas, e por via indireta atribuindo ao CFE os grandes poderes que teve para dirigir o processo de transformação do ensino superior. (CUNHA, 2007, p. 208).

Com uma gestação de quatorze anos em torno da LDBEN de 1961, ficou consolidada uma estrutura tradicional para as instituições de ensino superior. Os debates em torno desta lei foram importantes porque proporcionaram discussões sobre a educação brasileira como um todo, mobilizando educadores e intelectuais na defesa da escola pública.

O que se pode observar a respeito do ensino superior durante a república populista é que este passou por profundas crises e, mesmo com a nova LDBEN de 1961, não conseguiu alterar o modelo de ensino superior, o que desencadeou enormes conflitos de ordem social.

4.2 Diretrizes autoritárias para o ensino superior: o sistema repressivo da ditadura militar

4.2.1 A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília e a ditadura militar



Figura 15: Vista da entrada principal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília

Muitas lembranças do cotidiano do Instituto Isolado do Ensino Superior – FFCL de Marília se referem ao período da repressão e só puderam ser sentidas por meio das leituras das entrevistas concedidas ao Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM.

Para a universidade, que se opôs ao regime instalado a partir de 1964, as conseqüências foram desastrosas para muitos dos seus alunos e professores, marcando o imaginário dessas pessoas que o vivenciaram.

A universidade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 teve característica marcadamente arcaica e elitista e não percebia os movimentos populares que se formavam e se tornavam freqüentes à sua volta, talvez por manter uma linha conservadora. Apesar disso, em 1960 foi criada a Universidade de Brasília (UNB), um novo modelo de ensino superior, um modelo multifuncional e integrado à universidade. Suas linhas foram elaboradas por educadores progressistas como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

No seu projeto reformador, a UNB propôs a estruturação do ensino básico e profissional; matrícula por créditos; extinção da cátedra e implementação da departamentalização; pós-graduação com níveis de mestrado e doutorado; regime de dedicação exclusiva para os docentes. Assim, pode-se perceber que a UNB foi uma expressão moderna de universidade, um exemplo de alternativa de organização universitária que

prescindiu da FFCL, que se colocava como superação para os cursos superiores das escolas isoladas existentes na época.

O regime autoritário implantado em nosso país em 1964 estabilizou o ensino, em especial o ensino superior, construído paulatinamente nos anos anteriores. Para Cunha, “A institucionalização do regime autoritário, em 1964, permitiu por sua vez, a realização de uma nova política educacional, já esboçada antes do golpe [...]” CUNHA, 2007, p. 17).

A educação superior, logo depois de 1964, buscava resultados mais rápidos e o ensino humanístico, voltado para formação e pesquisa como é peculiar às faculdades de Filosofia, foi perdendo espaço. Tal concepção foi explicada por Vieira:

Docentes, discentes e a educação superior em si foram transformados em objeto de instrumentalização para o trabalho. Ao incluir a educação no planejamento econômico global, a tecnocracia estatal revelava nítida preocupação com a preparação de mão de obra especializada para os escalões altos da administração pública e industrial. (VIEIRA, 2001, p. 40).

A esse respeito Hilsdorf ressalta a ideologia liberal do período:

No campo da educação as políticas implementadas no período segundo o enquadramento do desenvolvimentismo e da segurança nacional vão sendo realizadas sob a justificativa ideológica liberal de que se investia na melhoria do “capital humano” para adequar a sociedade brasileira aos patamares das exigências modernas da produção internacional. (HILSDORF, 2003, p. 123).

Com o golpe de 1964, alterou-se inteiramente o quadro político do país. As transformações ocorridas no ensino superior passaram a ser orientadas pelo Estado de Segurança Nacional de política autoritária que procurou atenuar os conflitos da insatisfação dos estudantes, realizando o reforço da autoridade no interior das instituições. O movimento estudantil se organizou, resistindo ao regime, iniciando um verdadeiro enfrentamento com o governo.

Por tomarem posições políticas anti-golpe, alguns professores responderam a processos, inquéritos policiais e militares. Foram presos em quartéis e chamados com frequência a depor no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e cassados do ensino público por serem considerados subversivos, pois tocavam em temas como salário, reforma agrária, cultura popular que não deveriam ser tocados. Sofreram, portanto, pressões psicológicas permanentes que provocavam desgaste total, agravados pela falta de liberdade. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 228 de 28/02/1967 do presidente Castelo Branco impediu aos estudantes qualquer manifestação e propaganda de cunho racial, religioso e político

partidário, proibindo também o funcionamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), reconhecida pelo regime como subversiva, colocando os estudantes e as universidades sob suspeita.

Apesar de todo enfrentamento autoritário, o governo pretendia seguir orientações desenvolvimentistas passando a ser um elemento formador de recursos humanos com a preparação de mão de obra especializada para os mais altos escalões da administração pública submetendo-se a uma certa modernização.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), considerado um pólo que representava os tecnocratas em torno de um projeto educacional mais homogêneo, foi fundado em 1961. Formado por empresários, técnicos e oficiais das Forças Armadas, tinha postura conservadora. Publicava estatísticas econômicas e debatia questões como a dos recursos para a educação. Sendo assim, o IPES defendia uma universidade voltada para expansão capitalista. Em 1962 surge o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que tinha entre os seus objetivos conter a propagação do comunismo no nosso país.

Já em 1965, foi apresentado o Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG, elaborado pelos ministros Roberto Campos, do Planejamento e Coordenação Econômica e Octávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Por meio do PAEG, a educação passou a ser definida como capital humano na produção de lucro social e individual. A influência do governo dos EUA com o PAEG direcionou a formulação de uma nova política educacional brasileira ilustrada nos acordos MEC – USAID efetivados em 1964, 1965, 1967 e 1968 que pretendia a reformulação da universidade brasileira, realizada pelo consultor norte americano Rudolf Atcon (relatório Atcon).

Segundo Germano (1993), a tônica do chamado Relatório Atcon (1966) recaía sobre:

[...] a necessidade de disciplinar a vida acadêmica coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Além disso, o Relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade em moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino. (GERMANO, 1993, p. 117).

Chegou a se formar uma equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior – EAPES que tinha entre os seus objetivos as mudanças educacionais voltadas à formação de intelectuais brasileiros especializados no modelo norte-americano de gestão educacional, ou seja, uma concepção de universidade empresarial o que nos leva a concluir que o sistema educacional brasileiro, em especial o ensino superior, foi submetido a uma modernização, um

modelo de estrutura que interessava às classes dominantes comprometidas com o capital internacional. Previa a expansão do ensino superior, porém realizada pela iniciativa privada.²

No caso da FFCL de Marília, foram tomadas posições culturais e políticas que levaram a população local a uma reflexão mais crítica, apesar de alguns professores continuarem mantendo posições conservadoras, mesmo com a evolução que o ensino superior vinha sofrendo.

Bazilli confirma que, apesar do golpe, houve uma grande evolução no ensino superior no Estado de São Paulo, quando cita em entrevista:

RB [...] Veja que foi uma evolução muito grande, um interesse muito grande no ensino superior, em que pese toda crítica que se faz ao governo revolucionário, porque todo esse período se deu dentro do governo revolucionário, até a época da nova democracia no Brasil. Em matéria de ensino superior no Estado de São Paulo, nós fomos realmente muito privilegiados. Foi uma mudança enorme, em que pese todas as conseqüências nefastas da política fechada, da ditadura, das conseqüências, das perseguições que inclusive, deixavam à gente em situação muito difícil, porque você estava no meio do fogo cruzado, não é? Era o professor que era perseguido e era eventualmente o poder militar que fazia pressão em cima de você, para saber que providência tinha sido tomada ou se não tinha, o que acontecia. O Secretário da Educação Prof. Antonio Barros de Ulhoa Cintra caiu exatamente por isso. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n. 1, 10 set., 1998, CEDEM/UNESP).

Assim sendo, os procedimentos de muitos diretores dos Institutos Isolados do Ensino Superior ficavam um tanto condicionados, a partir de 1964, naturalmente pelas determinações do governo militar instalado no país nesse período. A atuação estava sujeita à obediência, porém, os diretores procuravam sempre que possível atender aos interesses dos Institutos Isolados.

Um dos fatos interessantes do período nos Institutos, é o processo de contratação de pessoal, especialmente após 1969 com a criação da CESESP – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo. As forças de repressão atuavam sobre a CESESP, fazendo com que, quando chegava um processo de contratação, com o ato administrativo correto, com a pessoa indicada, selecionada e competente, não ocorria a contratação, fazendo com que o coordenador tivesse que explicar à comunidade local que a pessoa indicada não podia ser contratada gerando um grande mal estar, uma vez que não podia pressionar o secretário ou o

² Na análise de Cunha (1988) a idéia de universidade inspirada nos modelos norte americanos não foi imposta pela USAID, com a conveniência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país (CUNHA, 1988, p. 22).

próprio governador. A ficha confidencial do candidato não trazia apenas uma sugestão “não se recomenda a contratação”, mas sim a idéia, uma forma polida de dizer “não contrate”.

Não havia entretanto, arquivos da documentação da censura. O processo de contratação voltava para a escola como se “não tivesse verba” e as reais razões de determinados professores não serem contratados nunca foram conhecidas.

Maurício Tragtemberg passou por esta situação e comenta o fato quando fala da UNESP em Memórias de um Autodidata no Brasil:

[...] Aí criou-se a UNESP, e o Ferreira Martins era reitor. Prestei três concursos na área de política. Fui aprovado em todos os concursos, em primeiro lugar. Saiu no Diário Oficial, ganhei todos os concursos. Mas perdi todos os contratos!... Eu era especialista em ganhar concursos e perder contratos! Um dia, eu estava na Praça da Sé com a Beatriz, resolvi passar na reitoria perguntar o que é que houve. O Armando Ramos era reitor. Ele tinha sido professor em Botucatu, era da Escola do Ferreira Martins; fez a carreira durante os anos da ditadura. Cheguei lá e disse: sou uma pessoa curiosa, não preciso do cargo não, não vim pedir cargo, mas é por curiosidade, o senhor me explica, por que eu cansei de ganhar concurso na sua universidade e perder contrato. “Qual é o seu nome”? Perguntou. “Maurício Tragtemberg”. Ele pegou o processo, era um puta calhamaço, olhou e disse: “Não há interesse administrativo.” Realmente, embora a pergunta seja muito precisa e a resposta específica, o geral é demais? O que quer dizer com “não há interesse administrativo”?, perguntei. “Não há interesse administrativo”, respondeu. Eu tinha prestado esses concursos na UNESP, e sei que existe uma lista negra mesmo em toda UNESP: Araraquara, Assis, Prudente, e outras Faculdades que pertencem à UNESP. Eles têm uma lista negra das pessoas. Se você está na lista negra, você não é contratado. Por isso que diz no edital de concurso “que a aprovação não significa compromisso de contratação”. (TRAGTEMBERG, 1999, p. 75).

O entrelaçamento de medidas administrativas com a política repressiva era inevitável. Muitas vezes, algumas medidas que não tinham nada com a repressão passavam a parecer à comunidade como decorrentes dela e, por outro lado, medidas verdadeiramente repressivas estavam na comunidade como sendo de responsabilidade da administração maior.

No interior das instituições, os dirigentes ficavam em fogo cruzado, representado pelos radicais de direita e os radicais de esquerda, condição que demonstrava dificuldades no trabalho. Sem saída, procurava-se o lado do acerto das coisas visando acima de tudo ao desenvolvimento institucional. Não era possível realizar o que se pensava, pois havia limitações de ordem financeira, mas principalmente de ordem política.

A ditadura no governo militar realmente desgastou a todos dos Institutos Isolados. Ao se defender um professor ou uma contratação de alguém, o fato era visto pela força de repressão como simpatizante da esquerda.

O caso como o da socióloga e professora Maria Conceição D'Incao, de Presidente Prudente, ilustra muito bem essa repressão. A tese produzida pela professora tratou dos problemas do campo e os contrastes da vida urbana, num momento em que os pequenos agricultores sofriam com as conseqüências da modernização da agricultura. Esta tese que mostrava a realidade do bóia-fria, foi transformada em livro em uma co-edição com a FFCL de Presidente Prudente e publicada pela Editora Vozes.³ O fato incomodou tanto ao governo controlador da época que os seus exemplares foram encaminhados à CESESP para a sua destruição.

Para Bazilli, a perseguição política à professora Conceição atingiu também aos dirigentes:

Não nos cabia realizar censura prévia dos livros, teses, etc. O fato é que o livro tinha sido aprovado por uma banca e, portanto, não havia por que qualquer censura científica em relação ao livro dela. Agora, se a obra politicamente não interessava, isto não era problema da CESESP. Por assim entender, tivemos também problemas. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n. 1, 10 set., 1998, CEDEM/UNESP).

Assim, podemos reafirmar que a repressão do período ditatorial também foi sentida na falta de liberdade da imprensa. Somente os donos do poder decidiam sobre os fatos que seriam divulgados em livros, revistas e jornais.

O ano de 1968 foi um dos mais repressivos nas relações do regime militar com os estudantes, em especial do ensino superior. O regime articulou o endurecimento da ditadura autoritária com atos de perseguição aos direitos civis e políticos do AI-5 de dezembro de 1968 que antecedeu em apenas quinze dias a promulgação da Reforma Universitária, realizada sob o mando do AI5 na forma do decreto-lei 477/69.

Portanto, o regime instalado após o golpe de 1964 foi sem dúvida a mais terrível opressão vivida pelo povo brasileiro, refletindo em todos os segmentos da sociedade em especial o ensino superior.

4.3 A Reforma Universitária de 1968 – Lei nº 5540 de 1968 e os seus antecedentes

4.3.1 O Relatório Meira Mattos

³ D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria**: acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Vozes, 1975. (1975 refere-se a sua 2ª edição).

Uma Comissão Especial para Assuntos Estudantis foi criada pelo Decreto nº 62024, de 29 de dezembro de 1967 e instalada em 11 de janeiro de 1968. Encerrou suas atividades em 8 de abril e produziu um Relatório que leva o nome do presidente da Comissão – O Relatório Meira Mattos.

Dentre os pontos do relatório consta a questão dos vestibulandos e excedentes, autonomia universitária, redução de currículos, instituição do regime de créditos, flexibilidade do ano escolar em semestre ou trimestre.

Nesse relatório estava presente a idéia dos ciclos, sendo que no primeiro ciclo terminariam os cursos de curta duração e, no segundo, as graduações plenas.

No encerramento das atividades desta Comissão Especial era notório que a questão dos excedentes e da estrutura e funcionamento da universidade configuravam-se como questões políticas e a solução seria a Reforma Universitária.

4.3.2 Fóruns de Debates dos Institutos Isolados

Os Institutos Isolados de Ensino Superior participaram de reuniões em Congressos, fóruns de debates que tinham por objetivo discutir a proposta do governo Abreu Sodré para a Reforma do Ensino Superior dos Institutos Isolados.

4.3.2.1 I Fórum de debates dos Institutos Isolados

No ano de 1967 foi realizada a primeira reunião em Assis, mas da 2ª reunião para os debates sobre os IIES realizada em Araraquara, em 10 de agosto de 1968, chamada de I Fórum de Debates dos Institutos Isolados, foi publicada a Carta de Araraquara ou Declaração de Araraquara. No bojo dessas discussões esteve presente uma crítica contundente sobre o Projeto Tolle – Liberalli, apresentado como proposta de formato institucional que congregaria os Institutos Isolados de uma forma mais orgânica. As críticas envolveram outros pontos do projeto, tais como a burocratização do ensino, centralização, tratamento diferenciado dado aos Institutos com relação a outros institutos que faziam parte da estrutura universitária. Esse tratamento diferenciado poderia resultar em problemas dentro dos Institutos, a saber, graus de autonomia administrativa, didática, até a equiparação de títulos e currículos.

4.3.2.2 II Fórum de Debates de Rio Claro

O II Fórum de debates foi realizado em Rio Claro de 10 a 13 de outubro de 1968, quando os Institutos Isolados do Interior de São Paulo optaram pela proposta de criação de Universidade do Interior de São Paulo. Para tanto, elaboraram o Plano de Integração dos Institutos Isolados do Estado de São Paulo.

O jornal Cidade cobriu todos os dias do Congresso e publicou o Plano de Integração dos Institutos Isolados. O Diário de Rio Claro enfatizou que o Congresso poderia ser um congresso secreto da UNE, referindo-se ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes que seria realizado em Ibiúna/SP e que realmente foi desarticulado e não veio a ocorrer.

O plano foi copiado e publicado em Caderno Especial da Reforma Universitária do jornal Folha de São Paulo de 27 de outubro de 1968 com o título de *Institutos Isolados querem a Universidade do Interior*. O plano de integração dos Institutos Isolados, elaborado pelos participantes, tinha a proposta de criação de uma universidade congregando-os.

4.3.2.3 Nasce um movimento

A luta contra o projeto dos membros do Conselho Estadual de Educação fez nascer um amplo movimento na maioria das escolas e institutos de ensino superior do Estado.

Em Rio Claro, os participantes reuniram-se no II Congresso dos Institutos Isolados e elaboraram uma carta que se denominou “Plano de Integração dos Institutos Isolados do Estado de São Paulo”. São as seguintes escolas e institutos que participam do movimento, através de quatro professores, quatro alunos e um funcionário de cada escola:

Filosofia – de Araraquara, Assis, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Ribeirão Preto e Franca;

Odontologia – Araraquara, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Araçatuba;

Agronomia – Jaboticabal;

Engenharia – Guaratinguetá;

Medicina, Agronomia, Veterinária e Biologia – Botucatu e Escola de Educação Física de São Paulo (INSTITUTOS..., 1968, p. 2).

Do Plano de Integração dos Institutos Isolados consta que a Universidade deveria ser aberta à sociedade, sem discriminações. Entre os seus objetivos evidenciam: 1) a formação do homem dotado de consciência crítica e por isso se devia dar-lhe competência profissional de alto nível; 2) Elaboração de um saber indissociável da pesquisa e da criação, vinculado a uma

cultura nacional; 3) Elaboração de uma pedagogia nacional integrando os diversos níveis de ensino; 4) Transmissão e comunicação do saber.

Para atingir os seus objetivos, a universidade deve ser **aberta** com estrutura simples e flexível; **livre** no acesso, evitando a marginalização; **autônoma**, a autonomia deve ser didática, financeira, administrativa, disciplinar e política.

No seu plano de integração, a estrutura da universidade se constituiria nas unidades básicas com novos níveis de coordenação e administração em Departamento, Instituto e Núcleo. O Instituto seria assim constituído: uma Assembléia que tivesse a participação de professores, alunos e funcionários; um Conselho formado por coordenadores de departamentos com poder de planejar e executar e uma Coordenação formada por um coordenador e vice eleitos pela Assembléia.

Ainda para preencher suas finalidades o Instituto deveria obedecer a 14 normas gerais.

Toda essa estrutura seria denominada Universidade do Interior do Estado de São Paulo – UIESP. Teria um reitor e um vice-reitor eleitos pelo órgão máximo, o Congresso da Universidade.

4.3.3 A Reforma Universitária de 1968 – Lei nº 5.540 de 1968

A Reforma Universitária de 1968 foi instituída através de um Decreto Federal nº 62.937 de 02 de julho de 1968 e baixado na forma da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, consolidando dessa forma a reforma universitária num contexto político de intensa repressão.

Entre os seus objetivos destacam-se a modernização, flexibilidade administrativa e a formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país.

Constituído pelo MEC em julho de 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU Interministerial - foi constituído por 11 membros designados pelo Presidente da República e no prazo curtíssimo de apenas um mês já apresentava anteprojetos de lei e vários decretos. Da sua constituição heterogênea faziam parte membros do Ministério da Educação⁴, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento do Congresso Nacional e das Instituições.

⁴ É correto atribuir a Valmir Chagas e a Newton Sucupira – dois dos mais atuantes membros do Conselho Federal de Educação (CFE) destaque no encaminhamento das propostas sobre a Reforma Universitária.

Uma das características mais marcantes do Relatório do Grupo de Trabalho que discutia as questões da Reforma foi sem dúvida a idéia de racionalização. Cunha (1988) destaca que o GTRU estava impregnado de racionalização quando afirma:

Dever-se-ia racionalizar: a organização das atividades universitárias, a administração universitária, a expansão do ensino superior, os gastos com a educação, a distribuição das vagas pelos exames vestibulares, etc. Qualquer que fosse o ângulo da tomada, a racionalização era vista como o caminho por excelência da reforma universitária. (CUNHA, 1988, p. 260).

O processo de racionalização em pelo menos três pontos - o trabalho administrativo de empresa, a produção do conhecimento científico e a formação profissional - considera o processo de racionalização como ideário da reforma.

Este processo também está expresso quando Cunha define a universidade como um dos fatores essenciais do processo de desenvolvimento:

Um pré-investimento no “processo racional de construção da nova sociedade através da transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando à promoção do homem na plenitude de suas dimensões” (CUNHA, 1988, p. 243).

Como podemos constatar, a lógica é que a universidade deveria estar voltada para a formação rápida de profissionais, figurando como mão de obra qualificada diretamente para o mercado e de acordo com o modelo desenvolvimentista adotado.

Os estudantes tomaram como de sua responsabilidade a mudança do ensino superior brasileiro, por meio da Reforma Universitária, mas foram apenas mencionados no relatório do GTRU. Usando de diplomacia, o Grupo de Trabalho tenta justificar a importância da participação dos representantes dos estudantes na pauta das discussões quando relata:

[...] Não obstante os esforços compreendidos, não foi possível assegurar a participação dos estudantes. Por decisão tomada logo na primeira sessão, o Senhor Ministro da Educação telegrafou aos Presidentes dos Diretórios Centrais de todas as Universidades, solicitando a apresentação de lista de nomes, a fim de que o Senhor Presidente da República indicasse dois estudantes para compor o Grupo, na forma prevista pelo decreto que o criou. Infelizmente o apelo não teve a acolhida desejada [Cumprido desde logo, acentuar que, sendo a universidade primacialmente destinada ao estudante, sua participação nos estudos da reforma universitária era considerada essencial pelo Governo e por todos os membros do Grupo] [...] (RELATÓRIO DO GTRU, 1968, p. 9).

A recusa dos estudantes em atender ao chamado do GTRU estava pautada no contexto da época. Enquanto os estudantes defendiam uma reforma que democratizasse a universidade, o pensamento militar, ao contrário, se preocupava com uma tecnocracia que atendesse às demandas do sistema capitalista. Contudo, a causa maior é que o ano de 1968 representou grandes conflitos. Nas relações entre os estudantes e os militares, os principais opositores ao regime autoritário eram os estudantes. Nessa perspectiva é possível compreender porque os estudantes não tinham atendido ao chamado da comissão instituída pelo governo militar.

As principais medidas da reforma foram ressaltadas por Sampaio (1991)⁵.

-aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades de ensino e pesquisa;⁶

-implantou o sistema de institutos básicos;

-estabeleceu a organização do currículo em etapa básica e etapa profissionalizante;

-decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade;

-estabeleceu o duplo sistema de organização: um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

A condução da Reforma seguiu o seu curso e o GTRU foi consolidando as regras do seu trabalho na forma de decretos e projetos de lei, definindo os pontos relativos a cada um deles.

Nesta definição foram explicitadas recomendações que na maioria foram aceitas pelos militares e versavam os temas:

-Manteve o sistema de estabelecimentos isolados, atribuindo-lhe um caráter excepcional e fixando a universidade como o tipo natural de estrutura para o ensino superior;

-Unificou o vestibular instituindo na graduação um 1º ciclo geral, além de criar um sistema de carreiras curtas para cobrir áreas de formação profissional desatendidas; uma vez aprovados os cursos, os diplomas passariam a ser registrados no MEC, com validade em todo o território nacional. Por fim, substitui-se o regime de séries pela matrícula por disciplina em forma de créditos;

⁵ SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1890-1990 – Documento de trabalho 8/91 – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – Universidade de São Paulo – NUPES.

⁶ Sistema de Cátedra – em que cada matéria ou área do conhecimento é de responsabilidade de um professor vitalício, o catedrático, que tem o poder de decisão, escolhe e demite os seus auxiliares. Era percebido como um obstáculo a quaisquer tentativas de organizar uma carreira universitária.

-Reformulou o Estatuto do Magistério, fixando lei especial sobre o magistério superior federal, vinculando os níveis e a progressão na carreira aos títulos eméritos, estabelecendo o princípio da dedicação exclusiva e substituindo o regime de cátedra pelo departamento.

-Promoveu a implantação dos cursos e programas de pós-graduação (com financiamento público) aptos a conferir os graus de Mestre e Doutor, a fim de formar os próprios cientistas professores, bem como tecnólogos de alto padrão.

-Estabeleceu um programa detalhado de expansão de matrículas do ensino superior, elevando o número de vagas para 110.000 no exame vestibular de 1969 e definindo metas de expansão de vagas até 1975.

-Aumento dos recursos da União para a educação por meio da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado a financiar a expansão do ensino superior e as responsabilidades com outras modalidades de ensino superior e as responsabilidades com outras modalidades de ensino atribuídas à União; criou-se também um sistema de bolsas de estudo e bolsas de manutenção para alunos do ensino superior (Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937 de agosto de 1968, p. 10-11)

Em 3 de fevereiro de 1969 é outorgado o Decreto nº 64.055, “que prevê sobre a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a implantação da Reforma Universitária”, na realidade com o nome de Grupo de Implantação da Reforma Universitária, para acompanhar o processo de execução da mesma, avaliar os resultados e sugerir medidas que assegurem a sua eficácia.

Em 11 de fevereiro de 1969 é baixado o Decreto-lei nº 464, que “estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências”.

As universidades e institutos isolados passam a ter noventa dias, a partir de 11 de fevereiro, para enviar ao Conselho de Educação competente seus estatutos e regimentos adaptados à legislação da Reforma e mais noventa dias para implantá-la, contados desde a aprovação no respectivo Conselho.

O GTRU formulou propostas consideradas inovadoras, apesar da prevalência da tecnocracia autoritária do período. Os pontos considerados inovadores na reforma seriam basicamente o regime em tempo integral para os professores do ensino superior, a unificação dos vestibulares; o financiamento da educação pelos Estados, pela União e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE); elaboração de propostas para pós-graduação e a representação estudantil nos órgãos colegiados.

Durante as décadas de 1960 e 1970, houve um significativo aumento do nº de instituições, cursos e matrículas no ensino superior brasileiro, impulsionado pela Reforma

Universitária de 1968. No conjunto das políticas educacionais pensadas para o ensino superior e implantadas na Reforma, podemos registrar avanços que podem ser comprovados nos dados apresentados por vários autores que tratam das questões relacionadas ao ensino superior neste período, tanto no que se refere à expansão do ensino superior como de aumento dos recursos federais para este nível de ensino.⁷ Apesar de incompleta, a reforma se orientou no sentido de organizar o sistema de ensino federal em universidades oficiais. No entanto, muitas reivindicações de estudantes e da sociedade foram ignoradas, tornando-se pontos de conflitos nas décadas seguintes.

4.4 Criação da Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior na Secretaria de Educação do Estado – CASES

Com a grande expansão do ensino superior no interior do Estado de São Paulo, surgiu para o Governo a necessidade de uma ampla Reforma Administrativa do Serviço Estadual, procurando alterar a estrutura montada até o momento, considerada ineficaz e não adequada às novas tendências de expansão e desenvolvimento do ensino.

No ano de 1955, então, foi organizado o Sistema Estadual de Ensino Superior, dando oportunidade à constituição do Conselho Estadual de Ensino Superior, órgão destinado ao assessoramento do Governador em assuntos de educação superior. Entre as diretrizes pensadas para a reforma educacional, a reorganização do ensino estava na pauta de suas reivindicações, uma vez que era necessária para o contexto da época, uma ação governamental que contemplasse uma integração e racionalização para a educação superior.

Em 1959 é criado o Serviço Administrativo dos Institutos Isolados de Ensino Superior para atender à necessidade de separar as atividades administrativas da rede dos Institutos Isolados, já existentes, e já organizados, junto à Secretaria da Educação. Esse órgão funcionou por pouco tempo, pois, em 1963, com a criação do Conselho Estadual de Educação, foram transferidas para este órgão tanto as atribuições do antigo Conselho Estadual de Ensino Superior como as do Serviço Administrativo dos Institutos Isolados.

Entretanto, em decorrência da necessidade de se separarem as atividades normativas do Conselho Estadual de Educação das atribuições administrativas do Serviço Administrativo dos Institutos Isolados, no ano de 1967, organizou-se, junto à Secretaria da Educação, a Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior (CASES), criada pelo Decreto

⁷ Muitas obras tratam o assunto sob vários ângulos. Dentre outros, conferir em Fernandes (1975); Ribeiro (1975); Cunha (1988); Fávero (1994).

nº 47.775, de 22 de fevereiro de 1967 e instalada em 09 de maio de 1967, pelo Governador do Estado Abreu Sodré⁸.

Foi designada uma comissão de professores para que, afastados de suas funções normais, trabalhassem pelos Institutos. Como representante da USP, Eurípedes Mala Volta e José Aderaldo Castelo, Carlos Henrique R. Liberalli e Marcelo de Moura Campos, representando o CEE e Carlos Aldrovani e Michel Pedro Sawaya (ex-diretor de Marília) pelos Institutos e Walter Borzani da CASES. Essa comissão realizou muitas viagens, estando em contato permanente com os Institutos com o objetivo maior da sua integração.

Tendo como seu primeiro coordenador, o Prof. Walter Borzani, engenheiro químico e docente do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Escola Politécnica da USP, as atribuições de órgão de coordenação administrativa dos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo e as do órgão assessor do Secretário da Educação em matéria de ensino superior passaram a ser desenvolvidas ali.

Gnecco (2005) mostra que, no parágrafo único do artigo terceiro do decreto de criação da CASES, é percebida a importância dos Institutos Isolados pela determinação legal: “todos os assuntos de interesse dos Institutos Isolados de Ensino Superior serão submetidos à consideração do Governador pelo Secretário da Educação depois de diretamente recebidos e processados na CASES” (GNECCO, 2005, p. 173) Tal condição demonstra sua prioridade política.

Para o governador eram óbvias as limitações dos Institutos Isolados que não possuíam, até 1967, uma vinculação mais específica junto aos órgãos superiores a fim de viabilizar setores importantes para sua manutenção.

Em entrevista dada ao CEDEM/UNESP, Bazilli relata que o poder até a criação da UNESP era muito centralizado:

O primeiro resultado [dos levantamentos realizados] foi uma proposta de desburocratizar, descentralizar o poder. O poder foi descentralizado um pouco para os II porque eles não tinham poder de nada. O orçamento era feito na Secretaria da Fazenda, a contratação era feita pelo Governador, o processo de contratação passava por uma série de órgãos até chegar ao Governador. O prazo normal de uma contratação era de um ano. A senhora pedia um funcionário, demorava um ano para ter uma resposta. A centralização era de tal ordem que o primeiro resultado desse trabalho que a CAPES fez foi a propositura de um processo de descentralização. (BAZILLI, Roberto Ribeiro. Entrevista n. 1, 10 set. 1998, p. 8, CEDEM/UNESP).

⁸ Foi a partir da Constituição de 1967, que Abreu Sodré, Governador de São Paulo, deu início a uma ampla reforma administrativa. No bojo das reformas que se estendeu até 1969, os Institutos Isolados foram envolvidos em várias mudanças.

Bazilli discorreu também sobre outras questões importantes que apontavam a inoperância do sistema em relação aos II. As centenas de faculdades criadas em 1967 por lei estadual não eram instaladas porque a lei de criação dizia que a instalação competia ao poder executivo. Como não havia recurso e muitas vezes o município não tinha força política, a criação das escolas não saía do papel.

Um dos objetivos da CASES foi evitar a criação de faculdades isoladas sem critérios científicos, sem critérios técnicos. Havia muito trabalho a ser feito como o levantamento estatístico dos II com o número de docentes; relação docente/aluno; número de formandos; solicitações de equipamentos, laboratórios e tantos outros que se revertiam em grande preocupação e demonstravam a necessidade de uma coordenação mais operante.

Como ilustração, podemos citar o que foi demonstrado por Gnecco:

Em ofício ao secretário da Educação, em 5 de janeiro de 1968, o governador solicita que a CASES coordene a matrícula dos Institutos Isolados como um todo, de forma a que não restem vagas em aberto e se resolva o problema dos “excedentes”. Também que se identifiquem as vagas não preenchidas em faculdades particulares e “estude um processo objetivo de seleção de “excedentes” que não disponham de recursos para o custeio do ensino” para a concessão de bolsas de estudo ou o empréstimo das mensalidades com o pagamento após a conclusão do curso. (ABREU SODRÉ, 1970, p. 119-120 apud GNECCO, 2005, p.176).

Tal preocupação reporta a algumas alternativas utilizadas nos dias de hoje, como o financiamento estudantil FIES, considerado uma preocupação bastante antiga colocada para o ensino superior.

O que é citado por Dias, quando se refere à Reforma de 1968, “A complexidade e profundidade que caracterizam a regulamentação de 1968, talvez possa ser reunida e compreendida em torno de dois fatores fundamentais: racionalização e integração”, (DIAS, 2004, p. 148) faz todo sentido quando Gnecco se refere às ações do governo Sodré com organização integrada e racional.

Em 4 de junho de 1968, o governador instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo através da Lei Estadual nº 10125, estabelecendo que a educação superior será preferencialmente ministrada em universidades, podendo sê-lo em institutos isolados, sendo que estes “deverão reunir-se em associações, federações ou outras formas unitárias de integração. Qualquer novo curso deve ser criado junto a universidades ou em institutos isolados, prioritariamente os cursos ‘vinculados ao desenvolvimento nacional’, e para constituir uma universidade deverá operar em cinco ou mais áreas do saber e forma integrada de organização [...assegurando] a plena e racional utilização de seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios e fins idênticos ou equivalentes” (ABREU SODRÉ, 1970, p. 158 apud GNECCO, 2005, p. 176).

A Secretaria da Educação e a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo apresenta um resumo de dados de 1966 a 1968, período de funcionamento da CASES, explicitadas a seguir:

1- Resumo das Atividades da CASES em 1967.

1-1. Foi realizado um levantamento dos Institutos Isolados para efeito de enquadramento nas disposições do artigo 9º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). A CASES fez baixar comunicado dispondo sobre o assunto em atenção às normas do Grupo de Trabalho instituído para esse fim.

1-2. Reuniões deliberativas com o Coordenador e os Diretores dos Institutos a respeito de vários assuntos, tais como:

- a) Levantamento geral dos Institutos Isolados sobre potencial de pesquisas;
- b) Contratos para saber-se da possibilidade de financiamentos internacionais;
- c) Normas e estudos para a instalação de cursos de licenciatura em Ciências (que levaria à implantação das licenciaturas curtas no Instituto);
- d) estruturação da Comissão Especial para estudo do Sistema dos Institutos Isolados.

1-3. Reunião da Comissão Especial para estudo do sistema dos Institutos Isolados.

1-4. Encaminhamento de cerca de 160 questionários para as Escolas Superiores, abrangendo tanto o corpo docente quanto discente.

1-5. Convênio com o Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da Universidade de São Paulo, visando à pesquisa sobre o Sistema de Ensino Superior dos Institutos Isolados. O convênio foi firmado tendo como objetivos quatro projetos que são os seguintes:

- a) Avaliação da situação atual da organização estrutural e funcional dos Institutos Isolados e da CASES, visando à apresentação de sugestões para sua reformulação, dando ênfase à coordenação administrativa;
- b) estudo sobre cargos, funções e planos para sua aplicação nos Institutos Isolados;
- c) Integração dos serviços de publicação;
- d) Treinamento de pessoal para elaboração dos Orçamentos Programas, tanto dos Institutos Isolados quanto da CASES.

Ainda nesse mesmo ano, encaminhou o Senhor Governador do Estado ao Senhor Secretário da Educação memorando sobre a elaboração do Plano Universitário Paulista, solicitando, entre outras coisas:

- a) Coordenação permanente de todas as unidades de ensino universitário em âmbito estadual, para prover, com economia e eficiência, as necessidades dos estudantes e as exigências de mão de obra qualificada de nível superior no Estado;
- b) A abolição de práticas administrativas dispersivas em duplicação;
- c) Supressão da competição estéril e a fixação de critérios objetivos para a distribuição de verbas.

2- Resumo das Atividades da CASES em 1968.

Além das atividades rotineiras de atendimento aos Institutos Isolados discriminadas minuciosamente, no relatório oficial de 1968 há que se notarem as reuniões mantidas pelo senhor Coordenador e Diretores de Institutos Isolados tratando de tópicos específicos, como carreira no magistério superior.

Regulamentação de afastamento de docentes, estudos de Orçamento Programa, instalação de Colégios de Aplicação, etc. Durante o ano, foram instaladas as seguintes comissões:

2-1. Comissão especial indicada pela Resolução nº 1975, com o fim específico de estudar e propor reformulação do então vigente sistema dos Institutos Isolados. Desta comissão advieram um ante-projeto de lei e um relatório resumo da situação na época.

2-2. Comissão de assessoramento dos cursos de licenciatura em Ciências. As duas mais importantes resoluções desta Comissão foram:

- a) Modificações do curriculum-tipo;
- b) Proposta de instalação de, pelo menos, um curso de Licenciatura em Ciências em cada.

2-3. Grupo de Trabalho para a promoção de ensino tecnológico superior. Deste grupo nasceu a proposta para a criação de outro grupo de trabalho, em caráter permanente, para a promoção do Ensino Tecnológico Superior, que deveria ficar subordinado a esta Coordenadoria. Por Decreto do Senhor Governador nº 49327, ficou criado o aludido grupo. O grupo tratava tanto da Filosofia Geral do Ensino Tecnológico Superior, como também de estudo específico para sua implantação em cidades como Bauru, Sorocaba, Americana, Piracicaba, Avaré, etc. Após estes estudos, que abrangiam ainda a elaboração de currículos e normas regimentais, foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação e por ele aprovado, em Bauru, de uma escola superior de Tecnologia. O ano de 1968 se apresentou como o ano de implantação de rotinas, como, por exemplo, a elaboração de quadros de acompanhamento da situação dos Institutos Isolados. Houve, também, grande atividade no sentido da consecução de trabalhos novos e acompanhamentos iniciados no exercício de 1967. Podemos citar o

exemplo do convênio firmado com o Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, que teve o contrato aprovado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, tendo sido iniciados trabalhos sobre cargos e funções, além da reformulação da estrutura administrativa dos Institutos Isolados por Grupos da Secretaria da Educação.

Foram enviados questionários de acompanhamento para 16 Escolas. De posse dos dados estatísticos levantados durante o período de 1967, foram eles enviados à Fundação Carlos Chagas, para leitura, análise e outras relações eletrônicas (Exemplar da publicação foi encaminhado ao Instituto de Administração, como parte do convênio firmado em 1967). Além dos dados enunciados, foram pedidas informações sobre eventos e atividades de caráter cultural, acontecimentos ocorridos durante o ano, tais como convênios, conferências e seminários.

Nesta mesma ocasião foi solicitada uma relação dos centros de pesquisa, com o número de professores segundo o regime de trabalho, nº de formandos e cursos mantidos. Fonte: Resumo das Atividades de 1967 a 1969 – Resumo de Dados do Relatório de 1970 – CASES – pg. 5-8.

Em 1969, na administração do Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra, foi executada a determinação do Senhor Governador, verificando-se, dentro da realização dos trabalhos da reforma do Serviço Público Estadual, a constituição de uma unidade administrativa junto à Secretaria da Educação, denominada Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo – CESESP, em substituição à antiga CASES.

4.5 Criação da Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo – CESESP

Em 27 de janeiro de 1969 é criada a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo – a CESESP, órgão da Secretaria da Educação, em substituição a CASES, através do Decreto Estadual nº 51319 e estruturada através do Decreto Estadual nº 52330 de 22 de dezembro de 1969. Sua principal finalidade era tentar definir, em termos de planejamento e organização dos Institutos Isolados, o panorama de ensino superior do Estado, ou seja, aperfeiçoar as atribuições do organismo anterior (CASES), otimizando as relações burocráticas entre o Estado e as Faculdades.

Dias (2004) aponta que em 1969 a CESESP surgiu como resultado de sofisticação administrativa. Tendo adquirido o *status* de unidade de despesa do Estado, a CESESP passou

a realizar a contratação de pessoal e serviços, operando todo o planejamento e execução orçamentária dos Institutos (DIAS, 2004, p. 36).

A CESESP tinha como seus principais objetivos:

- assessorar o Secretário de Estado em matéria de ensino superior;
- prestar assistência técnica ao Conselho Estadual de Educação e executar as funções por este delegadas;
- propor ao Secretário da Educação a política a ser seguida em sua área de ação;
- coordenar os estabelecimentos de ensino superior vinculados à Pasta;
- planejar a extensão e organização da rede de estabelecimentos de ensino superior, mantidos pelo Estado, com exceção dos da USP e dos da Universidade Estadual de Campinas;
- estudar medidas visando ao aperfeiçoamento do ensino superior;
- propor normas e prestar assistência técnica para organização, funcionamento e administração de pessoal dos IIES;
- supervisionar as atividades técnicas e administrativas dos Institutos Isolados, atendendo às normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação da Secretaria da Educação e da própria coordenadoria;
- examinar e propor para aprovação de autoridade competente:
 - a) programas de trabalhos e planos de alocação e destinação de recursos para obras, instalações, equipamentos e pessoal dos Institutos Isolados;
 - b) organização, normas de funcionamento e quadro de pessoal dos Institutos e suas alterações, ouvido o Conselho Estadual de Educação quando se tratar de pessoal docente;
 - c) os orçamentos – programas dos Institutos;
 - d) processar os assuntos a serem submetidos à consideração do Governador do Estado, ao Conselho Estadual de Educação e ao Secretário da Educação.

Esta coordenadoria assessorava muitos órgãos da administração pública no que se referia ao ensino superior, colaborando especialmente com a organização e expansão dos Institutos Isolados.

Faziam parte desta coordenadoria os 14 Institutos Isolados, as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia e escola de Educação Física incorporada à USP em 1969, sendo essa incorporação objeto de estudo de José Roberto Gnecco⁹.

⁹ A Escola de Educação Física foi subordinada à CESESP e integrada à USP em 1969, conforme trabalho de GNECCO, José Roberto. **Reforma Universitária e a USP: a integração da Escola de Educação Física em 1969**, tese de doutorado, 2005 – Faculdade de Educação da USP.

Para melhor entendermos o funcionamento da CESESP, achamos conveniente apresentar a sua estrutura:

Estrutura da CESESP

I – Gabinete do Coordenador

a) Assessoria Técnica do Gabinete do Coordenador;

b) Setor de Expediente.

II – Divisão de Estudos e Pesquisas

a) Três Equipes Técnicas destinadas a estudos e pesquisas educacionais, a organização e métodos e ao planejamento;

b) Seção de Documentação.

III – Serviço de Administração

a) Seção de Atividades Auxiliares;

b) Seção de Pessoal;

c) Seção de Finanças.

Com tal estrutura, a CESESP teria condições para assessorar os Institutos Isolados nos aspectos administrativos, jurídicos, financeiros e contábeis. Também se fazia necessário desenvolver estratégias que pudessem fornecer diretrizes quanto às novas contratações de pessoal, às obras e à aquisição de equipamentos e ainda desenvolver estudos visando ao planejamento da rede existente para o aumento de vagas, criação de novos cursos, estabelecendo metas e prioridades.

Muitas foram as atividades desenvolvidas pela CESESP como unidade responsável pela gestão do planejamento e execução dos Institutos Isolados. Entre elas, podemos ilustrar:

- As atividades desenvolvidas pelo coordenador consistiam em coordenar as atividades técnico-administrativas como as de baixar normas e regulamentos, promovendo o intercâmbio com outras instituições de ensino e pesquisa.

Foram coordenadores do CESESP os professores da USP: Marcelo de Moura Campos (1968-1971), observando-se que este professor já estava ligado à CASES desde 1968, Dorival Teixeira Vieira (1971 – 1973) e Luiz Ferreira Martins (1973 – 1976).

Essas atividades relacionadas ao setor administrativo, cujos procedimentos paulatinamente foram sendo padronizados, chegando mesmo a se tornarem centralizados, contrariaram, a idéia de descentralização proposta para CESESP.

Podemos ainda elencar as atividades do setor de Orçamento e Finanças, do setor de Assistência Técnica – Jurídica e Administrativa, das Comissões Vinculadas à Coordenação como também as relacionadas ao setor de Pesquisa e Planejamento. Esta última seria

responsável por coletar e sistematizar os dados dos Institutos Isolados colhidos nos próprios Institutos, resultando em um incansável trabalho da comissão nomeada para essa finalidade. Os dados colhidos e sistematicamente analisados possibilitaram a realização dos relatórios das atividades da CESESP no período de 1969 e 1970 que tivemos a oportunidade de manusear e chegar a conclusões importantes para nossa pesquisa.

Assim é que examinamos algumas tabelas constantes do acervo sobre a CESESP – Relatórios das Atividades da CESESP para 1969, a exemplo de que fez Dias (2004) em sua tese, porém nosso objetivo limita-se exclusivamente aos dados da FFCL de Marília com os demais Institutos Isolados que possuíam Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Se a preocupação da pesquisadora se relaciona com o crescimento do corpo discente, a preocupação com a expansão de vagas é inevitável.

Observando-se as tabelas e realizando uma análise mesmo que sumária, percebe-se que a Tabela G2 nº 2 – CESESP – Setor de Pesquisa e Planejamento dez./1969 demonstra que o corpo discente teve um crescimento contínuo, aumentando especialmente nos anos de 1968 e 1969, destacando Marília como o segundo com o maior número de alunos dos Institutos Isolados que mantinham Faculdades de Filosofia permanecendo atrás apenas da FFCL de Rio Claro que possuía no período, apenas trinta e oito alunos a mais que a FFCL de Marília. Acreditamos que essa expansão se justifica por dois motivos. O primeiro se refere à abertura dos cursos noturnos em 1968, bem como à abertura do curso de Licenciatura em Ciências criado em 1967¹⁰.

¹⁰ O curso de Licenciatura em Ciências foi instalado em 1967 não apenas em Marília, mas também nos Institutos Isolados de Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto sendo oferecidas 40 vagas iniciais em 1967, evoluindo para 100 vagas em 1968 e 220 vagas em 1969. A autora desse trabalho cursou e concluiu este curso no período de 1970 a 1972 na FFCL de Marília/SP.

CRESCIMENTO DO CORPO DOCENTE E DISCENTE POR FACULDADES – 1966/1969									
CÓD.	FACULDADES	CORPO DOCENTE				CORPO DISCENTE			
		1966	1967	1968	1969	1966	1967	1968	1969
A	FFCL ARARAQUARA	59	66	72	73	382	437	529	684
B	FFCL ASSIS	37	41	56	46	177	271	344	613
C	FFCL FRANCA	43	43	57	52	382	389	431	442
D	FFCL MARÍLIA	26	37	62	64	270	356	487	729
E	FFCL PRESIDENTE PRUDENTE	35	37	34	43	243	308	373	501
F	FFCL RIBEIRÃO PRETO	35	37	49	40	261	402	501	566
G	FFCL RIO CLARO	65	68	70	77	417	447	573	768
H	FFCL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	55	58	52	61	420	418	525	680
I	FFO ARAÇATUBA	50	51	53	55	110	138	187	234
J	FFO ARARAQUARA	95	95	92	93	348	354	362	389
K	FFO RIBEIRÃO PRETO	76	81	91	84	271	291	313	350
L	FFO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	44	47	47	44	109	124	122	133
M	F.E. GUARATINGUETÁ	17	16	27	38	45	87	140	189
N	FCMB BOTUCATU	71	95	103	137	545	707	844	899
O	FMVA JABOTICABAL	15	15	38	42	50	96	153	211
P	ESC. EDUCAÇÃO FÍSICA S.P.	25	27	31	38	199	268	312	366
TOTAL		748	814	864	987	4229	5093	6196	7754
CESESP – Setor de Pesquisa e Planejamento – dez./69 – SMD/CWF									

Tabela 6: Crescimento do corpo docente e discente por faculdades – 1966/1969

Fonte: CESESP – Setor de Pesquisa e Planejamento, dez./69, SMD/CWF
Relatório das Atividades, quadros descritivos, G2, nº 2

A Tabela G2 nº 3 – CESESP – Setor de Pesquisas e Planejamento dez./1969 demonstra que, ao lado do crescimento do alunado, houve também a expansão do número de vagas, elevando-se em 1968 e praticamente dobrando o número em 1969.

EVOLUÇÃO DAS VAGAS POR CURSOS - 1966/1969				
CURSOS	1966	1967	1968	1969
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	-	-	-	-
AGRONOMIA	90	90	100	100
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	80	80	80	80
CIÊNCIAS SOCIAIS	125	140	150	180
ENGENHARIA MECÂNICA	60	60	60	60
FARMÁCIA E FARM. BIOQUÍMICA	100	100	100	100
FILOSOFIA	-	40	40	40
FÍSICA	20	40	50	50
GEOGRAFIA	95	110	120	120
HISTÓRIA	105	100	100	170
HISTÓRIA NATURAL	55	65	85	75
LETRAS	275	310	320	440
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS	-	40	100	220
MATEMÁTICA	60	120	210	170
MEDICINA	70	90	90	90
MEDICINA ESP. EM ED. FÍSICA	80	80	80	80
MEDICINA VETERINÁRIA	40	40	40	40
ODONTOLOGIA	200	200	240	255
PEDAGOGIA	210	225	240	260
PSICOL. E FORMAÇÃO PSICOL.	95	90	100	130
QUÍMICA	70	66	76	66
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	80	80	80	80
TÉCNICA DESPORTIVA	80	80	80	80
TOTAIS	1990	2246	2541	2961
CESESP – SETOR DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO – dez./69 – SMD/CWF				

Tabela 7: Evolução das vagas por cursos – 1966/1969

**Fonte: CESESP – Setor de Pesquisas e Planejamento, dez./69, SMD/CWF
Relatório das Atividades, quadros descritivos, G2, n°3**

EVOLUÇÃO DAS VAGAS POR FACULDADES - 1966/1969					
CÓD.	FACULDADES	1966	1967	1968	1969
A	FFCL ARARAQUARA	130	196	196	271
B	FFCL ASSIS	135	160	160	360
C	FFCL FRANCA	140	140	150	150
D	FFCL MARÍLIA	190	210	270	360
E	FFCL PRESIDENTE PRUDENTE	160	160	160	240
F	FFCL RIBEIRÃO PRETO	130	160	180	160
G	FFCL RIO CLARO	150	240	300	300
H	FFCL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	115	120	215	195
I	FFO ARAÇATUBA	40	40	80	80
J	FFO ARARAQUARA	120	120	120	120
K	FFO RIBEIRÃO PRETO	110	110	110	110
L	FFO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	30	30	45	45
M	F.E. GUARATINGUETÁ	60	60	60	60
N	FCMB BOTUCATU	190	210	210	210
O	FMVA JABOTICABAL	50	50	60	60
P	ESC. EDUCAÇÃO FÍSICA S.P.	240	240	240	240
TOTAIS		1990	2246	2541	2961
CESESP – SETOR DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO – dez./69 – SMD/CWF					

Tabela 8: Evolução das vagas por faculdades – 1966/1969

**Fonte: CESESP – Setor de Pesquisas e Planejamento, dez./69, SMD/CWF
Relatório das Atividades, quadros descritivos, G2, nº3**

Ainda que a evasão não conste das tabelas, sabemos que é um dado existente em qualquer período. Entretanto, foi perceptível o aumento do número de alunos e de expansão de vagas no período de 1966 a 1969 traduzindo-se numa pequena amostra do período estudado, elucidando a política educacional e contexto da época.

O Relatório das atividades realizadas de 1967 a 1970 pela CESESP revela os dados enviados das faculdades a esse órgão. Embora o nº de pesquisas realizadas pela FFCL de Marília referentes aos cinco cursos mantidos por ela tenha sido bastante expressivo, não foram encaminhados à CESESP a não ser as do curso de História e Ciências Sociais. Sendo assim, o resumo das atividades de pesquisa desenvolvidas em Marília no período de 1967 a 1969 não foi constatado porque a faculdade não encaminhou à CESESP os seus relatórios. O

curso de História enviou à CESESP apenas 10 trabalhos de pesquisa do departamento de História e apenas um do departamento de Ciências Sociais.

No rol das atividades desenvolvidas pela coordenação da CESESP nas diferentes áreas de atuação administrativas para 1969 encontramos aquelas relacionadas ao Setor Jurídico como a racionalização do processamento dos pedidos de afastamento de professores, contratação de docentes, assessoria jurídica.

No setor de Pesquisa e Planejamento foram realizadas a padronização dos orçamentos de obras e de pesquisas aplicadas e a instalação de arquivos de informações com o sistema de fichas de uniformização de curriculum vitae.

De acordo com o resumo das atividades desenvolvidas em 1970, citadas nos relatórios da CESESP, encontramos as do Gabinete do Coordenador que trataram das reuniões dos Institutos Isolados para reestruturação da rede, organização do Regimento Geral dos Institutos, discussões sobre o Regime de tempo integral, processos de reestruturação dos cursos, as contratações de funcionários, implantação da lei de paridade, organização departamental entre outros.

Relacionadas à assessoria jurídica, pudemos encontrar as de prestar consultas e informações, emitir pareceres, elaborar portarias, comunicados, minutas de decretos e resoluções e assessoramento na implantação da reforma administrativa da CESESP.

Por fim, das atividades relacionadas à Divisão de estudos e Pesquisas, podem ser destacadas as que assessoravam o coordenador da CESESP nas pesquisas educacionais, aquelas que procediam à organização e métodos do planejamento e documentação, criação e instalação dos cursos, atualização do acervo das bibliotecas e as que norteavam as políticas para o ensino superior no Estado de São Paulo¹¹.

No período em que a CASES atuava, as contratações de pessoal eram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação. Já com a CESESP essa questão passou para a Coordenadoria do Ensino Superior. Assim sendo, houve o deslocamento do poder de contratação. O coordenador representava o poder executivo e cabia a ele fazer as contratações, pois sua força administrativa era muito grande já que não havia órgão colegiado.

A CESESP passou a coordenar os Institutos Isolados numa época muito difícil. A comunicação era precária, não havia boas estradas, fazendo com que as viagens aos Institutos Isolados pelos representantes da CESESP fossem penosas e muito demoradas.

¹¹ Fonte – Resumo de Dados do Relatório de 1970, fls. 12-29 – CESESP, 1970.

Um outro agravante é que a CESESP foi criada em pleno AI-5 com forças de repressão extremamente pesadas, embora o corpo administrativo não possuísse qualquer ligação com o regime militar vigente. As forças de repressão atuavam sobre a CESESP, inibindo muitas das suas ações, contrariando claramente os ideais liberais democráticos defendidos por esse órgão.

A idéia de democratização do órgão foi importante aos docentes e funcionários a partir da Constituição de 1967. Uma Emenda Constitucional propõe a realização do concurso para o acesso ao serviço público. Os professores tiveram a sua situação jurídica consolidada, com sacrifício, com medo, com preocupações, mas aos poucos a situação de muitos que não eram estáveis foi se consolidando via concurso.

Entre as várias ações desenvolvidas pela CESESP, as reuniões com os diretores eram consideradas como pontos positivos. Ao se reunirem, mensal, ordinária ou até mesmo extraordinariamente, ocorria entre eles a troca de experiências e discussões sobre os problemas das suas escolas e a tentativa de solucioná-los. Sobre esse assunto, Dias (2004) argumenta:

A CESESP implantou um departamento de estudos e pesquisas, direcionado ao levantamento constante de dados sobre a realidade das escolas. Aos poucos, a CESESP criou padrões de gestão e tornou sistemáticas algumas medidas, como as reuniões mensais realizadas com os diretores dos Institutos. Aos poucos a CESESP adquiria um perfil de reitoria. (DIAS, 2004, p. 36).

A CESESP foi responsável por muitas medidas importantes para os Institutos Isolados. Contudo, a mais complexa delas e talvez a mais ousada foi a de transformar os Institutos Isolados em Autarquias de Regime Especial conforme descreveremos mais adiante.

4.6 Autarquia de regime especial na Universidade oficial

A Reforma Universitária deu novas diretrizes para as universidades públicas que passaram a ter uma nova condição de entidade autárquica já prevista na administração indireta. Da mesma forma que descentralizou o serviço, criou a tutela administrativa.

Dias demonstra que a mudança de status de órgãos da chamada administração indireta do Estado em autarquias já mostrava uma tentativa de descentralização desde os meados dos anos de 1960:

[...] momento em que a máquina burocrática estatal começou a crescer rapidamente e foram buscados mecanismos de descentralização, conferindo autonomia relativa a alguns tipos de instituições. [...] Iniciava-se um complexo processo de adequação de todas as formas institucionais existentes em cada unidade da Coordenadoria, ao *status* de autarquia. (DIAS, 2004, p. 156-157).

Sobre este assunto completa Gnecco: “Desde o início do segundo semestre de 1968, tramitava no Conselho Estadual de Educação, a partir de solicitação do governador, o projeto de transformar os Institutos Isolados em autarquias, denominado Projeto Tolle – Liberalli por seus opositores” (GNECCO, 2005, p.178). Tal projeto trazia um formato institucional que reuniria os Institutos Isolados de forma mais orgânica, como já foi citado anteriormente.

Pela determinação do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, a autarquia era assim definida no seu artigo 5º:

Artigo 5º - Autarquia - o serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. (BAZILLI, 1973, p. 12).

A autarquia é, portanto, pessoa jurídica vinculada à administração direta. Sendo assim, se constitui em pessoa jurídica de direito público interno com caráter administrativo e por isso entendida como autarquia administrativa ou institucional.

Entendendo a descentralização como a transferência de atribuições dos órgãos centrais para os órgãos locais ou para pessoas físicas ou jurídicas, a autarquia, como parte do processo de descentralização administrativa, é criada por lei como também pela manifestação da vontade do Estado.

Os Institutos Isolados de Ensino Superior foram descentralizados, transformando-se em autarquias educacionais de regime especial, na medida em que estiveram restritos a uma legislação especial. Por força do Decreto-Lei Estadual nº 191 de 30 de janeiro de 1970, os Institutos Isolados se tornaram entidades autárquicas vinculadas à Secretaria da Educação sob a orientação da Coordenação do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), órgão da administração direta que, como já vimos, foi criado para coordenar e planejar os serviços de ensino superior a serem prestados por essas autarquias de regime especial.

Subordinados ao governador do Estado de São Paulo e aos órgãos criados para administrá-los, o Serviço Administrativo dos Institutos Isolados, o Conselho Estadual de Ensino Superior e a Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior de São Paulo e os Institutos Isolados nasceram como entidades da administração direta.

A lei da Reforma Universitária de 1968 manteve a exigência de que os estabelecimentos de Ensino Superior oficiais, as universidades e Institutos isolados fossem autarquias ou fundações. Passando por intensos debates no CEE, ficou decidido que os Institutos Isolados fossem transformados em autarquias de regime especial.

A autarquia, como personalidade pública, é considerada um regime especial diferenciado dos órgãos da Administração direta porque possui características próprias relacionadas às suas normas de organização e administração, regimento de pessoal, tutela administrativa que se constitui em normas especiais, diferenciando-se, portanto, de outros tipos de autarquias. Autarquia educacional é uma sub-divisão da autarquia administrativa destinada à prestação de serviços educacionais em nível superior.

Bazilli (1973) afirma que a autarquia educacional de regime especial é decorrência do sistema educacional em nível superior e foi consagrada pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, explicando por que se tornou regime especial:

Estas autarquias são dotadas de regime especial, em virtude das atividades que lhes são inerentes sendo-lhes típicas, específicas, entre outras, as normas regulamentadoras de sua organização e funcionamento, o sistema de tutela, o regime de pessoal docente. Nestes aspectos, principalmente no que diz respeito ao ensino e à pesquisa, é que a autarquia educacional se encontra sujeita à normas próprias, a regime especial. (BAZILLI, 1973, p. 114)¹².

Os IIES foram sub-espécies das autarquias educacionais de regime especial. Essas autarquias educacionais, segundo Bazilli, não perderam suas características. Foram dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e sujeitas à tutela administrativa.

¹² Roberto Bazilli, jurista, participou como assessor técnico da construção da CESESP e da transformação dos Institutos Isolados em autarquias. Defendeu tese voltada para atender à administração dos Institutos Isolados: Licitação nas Autarquias de Regime Especial, 1973.

CAPÍTULO 5

**A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO” E A EXTINÇÃO DA FFCL DE MARÍLIA**

Para mim, a história é a soma de todas as Histórias possíveis, uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

Ferdnand P. A. Braudel

5.1 A criação da UNESP - Lei nº 952/76



Figura 16: Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília
Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília

O desenvolvimento brasileiro alcançado na década de 1970 demonstrou que o país ganhava autonomia e se tornava competitivo. A descentralização das atividades provocou a valorização dos grandes centros, impulsionando a educação, especialmente, o ensino superior.

É possível compreender esse processo quando Dias (2004) descreve que existiam grandes possibilidades para o ensino superior e que, entre elas, estava a incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior às universidades já existentes ou então a criação de uma autarquia única aglutinando os Institutos Isolados.

Muitas foram as causas que pediam a transformação dos Institutos Isolados em Universidade. A cada dia, era percebido que eles não podiam continuar isolados, precisavam de uma orientação maior para avançarem, crescerem científica e administrativamente. Muitas questões estavam mal definidas. Entre elas, destacamos que faculdades com muitos alunos da área de Humanas recebiam a metade da verba que outras faculdades que possuíam a metade desse número de alunos.

Na condição de escolas isoladas, os institutos eram fracos e, sob a forma autárquica, não possuíam poder político. Nesse sentido, o Coordenador dos Institutos bem como o Secretário da Educação, estavam convencidos, junto ao Conselho Estadual de Educação que a salvação dos Institutos Isolados de Ensino Superior seria a criação da Universidade, evitando o risco de se transformarem em apenas uma escola de formação de professores.

Como Universidade, as escolas isoladas passariam a ter uma maior expressão junto aos órgãos da FAPESP, CNPQ, CAPES, Ministério e Conselho Federal. Sendo assim, a opção pela Universidade foi tomada em função dessa realidade.

Havia uma discussão coletiva a respeito da criação da UNESP que certamente envolvia todos os professores e diretores dos Institutos, como também os representantes da CESESP. Vivia-se um certo grau de expectativa e muitas vezes de frustração porque, de um modo geral, todos se sentiam secundários na constelação universitária paulista.

Por outro lado, a USP era reconhecida e consagrada como Universidade do Estado de São Paulo e quase todos os professores e dirigentes dos Institutos eram provenientes dos quadros da USP como seus ex-alunos. Sendo assim, havia o sentimento dessas pessoas dos Institutos de integrar uma categoria abaixo dos da USP.

A CESESP realizou um estudo sobre a melhor forma a ser dada para os Institutos Isolados: a criação de campi regionais vinculados a USP, a federação de escolas e uma nova universidade, sendo que a criação de universidades regionais ou campi regionais promoveriam a integração com a USP. Essa integração deveria envolver os cursos de áreas básicas e profissionais nas diferentes regiões.

A possibilidade de optar pela federação de escolas ou federação de autarquias, pensada pelos diretores da CESESP, não modificaria muito a situação existente, pois continuaria a dificuldade da integração e organização, a disputa de orçamento que só seriam resolvidos com a criação de uma Universidade, considerada pela CESESP como a melhor opção.

O projeto original da UNESP foi elaborado com o nome de Federação de Autarquias. A Federação de Autarquias é uma grande autarquia coordenando pequenas autarquias,

havendo o que se podia chamar de constelação autárquica. As pequenas autarquias estariam representadas pelos antigos Institutos Isolados.

O projeto de federação autárquica foi redigido e encaminhado ao Conselho Estadual que se debruçou sobre essa matéria e chegou à conclusão de que seria preferível enfrentar a comunidade científica com uma universidade multicampi a ter uma federação.

Como a Lei nº 5.540/68 não fazia menção qualquer à federação do ponto de vista educacional, ninguém sabia até então o seu significado. Os conhecimentos eram relativos, portanto, mais à esfera jurídica.

As considerações a respeito da criação da UNESP conduziram a um estudo de que ela seria no futuro desmembrada em universidades regionais norte, sul, leste e oeste. Na idéia de criação da UNESP, sempre houve a concepção que seria uma universidade de transição que, no futuro, se transformaria em mais uma Universidade Regional.

Muitos esforços foram empreendidos para a criação da universidade na forma da lei. Cabe destacar aqui o empenho dos deputados Nabi Abi Chedid e Wadih Helu, líderes do governo, que, por três dias e noites, juntamente com a presença do Dr. Roberto Bazzilli e Dra. Sandra Julien Miranda, se mantiveram na Assembléia até que fosse aprovado o Projeto de Lei.

Pretendia-se para a nova universidade a adoção de um modelo multicampi segundo a pesquisa realizada em uma universidade do estado da Califórnia pelo diretor da CESESP Luiz Ferreira Martins. O modelo parecia muito bem aceito uma vez que esta universidade californiana possuía seus campi com uma estrutura universitária completa, ou seja, possuía institutos e faculdades em várias áreas.

Para época era um modelo viável, considerado como a única forma de se dar condições àquelas faculdades do interior de realmente passarem a ser instituições de melhor nível de ensino, de melhor nível de pesquisa e dar a elas, inclusive, condições de se equipar, de crescer cientificamente, de melhor atender à comunidade.

Sobre esta questão, Martins relata ao CEDEM:

[...] Nós tínhamos multicampi e não existia nenhuma experiência até então, de uma Universidade nesses termos, constituída, no caso, por 15 campi. Realmente seria um modelo novo totalmente diferente. Se vocês derem uma olhada no mapa da UNESP verificarão que é o do Estado de São Paulo cortado por inúmeras linhas em branco [...] (MARTINS, Luiz Ferreira. Entrevista 27 set. 2001, CEDEM/UNESP).

Entretanto, a restrição era grande nos meios acadêmicos de uma universidade com um perfil multicampi. Poucos acreditavam nessa universidade, mesmo na comunidade de professores, uma parte deles tinha certo receio quanto ao futuro da instituição.

Inicialmente, articulistas, como o Professor Roque Maciel do jornal O Estado de São Paulo, eram radicalmente contra ao modelo de UNESP. Somente depois de muitas discussões de que a UNESP seria a melhor forma para o crescimento científico dos Institutos Isolados na obtenção de projetos de pesquisa, melhoria do nível de ensino e de melhores condições em atender a comunidade é que ficou convencido dessa importância e passou a ser o grande articulista pró-UNESP e, melhor ainda, a partir de então, o próprio jornal O Estado de São Paulo voltou-se a favor da criação da UNESP.

Da mesma forma, havia articulistas contra a criação da UNESP, especialmente advindos das grandes universidades estaduais, mas, cuja concepção foi se alterando ao longo do processo de criação. O próprio Prof. Zeferino Vaz, que a princípio não concordava com esta criação, passou aos poucos a ver a UNESP com um outro olhar e juntamente com ele a UNICAMP passou também a apoiá-la.

No contexto das restrições à criação da UNESP, os próprios diretores dos Institutos Isolados sabiam que, no momento em que se constituíssem em unidades universitárias, as verbas não seriam mais fixadas diretamente pela Secretaria da Fazenda a cada Instituto, não dependeria tanto do seu Diretor, mas de órgãos vinculados à Reitoria, que poderiam privilegiar determinadas áreas em detrimento de outras, como a de Humanidades, as quais poderiam sofrer com a institucionalização da Universidade.

Em 1975 o Secretário de Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira enviou à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo um Projeto de Lei nº 539 de 24/10/1975 que instituiu a nova Universidade. Poucos meses depois, o Projeto foi transformado em Lei nº 952 de 30/01/1976, assinado em Ilha Solteira.

A criação da UNESP anunciava uma disputa com a Universidade de São Paulo no que se refere aos investimentos e recursos financeiros, instalando-se uma grande resistência por parte desta universidade bem como dos editorialistas do jornal O Estado de São Paulo.

O artigo 1º da Lei de criação da UNESP atribuiu o nome do jornalista Julio de Mesquita Filho reconhecido no âmbito educacional, nome escolhido pelo governador Paulo Egydio Martins que muito ligado ao grupo do Estado se manifestou em homenagear o atual patrono da UNESP, dando a ela o nome de Julio de Mesquita Filho, um dos criadores da USP. O nome foi inicialmente proposto pelo Dr. Moacyr Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação da época e que foi bem aceito pelo governador Paulo Egydio.

Certamente foi uma homenagem para a família Mesquita, mas também poderia ser entendida como uma estratégia política uma vez que este era o dono do jornal O Estado de São Paulo.

Apesar deste fato, muitas críticas foram realizadas por este jornal à UNESP, em que se apontava a repetição de cursos em várias faculdades, o número reduzido de alunos, baixa qualidade de ensino, entre outras.

Como unidade universitária, a UNESP necessitava se instalar bem como a sua Reitoria. Foi cogitada a possibilidade de instalação em Ilha Solteira, o que gerou um impasse, dada a dimensão espacial de um distrito localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, no município de Pereira Barreto, concentrando um grupamento urbano construído com o fim especial de dar suporte aos trabalhadores da construção de uma grande usina¹.

Por se tratar de uma região distante do centro do Estado como também palco de muitos conflitos de conquista de terras promissoras ao desenvolvimento, severas críticas foram realizadas sobre essa possível instalação. No entanto, havia os que viam com bons olhos essa questão, argumentando que a UNESP poderia beneficiar-se absorvendo muitos serviços deixados pela CESP – Centrais Elétricas de São Paulo SA, destacando-se entre eles laboratórios, moradias e outras benfeitorias. O fato é que, apesar dessas condições favoráveis à instalação da faculdade, a sede da reitoria nunca foi concretizada neste local.

No ano de 1975, que antecedeu a criação da UNESP, muitas reuniões foram realizadas com os diretores dos Institutos Isolados, porém sem a participação da comunidade acadêmica, para se discutir, junto às suas respectivas Congregações, o movimento da criação de um Projeto de Lei que transformaria as escolas isoladas em universidade.

Da parte de Luiz Ferreira Martins, como coordenador da CESESP, muitos esclarecimentos foram prestados sobre a criação da Universidade durante as reuniões realizadas em visita aos Institutos:

¹ Textos relativos aos Artigos do Projeto de Lei nº 539/75 enviado à Assembléia Legislativa em 24/10/1975 que originou a Lei nº 952, de 30/01/1976 de criação da UNESP evidenciando alternativas para sede da Universidade Estadual Paulista.

Artigo 1º - Fica criada, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 5540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como entidade autárquica de regime especial.

Parágrafo único – A Universidade de que trata este artigo tem como sede e foro o distrito de Ilha Solteira, município de Pereira Barreto.

Artigo 2º - A Universidade implantará “Campus” universitário em Ilha Solteira, onde se desenvolverão cursos que visem a atender às necessidades regionais.

Parágrafo único – Para fins deste artigo fica a Universidade autorizada a celebrar convênio com as Centrais Elétricas de São Paulo SA – CESP, visando à transferência, para seu patrimônio, dos bens pertencentes a essa sociedade, localizados em Ilha Solteira e destinados à sua instalação. Segue-se a apresentação dos Institutos Isolados que passam a integrar a Universidade na qualidade de unidades universitárias.

Eu visitei todos os Institutos Isolados e realizei reuniões, inclusive abertas à comunidade. Antes de enviar o Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, para se discutir amplamente a questão. Tinha, contudo, a conciliação de que não havia alternativa. Tentava convencer os incrédulos de que era uma boa proposta: a única no meu ponto de vista. Foram momentos extremamente difíceis, principalmente nas reuniões de Marília, Assis, Presidente Prudente e Botucatu. (MARTINS, Luiz Ferreira. Entrevista 27 set. 2001, CEDEM/UNESP).

Esta afirmação é contraditória no que se refere “abertas à comunidade”, considerando que os funcionários e alunos queriam participar das reuniões, porém, dada a falta de informações e envolvimento com as pessoas, bem como um tempo maior para discussão, não foi possível uma participação maior dos interessados.

Criada a Universidade, com a Lei nº 952, de 30/01/1976, foi necessário definir uma política de recursos humanos a fim de organizar o Conselho Provisório, proceder à elaboração dos Estatutos e Regimento, bem como definir o prédio da reitoria que inicialmente funcionava na Avenida Rio Branco. Entretanto, estava sendo pleiteado um prédio melhor, o do Palácio Campos Elíseos que já estava destinado à Secretaria de Turismo Indústria e Comércio.

Não havendo uma força política capaz de conseguir o Palácio, a permanência da reitoria se deu no mesmo prédio. Entretanto, a estrutura se tornava cada vez mais complexa, sobretudo com a inclusão dos órgãos colegiados e não suportava mais se manter no local.

A grande admiração do Prof. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, então Secretário da Educação, pela UNESP favoreceu a doação de um prédio da Praça da Sé no coração da cidade de São Paulo que abrigava na época algumas Delegacias de Ensino para instalar a Reitoria. Realizada a necessária reforma, após a transferência desses órgãos, nesse local se instalou a Reitoria. Considerado na época um grande prédio, este poderia suportar todas as demandas exigidas.

Tomou posse como primeiro reitor, o presidente do Conselho Estadual de Educação Moacir Vaz Guimarães. Entretanto, pela lei de criação, foi apresentada ao Conselho Universitário transitório, uma lista composta por diretores das faculdades, atendendo às exigências da Lei 5540.

Competiam com o professor Luiz Ferreira Martins, da CESESP, mais dois professores pertencentes à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e Faculdade de Odontologia de Araraquara.

A escolha do 1º reitor recaiu na pessoa do Prof. Luiz Ferreira Martins, considerado nome de consenso geral no que se refere à sua luta em prol da criação da Universidade.

Realizada a escolha do reitor, teve início a reestruturação das unidades universitárias colocadas pela legislação.

5.2 Autonomia Universitária

A autonomia universitária esteve sempre restrita aos limites impostos pela Lei².

A partir de 1920 até a Constituição em vigor, as leis federais que tratam do ensino superior concederam autonomia aos institutos, faculdades e universidades, embora a legislação não considerasse a autonomia como um princípio da educação. Os princípios representam mais que as normas, são considerados verdadeiras diretrizes.

Durante todo o Estado Novo, as diretrizes para a educação tiveram um caráter centralizador, sem qualquer autonomia. No início da década de 1930, os conflitos entre os setores das classes dominantes, das camadas médias e da classe trabalhadora evidenciavam o desenvolvimento de políticas educacionais autoritárias.

O ensino superior e a política autoritária tiveram em 1931 o primeiro ato legislativo do sistema universitário: o Estatuto das Universidades Brasileiras. Sua autonomia didática e administrativa era restrita. Considerava-se inconveniente e contraproducente para o ensino conceder-lhes plena autonomia didático-administrativa. Sendo assim, foi preferida uma autonomia mais relativa.

No contexto autoritário deste período, foi criado o Conselho Nacional de Estudantes, posteriormente chamado de UNE – União Nacional dos Estudantes que buscava aglutinar os estudantes do ensino superior de todo o Brasil. Esta entidade se pautava em condutas democráticas e resultou na tentativa de cooptação dos estudantes que tinham entre o seu maior objetivo lutar contra o autoritarismo imposto pelo Estado.

Como já foi destacado anteriormente, a Lei nº 4.024 de 1961 estabeleceu, no seu artigo 80, que as universidades gozariam de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar na forma dos seus estatutos, porém, na sua redação original, os parágrafos que tratavam da autonomia foram vetados pelo Presidente da República, apontando que a autonomia universitária esteve limitada no período de vigência dessa lei.

No seu artigo 80 aparece a expressão autonomia:

Artigo 80 – As universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar que será exercida na forma de seus estatutos. (BRASIL, 1961, p. 988).

² Vocábulo autonomia tem origem grega sendo constituído pelos radicais **auto** que significa próprio e **nomia** que significa regra. Sendo assim, exprime a idéia de direção própria.

Estavam marcados os espaços e alcance da autonomia universitária.

O momento político do período da ditadura militar abalou em muito a autonomia universitária que já vinha perdendo a liberdade de cátedra, em que o direito de exercer o magistério fora severamente reprimido.

A Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, conhecida como a lei da Reforma Universitária de 1968, pretendia a modernização das universidades, no que se referia à autonomia universitária. Dal Ri (1997) destaca as previsões destacadas na lei no que concerne à autonomia universitária:

1) A garantia às universidades de uma autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira a ser exercida na forma da lei e de seus estatutos.

2) Estabelece a indissociabilidade entre o ensino e pesquisa;

3) Estabelece que a organização e funcionamento das universidades serão disciplinadas em seus estatutos e regimentos, submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente.

4) Fixa a escolha do reitor e vice-reitor das universidades públicas mediante a apresentação de lista sêxtupla de nomes, elaborada por um colégio eleitoral especial, constituído pelo Conselho Universitário e órgãos colegiados de ensino, pesquisa e extensão. (DAL RI, 1997, p. 51).

Embora a Lei nº 5.540/1968 reafirmasse a previsão de autonomia, a imposição de um regime autárquico não lhe permitiu uma organização mais flexível.

Bazilli aponta que autarquia e autonomia têm significados diferentes:

Autonomia é a faculdade que alguns entes têm de se organizarem e criarem direitos próprios. A autarquia é a faculdade reconhecida do ente de administrá-la por si mesmo. (BAZILLI, 1979, p. 104).

Na Constituição de 1988, o artigo 207 enuncia que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ressalta-se que a autonomia didática demonstra a capacidade de organizar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão.

A autonomia científica é o elemento que, no caso das universidades públicas, as distingue de outros órgãos do serviço público, por meio da liberdade de ação quanto à determinação da pesquisa.

Autonomia administrativa consiste no direito de elaborar normas de organização didático – científica, administração de recursos humanos, materiais e direito de escolher dirigentes.

No que se refere à autonomia de gestão financeira das universidades públicas, esta consiste em gerir os recursos públicos que são colocados a sua disposição, ou seja, liberdade de dispor dos seus recursos, segundo critérios de conveniência administrativa.

A carta de 1988, portanto, ao incorporar a autonomia universitária, no caso das universidades públicas, fixou a especificidade da instituição e o caráter peculiar de suas relações com o Estado.

Segundo Dal Ri, autonomia não significa impermeabilidade a influências externas e sim a capacidade de auto-regulação e adaptação construtiva por uma cultura institucional e profissional próprias:

A instituição acadêmica e autônoma e bem construída deve ser capaz de articular fontes externas de nível político, econômico e cultural, sentir as necessidades manifestas pela sociedade mais ampla e responder a esses condicionantes de acordo com suas próprias regras de probidade e competência e, dessa forma, ampliar seu reconhecimento ante a sociedade e conseqüentemente, fortalecer a sua própria autonomia. (DAL RI, 1997, p.13).

Como observamos a autonomia das unidades escolares é um tópico há muito requerido pelas instituições de ensino superior. A noção de autonomia foi incluída nas letras de muitas leis com acenos de concretização, mas com restrições e limites à sua abrangência.

5.3 A Regionalização da UNESP

A Reforma Universitária implementada pela Lei 5540/1968 havia definido a necessidade de se realizar a reestruturação das unidades universitárias. Nesse processo, houve de início, a urgência de se proceder à integração regional dos cursos oferecidos nessas unidades, levando os gestores a observarem os pressupostos do Estatuto da Universidade ora instalada. Tais Estatutos foram realizados ainda no prédio da Avenida Rio Branco, sendo reunido o Conselho Universitário para essa finalidade.

A primeira diretriz do Estatuto se referia à regionalização da UNESP que se daria por meio dos diversos distritos: leste, norte, sul e oeste, os quais tinham como critério proceder à aglutinação pela proximidade geográfica.

O segundo princípio fundamental contido no estatuto é que a Universidade tivesse uma organização colegiada, ou seja, o poder não ficaria apenas com os diretores e reitores, mas com uma ordem de colegiados.

Do terceiro princípio, constava uma inovação em relação às outras universidades públicas, a representação da comunidade nos colegiados. A UNESP foi, então, a primeira universidade a introduzir a representação de funcionários, configurando um diferencial em relação a USP e UNICAMP.

Os princípios básicos que regeram o primeiro Estatuto continham aspectos importantes como a abertura de participação para todos os segmentos da Universidade. Os diretores não perdiam totalmente o domínio decisório porque continuavam tendo voto e importância dentro do sistema apesar da ordem de colegiados.

Considerando a pouca participação que havia até o momento, a descentralização proposta com a participação da Universidade mais intensamente no ensino, pesquisa e extensão foi considerada um grande avanço.

A primeira fase da redação dos Estatutos e Regimentos transcorreu de forma tranquila, porém, ao definir os campi, teve início um processo muito desgastante que envolvia as cobranças da comunidade local, dos políticos e, sobretudo da comunidade acadêmica que não aceitava a distribuição das unidades por campus.

Tomando por base o princípio distrital, a idéia era de não duplicar cursos em âmbito de distrito. Nesta ótica, os professores deveriam ser reunidos a partir da perspectiva da pesquisa.

Martins explica o descontentamento e a reação que perdurou por muito tempo por parte dos antigos professores:

[...] mas o grande problema, que gerou as maiores reações não foi o fato da criação da Universidade, mas a racionalização de uma Universidade multicampi, procurando-se o mínimo de duplicação. Professores seriam removidos, por exemplo, de Marília para Araraquara e vice-versa. Foi um verdadeiro caos e eu entendi a situação: se você está com a vida estruturada há dez, quinze, vinte anos em um município numa cidade e de repente o curso foi fechado, temos que encontrar uma solução para os seus casos criados. Quando ainda envolvia Assis, Marília e Presidente Prudente era mais fácil, mas quando, por exemplo, de Marília para Araraquara era mais complicado. (MARTINS, Luiz Ferreira. Entrevista 27 set. 2001, CEDEM/UNESP).

Foram criados órgãos de normatização, como o GEA – Grupo Especial de Assessoramento, que tinham por objetivos a fixação de diretrizes, a elaboração de planos e procedimentos de avaliação dos resultados dos programas para a universidade.

Dos planos de metas do Conselho Universitário Provisório (COPr) faziam parte importantes discussões no sentido da reestruturação. As decisões sobre os vestibulares constavam das primeiras discussões do Conselho seguidas de outras não menos importantes. Dentre elas, podemos citar as Licenciaturas Curtas, as mudanças empreendidas nos cursos com novas orientações de conteúdos, a instituição dos ciclos básicos entre muitas outras consideradas polêmicas. A exemplo, podemos destacar que a nova orientação de conteúdos provocou sérias confusões nas chamadas para os vestibulares, provocando descontentamento dos candidatos, os quais exigiram providências imediatas por parte da Universidade.

Devido às vagas oferecidas pela UNESP, especialmente no curso de Pedagogia, houve um grande impasse com relação à proliferação de vagas de faculdades particulares no interior do Estado, chamadas pelos editorialistas do jornal O Estado de São Paulo em suas publicações de “instituições facilitárias”. Afirmavam os artigos que era inútil concorrer quantitativamente com a rede particular e municipal de ensino no interior do Estado.

Esses indicadores motivaram a elaboração de um Anteprojeto de lei criado para a UNESP para apresentar um diagnóstico e as suas justificativas, bem como propostas de políticas de ação do governo, dirigidas ao ensino superior e sua expansão no Estado de São Paulo de acordo com o desenvolvimento regional.

A política do governo esteve presente com a otimização de investimentos que, em troca, exigia a integração, o enfrentamento de grandes distâncias geográficas, a não duplicação de cursos dada à racionalização administrativa que buscava aglutinar os cursos de determinadas áreas em apenas um campi.

Enfim, todas estas questões deram origem a importantes discussões, como podemos destacar, por exemplo, sobre a duplicação de cursos nas unidades universitárias. A título de ilustração, podemos apontar o que ocorreu nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras das cidades de Assis e Marília. Separadas por uma pequena distância de oitenta quilômetros, mantinham cursos comuns (História) em suas unidades.

Nas constatações a respeito deste problema, Martins (2001) comenta que este fato ocorria com maior frequência na área de Ciências Humanas, como no caso de Ciências Sociais, que possuía dois professores para cada especialidade, configurando-se nesse caso uma duplicidade que gerava a necessidade de uma melhor adequação para racionalizar recursos.

Na medida em que existia esta duplicidade de cursos em diferentes campi, muitas vezes muito próximos um do outro, estariam sendo utilizados, recursos em dobro ou desviando recursos que poderiam ser alocados para outras regiões. Acreditava o reitor que esta problemática teria sido o estopim que culminou em uma reforma caracterizada pelo verticalismo, não permitindo a flexibilidade de discussões e de participação das comunidades acadêmicas como um todo, como já foi colocado.

Na época, os dirigentes vislumbravam dar melhor forma à estrutura universitária a ser criada no sentido de estabelecer a consolidação da Universidade. Para tanto, novas exigências se fizeram necessárias como a implementação de normas, diretrizes, política de trabalho integral, discussões sobre os regimentos de cada escola e outras tantas questões necessárias.

Nas exigências desta nova demanda, sempre houve boa participação dos docentes de todas as tendências com discussões dos argumentos, estabelecendo parâmetros para decisões acertadas que atendessem à instituição e à comunidade local.

Cibantos (2001), em entrevista dada ao CEDEM, comenta sobre o grande impacto gerado pela transformação dos Institutos Isolados em uma universidade única:

Houve impacto porque, de repente, as cidades se conscientizaram de que tinham instituições importantes dentro delas. De repente, a comunidade acordou porque ia perder cursos ou porque estava ligada à Universidade, então era bom, para a cidade também fazer parte de uma Universidade. As autoridades locais se posicionaram todas em função dessa alteração institucional: queriam saber, viviam cobrando a diretoria, queriam vir junto na reitoria conversar e vinham, principalmente, os vereadores. Nesse ponto, houve sim, os jornais procuravam a gente constantemente para saber o que estava acontecendo, qual era o impacto da criação da Universidade para aquela escola dentro da cidade, se a escola ia crescer, o que ia acontecer e tudo mais. Nesse aspecto, movimentou muito as cidades, com certeza, todo mundo se posicionou e sempre, logicamente, a favor, não querendo sofrer cortes de cursos. Todas as cidades realmente assumiram um enfrentamento com o governo em função dos cortes. (CIBANTOS, Jubert Sanches. Entrevista 7 jun. 2001, CEDEM/UNESP).

O resultado desta organização com a extinção de alguns cursos, transferências de professores e cursos para outras unidades, muitas vezes distantes, representou uma experiência que podemos dizer bastante traumática apesar do trabalho realizado por Luiz Ferreira Martins ao visitar várias faculdades e discutir com a comunidade acadêmica as mudanças, recolhendo sugestões que seriam encaminhadas à Reitoria para elaboração do Anteprojeto do Estatuto da Universidade.

Seguiram-se discussões, protestos, mobilizações a respeito da elaboração do Anteprojeto, sendo que os professores dele não puderam participar. Embora fosse o desejo de todos, foram impedidos, considerando que sua representação não fora reconhecida. Indiretamente os professores participaram deste processo na medida em que foram realizadas por eles várias publicações, manifestos, organização de manifestações às quais tiveram o apoio incondicional da imprensa.

Ainda podemos identificar a participação de políticos com manifestações contundentes junto à Assembléia Legislativa que, juntamente com o clamor da comunidade acadêmica, sensibilizou o jornal O Estado de São Paulo, desencadeando debates que envolveram outros órgãos ligados à imprensa.

A baixa procura por alguns cursos acabou se tornando um problema de difícil solução durante o processo de organização da UNESP. Aos diretores das faculdades cabia a difícil incumbência de deixar os cursos mantidos com o maior número possível de alunos, evitando que essa demanda buscasse as instituições particulares de ensino superior criadas nesta época no Estado de São Paulo. Desta forma, os diretores estariam respeitando o que havia sido proposto pela Reforma Universitária no que tange a explorar ao máximo as vagas existentes na rede pública de ensino.

5.4 Os Institutos Isolados integrados à nova Universidade

Aprovado o Estatuto da Universidade multicampi em 07 de dezembro de 1976 pelo Conselho Universitário Provisório, passa a ser realizada a divisão de cursos e das faculdades que, na época, entenderam os planejadores, demandava uma ordenação racional, administrativa e gerencial.

Dias (2004) ressalta a fala do reitor da UNESP por ocasião da aprovação do novo Estatuto:

Todos carregaram o peso e as dificuldades da reestruturação, principalmente o da Filosofia, o peso maior. Se há algum mérito para mim, este foi o de saber resistir às pressões, por acreditar no que defendíamos. Acho que todos nós tivemos a coragem de mudar as coisas, o que não é nada fácil. Desejo agradecer a todos a contribuição que recebi em todos os momentos. Peço desculpas por algum deslize que tenha cometido. Procurei conduzir os trabalhos do modo mais democrático possível. Espero que tenhamos encontrado o melhor caminho para a reestruturação. (DIAS, 2004, p. 50).

Em sua tese de doutoramento, Dias (2004) faz um profundo e importante comentário sobre a redistribuição dos cursos dos antigos Institutos Isolados, quando da transformação em UNESP, que aqui pretendemos explicitar:

A reestruturação da Universidade deve-se basear inicialmente, na divisão do Estado de São Paulo em regiões, considerando a área ocupada pelos Institutos, a população, as atividades econômicas, bem como pelo critério de áreas do conhecimento e não de cursos oferecidos. Tanto nesse processo, como na futura expansão da UNESP, não poderão ser admitidos numa mesma região, “duplicação de meios para o mesmo fim, buscando sempre a aglutinação de recursos humanos e concentração de investimentos” [...] Organizados em termos regionais, os campi constituir-se-ão na estrutura básica congregando as Faculdades e Institutos, garantindo a máxima integração [...] (DIAS, 2004, p. 198).

Para o provimento melhor dos recursos, a designação do pessoal e a integração das Unidades não seria a solução adequada. (A integração da região sudoeste, Presidente Prudente, Assis e Marília, a região noroeste com Ilha Solteira, São José do Rio Preto, Araçatuba e a região central com Araraquara e Rio Claro). Essas questões também foram observadas por Belotto quando comenta que seria oportuno à UNESP ter repensado a questão da organização espacial, administrativa, acadêmica e constitucional. Ele identificou também que a criação de setores científicos de pesquisa, ensino e extensão regionais facilitaria um melhor gerenciamento de recursos de pessoal e orçamentos sob a coordenação geral normativa do Conselho Universitário.



Figura 17: Lançamento da Pedra Fundamental do Campus da UNESP de Marília
Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília



Figura 18: Construção do Prédio do Campus da UNESP de Marília
Fonte: CGB – Coordenadoria Geral de Bibliotecas – Marília

A partir de sua investigação, Dias (2004) ainda ressalta com muita propriedade que algumas faculdades ganharam e outras perderam com a reestruturação dos Institutos Isolados em unidades universitárias, o que o reitor da época insistia chamar de remanejamento.

As mudanças mais drásticas afetaram os Institutos de Presidente Prudente, em que seriam aproveitados somente os cursos de Geografia e Matemática, perdendo os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Ciências. A questão mais grave em Presidente Prudente estava centrada, portanto, na transformação quase total do perfil da unidade, que teria suas atividades acadêmicas orientadas para a área de meio ambiente, eliminada sua jovem tradição dentre as humanidades. Assis e Marília tinham ainda destino incerto. A solução final, entretanto, que não levou em conta os brados da comunidade, fez concentrar em Marília e Araraquara, os cursos de Pedagogia, ora chamado de Educação, eliminando os de Rio Preto, Rio Claro, Franca, além do já referido de Presidente Prudente. O curso de Filosofia saiu de Assis e foi para Marília, onde se pretendia que desse suporte à área de educação. Marília perdeu o de Letras que teria em Assis a sua rede regional. Araraquara perdeu somente o curso de Matemática, cujos professores, foram transferidos para Rio Preto. A área de Química se autonomizou, fazendo surgir uma nova unidade universitária, o Instituto de Química. Rio Claro perdeu os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, cujos professores foram transferidos em sua maioria para Araraquara. A unidade de Franca perdeu os cursos de Geografia, Letras e Pedagogia, já referido, ganhando o curso de Serviço Social. Ao todo foram extintos 14 cursos (DIAS, 2004, p. 201-202) ³.

³ Numa análise proporcional dos Institutos Isolados citados, a perda quantitativa correspondeu a uma média de dois cursos para cada unidade equilibrando-se com os cursos integrados por transferência. No entanto a perda

Um fato relevante ocorrido no período da reestruturação dos Institutos Isolados para Universidade refere-se à fundação da Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP) na data de 05/06/1976, tida como a primeira associação de docentes das universidades públicas do Estado de São Paulo. A Associação surgiu imediatamente após a criação da universidade em função das necessidades dos docentes que haviam sido contratados pelos Institutos Isolados. Os professores sentiram dificuldades de organização para enfrentar as dificuldades colocadas com a criação da universidade.

Segundo Dal Ri (1997), a importância da ADUNESP está ligada à organização e à representação da categoria docente: “Com a criação da UNESP (...) havia um clima de incerteza, de inquietude, de preocupação entre os docentes (...) uma vez que os docentes foram marginalizados das discussões e das decisões relativas à criação da nova universidade. (SAFFIOTTI, 1996, apud DAL RI, 1997, p. 71).

A autora destaca ainda que, no dia 26 de junho, foi eleita sua primeira diretoria composta pelos docentes Ulisses Guariba Neto (presidente), de Assis, Celestino Alves da Silva Junior (secretário geral), de Presidente Prudente e Telmo Correia Arrais (tesoureiro), de Assis. Em 14 de outubro do mesmo ano, a ADUNESP é registrada oficialmente no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araraquara.

Dias também ressalta a ADUNESP ao afirmar que o idealizador, articulador e fundador da associação foi o Professor Waldemar Saffiotti, da área de Química da FFCL de Araraquara e que “a tarefa inicial foi a de viajar a todos os campi, para sensibilizar os colegas à necessidade de articulação e conseguir um mínimo de respaldo para as atividades”. (DIAS, 2004, p. 194).

A estrutura da UNESP foi definida pelo Estatuto do Conselho Estadual de Educação em dezembro de 1976, instituída pelo Decreto nº 9.449 de 26/01/1977. Nessa nova estrutura o campus de Marília passa a pertencer ao Distrito Universitário Oeste, abrigando os campi de Assis e Presidente Prudente, adquirindo a nova configuração de Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação.

A redemocratização da UNESP iniciou em moldes semelhantes ao que aconteceu na repressão militar, porém, com outras características.

A Universidade deveria ter aprendido a conviver com as várias correntes ideológicas. Se, de fato houve omissão no período de transformação da rede dos Institutos Isolados para a

qualitativa foi maior, considerando a tradição. Procuramos mostrar as mudanças ocorridas nas Faculdades de Filosofia e não apenas a de Marília, nosso principal objeto a fim de que tivéssemos uma visão maior do processo de reestruturação.

UNESP, muitas vezes foi devido ao sistema vigente que se refletia na Universidade por imposição legal. Apesar disso, a Universidade tinha que caminhar com a sua própria autonomia, mesmo sofrendo pressões externas que dificultavam a sua expressão natural.

CONCLUSÃO

A compreensão do mundo que nos rodeia e suas características, a procura de uma resposta às perguntas que a época atual nos representa, levam-nos sempre ao passado, à origem do processo que estamos observando, vivendo...

Maria Teresa Nidelcoff

A criação das escolas públicas de nível superior no Estado de São Paulo teve a participação de atores como deputados e autoridades municipais que, aliados às aspirações das comunidades, constituíram um conjunto de reivindicações e agilizaram o processo do aparecimento dessas escolas, as quais receberam a denominação de Institutos Isolados de Ensino Superior. Nesse processo, a imprensa teve um papel fundamental, pois destacava a luta dos estudantes secundários na busca por uma educação superior pública no interior do Estado de São Paulo.

Outro fator determinante foi a aceitação do governador Jânio Quadros para a expansão do ensino superior no Estado de São Paulo. Implementou princípios fundamentais que deveriam ser seguidos: que as escolas deveriam ser de alto nível e fundar-se em linhas renovadoras. Por possuírem uma forma de organização centralizada, os Institutos Isolados não pertencentes a uma universidade, demonstravam uma certa fragmentação. Mesmo assim, a expansão dos Institutos ocorreu, traduzindo-se no modelo de Faculdades de Filosofia, voltadas para a formação do magistério, situação que deixava claro o interesse estatal em equipar os recentes ginásios estaduais com professores. Esta foi uma tendência que caracterizou o desenvolvimentismo da década de 1950.

Nos anos de 1950, o Estado de São Paulo já havia atingido grande nível de maturidade e tinha condições de assumir a educação de forma mais ampla. A expectativa neste período era de preparar para o exercício de todas as profissões.

O governador Jânio Quadros assumira o governo estadual de São Paulo em 1955, sendo que o período do seu governo coincidiu com o ciclo de expansão econômica que se estendeu até o início da década seguinte. Houve também uma recuperação econômica em todo o Estado, passando a uma melhoria das condições de vida e levando a uma expansão do ensino público estadual, especialmente com a criação de novos ginásios e colégios.

A USP não daria conta da formação de professores secundários, surgindo daí a preocupação com a instituição das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pelo interior do Estado. O processo de interiorização do ensino superior público no Estado de São Paulo teve a influência normativa da Universidade de São Paulo em seu processo de implantação, a iniciar pelo modelo institucional, inspirado em sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e também no desgaste produzido por ocasião da incorporação dos IIES junto ao Conselho Universitário. Em relação aos cursos e programas, como também aos professores que dela procediam, percebemos a definidora inspiração uspiana.

Muitas dificuldades se fizeram presentes na trajetória dos Institutos pelo interior do Estado, como as relacionadas à gestão, às realidades culturais, econômicas, sociais e políticas, ao seu processo de adequação, entre outros. Neste percurso, vantagens e desvantagens foram constatadas.

Na concepção de Martins (2001) os Institutos Isolados do Ensino Superior não possuíam autonomia didática e financeira que só as Universidades têm. Cada um dos Institutos tinha o seu orçamento dependente diretamente da vontade do secretário em liberar os recursos. Essa questão era um grande complicador.

Contudo, havia vantagens também ressaltadas por Bazilli (1998). Os Institutos estavam conseguindo sua inserção em definitivo no mundo universitário e, sem restrição, passando a se abrir para eles as portas dos pólos financiadores e dos órgãos de cúpula, mesmo não sendo universidade.

Nos primeiros anos de sua existência, os Institutos Isolados se mantiveram sob forte regime ditatorial, surgindo dessa maneira uma grande necessidade de adequação. Esses passaram pela Reforma Universitária em 1968, que apontava para uma formação profissional voltada para o mercado, iniciando um amplo processo de racionalização e o despertar para a criação de uma universidade.

No processo de expansão dos Institutos Isolados, muitos professores da USP, por meio do Conselho Universitário se posicionaram contra o processo, alegando que os seus quadros docentes eram deficitários, que havia a perda de qualidade e que prejudicariam o planejamento orçamentário do Estado.

A criação da Universidade do tipo multicampi foi definida a partir de critérios específicos, iniciando-se um processo de integração e racionalização com o fechamento de muitos cursos, especialmente os da área de humanidades e a transferência de outros, apoiados na idéia da demanda. Criou-se uma situação caótica para muitos dos seus docentes, dirigentes

e funcionários, como também para uma grande parcela da comunidade acadêmica aos quais os reformadores da UNESP não conseguiram convencer por meio dos seus argumentos.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília reconhecidamente muito colaborou com o desenvolvimento da cidade, ainda que nos depoimentos analisados na pesquisa, existiam posições diferentes a respeito da faculdade. A maioria faz observações positivas e outras negativas sobre o cotidiano escolar, observadas por meio das representações dos sujeitos participantes das entrevistas realizadas pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e analisadas pela pesquisadora mediante autorização.

Mesmo tendo sido criada de acordo com os interesses políticos, a faculdade pôde manter, ao longo dos dezessete anos de sua existência, a formação de docentes para o ensino secundário e superior, favorecendo as condições para o desenvolvimento regional e assumindo um importante papel social.

Com a criação da UNESP, o governo teve maior participação no interior do Estado de São Paulo e o ensino superior tornou-se um fator de desenvolvimento sem fronteiras, na medida que conservou uma instituição de ensino superior de excelência, com impacto econômico nos municípios que abrigam suas unidades e a prestação de serviços, nada devendo às outras instituições públicas de ensino superior do Estado de São Paulo.

Procuramos realizar uma pesquisa baseada em dados oficiais, levantando e organizando o extenso material disperso sobre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília (FAFI). A partir deste trabalho, novas pesquisas tornam-se possíveis.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. Uma contribuição para a história da UNESP. **História**, São Paulo, n. 8, p. 87-100, 1989.

ALMEIDA, G. T. **Agricultura e pecuária em São Paulo**: São Paulo, terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

ANAIS da Assembléia Legislativa do Estado – Arquivo do Estado – São Paulo. Volume referente a Bento de Abreu Sampaio Vidal. Deputado Estadual, 1927.

ANAIS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília: vol. 1 – 1959-1962. Marília: Tipog. Fonseca, 1969.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil: Tomo Terceiro: a transmissão da cultura. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____. **A rede urbana paulista**. São Paulo, terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

BALESTREIRO, G. E. **Capital da Alta Paulista**: uma história do município de Marília. 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Marília, 1984.

BAPTISTA FILHO, O. **A propriedade agrícola em São Paulo**. São Paulo, terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1967.

BARDIN, J. **L'Ére logique**. Paris: Robert Laffont, 1977.

BAZILLI, R. R. **Licitação nas autarquias educacionais de regime especial**. 1973. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 1973.

_____. **A tutela administrativa e sua incidência na universidade oficial**. 1979. Tese (Livre docência) - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 1979.

_____. **Roberto Ribeiro Bazilli (RB)**: depoimento [10 set. 1998]. Entrevistador: Anna Maria Martinez Corrêa. Guaratinguetá, Entr. nº 166. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

BEISIEGEL, C. R. de. Pesquisa e planejamento. **Revista do Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho**, São Paulo, n. 8, p. 99-198, dez. 1964.

BELLOTTO, M. L. **Manoel Lelo Bellotto (MB)**: depoimento [19 mar. 2002]. Entrevistadores: Marcia Regina Tosta Dias (MD) e Myrna Teresinha Rossi Rego (MR). São Paulo, Entr. nº 41. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

BRASIL. Decreto n. 8.659, de 05 de abril de 1911. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58698>>. Acesso em: 30 set. 2008.

_____. Decreto nº 45.256, de 16 de janeiro de 1959. Autorizou o funcionamento dos cursos da FFCL de Marília. **Coleção das Leis do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1959.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lex**: Legislação Federal, t. 2, n. 25, p. 988, 1961.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Lex**: Legislação Federal, t. 4, p. 1433-1440, 1968.

BRETAN, I. M. A. N. **Faculdades para Botucatu (SP):** processo histórico de demanda sociais e políticas pela expansão do ensino superior no Estado de São Paulo – 1947 a 1963. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1995.

BUSETTO, A. **Economia e poder local:** Marília de 1946 a 1964. 1991 (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

CAPELATO, M. H. R. **Os intérpretes das luzes:** liberalismo e imprensa paulista: 1920 – 1945. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____.; PRADO, M. L. **O bravo matutino:** imprensa e ideologia: o Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. R. **A universidade da comunhão paulista:** o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

CASTRO, R. M. de. Contribuições ao estudo da interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo: A FAFI DE MARÍLIA (1957-1975). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, 2., Ensino na Educação Brasileira, Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira, 2001, Marília. **Cadernos de Área:** ensino na educação brasileira. Marília: UNESP Marília Publicações - 2001. p. 95-99.

_____. A Fafi de Marília (1959-1975): um estudo das suas publicações científicas e de promoção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2., 2002, Natal - RN. **Anais ...** Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002. v. 1, p. 154-156.

_____. **O papel estratégico dos periódicos departamentais na organização das atividades acadêmico-científicas:** o caso das revistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

_____. O papel estratégico das revistas departamentais na organização das atividades acadêmico – científicas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília (1959-1975)

In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia-MG. **Anais ...** Uberlândia: EDUFU, 2006. v. 1, p. 3525-3534.

CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CIBANTOS, J. S. **Jubert Sanches Cibantos (JC):** depoimento [7 jun. 2001]. Entrevistadores: Teresa Maria Malatian (TM) e Beatriz Cerqueira Leite (BL). Guaratinguetá, Entr. nº 8. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

CORRÊA, A. M. M. **Para preparar a mocidade:** fragmentos de memórias na história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara: 1923 – 1976. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998.

_____. **UNESP. 30 anos:** memória e perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

CORREIO de Marília, Marília/SP. Edição de Natal, 1950.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 1980.

_____. **A universidade reformanda.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAL RI, N. M. **Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade.** 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1997.

DIAS, M. R. T. **Desafios da gestão universitária:** A UNESP – Universidade Estadual Paulista e a interiorização do ensino superior. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

D'INCAO, M. C. **O bóia-fria:** acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

DURHAM, E. R. **A universidade e o ensino.** São Paulo: NUPES, USP, 2002. Documento de trabalho 01/2002.

_____. **O ensino superior no Brasil:** o público e o privado. São Paulo: NUPES, USP, 2003. Documento de trabalho 03/2003.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo:** redação, captação e adição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Representações sociais em comunicação.** São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2007.

FÁVERO, M. L. A. de. **A universidade brasileira:** em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, F. **A universidade em uma sociedade em desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1976.

FRANCESCHINI, L. Atividades culturais na Marililândia. **Correio de Marília**, Marília, dez. 1950. Edição de Natal. Não paginado.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FURTADO, A. F. A faculdade interiorana como fruto do moderno bandeirismo cultural. **Didática**, Marília, n. 5/6, p. 39-44, 1969.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GNECCO, J. R. **Reforma universitária e a USP: a integração da Escola de Educação Física em 1969**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**. São Paulo: Pioneira, 2003.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INSTITUTOS isolados querem a universidade do interior. **Folha de São Paulo**, 27 out. 1968. Caderno Especial.

LARA, P. C. de. **Marília, sua terra, sua gente**. Marília: [s.n.], 1991.

LEITE, B. W. de C. Os institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo na visão do conselho universitário da USP (1947-1963). **História**, São Paulo, n. 16, p. 255-278, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988.

LIMA, E. L. G. **Instituto Isolado de Ensino Superior – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente – 1959-1976: uma instituição além das fronteiras**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

MARTINS, L. F. **Luiz Ferreira Martins (LM): depoimento [27 set. 2001]**. Entrevistadores: Anna Maria Martinez Corrêa (AC) e Marcia Regina Tosta Dias (MD). Bauru, Entr. nº 32. Arquivo de História Oral (AHO), Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

MATOS, O. N. **Café e ferrovia: revolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes, 1990.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.

MOREIRA, B. de G. Marília. **Correio de Marília**, 1 maio 1930.

_____. **Marília, cidade nova e bonita.** Marília: Oficinas do Alto Cafezal, 1936.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, F. R. de. **História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964):** memória da formação de um Instituto Superior no interior paulista. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

OLIVEIRA, R. R. Representação/fragmentação do cotidiano. In: ERBOLATO, M. L. **Representações sociais em comunicação.** São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2007.

PASTORE, J. **O ensino superior em São Paulo:** aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

PEREIRA, V. A. **Formação política de Marília:** terra e poder na frente pioneira paulista (1924-1937). 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1990.

_____. **Terra e poder:** formação histórica de Marília. Marília: Comissão Permanente de Publicações, 2005.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. [S.l.: s.n.], 1968.

ROMANELLI, O. O. de. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAMPAIO, A. B. de. A crise do numerário e o crédito bancário. **Revista do Comércio e Indústria,** São Paulo, v. 1, p. 28, 1915.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** São Paulo: NUPES, USP, 1991. Documento de trabalho 08/91.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3.781, de 25 de janeiro de 1957. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na cidade de Marília. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, São Paulo, 1957.

_____. Ato nº 22, de 9 de março de 1959. Cria nos termos do Decreto nº 34.707, de 27.2.59, o Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior. **Diário Oficial do Estado,** 1959.

_____. Decreto nº 47.775, de 22 de fevereiro de 1967. Cria a CASES – Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior e dá outras providências. CESESP.

_____. Anteprojeto de Lei. Conselho Estadual de Educação de 3 de agosto de 1968, cria a Autarquia do Ensino Superior. CESESP.

_____. Decreto nº 52.330, de 23 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a reorganização da CESESP da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e dá outras providências. CESESP.

_____. Secretaria da Educação. Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP). **Relatório das atividades**: 1969. São Paulo, 1969.

_____. Secretaria da Educação. Coordenadoria do Ensino Superior. **Ensino superior**: resumo de dados do Relatório de 1970. São Paulo, 1970.

_____. Secretaria da Educação. Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP). **Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo**: diagnóstico e sugestões. São Paulo, 1975.

_____. Decreto nº 5.908, de 13 de março de 1975. Reorganiza a coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação. Revoga o Decreto nº 52.330 de 22/12/1969. CESESP.

_____. Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. Assessoria Técnico-Legislativa. **Diário Oficial do Estado**, 1976.

SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, W. E. (Org.). **Educação brasileira contemporânea**: organização e funcionamento. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978. p. 174-194.

SILVA, D. A. **Ensino superior**: um estudo de memória social. Araraquara: 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

SILVA JUNIOR, C. A. da. Da FAFI à UNESP/Marília: 25 anos na luta pelo saber. In: FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO, UNESP. **FAFI - Jubileu de Prata**. Marília, 1984.

SOUTO, A. N. **Marília do passado ao novo milênio (1929 - 2003)**. Marília: [s. n.], 2003.

TANURI, L. M. A Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília: origens. In: CARRARA, K (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP – Marília – Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 219–226.

TEIXEIRA, A. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 50, p. 21-82, 1968.

TELAROLLI, R. **Os sucessos de Araraquara**: estudo de um caso de coronelismo em fins do século XIX. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

_____. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República**. 1981. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

TOBIAS, R. **Os primórdios da educação de Marília (1925 a 1938)**. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1973.

TRAGTENBERG, M. **Memórias de um autodidata no Brasil**. Organização de Sonia Alem Marrach. São Paulo: Escuta, 1999.

VAIDERGORN, J. **As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – 1957-1964**. Alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo. 1995. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

VIEIRA, C. S. **Ensino superior e regime militar no Brasil: a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2001.

ZIOLI, M. **Política com café no Oeste Paulista: Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREIO DIOCESANO, Marília, 1937.

DIÁRIO DE MARÍLIA, 1935.

DIÁRIO PAULISTA, 1933.

JORNAL A TRIBUNA DEMOCRÁTICA, 1947.

JORNAL CORREIO DE MARÍLIA, Marília, 1928. Título atual em circulação: Jornal Diário.

JORNAL CORREIO DE MARÍLIA, Marília, 1957.

JORNAL DA MANHÃ, 1991.

JORNAL DE MARÍLIA, 1939.

JORNAL DO COMÉRCIO, 1946.

JORNAL “O IMPARCIAL” de Araraquara.

O ALTO CAFEZAL, Marília, 1928.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 1957.

ACERVOS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

- Arquivo do Estado de São Paulo
- Biblioteca da Câmara Municipal de Marília
- Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP
- Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - CEDEM/UNESP
- Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília – CEDHUM
- Coordenadoria Geral de Bibliotecas – CGB/UNESP
- Secretaria Estadual da Educação – SEE
- Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília

APÊNDICES

APÊNDICE A

Documentos de Imprensa - Levantamento realizado na Câmara Municipal de Marília sobre o Jornal Correio de Marília de 04/08/2008 a 26/09/2008

188

Assunto	Dia	Mês	Ano
Faculdade de Filosofia	5	Janeiro	1957
A Faculdade de Filosofia	6	Janeiro	1957
Condicionala ao aproveitamento do Educandário "Bezerra de Menezes (Ainstalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pelo projeto nº 459/56)	11	Janeiro	1957
De antena e binóculo (O prédio para a Faculdade)	11	Janeiro	1957
De antena e binóculo (Faculdade de Filosofia)	16	Janeiro	1957
Não chegou ao palácio o projeto da Faculdade de Filosofia.	23	Janeiro	1957
De antena e binóculo (Mestres em Filosofia)	30	Janeiro	1957
Sancionado o projeto criando a Faculdade Oficial de Filosofia de Marília	30	Janeiro	1957
Enchendo espaço (Crítica sobre a Faculdade)	30	Janeiro	1957
Lei criando Faculdade de Filosofia de Marília	30	Janeiro	1957
Faculdade de Filosofia de Marília	7	Fevereiro	1957
Mensagem do Educandário Bezerra de Menezes	10	Fevereiro	1957
Desperdício descabido (Crítica)	12	Fevereiro	1957
Sobre a Escola de Filosofia de Marília	14	Fevereiro	1957
Sobre a Faculdade de Filosofia de Marília (Geraldo F. de Medeiros)	17	Fevereiro	1957
Correspondência em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília	28	Fevereiro	1957
Camara Municipal de Marília (Requerimento nº3.031)	28	Fevereiro	1957
De antena e binóculo (O prédio para a Faculdade)	20	Março	1957
De antena e binóculo (A instalação da Faculdade)	28	Maio	1957
De antena e binóculo (A política e a instalação da Faculdade)	4	Junho	1957
Movimento pró instalação do Curso Superior	5	Junho	1957
Projeto barrado na entrada proposta de modificação de nomes de ruas	8	Junho	1957
Entendimento sobre a instalação da Faculdade de Filosofia	13	Junho	1957
Reunião sobre a instalação da Faculdade de Filosofia	14	Junho	1957
Instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília	14	Junho	1957
A instalação da Faculdade	16	Junho	1957
De antena e binóculo (Marília e a Faculdade)	18	Junho	1957
Ex-alunos do Colégio Estadual de Marília regozijam-se com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	26	Junho	1957
Será discutido projeto de lei que abre crédito de um milhão de cruzeiros para locação do prédio do Educandário "Bezerra de Menezes"	29	Junho	1957
Reitor da Faculdade de Filosofia de Marília - Profº Dr. João Dias Silveira	6	Julho	1957
O novo Reitor da Faculdade de Filosofia de Marília (Dr. José Quirino Ribeiro e não mais o Dr. João Dias Silveira)	7	Julho	1957
De antena e binóculo (A Faculdade e seu Diretor)	13	Julho	1957
De antena e binóculo (Mestres, uní-vos)	31	Julho	1957

Faculdade de Filosofia (Comunicado nº1)	1	Agosto	1957
Anúncio de Vestibular da Faculdade de Filosofia	6	Agosto	1957
Obras didáticas para a Faculdade de Filosofia	13	Agosto	1957
Instalação da Faculdade de Filosofia	14	Agosto	1957
Secretaria provisória da Faculdade de Filosofia	15	Agosto	1957
Faculdade de Filosofia	15	Agosto	1957
O Educandário Dr. Bezerra de Menezes e a instalação da Faculdade de Filosofia de Marília	17	Agosto	1957
Cursos da Faculdade de Filosofia	18	Agosto	1957
Funcionamento da Diretoria da Faculdade de Filosofia	20	Agosto	1957
De antena e binóculo (...e os "Cursinhos"?)	24	Agosto	1957
Instalação da Faculdade de Filosofia	30	Agosto	1957
Imóvel destinado a Faculdade de Filosofia	1	Setembro	1957
Instalação da Faculdade de Filosofia	10	Setembro	1957
Reunião dos estudantes	15	Setembro	1957
Vestibular à Faculdade de Filosofia	19	Setembro	1957
Despesas com a instalação da Faculdade de Filosofia	22	Setembro	1957
Vestibulares	25	Setembro	1957
Impasse no andamento da instalação da Faculdade de Filosofia de Marília	29	Setembro	1957
Solucionado o impasse à aquisição do prédio onde será instalado a Faculdade de Filosofia	5	Outubro	1957
Em vias de ser iniciada a reforma do prédio onde será instalada a Faculdade	8	Novembro	1957
Prédio para a Faculdade	12	Novembro	1957
Prédio para os Cursos de Filosofia	13	Novembro	1957
Dependências da Faculdade	14	Novembro	1957
Escritura de compra do prédio, onde funcionará a Faculdade de Filosofia de Marília	20	Novembro	1957
Marília e a Faculdade de Filosofia	6	Dezembro	1957
Funcionará definitivamente em 1959 a Faculdade de Filosofia	20	Dezembro	1957

Assunto	Dia	Mês	Ano
Prédio da Faculdade	1	Janeiro	1958
Reforma da Faculdade de Filosofia	4	Janeiro	1958
Faculdade de Filosofia (Geraldino F. de Medeiros)	16	Fevereiro	1958
Pedida a designação do Prfº José Quirino Ribeiro para a direção da Faculdade de Filosofia.	1	Março	1958
Direção da Faculdade de Filosofia	5	Março	1958
Obras do Prédio da Faculdade de Filosofia	20	Março	1958
Diretor da Faculdade de Filosofia	27	Abril	1958
Faculdade de Filosofia	3	Maio	1958
Em Marília, o diretor da Faculdade de Filosofia - Profº Michel Pedro Sawaia	20	Maio	1958
A 1º de Julho próximo começaram as inscrições para os cursos preparatórios da Faculdade de Filosofia	28	Junho	1958
Em Marília, o Profº Sawaia, fala sobre a Faculdade de Filosofia	1	Julho	1958
Nomeação para a Faculdade de Filosofia	1	Julho	1958
Faculdade de Filosofia de Marília - Adiantada as reformas do prédio destinado a Faculdade	6	Julho	1958
Coisas da cidade (Geraldino F. de Medeiros)	6	Julho	1958
Preparatórios de Filosofia	8	Julho	1958
Faculdade de Filosofia de Marília - Funcionamento do Curso preparatório a 1º de Agosto próximo	13	Julho	1958
Faculdade de Filosofia de Marília	19	Julho	1958
No ginásio do Estado o preparatório de Filosofia	6	Agosto	1958
Faculdade de Filosofia - Corpo docente	12	Agosto	1958
Móveis para a Faculdade de Filosofia	26	Agosto	1958
Desapropriação ao lado da Faculdade de Filosofia	9	Outubro	1958
Inauguração da Faculdade de Filosofia	20	Novembro	1958
Biblioteca da Faculdade Oficial de Filosofia	21	Novembro	1958
Exame de seleção para o cargo de bibliotecário da Faculdade de Filosofia	11	Dezembro	1958

Assunto	Dia	Mês	Ano
Dia 13: Inauguração da Faculdade de Filosofia de Marília	6	Janeiro	1959
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - Concurso de Habilitação	6	Janeiro	1959
Autoridades do Ensino na inauguração da Faculdade de Filosofia	7	Janeiro	1959
Desperta interesse a nossa Faculdade de Filosofia	9	Janeiro	1959
3ª feira inauguração da Faculdade de Filosofia	11	Janeiro	1959
Inaugurar-se-à hoje a Faculdade de Filosofia de Marília	13	Janeiro	1959
Solene e festivamente inaugurada a Faculdade de Filosofia de Marília	14	Janeiro	1959
Marília presenteia a Faculdade de Filosofia	20	Janeiro	1959
Terminados os vestibulares da Faculdade de Filosofia	28	Fevereiro	1959
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Resultado dos exames	5	Março	1959
Aula inaugural da Faculdade de Filosofia	15	Março	1959
Brilhante e agradável aula inaugural da Faculdade de Filosofia	17	Março	1959
Ampliação da área livre da Faculdade de Filosofia	26	Abril	1959
Professores da Faculdade de Filosofia de Marília prestigiam o cinema	30	Abril	1959
Será ampliada a área livre da Faculdade de Filosofia de Marília	1	Maio	1959
Professores e estudantes da Faculdade de Filosofia estiveram ontem em visita à nossa redação.	16	Maio	1959
Vultuosas doações de livros para a Faculdade de Filosofia de Marília	17	Junho	1959
Realiza-se amanhã grande concentração Estudantil na Faculdade de Filosofia	9	Outubro	1959
Tarde Universitária	15	Outubro	1959
Alunos da Faculdade de Filosofia realizaram mesa-redonda sobre a obra "Casa - Grande e Senzala"	5	Novembro	1959
Conferência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília	8	Novembro	1959
Construção de outro pavilhão na Faculdade de Filosofia	10	Dezembro	1959
Vestibular à Faculdade de Filosofia	31	Dezembro	1959

Assunto	Dia	Mês	Ano
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - Calendário	3	Janeiro	1960
Estudantes de Marília aderem a greve	19	Abril	1960
Repelea Faculdade de Filosofia, conceito expedido pelo jornal "O Estado de São Paulo"	20	Abril	1960
As Conferências da Faculdade de Filosofia	5	Maio	1960
Audição na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	5	Maio	1960
Por que Faculdade de Filosofia Oficiais no interior?	6	Maio	1960
Profª da Faculdade de Filosofia de Marília colabora em importante obra de Filosofia - Profª Olga Pantaleão	14	Maio	1960
Alunos da Faculdade de Filosofia visitarão as cidades de Porto Feliz, Itu e Srocaba	28	Maio	1960
Posse do Profº Michel Sawaya	8	Julho	1960
Notícias da Faculdade de Filosofia	21	Setembro	1960
Comemoração Henriquetas na Faculdade de Filosofia	11	Outubro	1960
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - Concurso de Habilitação	20	Dezembro	1960

Assunto	Dia	Mês	Ano
Ambiente de trabalho e estudo sério caracteriza a Faculdade de Filosofia de Marília	4	Maio	1961
1º Simpósio de Professores de História do Ensino Superior	9	Junho	1961
Curso de férias na Faculdade de Filosofia	16	Julho	1961
Sobre a Semana da Faculdade	5	Setembro	1961
Instala-se solenemente, o 1º Simpósio de Professores de História	15	Outubro	1961
Perfis do Simpósio de História - Laércio Barbalho	25	Outubro	1961
Ecos do 1º Simpósio de História (Obs: Há 2 fotos da Banca de Professores)	25	Outubro	1961

Assunto	Dia	Mês	Ano
Exposição na Faculdade de Filosofia	2	Junho	1962
Chaga hoje o Profº Mira Y. Lopes	4	Agosto	1962
Faculdade de Filosofia colabora com o Seminário de Estudos	17	Agosto	1962
Iniciada a IV Semana da Faculdade de Filosofia de Marília	2	Setembro	1962
Professor embarca para Portugal - Profº Ataliba T. de Castilho	25	Dezembro	1962

Assunto	Dia	Mês	Ano
"Importância Cultural do Cinema" - Palestra na Faculdade de Filosofia	3	Maio	1963
Deputado Herbert Levy pronunciou conferência na Faculdade de Filosofia de Marília	12	Maio	1963
Novas doações recebeu o Museu da Faculdade de Filosofia	7	Setembro	1963

Assunto	Dia	Mês	Ano
Lacerda ataca em Minas os estudantes da Faculdade de Filosofia que o atacaram	10	Janeiro	1964
CCM e CCCSP preparam homenagem à Faculdade de Filosofia de Marília	18	Janeiro	1964
Estudantes de Filosofia lecionam em cursos médios	20	Fevereiro	1964
Mestres da Faculdade de Filosofia selecionam os finalistas para o 2º Festival de Teatro Amador	20	Setembro	1964
Faculdade... - Concorrência Pública nº 2/64 - Para construção de 9 salas e de uma cantina.	17	Outubro	1964

Assunto	Dia	Mês	Ano
Marília hje recebe a visita do Coordenador do Ensino Superior - Profº Luiz Ferreira Martins	8	Fevereiro	1974
FAFI pleiteia novos cursos para Marília	10	Fevereiro	1974
FAFI poderá elaborar tese para Congresso	8	Março	1974
Professora mariliense de Literatura Alemã vai defender tese na Faculdade de Filosofia	14	Março	1974
Faculdade de Filosofia promove em Marília a "Cultura Americana"	23	Maio	1974
Criação dos distritos geoeeducacionais alterará a rede de ensino superior	4	Junho	1974
Documentos de Valor histórico vão à FAFI por ordem da Câmara	7 e 8	Setembro	1974
Gilberto Gil vem a Marília numa promoção dos academicos da Faculdade de Filosofia	4	Outubro	1974
Faculdade de Filosofia de Marília rende homenagem a dois professores	20	Outubro	1974
Durante a Semana da Faculdade professores disseram na FAFI o que Marília necessita	29	Outubro	1974

Assunto	Dia	Mês	Ano
Licenciados da FAFI hoje recebem diploma	15	Janeiro	1975
Como prometeu, a FAFI muda-se este ano para a "Cidade Universitária"	26	Fevereiro	1975
Governador inaugura hoje novo prédio da Faculdade de Filosofia	6	Março	1975
Laudo não veio. Mas a FAFI foi inaugurada assim mesmo.	7	Março	1975
Mudança da FAFI só depois da construção do novo bloco	26	Março	1975
Professores da FAFI mariliense estiveram no Simpósio Nacional.	16	Setembro	1975
Novo bloco da FAFI será iniciado ainda este ano	4	Outubro	1975
FAFI de Marília incluída na Universidade que vai ser instalada em Ilha Solteira	1	Novembro	1975

Assunto	Dia	Mês	Ano
Normal a eleição para o Conselho da UNESP na FAFI	13	Fevereiro	1976
FAFI faz segundo vestibular	13	Fevereiro	1976
Universitários da FAFI esperam movimentação de seu Diretório	19	Fevereiro	1976
Diretório da FAFI prepara Semana do Calouro	26	Fevereiro	1976
Professores da Nova Universidade falam da vitória de Doreto em seu favor	11	Abril	1976
Pesquisa sobre o vocabulário dos estudantes secundários na FAFI	21	Maiο	1976
Professor defende tese na FAFI e consegue aprovação	17	Setembro	1976
FAFI abre Semana e discute regionalização	13	Outubro	1976
Reitor da UNESP na FAFI confirma reestruturação	17	Outubro	1976
FAFI quer apoio para não perder cursos	20	Novembro	1976
Em estudo anteprojeto que extingue Cursos da UNESP	20	Novembro	1976
Anteprojeto da reestruturação da UNESP: novos protestos	24	Novembro	1976
Reestruturação agora apelo do presidente (Obs: Foto do presidente Ernesto Geisel)	26	Novembro	1976
Reitor da UNESP esperado hoje	27	Novembro	1976
Diretor da FAFI: Marília sensibilizou Reitor da UNESP	28	Novembro	1976

APÊNDICE B

Categorização das entrevistas existentes no CEDEM/UNESP, analisadas e organizadas pela pesquisadora

Entrevista nº 1 – Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (1923-1976): Memória e História

Entrevistado: Roberto Ribeiro Bazilli (RB)

Entrevistadora: Anna Maria Martinez Corrêa (AC)

Participação: Marcia Regina Tosta Dias (MD)

Local: Guaratinguetá/SP

Data: 10/set./1998

Entrevista nº 2 – Uma universidade multicampi no interior paulista. Memória e História da criação da UNESP e de seus primeiros anos de funcionamento (1976 – 1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM.

Entrevistado: Manoel Lelo Bellotto (MB)

Entrevistadoras: Marcia Regina Tosta Dias (MD)

Myrna Teresinha Rossi Rego (MR)

Local: CEDEM-UNESP

Data: 19/mar./2002

Entrevista nº 3 – Uma universidade multicampi no interior paulista. Memória e História da criação da UNESP e de seus primeiros anos de funcionamento (1976 – 1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM.

Entrevistado: Luiz Ferreira Martins (LM)

Entrevistadoras: Anna Maria Martinez Corrêa (AC)

Marcia Regina Tosta Dias (MD)

Local: Bauru/SP

Data: 27/set./2001

Entrevista nº 4 – Uma universidade multicampi no interior paulista. Memória e História da criação da UNESP e de seus primeiros anos de funcionamento (1976 – 1984). Uma contribuição ao arquivo de história oral do CEDEM.

Entrevistado: Jubert Sanches Cibantos (JC)

Entrevistadoras: Teresa Maria Malatian (TM)

Beatriz Cerqueira Leite (BL)

Local: São Paulo/SP

Data: 07/jun./2001

Autarquias

Havia um Decreto-lei que existe até hoje, derrubar ninguém derrubou até hoje, o decreto Lei Complementar nº 7, do Governo do Estado de São Paulo. Esse Decreto-lei dava a estrutura do Estado de São Paulo, estrutura administrativa, administração direta e administração indireta. E nesse decreto-lei dizia que a administração indireta devia ser feita sob forma de autarquias. Então, a partir daí, a CASES propôs que os II passassem a ser autarquias porque se eles fossem autarquias teriam primeiro um orçamento próprio, segundo, uma autonomia administrativa maior. Não houve uma plenitude de autonomia como tem uma universidade, mais isso foi importante porque refletiu depois na criação da Universidade. Precisava ter autonomia, então criaram-se as Autarquias de Regime Especial. O que é uma Autarquia de Regime especial? É uma criação da Lei 5540/68 do Governo Federal, a chamada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Superior. Por que Autarquia de Regime Especial? Porque era para diferenciá-la das demais autarquias e dar aos Institutos maior autonomia. Então, “regime especial” era sinônimo de maior autonomia, menor tutela, menor ingerência. Que ingerência? Política, em cima das Autarquias de Regime Especial. Com isso, cada escola nossa, II virou uma autarquia. E essa autarquia tinha uma coisa interessante, o seu Conselho Diretor (entrev. 1, p. 9).

A autarquia é controlada pelo próprio poder público, pelo próprio órgão a quem ela está vinculada, por exemplo, os II, as autarquias eram controladas pela Secretaria da Educação e pela Secretaria da Fazenda. [...] Optou-se por autarquia porque era um instituto de direito público, vinculado ao poder executivo (entrev. 1, p. 9)

[...] Então veja, aquele processo de descentralização, aquela visão administrativa que a CASES havia levantado, da descentralização, estava começando agora a se efetivar, esse processo de descentralização, as autarquias já passavam a ter muito mais liberdade para fazer as coisas, a começar pelo seu orçamento. Antigamente se bária na porta da Secretaria da Fazenda, quase que mensalmente para pedir dinheiro. Agora não, o dinheiro era repassado normalmente na medida em que tinha um orçamento próprio, cada autarquia tinha seu orçamento. Então ia-se brigar na Secretaria da Fazenda uma vez por ano, na época da feitura do orçamento. Feito o orçamento, a partir daí a execução do orçamento, ou eventualmente, no final do ano, pedir um reforço para fechar o ano; mas fora disso, não tinha mais que ir à Secretaria da Fazenda). (entrev. 1, p. 13)

O Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, Faculdade de Tecnologia, foi criada com base em discussão do Conselho Universitário da USP, por iniciativa do Prof. Oswaldo, então diretor da Escola Politécnica. Quando a escola foi transferida para a Cidade Universitária surgiu a idéia de se aproveitar aquele patrimônio que existe na Av. Tiradentes, Praça Fernando Prestes, para se criar uma escola que oferecesse cursos na área tecnológica, formação de tecnólogos – superiores de curta duração. Quando da implantação da UNESP, esses cursos de tecnologia também estavam subordinados à Secretaria de Educação e discutiu-se a possibilidade de vinculá-los à Universidade, que surgiu de vínculos. Entendeu-se de transformá-la em uma autarquia associada à UNESP, podendo assim ter uma certa autonomia, sem

	<p>constituir-se a uma universidade. Embora adquirisse certa autonomia em relação aos cursos e administração orçamentária, estaria, a Instituição ficaria administrativamente vinculada ao reitor, ao Conselho Universitário da UNESP. A figura de autarquia associada já existia dentro da legislação, mas foi a que chamou a atenção à época porque realmente aparecera algo diferente. Não poderiam criar curso novo sem que a UNESP se manifestasse. (entrev. 3, p. 15)</p>
Conselho Diretor	<p>O Conselho Diretor trazia através de seus representantes seus anseios, seus descontentamentos, suas pressões e, evidentemente, a decisão final não cabia à esse Conselho. Esse Conselho era um conselho, vamos dizer, orientador, um conselho consultivo. As decisões fundamentais cabiam ainda ao poder central. O poder central dava as decisões fundamentais, mas aquelas decisões mais simples passavam a ser das próprias autarquias. (entrev. 1, p. 9)</p>
CESESP	<p>Após 69, a CASES foi mudada para CESESP, que é Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Essa mudança praticamente só de nome porque a estrutura muito pouco se alterou, a única diferença é que as contratações que eram realizadas em nível de Conselho Estadual de Educação passaram a ser em nível de Coordenadoria do Ensino Superior. Então houve um deslocamento do poder de contratar: do Conselho Estadual para a CESESP. (entrev. 1, p. 8)</p> <p>A CESESP nasceu num momento difícil, difícilíssimo – sob o AI 5. (entrev. 1, p. 12)</p> <p>A CESESP entrou com um objetivo, apareceu a CESESP com o objetivo de levar aquela política da CASES em frente, de articulação dos Institutos Isolados, de integração dos II [...] (entrev. 1, p. 13)</p> <p>A CESESP também representou um avanço em relação a situação docente, à situação do funcionário Veja, 67. Depois em 69 tem uma mudança na Constituição, que é a Emenda Constitucional, a partir daí, passou-se a ter o concurso público [...] (entrev. 1, p. 13)</p> <p>A CESESP era um órgão administrativo em que o coordenador era o executivo. Quer dizer, o coordenador da CESESP tinha a autonomia até de contratação. O Secretário de Educação podia passar para ele, tinha autonomia de contratação, tinha uma força administrativa muito grande; não havia órgão colegiado. (entrev. 1, p. 15)</p> <p>[...] A CESESP começou a evoluir para o embrião de uma universidade. Ela evoluiu como? Naturalmente, naturalmente. O diretor estava lá na escola, a congregação pressionava o diretor, os professores pressionavam a congregação, o diretor trazia para o “colegiادão”. E aquilo tudo que podia ser atendido e era razoável, o coordenador tinha que se adequar, não que dependesse dele para sobreviver, mas tinha interesse em atender aos professores da comunidade, não havia interesse em se chocar com a comunidade, ao contrário, havia interesse em resolver os problemas porque melhor do que ninguém, a comunidade sabia quais eram seus problemas, quais suas dificuldades. (entrev. 1, p. 16)</p> <p>Eu acredito que a CESESP foi para a Rio Branco por volta de 1974. Se</p>

	<p>eu me lembro, foi por volta de 1974. Foi nesses dois anos [que se preparou a criação da UNESP]. Foi no governo Paulo Egydio Martins. (entrev. 1, p. 19)</p> <p>Ainda na CESESP, eu penso o seguinte: que a CESESP passa a coordenar os Institutos numa época de comunicação muito difícil, as estradas eram ruins, hoje a gente tem uma outra situação, não é? As comunicações, rádio, telefone, como é que se resolvia isso? (entrev. 3, p. 6).</p> <p>[...] Nós poderíamos considerar efetivamente a CESESP como um pré-modelo daquilo que seria o Conselho Universitário, uma vez criada a Universidade. Poderia ser um pré-modelo, mas não com a institucionalização de um Conselho Universitário porque da CESESP participavam Diretores, alguns representantes docentes, eventualmente representantes discentes, mas não na proporção em que isto ocorreu posteriormente no Conselho Universitário. Dirigiu a CESESP, entre outros, o Prof. Luiz Ferreira Martins, em cujo mandato foi criada a UNESP, da qual ele acabou sendo designado o primeiro reitor. (entrev. 2, p. 3)</p> <p>As reuniões do CESESP podem ser consideradas como a primeira oportunidade dos diretores para trocarem experiências e discutirem os diferentes problemas. Eram reuniões periódicas, pelos menos ordinariamente mensais e extraordinárias, quando necessárias. Discutiam-se os problemas de cada instituição, o que deveria ser tratado efetivamente centralizadamente ou poderia ser descentralizado. Volto a dizer: a CESESP era um órgão da Secretaria da Educação, por isso é importante ressaltar, ainda uma vez o comportamento do secretário José Bonifácio, pois deu liberdade para podermos administrar, tanto em termos pedagógicos como nos demais aspectos, como se não pertencêssemos à Secretaria. Nunca negou um despacho que lhe submetêssemos assim como o seu antecessor, Dr. Paulo Gomes Romeu. (entrev. 3, p. 6).</p> <p>[.] a CESESP estava estrangulada nessa época, porque já estava difícil de administrar essas escolas. Também as escolas estavam sofrendo com esses problemas: a falta de uma estrutura melhor de comando, de coordenação, das necessidades gerais de corpo docente, de equipamentos, estavam impedindo seu crescimento. A CESESP, realmente, foi limitando o crescimento dessas escolas. (entrev. 4, p. 14)</p>
Colegiadão	<p>[...] O que aconteceu é que, apesar de terem bastante autonomia [os coordenadores do CESESP] eles [os professores universitários que assumiam esse cargo] tinham o costume de órgãos colegiados na USP, porque viviam em órgãos colegiados em suas escolas, congregações e conselho universitário. Então criaram uma espécie de um “colegiadão” que eram os diretores. (entrev. 1, p. 15)</p> <p>[...]Esse colegiadão era composto por todos os diretores dos II. Muito interessante porque o coordenador, semelhante ao que aconteceu com o parlamentarismo na Inglaterra, o coordenador, no princípio, decidia tudo, o colegiado só opinava. Com o passar do tempo começava a</p>

	<p>decidir de acordo com a maioria do colegiado, duma espécie de um parlamento. Esse parlamento dos II acabava então definindo determinadas condutas que o coordenador procurava repassar para o governo, o governador, o secretário da Educação e tenta amoldar as aspirações com a política: a política administrativa, a política do governo e do estado. (entrev. 1, p. 16)</p> <p>[...] Esse “colegiãdo” começou a funcionar como uma espécie de Conselho Universitário. Tanto isto é verdade que o primeiro Conselho Universitário, transitório, foram os diretores. Só os diretores, até a realização das eleições normais. (entrev. 1, p. 16)</p> <p>Embora ainda seja uma linha restrita vamos dizer, de representação da comunidade, do corpo docente, pelo menos eu acho que é o momento em que o diretor não se sente mais sozinho. (entrev. 1, p. 16)</p>
Diretores dos II	<p>[...] Os diretores tinham um duplo papel, alias, um papel que merecia uma tese: tinham um papel de levar a pressão, a orientação política da cúpula aos II e tinham o papel de trazer as reivindicações dos II para cima. Eu diria que aqueles diretores foram verdadeiros artistas, aqueles primeiros diretores, porque eles não eram vinculados à comunidade, eles não eram eleitos pela comunidade como hoje, eram escolhidos pelo poder central, pelo Governo do Estado. Tanto, que deviam lealdade a quem os escolhia porque era cargo de confiança. E de outro lado, tinham que ter um ótimo relacionamento com as comunidades, para poder ter uma comunidade trabalhando, lutando e acreditando no que estava acontecendo. Então tiveram um papel muito importante. (entrev. 1, p. 15)</p>
Institutos Isolados de Ensino Superior	<p>...[Os II]Eram faculdades que estavam no interior do estado de São Paulo, esparsas, sem nenhuma, vamos dizer, inter-relação entre si, de maneira que eram, exatamente como o nome dizia, isoladas (entrev. 1, p. 4)</p> <p>Num primeiro momento estavam vinculados diretamente ao governador, através da Casa Civil; depois houve vinculação ao Conselho Estadual de Educação e depois, vieram a ser articulados pela SE, através da CASES. (entrev. 1, p. 3)</p>
Vantagens e desvantagens dos II	<p>Primeira grande desvantagem: o poder político municipal desapareceria. Lógico, se você tem uma reitoria com um Conselho Universitário onde está o poder decisório? Passou a ser lá. Não adianta mais o prefeito falar com o diretor. O diretor não terá força suficiente para conseguir qualquer coisa sob o ponto de vista só político. É óbvio que o prefeito tem obrigação de levar as reivindicações da cidade para as faculdades, trazer aspirações, mas não imiscuir na administração da faculdade. Então isso era um fator muito negativo. (entrev. 1, p. 26)</p> <p>[...] Mas de outro lado, também havia vantagens e a grande vantagem era a inserção, em definitivo, dos II no mundo universitário. A partir daí eles iriam ser inseridos, realmente; não haveria mais aquela restrição: “Ah, não podemos mais dar uma verba da CAPES porque o II não faz pesquisa, não sei o quê”. Não é Universidade. Pronto, começaram a abrir as portas dos pólos financiadores e dos órgãos de cúpula para os antigos II. (entrev. 1, p. 26)</p>

	<p>[os II eram problemas para o governo do Estado] Para começar, não tinham autonomia, autonomia didática, financeira, que só as universidades têm; cada II tinha o seu orçamento disputado diretamente junto à Secretaria da Fazenda, ao sabor do humor do secretário atribuir mais ou menos recursos. Este era um fator complicador. Você imagina, por exemplo, um coordenador que tinha que gerir, teoricamente, elo menos 15 orçamentos em separado, brigar por cada um deles junto à Secretaria da Fazenda e depois, ao administrar esse orçamento dependia, digamos de 15 processos diferentes. Sem falar na criação de cargos dos professores que eram contratados. (entrev. 3, p. 5)</p>
<p>Importância dos Institutos Isolados</p>	<p>A opinião do governo da época era que os Institutos Isolados eram altamente importantes para o interior do estado, porque levavam cultura e ensino ao interior [...] (entrev. 1, p.4)</p> <p>[...] Claro que há sempre a justificativa de que os II e a Universidade Estadual Paulista tinham uma missão a cumprir, a de disseminar o ensino pelo interior do Estado, isto é, fora da Capital [...] (entrev. 2, p. 9)</p>
<p>Causas da transformação em Universidade</p>	<p>Mas [os Institutos isolados] eles não podiam continuar isolados no espaço, tinham que ter uma orientação para avançarem, crescerem cientificamente, crescerem administrativamente, crescerem na pesquisa, crescerem no ensino. (entrev. 1, p.4)</p> <p>Havia faculdades do mesmo tipo, faculdades na área de Humanas, que tinham, por exemplo, 400 alunos e tinham um orçamento que era a metade de uma que possuía a metade dos alunos. (entrev. 1, p.4)</p> <p>[...] Os II não podiam continuar isolados, como tais eram muito fracos; em todo lugar quando se falava que era II , ainda que sob a forma autárquica, ficava caracterizado que não tinha poder político. Poder na sociedade tinha, isto sim, a Universidade. (entrev. 1, p. 25)</p> <p>[...] Estavam convencidos [Coordenador e Secretário da Educação], junto com o Conselho Estadual de Educação que a salvação dos II era a criação da Universidade. Sem a transformação em Universidade virariam só escola de formação de professores, mais nada, Só de formação de mão-de-obra e não de pesquisa. Estávamos convencidos de que os II não teriam maior expressão junto à FAPESP, ao CNPq, ao CAPES, ao Ministério, ao Conselho Federal. Achavam que como estavam não podiam continuar. A opção pela Universidade foi tomada realmente em função desta realidade. Era o poder político para os II. (entrev. 1, p. 26)</p> <p>[discussão coletiva a respeito da criação da UNESP] Eu diria que dominava a todos nós, professores dos antigos II e a nós, Diretores e representantes das unidades da CESESP, um certo grau de expectativa e frustração. Sentíamos-nos um tanto secundários na constelação universitária paulista. Tínhamos a USP, criada oficialmente como Universidade em 1934 [...] A USP era reconhecida e consagrada como Universidade do Estado de São Paulo, tanto assim que quase todos os fundadores e primeiros Diretores dos antigos II de ES do Estado eram professores da USP, professores catedráticos. E quase todos nós que militávamos então naquele momento nos II éramos provenientes dos</p>

	<p>quadros da USP, como seus ex-alunos. Nós vinculados aos II disseminados pelo interior do Estado sentíamos integrar uma categoria abaixo dos da USP [...]</p> <p>[...] Éramos então integrantes como professores, Diretores, Chefes administrativos de Faculdades sediadas em cidades do interior, e o que era pior, cada uma delas tendo também umas com as outras as suas querelas. Dou um exemplo: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e de Marília. A distância entre uma e outra cidade é de aproximadamente 80 quilômetros, mas havia cursos comuns a ambas as Escolas, como por exemplo, o curso de História. Pode até ter ocorrido um clima de cordialidade e amabilidade entre os professores das duas Faculdades, mas isso não escondia, no entanto, um certo clima de competição e rivalidade institucional. Nós percebíamos que do ponto de vista administrativo, para um aprimoramento acadêmico dos II e para superar estas questões que se estabeleciam entre as várias Unidades disseminadas pelo interior do estado, a solução seria realmente a criação de uma Universidade, mas nós sabíamos que isto era muito... não seria fácil. (entrev. 2, p. 5)</p> <p>[...] A evolução para Universidade, poderia dizer que foi um processo quase natural. (entrev. 3, p. 5)</p> <p>[...] A CESESP estava estrangulada nessa época porque já estava difícil de administrar essas escolas. Também as escolas estavam sofrendo com esses problemas: a falta de uma estrutura melhor de comando, de coordenação, das necessidades gerais do corpo docente e de equipamentos estavam impedindo seu crescimento. A CESESP, realmente, foi limitando o crescimento dessas escolas. Então, tinha que ter uma solução, que era: ou cada escola dessa se independe totalmente, sei lá, ou de repente, se organiza numa universidade. O governo tinha esse abacaxi na mão, tinha que resolver. Alguém enxergou que se poderia, de repente, estar bancando isso com o governo e ao mesmo tempo estar resolvendo a questão de uma institucionalização melhor dessas faculdades que estavam espalhadas e sem perspectivas. E acho que foi essa visão que acabou se transformando na idéia de Universidade. (entrev. 4, p. 14)</p>
<p>Processo de criação dos Institutos Isolados</p>	<p>Elas [as faculdades) tinham sido criadas num processo político, a partir de 1960, principalmente, num processo político sem qualquer estudo científico. Eram criadas, vamos dizer, na base da pressão política do interior do Estado de São Paulo. Isso é importante para conhecer a UNESP, porque o pessoal às vezes desconhece isso. É que a UNESP não é fruto de um trabalho racional de criação de faculdades, ela é fruto de uma aglutinação para racionalizar algo que foi criado politicamente. Quando se cria um curso novo, estuda-se o mercado, estuda-se a utilidade da faculdade e tudo mais. A UNESP não. Os institutos foram criados politicamente. Costumava-se até brincar que o governador Adhemar de Barros, aqui em Guaratinguetá, em praça pública, o prefeito perguntou: “Que faculdade vocês querem?” Então o pessoal gritava: “Medicina”. Mais alto. “Filosofia”. E lá pelas tantas gritaram muito alto: “Engenharia”. “É essa, então.” Quer dizer, conta-se que foi assim o processo de início de criação da Faculdade de Engenharia aqui em</p>

	<p>Guaratinguetá. Não sei até que ponto é brincadeira ou até que ponto é verdade, não sei, conta-se isso. Mas uma coisa é verdade: elas foram criadas num processo eminentemente político, as faculdades, os municípios que tinham uma política atuante reivindicavam e conseguiam do governo a criação. (entrev. 1, p. 4)</p>
<p>Produção Científica dos Institutos Isolados</p>	<p>[...] Mas os dados da pesquisa revelavam que a produção científica estava quase que restrita a algumas faculdades da área de Humanas. Por que da área de Humanas? Porque nesta o pessoal docente estava em tempo integral, tinha um maior número de docentes em tempo integral; então ali você sentia alguma produção científica. Evidente que aquelas faculdades da área Biológica, da área de Engenharia, Exatas, praticamente estavam nascendo, não tinha nenhuma produção científica. O processo de nascimento delas, geralmente, era uma um processo que eu chamo de via empréstimo, ou seja, emprestavam professores da USP, do ITA etc, que vinham fazer aquela escola começar. E a partir daí é que se iniciava então eventualmente, algum trabalho no campo da pesquisa. A pesquisa, geralmente, estava em segundo plano, o grande objetivo era a formação mesmo. (entrev. 1, p.5)</p>
<p>Formação alcançada nos II</p>	<p>O grande objetivo era a formação profissional. Os profissionais eram bem formados. Eram bem formados porque os professores que iam para lá eram professores bons. Eram professores geralmente qualificadíssimos, da USP, do ITA etc que eram emprestados. Se se verificar os grandes nomes que iniciaram esses II constata-se que são grandes nomes da USP, por exemplo, Prof^o Querino na ares de Pedagogia. [...] (entrev. 1 p.5)</p>
<p>Infra-estrutura dos II</p>	<p>A Faculdade de Guaratinguetá iniciou com 50 livros, o que é praticamente um absurdo hoje; hoje, o próprio Conselho Nacional de Educação exige das particulares que tenham uma biblioteca de, no mínimo, 2.500 títulos diferentes e nós iniciamos com 50. Nós tínhamos faculdades, naquela época, em situações incríveis, veja, por exemplo, na área de biblioteca: na Odontologia de São José dos Campos, isso em 1968, dez anos depois de criada, ela foi criada em 1960. nós tínhamos 568 títulos. Só. Em revistas, nem se falava. Títulos, quase sempre de livros porque revistas praticamente não existia. Então, quais eram as dificuldades elencadas? Eram três: pessoal, instalações e equipamentos. Em outras palavras, não tinham nada. Não tinham pessoal, nem instalações e nem equipamentos. E se continuasse a análise, você iria verificar que a área construída era irrisória. (entrev. 1, p. 5)</p>
<p>CONTEXTO HISTÓRICO DITADURA MILITAR</p>	<p>[...] Veja que foi uma evolução muito grande, um interesse muito grande no ensino superior, em que pese toda a crítica que se faz ao governo revolucionário, porque todo esse período se deu dentro do governo revolucionário, até a época da nova democracia no Brasil. Em matéria de ensino superior no Estado de São Paulo, nós fomos realmente muito privilegiados. Foi uma mudança enorme, em que pese todas as conseqüências nefastas da política ser fechada, da ditadura, das conseqüências de perseguições que ocorreram na época, perseguições que, inclusive, deixavam a gente em situação muito difícil porque você estava no meio do fogo cruzado, não é? Era o professor que era perseguido e era eventualmente o poder militar que fazia pressão em cima de você para saber que providência tinha sido tomada ou se não tinha, o que acontecia. O Secretario da Educação, Prof^o Antônio Barros de Ulhoa Cintra caiu exatamente por isso. (entrev. 1, p.6)</p>

Um processo de contratação: era feito na autarquia, não tinha mais que ir à São Paulo. A autarquia fazia o processo normalmente e trazia pronto para que o Secretário da Educação assinasse a contratação, depois de ser analisada pela Coordenadoria. (entrev. 1, p.9)

A CESESP nasceu em 1969; eu não preciso dizer pra vocês que sob o ponto de vista político eram anos terríveis, óbvio. Terrível para todo mundo, terrível para quem tinha ideologia de esquerda, terrível para quem não era de esquerda e também não era afeto ao regime militar, como formação democrática e outras coisas mais. (entrev. 1, p.12)

Agora eu vou abordar um problema da CESESP que eu acho fundamental, tenho que abordar porque senão vai ficar incompleto o depoimento, que é o problema político, político do momento. Nota: com a vigência do AI-5, as forças de repressão na época eram bastante pesadas e o corpo administrativo que estava na CESESP não tinha, a bem da verdade, qualquer ligação com o regime militar. Pessoas que tinham vindo, eu, por exemplo, de uma Faculdade de Direito. Lá eu considero o berço da democracia e tinha uma formação totalmente democrática e liberal. Era o que eu aprendi lá no banco de escola, tá certo? O Prof. Luiz Martins veio da USP, tinha toda uma tradição de colegiado. Então veja: nesse período principalmente e que não foi tanto o do Prof. Luiz Martins, foi antes, foi no período dos professores Marcelo Moura Campos e Dorival Teixeira Vieira, as forças de repressão atuavam em cima da CESESP. O que significa isso? Significa que quando chegava um processo de contratação. E, muitas vezes você tinha o ato administrativo correto, a pessoa era a mais indicada, a selecionada, a mais competente e não saía a contratação.

Quando chegava o problema na CESESP, não acontecia a contratação. E aí começava o mal-estar porque de um lado o coordenador tinha que dizer para a comunidade: "Olha, esse professor não vai ser contratado". E a comunidade não sabia porque: ou porque ele pensava com a esquerda ou porque era atuante da esquerda ou porque podia ser até revolucionário mesmo. Então, a força de repressão não deixava sair e criava-se um atrito, porque o coordenador e o diretor ficavam no meio do caminho, tinham que dar satisfação à comunidade e não tinham condições de pressionar o secretário ou o próprio governador. O próprio governador não tinha domínio dessa situação. Não foi feita a contratação. E tinha um detalhe: é que não se sabia quem era quem Você não tinha como. Chegava-se o confidencial: "não se recomenda a contratação de fulano de tal, por causa disso, disso, disso, disso", igual uma ficha. Quando se falava não recomendava estava dizendo que não era pra contratar, não é não recomenda, não era uma sugestão, é uma maneira polida de dizer: "não contrate". Na ditadura era assim. Essa foi uma realidade que nós vivemos. Isto desgastou demais todos nós porque, de um lado, quando defendia um professor, a contratação de alguém era visto pela força de repressão como um simpatizante da esquerda e, de outro lado, você era visto pela esquerda como simpatizante da direita. Há uma passagem que ilustra bem isso. Acho que se deu por volta de 1974 e ocorreu em função de um livro da Profª. Conceição D'Incao, de Presidente Prudente. (entrev. 1, p. 17)

A Conceição teve sérios problemas, foi perseguida politicamente, teve

dificuldades à época. E nós, os dirigentes de então, pagamos também um tributo; qual seja, o da dúvida. Não nos cabia realizar censura prévia de livros, teses etc. o fato é que o livro tinha sido aprovado por uma banca e, portanto, não havia porque qualquer censura científica em relação ao livro dela. Agora, se a obra, politicamente, não interessava, isto não era problema da CESESP. Por assim entender, tivemos alguns problemas. O fato de minha filha levar o nome de Ludmila – nome russo –, foi questionado e prestei declaração, inclusive no DOPS. Na ocasião, fiz comparação com o nome do filho do governador de então, Laudo Natel, cujo nome era Ivan e nem por isso, considerado de esquerda. Foi o espírito considerado hilariante e motivo de risos no próprio DOPS. Então você vê a dificuldade política que existia na época. Era terrivelmente difícil. Você vai dizer: “Mas por que não foi embora, não pegou o chapéu e foi embora? Porque eram as condições do contexto político de então, era meu emprego, estava despontando em minha vida profissional, estava com poucos anos de vida profissional e eu sabia trabalhar e estava preparado para a área do direito administrativo e para a administração, estava lá tratando de administração, não estava atrelado à política e com grandes preocupações ideológicas. Naquela época, houve sim dificuldade muito grande face ao entrelaçamento indevido e inevitável de medidas administrativas com a política repressiva. Por vezes, muitas medidas, também, que não tinham nada com o problema repressivo, passavam a parecer à comunidade que decorriam de repressão. E muitas medidas repressivas entravam na comunidade como sendo de responsabilidade da cúpula administrativa. Bem, havia uma dificuldade enorme de se saber que era o quê. A incompreensão também se deu após a chamada redemocratização da UNESP. Eu fui altamente perseguido, agora por alguns segmentos da esquerda universitária. Tive que me afastar no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e, depois, vir em definitivo para Guaratinguetá, porque não tinha espaço para mim. (entrev. 1, p. 18)

[...] É preciso lembrar também nessa análise que estou procedendo o momento político e institucional que o Brasil então vivia, a partir dos 70, 71: temos o momento Médici, temos o momento mais negro da chamada ditadura militar, em que medidas radicais eram determinadas pela instância política superior, seja do Brasil, seja do Estado de São Paulo, a que nós da Universidade víamo-nos compelidos a cumprir. [...] (entrev. 2, p. 3)

[...] O que me parece é que os procedimentos de muitos Diretores de Unidades Universitárias dos antigos II do Ensino Superior estavam um tanto condicionados, desde meados de 1964, pelas determinações do governo militar que se instalara no país. Nós, Diretores universitários, desempenhávamos uma atuação de obediência, de um modo geral. Quer dizer, não havia propriamente atos de desobediência, de contestação; procurava-se sempre chegar a uma solução que atendesse aos interesses dos II e aos interesses da CESESP. (entrev. 2, p. 4)

Tenho um grande amigo, é um cientista brilhante, chama-se Antônio Richieri da Costa. Ele é um indivíduo espetacular. Bom amigo, honesto, cientista brilhante, não o conhecia e, sem eu saber, eu era reitor, ele foi descontratado da Universidade. Da UNESP. Ele era de Botucatu. Não

sei se houve outros casos, realmente eu nunca assinei um pedido de exoneração por motivos políticos. Mas sei que o Richieri foi descontratado, à época. Não sei se outros casos ocorreram. (entrev. 3, p. 19)

Não era um negócio oficializado. Sei lá, se um diretor, por exemplo, tivesse um problema com um professor, não recontratava. Agora, nunca chegava às minhas mãos com justificativa como “esse professor não interessa, cria problemas” ou qualquer coisa do tipo, nunca, não, não houve. Eu sabia, inclusive, de pessoas que não concordavam com a minha maneira de administrar e os respeitava. Havia um caso que era típico, estava entre os nomes que você ouviu, era de Araraquara, diziam-me, se declarava inclusive comunista. (entrev. 3, p. 19)

Olha é complicado. Quando você está com uma proposta, que era o caso, eu não diria revolucionária, mas de mudança, que alterava a vida de muitas pessoas, é muito difícil. Não tínhamos, contudo, saída: havia que se colocar o problema como decidido. Você tem razão porque na época o ambiente era complicado, o regime do governo era ditatorial e a reação a qualquer proposta, aparentemente em termos assim, imposta, era fatal, principalmente no âmbito universitário. Não tínhamos opção e continuamos a acreditar que não erramos. (entrev. 3, p. 8)

Eu fui para Marília no fim de 74. Um ano depois ocorreu a criação da Universidade e aí começou uma fase, eu diria, muito dinâmica e muito complicada, muito complexa, por tudo que envolveu, em termos de alteração daquilo que o pessoal estava acostumado. Além disso, tinha um agravante, que era o período militar, então a gente... Bom, acho que nós que fomos dirigentes nessa época pagamos um preço muito alto: a gente era cobrado, de um lado pelo poder público, pela área militar, de outro, por nossos próprios princípios e pelos ideais que a gente tinha dentro da Universidade. E dentro da instituição a gente ficava entre dois fogos: entre o pessoal, vamos dizer, que era radical de direita e o pessoal que era radical da esquerda. Então, realmente era muito difícil trabalhar, a gente tinha que trabalhar olhando pelo lado do acerto das coisas, visando o desenvolvimento institucional e não se afastar daí, porque a gente realmente era criticada por todos os lados. (entrev. 4, p. 3)

[...] A gente não conseguia fazer tudo que pensava, nem podia contratar livremente porque tinha limitações, desde aquele tempo já havia limitações, não só financeiras como políticas. É aquilo que eu estava falando, a gente era vítima de dois lados: do governo, que comandava um modelo institucional difícil e da comunidade que exigia uma gestão mais democrática, mais aberta. Em todo o tempo de Universidade que eu me lembro, a administração nunca deixou de tentar fazer as coisas sempre com autonomia, a gente ia até onde conseguia, até a hora em que esbarrava e era obrigado a recuar. Lembro até de alguns casos, em Marília, de contratações onde eram trazidos os currículos e a gente era obrigado a enviar para a reitoria: aquilo era “filtrado” e depois devolviam quem podia e quem não podia ser contratado. Contratar sem considerar muito as opiniões de cada grupo, por duas vezes, eu me vi em situações difíceis. Havia um adido militar – não me lembro como se chamava na época. Os professores, vamos dizer, que não gostavam

daquele que estava sendo contratado, denunciavam a direção como protecionista ou ideológica. Uma vez recebi, inclusive, um telegrama do SNI, de Brasília, convocando-me baseado no depoimento do professor da Faculdade, que prefiro não comentar o nome, uma carta dizendo que eu era um diretor comunista, que só contratava professores com essa tendência e tudo mais. Foi uma situação delicada e difícil na época. Era complicada uma coisa dessas porque você tinha que provar que não era o que insinuavam. Por sorte, o Profº Luiz Ferreira Martins esclareceu e resolveu a questão em Brasília. Mas é só para ver que era muito difícil realmente trabalhar, não dava para fazer aquilo que a gente gostaria de estar fazendo muitas vezes. (entrev. 4, p. 5)

[atuação na Universidade de uma pessoa ligada ao governo militar].

Essa pessoa tinha uma sala aqui, na reitoria. Era um coronel aposentado, tinha uma sala na reitoria. Uma pessoa até muito boa de lidar, viu? Uma pessoa excelente para conversar. Era uma pessoa de boa cultura, com certeza era, mas analisava o currículo única e exclusivamente em função da ideologia. Infelizmente era isso, infelizmente. (entrev. 4, p. 19)

[mudança de pessoa ligada ao governo militar atuando na Universidade]

Olha, acho até que houve mudança, mas não conheci porque numa certa época isso era muito velado, sabe? Então não sei. Mas a partir do momento em que vim para a reitoria isso estava mais aberto, todo mundo sabia que realmente tinha uma pessoa aqui que analisava. Conheci uma única pessoa e ele saiu, pelo que me lembro, a partir de 83. Por exemplo, de 82 em diante as coisas começaram a passar com mais facilidade, já não era mais aquela preocupação que se tinha até 80, entendeu? Até 80, realmente, ou até 81, por aí, lembro que a filtragem era rigorosa nesses casos, principalmente na área de Humanas, mas depois não sei, acho que a própria pessoa, o próprio governo foi sentindo que realmente estava prejudicando a Universidade com aquele rigor exagerado e passou a ver também a formação do indivíduo, se realmente era uma pessoa com uma compreensão real da vida acadêmica, essa coisa toda, ou uma pessoa que tivesse uma condição acadêmica que justificasse estar dentro da Universidade. Aquilo foi flexibilizando a tal ponto que, num dos últimos anos em que estive dentro da reitoria, praticamente a gente quase que nem o via aqui, ele passava aqui raramente. Apenas olhava os processos, mas a maior parte das vezes nem falava nada. (entrev. 4, p. 20)

[nome dessa pessoa: ninguém sabe] Sabe por quê: Porque era uma pessoa realmente muito reservada. (entrev. 4, p. 20)

[sobre os arquivos da documentação da censura]

Não tinha arquivos. O processo de contratação voltava para a escola como se não tivesse verba. Aliás, uma outra coisa que às vezes acontecia era isso: “não tem verba para contratação”.[...] E aí que a gente bolava: “bom, se não tem verba, provavelmente é isso aí”. Então chamava o departamento e falava: “Olha, tenta o ano que vem com outra pessoa, quem sabe? (entrev. 4, p. 20)

<p>Redemocratização da UNESP</p>	<p>[...] A situação estava difícil para que, tinha trabalhado, praticamente, naquela época, 18 anos de CESESP e na UNESP; fica bem difícil. E o Jorge Nagle [reitor] foi o homem que teve consideração para essa minha situação pessoal. A Universidade nossa, se hoje é democrática, deve muito ao Prof. Jorge. O reitor conseguiu a convivência dos adversos e democraticamente; a pluralidade de idéias e a própria da Universidade e estes tinham de aprender a conviver. [...] A redemocratização da UNESP começou com um processo totalmente “fajuto”, quero dizer, uma democratização de perseguição, semelhante ao que aconteceu na repressão militar, exatamente a mesma coisa, só que agora, com outras pessoas, com outras características [...] (entrev. 1, p. 18)</p> <p>A única coisa que acho que não ocorreu do jeito certo é que a Universidade, pelo seu próprio conceito, deveria ter aprendido a conviver com as várias correntes ideológicas, da mesma maneira que, na fase anterior, a gente conviveu, certo? Como administrador, como professor, como membro da academia, administrando as várias correntes e convivendo com as perseguições, pelo menos explícitas; se havia alguma coisa desse tipo não era da Universidade, era de todo o sistema vigente que estava dentro da Universidade por imposição legal à época. Mas, a partir desse momento de abertura houve como que uma caça às bruxas, como se o pessoal que administrava antes fosse todo mundo os verdugos da Universidade ou algo assim e, no entanto, a Universidade caminhou durante seu início graças, eu acho, ao bom senso e à ponderação desses elementos que ainda conseguiram “agüentar” administrar nesses anos de ditadura que alguém tinha que assumir. É lógico que, provavelmente, houve diretores mais duros ou que achavam que as medidas eram mais corretas ou menos corretas, mas a maioria dos diretores procurou sempre trabalhar dentro do que era possível fazer dentro de uma Universidade, qualquer que fosse o regime porque a Universidade tinha que caminhar por ela, por autonomia dela, embora com pressões externas dificultando sua expressão natural, mas ia abrindo seu caminho, com toda a certeza e graças a essas pessoas que estavam ali, pagando o preço disso. Então, na virada disso tudo, a gente ficou como algoz da situação e a partir daí, pagou-se um preço abusivo que, na minha opinião, foi uma injustiça com a maioria das pessoas que acabaram sendo alijadas do meio acadêmico de uma maneira ou de outra: sendo ignoradas ou afastadas de determinadas atividades, como eu mesmo fui, inclusive de maneira explícita e desleal. Acho, realmente, que paguei um preço que não fiz por merecer, acho que todo o tempo em que trabalhei dentro da Universidade. (entrev. 4, p. 7)</p>
<p>CONTRATAÇÃO DE DOCENTES</p>	<p>A Constituição de 1967, na verdade, se iniciou com ares de democrática, não estou falando da Emenda de 69, estou falando de 67. Foi feita pelo Congresso nacional, mas um Congresso Nacional que sofria pressão política muito grande do regime militar. Ela tem uma série de vantagens, uma série de coisas positivas, como por exemplo, ela trouxe o concurso público. (entrev. 1, p.6)</p> <p>A Constituição de 67 e a Emenda Constitucional de 1964 trouxeram um dispositivo neste sentido e é uma tradição brasileira – não se inovou muito não porque várias Constituições anteriores já faziam isto-, trouxeram dispositivo dizendo que quem tivesse cinco anos de serviço</p>

público estava estável; então o que aconteceu? Todo o pessoal que tinha entrado, via concurso ou sem concurso passou a ser estável. E a estabilidade se equiparava à efetividade, essa é bem a verdade. (entrev. 1, p.7)

A interpretação da época era a de que a estabilidade seria conforme a situação jurídica em que estavam. Então se o professor era regente, antigamente a palavra regente, ele ficava equiparado ao titular, se era livre-docente, na livre-docência. Mas e a tese? Não, não tinha. Por isso é que, até hoje, às vezes, você vê em algumas lutas políticas de diretoria: “Ah! Fulano não tem doutoramento coisa nenhuma, não tem nada, é estável.” (entrev 1, p.7) Os Institutos Isolados- esse é um ponto que vou tocar e que não tinha tocado ainda – a criação dos II foi uma grande conquista do interior, das forças políticas, também trouxe um ranço consigo, o ranço da força política na indicação de professor. Isto é uma realidade. Se você fizer um levantamento dos nossos II você vai ver os “casaizinhos” que tínhamos: professor, marido e mulher, marido e mulher, marido e mulher, marido e mulher se repetindo em várias escolas e, às vezes, irmão, irmã, primo, prima, tudo fruto de ação política criadora da faculdade, que proporcionava isso. (entrev. 1, p. 6)

[...] Veja, 67. Depois, em 69, tem uma mudança na Constituição, que é a Emenda Constitucional, a partir daí, passou-se a ter o concurso público e então, todo um processo de conscientização da comunidade acadêmica de que deveria observar regras democráticas, apesar de estarmos num regime autoritário. O processo era exatamente o contrário, era para tirar o autoritarismo da Educação, que era de feudos, feudo catedrático que ia pra lá, ou feudo político, do político local. Passou-se a adotar uma postura de concurso aberto e aí veio um grande, um grande problema: a coragem para fazer concurso. Ninguém queria fazer concurso, todo mundo queria ser estável, mas ninguém queria fazer o concurso, porque no concurso havia um risco, de ser reprovado. Se fosse reprovado não poderia ficar mais na instituição. Já pensou? Um professor que não passa no concurso na própria instituição, tem que ceder o lugar. Ou, mesmo não sendo reprovado, se aprovado, mas não em primeiro lugar. Havia um risco muito grande. (entrev. 1, p. 13)

A Constituição de 67, ponto positivo dela, obrigou o concurso público. É bem verdade que esses concursos, às vezes, podem ter sido burlados nos II porque quem fazia o concurso era o departamento e o departamento punha uma prova chamada entrevista e, pela entrevista passava quem ele queria. Havia se instalado nos II a política do clientelismo. A política do clientelismo existia, com várias exceções honrosas. Isso não é regra, são, vamos dizer, exceções, mas muitas exceções. O próprio departamento controlava o ingresso do professor: ou controlava pelo clientelismo, amizade, pressão política ou pela ideologia. E aí aconteciam coisas interessantes: tinha departamento que, ideologicamente, era de esquerda e tinha departamento que era de direita. Então a gente via pela característica dos docentes que havia manipulação. Não precisava nenhum técnico em Sociologia para entender que havia manipulação. Então, a partir daí também houve uma preocupação muito grande em democratizar o concurso. E tentar fazer o concurso público. Passou-se a exigir editais publicados em jornais,

passou-se a exigir que a prova de entrevista tivesse peso menor na seleção do corpo docente, que tivesse prova escrita e prova oral. (entrev. 1, p.7)

[...] o projeto da primeira Lei de Quadro de Pessoal Docente, uma lei muito simples, porque não dava para inventar muito naquela época, não tínhamos estrutura administrativa para isso. Verificamos quantos docentes nós tínhamos sem titulação, sem nada e criamos tantos cargos quanto o número de docentes que existia; na época parece que foi de cerca de 1.200 cargos de professor assistentes, que era o início da carreira. E criamos um X de cargos para titular, para poder o docente ir evoluindo. As funções intermediárias não dependiam de concurso: o doutoramento, a livre-docência e o adjunto não dependiam de concurso. Eram só títulos, portanto não precisava fazer concurso de provimento de cargos, era somente títulos. Então, foi feita a lei [por volta de 1974] o pessoal fazia concurso?

Essa lei deve ter sido feita por volta de 1974. Dois anos antes da criação da UNESP. Mas ninguém queria fazer concurso, com medo de perder o cargo. (entrev. 1, p. 14)

Aí começou a seguinte situação: os novos passaram a ser concursados, os velhos eram estáveis e os intermediários não eram nada. Não eram estáveis nem concursados. Eram os que não tinham estabilidade, não tinham conquistado a estabilidade constitucional e nem tinham ingressado via concurso. E aí criou-se um problema seriíssimo porque, de um lado, o coordenador de então resolveu fazer pressão e eu acho que foi um erro político do Prof. Luiz Miranda, ter feito pressão. Começou a fazer pressão em cima dos diretores pra fazer o concurso, pra abrir concursos. Ele dizia: “Mas se vocês me fizessem pressão pra criar cargos, eu criei os cargos e agora vocês não fazem o concurso. Como é que ficamos perante a comunidade científica e perante a Assembléia Legislativa, o governador do Estado, o Secretário da Educação? E os concursos começaram a ser feitos. (entrev. 1, p. 14)

[...] Então foi uma dificuldade muito grande nesse período de fazer acontecer a realização dos concursos públicos. Mas eles começaram. E, por sorte nossa, os reprovados – e aí eu não sei se é por força do corporativismo ou por força da competência -, quero crer que a maioria seja por força de competência, o número de pessoal excluído, se chegou a 3% do total de toda a Universidade foi muito. Dos inscritos, professores que ofereceram o seu recurso, a maioria passou no concurso. Isso dói muito bom e por que foi muito bom? Primeiro, regularizou a situação jurídica desse pessoal, que ninguém sabia o que era: era extra-numerário? Extra-numerário era uma figura que existia na época. Era CLT? Era o quê? Era interino? Tinha a palavra interino, ninguém sabia o que era. Então, uma confusão. Já começavam a pipocar na Justiça ações judiciais nesse sentido, então isto serviu para consolidar a parte jurídica dos professores. Os professores tiveram a sua situação jurídica consolidada com sacrifício, com medo, com preocupações, sim; mas foram consolidando e nós, hoje, temos na Universidade uma situação bastante sólida do pessoal em regime estatutário, em função dessa política que se adotou na CESESP. (entrev. 1, p. 15)

[formação de quadros para a Universidade] Acho que a política ficou muito na mão do corpo docente, mais do que na mão da reitoria. Porque eu me lembro que, na época, as escolas estavam crescendo e a maior parte dos cursos ainda não tinha chegado no último ano, então surgia a necessidade de contratação de professor. O departamento é que propunha, ia para a congregação pedia para a reitoria e esta autorizava a contratação. Quem contratava? O departamento. Nós fazíamos o edital dentro da escola, selecionávamos, a gente queria, com certeza. Então, eu acho que, desse ponto de vista, foi uma seleção bastante aberta, não durante o período anterior à Universidade porque teve uma fase crítica onde era mais difícil e a reitoria interferiria. Mas, raramente houve uma contratação de cima para baixo, que a reitoria ou a diretoria dissesse: “Quero contratar tal professor em tal departamento”. Houve casos assim, mas eu diria esporádicos, a grande maioria das contratações, se foram erradas foi responsabilidade nossa, do corpo docente, da base, ou seja, do departamento. Pelo menos, o tempo que eu estava em Botucatu, as contratações eram assim, no tempo em que estive em Marília o departamento propunha, a diretoria levava para a congregação, aprovava e mandava para a reitoria. Em Marília, eu tive problemas, lógico, de alguns professores que não foram aceitos pela filtragem que era feita. Não era a reitoria, era o elemento que tinha dentro da reitoria e que analisava os currículos. Vi casos em outras escolas também, no tempo em que eu era chefe de gabinete. Não foram muitos, mas com certeza houve. Ficavam segurando, demorava o processo para vir, até que o interessado desistia, ia para outra escola e boa. Isso é o que acontecia, mas nunca foi dito para nós: “é por isso, é por aquilo”, mas a gente, evidentemente... E também acho que não dava, não podia passar naquele momento, mesmo para o corpo docente da casa que aquele nome estava sendo cortado. (entrev. 4, p. 18)

Nunca tínhamos certeza do corte, indiretamente sentíamos as dificuldades e repassávamos a impressão que não ia sair esta contratação, talvez fosse melhor a gente pensar num outro nome, então. No departamento, lógico, o pessoal se revoltava, mas na medida em que aquilo realmente não vingava e o próprio professor desistia, o departamento acabava propondo outro. Mas não foram muitas as situações que eu vivi desse tipo. (entrev. 4, p. 18)

A pessoa [que não era contratada por causa de vinculação ideológica] ficava esperando, cansava. A própria pessoa desconfiava e procurava outra coisa. Nunca foi, nunca foi explícito isso. Em raros casos teve casos explícitos, contratos negados para pessoas reconhecidamente de ideologia contrária ao governo e atuantes. Não saberia dar exemplo, seu eu forçasse a memória talvez até lembrasse de algum nome, no momento não consigo lembrar. Mas isso aí você poderia contar numa mão só, casos assim que foram explícitos e que foi dito: “Olha, não pode ser contratado porque realmente a pessoa vai entrar na Universidade apenas com a finalidade de fazer proselitismo político e não interessa algo assim”. (entrev. 4, p. 19)

[cuidado maior na filtragem na área de Humanas]

Veja bem, do ponto de vista nosso, da instituição, lá embaixo, não; do ponto de vista da reitoria, sim. Não da reitoria, dessa pessoa, com

	<p>certeza. Porque, logicamente, era um pessoal mais politizado e de maior atividade ideológica. (entrev. 4, p. 19)</p>
<p>Política de Tempo integral</p>	<p>Veja bem, a política de tempo integral, acho que ela veio no bojo da criação da Universidade e até em continuidade ao que já vinha dentro das próprias instituições antigamente, sabe? Muitas vezes, acho até que ela era forçada para evitar, às vezes, certos candidatos da iniciativa privada ou da atividade política, externa, que poderiam estar querendo trabalhar em tempo parcial dentro da Universidade. Porque o tempo integral, com certeza, era um elemento limitador da atividade do docente na política externa. O tempo integral fazia com que o professor, com obrigação de pesquisa, de ensino e de extensão, não tivesse tempo para fazer mais nada, certo? Então, era só a vida acadêmica. Acho que existia sim uma certa dose de preocupação nessa linha, forçando o tempo integral que a Universidade ficasse realmente dentro dela e não sofresse tanta influência externa, principalmente de áreas ideológicas[...] (entrev. 4, p. 22)</p>
<p>Processo de transformação em Universidade</p>	<p>Na época, no mundo de então, no mundo universitário, o conceito de universidade era unicampi. Um campo único. Então, quando se falou nisso, o coordenador de então, que era Luiz Ferreira Martins não teve, vamos dizer, apoio para idéia de uma universidade. Todo mundo dizia “Como uma Universidade? Universidade em Assis, Franca, no Vale do Paraíba, vocês estão loucos, isso não existe, isso não existe”. Ele foi à Califórnia, verificou a Universidade de São Francisco, que era multi campo, trouxe o modelo, conversou com Paulo Egydio Martins, governador e com José Bonifácio, que era o secretário da Educação. (entrev. 1, p.10)</p> <p>Sei que o Conselho debruçou-se sobre a matéria, discutiu-se muito no Conselho Estadual de Educação[...] e chegaram a conclusão que era preferível enfrentar a comunidade científica com uma universidade multicampi do que ter uma federação que, sob o ponto de vista educacional não tinha nenhum sentido. Sob o ponto de vista educacional, ninguém sabia o que era, sabia-se sob o ponto de vista jurídico, mas não sob o ponto de vista educacional, porque não fazia a Lei 5.540 qualquer menção à federação. Então optou-se no Conselho Estadual de educação pelo projeto de criação de uma Universidade Multicampi. (entrev. 1, p. 11)</p> <p>Coube ao governo Paulo Egydio a atribuição de reformular a Secretaria da Educação. E no estudo da reformulação, que começou por volta de 1974 e terminou em 1976, nesse estudo de reformulação o Dr José Bonifácio chamou o Prof. Luiz Martins, que era o coordenador e falou pra ele: “Não tem lugar para II aqui. Aqui é 1º e 2º graus. Não há espaço para vocês. O Ensino Superior Isolado é uma ilha dentro de uma enormidade, com problemas totalmente diferentes, realidades diferentes da realidade de 1º e 2º graus. Não tem espaço. Tem que arrumar uma solução para isso”. Foi o estopim, então, da criação da Universidade. E aí, na hora de se arrumar a solução, nós tínhamos algumas coisas que precisavam ser solucionadas. [...] (entrev. 1, p. 21)</p> <p>[...] A UNESP foi criada num lampejo do governador Paulo Egydio</p>

	<p>Martins. Nós estávamos, como disse, estudando o que decidir em relação aos II e existia um outro problema também na época para o Governo que era o que fazer com Ilha Solteira[...] (entrev. 3, p. 3)</p> <p>[...] Quando se implantou a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, sob a gestão do Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, que era secretário de Educação, ficamos com uma dificuldade muito grande de saber o que fazer com os antigos II porque não teria sentido para uma secretaria que cuidava do ensino de 1º grau e médio, naquela época 2º grau, gerir institutos de ensino superior. Á época, existiam duas alternativas: ou se criava uma federação de escolas ou uma universidade[...] (entrev. 3, p. 2)</p> <p>[criação da universidade] (...) A primeira reunião para discussão da criação da Universidade, quando foi realizada foi na Secretaria do Esporte e Turismo, no Palácio e, a partir daí, na sede do Conselho estadual de Educação. O diálogo era democrático, intenso e proveitoso. (entrev. 3, p. 7)</p> <p>A criação da Universidade teria que ser através de lei e daí a maior dificuldade. É muito importante assinalar que fora de grande importância o empenho dos deputados Nabi Abi Chedid e Wadih Helu, líder do governo, por três dias e três noites, eu e o grupo que me acompanhava permanecemos, principalmente o Roberto Bazzili, a Drª Sandra Julien Miranda, praticamente ininterruptamente na Assembléia, até ser aprovado o Projeto de Lei. A discussão era ampla pela natureza diferente da Universidade e interesses regionais. (entrev. 3, p. 7)</p>
<p>Projeto original de criação da UNESP</p>	<p>Não houve, no primeiro momento, um convencimento, principalmente do Conselho Estadual de Educação. Assim, o projeto original da UNESP foi elaborado com o nome de Federação de Autarquias. (entrev. 1, p. 10)</p> <p>Federação de Autarquias é uma grande autarquia coordenando pequenas autarquias. Haveria aquilo que se chamou de “constelação autárquica. Haveria uma grande autarquia e essa grande autarquia teria uma porção de filhotes, pequenas autarquias, que seriam os antigos II. Esse projeto foi redigido, foi preparado e foi encaminhado ao Conselho Estadual de educação dessa maneira. (entrev. 1, p. 10)</p> <p>Isto [o desmembramento em universidades regionais] foi previsto na proposta de criação da Universidade, na justificativa que havia lá, na justificativa do Conselho, está no processo do Conselho Estadual de Educação, se não jogaram fora o processo. Dizia-se na justificativa, que esta universidade era uma universidade que iria modular futuras universidades regionais, para levar o ensino superior e consolida-lo no interior do Estado de São Paulo. (entrev. 1, p.12)</p> <p>[...] Nós tínhamos multicampi e não existia nenhuma experiência, até então, de uma Universidade nesses termos, constituída, no caso, por 15 campi. [...]Realmente seria um modelo novo totalmente diferente. Se vocês derem uma olhada no mapa da UNESP verificarão que é o do Estado de São Paulo cortado por inúmeras linhas em branco. Aquilo foi proposital[...] (entrev. 3, p. 2)</p>

	<p>Quando saiu no Diário Oficial, o governo e os responsáveis já haviam escolhido o modelo. Foi denominado multicampi, era um modelo importado da Universidade da Califórnia e que era um modelo altamente viável. Segundo alguns, a única forma de se dar condições àquelas faculdades do interior de realmente passarem a ser instituições de melhor nível de ensino, de melhor nível de pesquisa e dar a elas, inclusive, condição de se equiparar, de crescer cientificamente, de atender melhor a comunidade. Esse modelo realmente chegou pronto. (entrev. 4, p. 8)</p>
<p>Apreciação crítica sobre a criação da UNESP</p>	<p>A restrição era grande nos meios acadêmicos de uma universidade com esse perfil. Quem acreditava nessa universidade eram muito poucos [...] O resto podia até engolir a idéia, mas não aceitava. A nossa comunidade, os nossos professores, uma grande parte aceitava e outra parte tinha medo. Mas a comunidade da USP, que era importante e da UNICAMP achavam uma aberração falar de universidade multicampi. Nos jornais da época se comentava muito sobre isto. (entrev. 1, p.11)</p> <p>Eu acho que a opinião pública ficou restrita aos meios universitários mesmo. E, na pior das hipóteses, a imprensa falava o que os meios universitários queriam. Aqueles que passaram a defender a Universidade, passaram a ter determinados articulistas falando a favor, como o Prof. Roque Maciel, por exemplo, do Estado de São Paulo, assinava uma coluna no Estado de São Paulo e era radicalmente contra a UNESP, de repente, o Roque se convenceu numa conversa que tivemos com ele. Fomos almoçar com ele e mostramos o que ia representar, no nosso ponto de vista, crescer os II cientificamente, obter projetos de pesquisa, possibilidade de atender melhor à comunidade, melhorar o nível, o que isso ia representar. [...] E o Prof. Roque Maciel convenceu-se desta realidade e, a partir daí, começou a ser o grande articulista pró-UNESP. Passávamos a ter o jornal O Estado de São Paulo a favor da criação da UNESP. (entrev. 1, p. 25)</p> <p>[...] Tínhamos também articulistas contra a criação da universidade, entendendo que a criação era medida política do governador Paulo Egydio, sem significado maior em termos de cultura e científicos. (entrev.1, p. 25)</p> <p>Havia restrições seriíssimas em ambas as universidades estaduais, mas elas foram sendo quebradas ao longo do processo de criação. O Prof. Zeferino Vaz, com o tempo, tomou as dores da UNESP, resolveu ser defensor da UNESP. Na hora que o Zeferino decidiu, a UNICAMP entrou de apoio. (entrev. 1, p. 26)</p> <p>[...] E havia uma guerra e a comunidade universitária sabia disso. Então, havia um apoio em parte da comunidade universitária; em parte porque havia a outra parte que achava que ia ser massacrada, extinguindo até faculdades. Diziam que iam extinguir a Faculdade: “Olha, vão extinguir”[...] (entrev. 1, p.26)</p> <p>[.] Os Diretores sabiam que no momento em que nos constituíssemos como unidade Universitária, essa distribuição de verbas[as verbas eram fixadas diretamente pela Secretaria da Fazenda a cada Instituto] não</p>

deperderia tanto do seu Diretor, mas de órgãos vinculados à Reitoria, que poderiam, e este é um problema que prevaleceu durante muito tempo, privilegiar áreas como as Biológicas e as Tecnológicas em detrimento da área de Humanística. Para que servia, por exemplo, um curso de Filosofia? E um curso de Artes? Eles salvam vidas? Essa é uma questão que me foi colocada no momento em que fui Diretor do Instituto de Artes e, mais tarde, Diretor da Faculdade de Marília, onde havia curso de Filosofia, certa vez fui perguntado: “Bellotto, mas para que serve o curso de Filosofia? Para formar Filósofo? O que é um Filósofo vai fazer na vida? Ele vai salvar a vida de alguém, como fazemos nós que somos médicos? Vai manter uma boca saudável como nós que somos Dentistas? Vai melhorar o trânsito e a segurança desta cidade com a construção de pontes, alças, não sei mais o que, como fazemos nós, Engenheiros?”. Estávamos certos então que no momento em que fosse criada a Universidade, as Faculdades da área de Humanidades estariam penando, temendo o problema da distribuição de verbas e recursos orçamentários. Essa era uma questão que me preocupava, e não sem razão, como aliás, efetivamente ocorreu. Então, embora pensássemos que a solução futura, a solução única era a de que teríamos de capitalizar força, desaguar numa Universidade, sabíamos também que determinados setores acadêmicos da Universidade como a área das Humanidades, sofreriam com a institucionalização da Universidade (entrev. 2, p. 6)

Tradicionalmente, você pensa numa Universidade unicampi, ou seja, como o único campus onde as diferentes áreas do conhecimento se entrelaçam. Era difícil defender a tese, principalmente que almejávamos a autonomia advinda com a criação da Universidade. Assim, a luta foi nesse sentido, o norte era a autonomia e que foi realmente a grande conquista. Muitas pessoas da própria UNESP não entendiam muito bem as razões, principalmente alguns professores de Botucatu – que entendiam ter forças suficientes para conseguir, ainda como Instituto Isolado, pela natureza da instituição, benefícios que os outros Institutos não conseguiam. (entrev. 3, p. 8)

Hoje a UNESP existe! Ninguém pode negar. À época, o pessoal achava que era uma atitude visionária, creio que hoje existe já uma unidade. (entrev. 3, p. 12)

Existiu um grande professor, que era editorialista do estado, Prof^o Roque Spencer Maciel de Barros. O Roque era editorialista da área de Educação, bem como a Prof^a. Maria de Lourdes Mariotto Haidar. Estiveram sempre a favor, mas outros não, a uma Universidade multicampi e criticavam. Contudo, mesmo estes que criticavam a idéia, depois perceberam que não havia outra solução, precisava-se reunir os Institutos Isolados de fato e, só poderia ser através de uma Universidade. (entrev. 3, p. 13)

Acho que a ESP, a UNICAMP viram a criação da Universidade, da UNESP com muito ciúme. Não foi uma coisa desejada por elas e nem acompanhada por elas, vamos dizer, com satisfação. Com certeza não; foi como se de repente tivessem colocado algo sem fundamento nem porte de universidade no mesmo nível deles. Então aquilo incomodou à

	<p>beça, porque juntaram um monte de faculdadezinhas do interior e chamaram de universidade, colocando no mesmo nível das duas existentes. Mas acho que nunca imaginaram que a gente ia crescer tanto e chegar próximo tão rapidamente. (entrev. 4, p. 8)</p>
<p>Participação da comunidade dos II na criação da Universidade</p>	<p>Eu visitei todos os Institutos Isolados e realizei reuniões, inclusive abertas à comunidade. Antes de enviar o Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, para se discutir amplamente a questão. Tinha contudo, a conciliação de que não havia alternativa. Tentava convencer os incrédulos de que era uma boa proposta: a única, no meu ponto de vista. Foram momentos extremamente difíceis, principalmente nas reuniões de Marília, Assis, Presidente Prudente e Botucatu. (entrev. 3, p. 8)</p> <p>(professora entrevistadora) Nossa crítica é que recebemos o documento para dar uma opinião, para o envolvimento nosso, 15 dias antes da aprovação, quer dizer, não dava para: Por que é que esse movimento não foi?</p> <p>Resposta do entrevistado: Você acha que a UNESP teria sido criada se não tivesse sido assim?</p> <p>Nós queríamos a Universidade. Nós queríamos participar do processo, queríamos ser ouvidos, afinal. (professora entrevistadora 3, p. 8)</p> <p>Não me lembro exatamente qual era o contingente de professores à época; os alunos queriam participar também, e com razão, e os funcionários, mas o grande problema, que gerou as maiores reações não foi o fato de criação da Universidade, mas a racionalização de uma Universidade multicampi, procurando-se o mínimo de duplicação. [...] (entrev. 3, p. 9)</p> <p>[entrevistadora 3]. Na minha opinião houve muita falta de informação e de discussão, de acompanhamento, de envolvimento das pessoas interessadas, então as coisas parece que vinham assim, meio abruptamente.</p> <p>[entrevistado] Mas você concorda que não é fácil conversar com tanta gente e tirar uma média de opinião, tem que se pagar o ônus. Chegamos à conclusão, como disse, que era necessário, a única saída e tivemos que fazer, não havia outra forma. Não sairia nada se houvesse uma discussão mais aprofundada a respeito disso. Nós teríamos que criar meia dúzia ou dez universidades e não havia lógica, nem possibilidade. Mas analisando hoje essas questões, valeu! (entrev. 3, p. 10)</p> <p>[...] Houve alguns problemas em Assis, em Marília, em Prudente, mas era, digamos, a tentativa de reagir à criação da Universidade. (entrev. 3, p. 14)</p> <p>[...] Na nossa época, naturalmente, a gente vislumbrou mais a necessidade de dar a melhor forma à estrutura universitária criada. Precisava consolidar tudo aquilo, discutir os regimentos de cada escola, reformular a Comissão de Tempo Integral, O CEPE, cada órgão, quer dizer, eram novos órgãos e havia que se estabelecer as suas diretrizes, suas normas, a sua forma de trabalho e isso envolvia a política de tempo integral e a política de crescimento da instituição. Era uma discussão muito rica, realmente, embora em certo ponto é lógico que ela deve ter</p>

	<p>sofrido um pouco o efeito da política do momento, mas tanto quanto eu me lembro os grupos sempre eram abertos, participavam docentes de todas as tendências, o que permitia a discussão de muitos argumentos, criando muitos parâmetros que ajudavam a chegar naquela decisão mais acertada para a comunidade e a própria instituição. (entrev. 4, p. 7)</p> <p>[...] Houve impacto na criação da UNESP nos diversos municípios, da transformação daqueles Institutos Isolados em uma universidade única. E houve porque, de repente, as cidades se conscientizaram de que tinham instituições importantes dentro delas. De repente, a comunidade acordou porque ia perder cursos ou porque estava ligada à Universidade, então era bom para a cidade também fazer parte de uma Universidade. As autoridades locais se posicionaram todas em função dessa alteração institucional: queriam saber, viviam cobrando a diretoria, queriam vir junto na reitoria conversar e vinham, principalmente, os vereadores. Nesse ponto, houve sim, os jornais procuravam a gente constantemente para saber o que estava acontecendo, qual era o impacto da criação da Universidade para aquela escola dentro da cidade, se a escola ia crescer, o que ia acontecer e tudo mais. Nesse aspecto, movimentou muito as cidades, com certeza, todo mundo se posicionou e sempre, logicamente, a favor, não querendo sofrer cortes de cursos. Todas as cidades realmente assumiram um enfrentamento com o governo em função dos cortes. (entrev. 4, p. 16)</p>
Trabalho realizado no início da Unesp	<p>Acho que desse ponto de vista o trabalho que se fez até a abertura política foi um trabalho realmente de consolidação da Universidade e até na parte, vamos dizer, de equipamento, uma vez que as antigas Faculdades, com raras exceções, eram muito mal equipadas. Nessa época investiu-se muito em infra-estrutura de prédios, laboratórios e novos equipamentos. Lembro-me que as faculdades cresceram bastante nesse período todo, principalmente do ponto de vista físico e da consolidação institucional. Foi um trabalho decorrente daqueles quatro ou cinco anos iniciais, depois outras administrações vieram e foram desenvolvendo outras áreas que não tinham sido atendidas, com isto, hoje a Universidade é o que temos aí. Foi a somatória de cada etapa, de cada tendência, de cada direção, de cada gestão e acho que foi um trabalho muito bonito para todo mundo que participou[...]</p> <p>(entrev. 4, p. 7)</p>
Nome da UNESP	<p>Costuma-se insinuar que o nome da Universidade deveu-se a este apoio [apoio do Prof. Roque Maciel] Não é verdade, não é verdade. O nome da Universidade deveu-se ao governador Paulo Egydio Martins, muito ligado ao grupo do Estado e que quis homenagear o atual patrono da UNESP. O Prof. Roque expoente de nossa cultura teve participação efetiva muito antes da escolha do nome, cerca de seis meses antes de se pensar em nome para a nova Universidade. (entrev. 1, p. 25)</p> <p>Responsabilidade do Dr. Moacyr Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação da época. Não tenho nenhuma crítica, nada contra Júlio de Mesquita Filho, um dos criadores da USP, mas foi um erro. Acho que a Universidade, instituições, não devem estar atreladas a nome, por mais importante que seja. A intenção foi fazer uma homenagem. Lembro-me bem do momento, quando o Moacyr propôs. Estávamos com o governador Paulo Egydio que gostou da idéia, eram</p>

	<p>amigos. Se eu tivesse possibilidade de voltar no tempo , apesar de todas as homenagens que os Mesquitas merecem, atrelar nome a uma Universidade não me parece legal. (entrev. 3, p. 12)</p> <p>[...] Foi um lance intempestivo. Como disse, o Moacyr propôs e o governador Paulo Egydio gostou, ficou, apenas...(entrev. 3, p. 13)</p>
<p>Perspectivas da Universidade</p>	<p>Nas considerações a respeito [da criação da UNESP] foi feito um estudo de que ela seria no futuro desmembrada em universidades regionais: a norte, a sul, a leste e a oeste. (entrev. 1, p. 11)</p> <p>[...] Assim se criou a UNESP, mas sempre com uma concepção que tínhamos que seria uma Universidade de transição e, no futuro, se transformaria em mais de uma Universidade Regional. (entrev. 3, p. 4)</p> <p>[...] O caminho que a gente traçou até agora, do ponto de vista mesmo formal, houve há pouco tempo um questionamento da reitoria ir para o interior, tem gente que fala da possibilidade de que uma das saídas da UNESP seria ela voltar de certa forma à sua formação original, que ela estaria se tornando uma Universidade muito grande, uma administração central seria pouco, então vira e mexe aparece a idéia de que o formato seria o mesmo de Universidades Regionais. (entrev. 2, p. 15)</p> <p>Parece-me que a consolidação da UNESP exigiu o que aconteceu até hoje, do ponto de vista acadêmico e administrativo na história e a vida dessa Universidade. Podemos fazer restrições e ressalvas a procedimentos referentes ao ensino, pesquisa e extensão; podemos estar descontentes com desdobramentos institucionais ou com ações dos mandatários universitários, não importa. Mas eu tenho a impressão que a consolidação da UNESP implicou realmente nesses caminho que ela pautou até agora. (entrev. 2, p. 16)</p> <p>[...] Digo sempre que a UNESP é uma Universidade de transição, não tenho dúvidas que ela vai se desmembrar um dia em Universidades Regionais. Pode demorar mais do que esperávamos, quase 26 anos. (entrev. 3, p. 13)</p> <p>[...] Hoje a UNESP fala de igual para igual com a UNICAMP e a USP. E isso foi muito, aconteceu muito depressa. (entrev. 4, p. 8)</p>
<p>Reitoria da Unesp</p>	<p>[...] Quando estávamos no prédio da Rio Branco pleiteamos quando foi criada a Universidade, o Palácio Campos Elíseos. Ficava em frente. Mas não tivemos força política para conseguir o Palácio. O Palácio foi destinado para a Secretaria de Turismo que, naquela época, era Turismo, Indústria e Comércio, qualquer coisa assim. E nós ficamos na Rio Branco mesmo. Mas não havia condições, a Rio Branco já não comportava mais a estrutura da UNESP. Principalmente de uma reitoria que começou a ter uma estrutura mais complexa com os órgãos colegiados, tudo passou a ser colegiado, então passou a ser mais complexo. O Prof. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, que era o Secretário de Educação de então gostava demais da UNESP, tinha um carinho muito especial pela UNESP. O Prof. Luiz Martins levou pra ele o problema, a nossa dificuldade: “Não temos dinheiro. Não adianta vir com história de construir grandes obras que não há condições. E o</p>

	<p>dinheiro que existe vai para o interior, não vai ficar na administração aqui não, quero primeiro atender os campi. Não vou fazer palacete aqui não, nós vamos viver com simplicidade”. O Prof. Bonifácio também não tinha o que dar. E vem pra cá, vem pra lá, um belo dia: “Olha, tem um prédio na Sé, que tem umas Delegacias de Ensino e aquilo está um pardieiro terrível. Eu vou evacuar as delegacias, vou colocar as delegacias em outros locais e o prédio vai ficar livre. Vocês querem o prédio?” Vamos lá ver. Perto do que tinha a UNESP era uma enormidade de prédio, perto do que nós tínhamos na RIO Branco. Acontece que também não tínhamos dinheiro para reformar o prédio. Aí me lembro muito bem, que Luiz Martins falou pra ele: “Eu aceito desde que o senhor mande junto o dinheiro para reforma, porque não tem jeito”. “Eu arrumo esse dinheiro para você”, aí fez-se a reforma do prédio, do futuro Palacete São Paulo, onde vocês hoje estão. E que me é muito grato, tem um significado muito especial pra mim. No prédio São Paulo foi feita toda a reforma e ali se instalou a reitoria. Se instalou a reitoria em definitivo ali, no São Paulo. Mas nós ficamos muito pouco tempo lá, porque a UNESP foi criada em 1976 e o prédio demorou mais ou menos um ano de reforma, quase um ano de reforma. A gente deve ter ido pra lá no final de 77, em 1977. (entrev. 1, p. 20)</p> <p>[...] Quando se criou a Universidade [o presidente do Conselho Estadual de Educação] era Moacir Vaz Guimarães. Ele foi o primeiro reitor da Universidade porque o Moacir, pela lei de criação deu posse ao novo reitor, escolhido posteriormente. Ele ficou reitor durante um certo período, até ser escolhido o novo reitor, que foi numa lista apresentada pelo primeiro Conselho Universitário transitório, que era composto dos diretores das faculdades. (entrev. 1, p. 23)</p> <p>Não me lembro [da lista do primeiro reitor]. Não me lembro porque a lista era consensual. Quer dizer, o Prof. Luis Martins tinha o consenso; vamos dizer, ela era tríplice só por uma exigência legal, da Lei 5540, que previa que a lista fosse tríplice, mas ela era marcada porque o Luiz havia lutado para construir a Universidade, tinha brigado para construir a Universidade e tinha todo apoio, muito grande, dentro da Universidade, apesar de ter alguma resistência no interior da Universidade; então não havia dúvida que era ele [...] (entrev. 1, p. 24)</p>
Estatutos	<p>Os Estatutos foram feitos no atual palácio, lá na Rio Branco. Hoje é a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Era lá que se reunia o primeiro Conselho Universitário, tendo em vista que não havia espaço suficiente no prédio da UNESP, na Rio Branco pra um Conselho Universitário. Então o Conselho Universitário se reunia lá, lá no recinto do Palácio. O Estatuto tinha uma diretriz que estava na justificativa da criação da Lei, não estava na Lei, mas estava na diretriz. Primeira diretriz é a regionalização da UNESP. Então, você vai ver que o Estatuto, o primeiro Estatuto, ele está exatamente regionalizado em diversos distritos, chamou-se distrito. Distrito leste, norte, sul e oeste. Qual o critério de aglutinação? Proximidade geográfica. Então, você vai verificar que o norte tem Franca, Jaboticabal e São José do Rio Preto, estão todos ali, mais ou menos próximos, num raio de 100 km um do outro. Vocês vão ver que o oeste pega Ilha Solteira, Araçatuba, está ali Prudente, que está mais ou menos perto, afasta-se um pouquinho e</p>

	<p>agrega Marília e Assis. A senhora vai ver que o sul, a grande vedete do sul é Botucatu que por si só praticamente seria a universidade sul, que deveria ter postos lá, alias como tem hoje. [...] Então esse foi o primeiro princípio: distrital. O segundo princípio fundamental: que fosse colegiado, que a Universidade tivesse uma organização colegiada. Tirasse poder, como tirou dos diretores e do reitor; passasse para a ordem dos colegiados. Terceiro princípio: que houvesse representação nesses colegiados da comunidade. Pela primeira vez, uma modificação em relação à USP e a UNICAMP: o funcionário teve representação nos colegiados. A UNESP foi a primeira universidade a introduzir a representação de funcionários. Foi na época um escândalo porque a USP não aceitava. “Como? Vão passar a decidir sobre os grandes destinos da universidade? Funcionário!” Mas a UNESP inovou. Havia uma composição que eu chamaria de parlamentarista na Universidade. Por que? Porque eles eram eleitos pelas suas bases, então veja: professor titular eram os professores titulares, professor assistente pelas suas bases e assim por diante. (entrev. 1, p. 28)</p> <p>[...] Esses são princípios básicos que regeram o primeiro Estatuto: a abertura de participação para todos os segmentos da Universidade, o domínio decisório ainda na mão dos diretores, esse princípio estava lá, claro, quer dizer, eles não perderam o domínio. Os diretores continuaram tendo voto e, evidentemente, na medida em que havia um equilíbrio de forças eles continuaram importantes dentro do sistema. E a descentralização, como eu falei, a participação da Universidade mais intensamente no ensino, na pesquisa, na extensão porque havia muito pouca participação. Essas foram as diretrizes. (entrev. 1, p. 30)</p> <p>Como assinalei, diretores foram ouvidos, também participaram, quer dizer, o documento proposto foi discutido, recebeu sugestões e constituiu-se, enfim, o modelo do Estatuto. (entrev. 3, p.17)</p> <p>[...] Quando se começou a redigir estatuto e Regimento, quer dizer, enquanto foi só a parte regulamentar, de regulamento do estatuto, de regimento, foi tudo bem. Quando chegou na hora da definição dos campus é que a coisa realmente foi muito difícil, não só desgastante, mas estressante mesmo, porque nesse momento a gente teve a cobrança da comunidade local, principalmente a política local e de outro lado a comunidade acadêmica cobrando da gente uma posição mais forte. (entrev. 4, p. 4)</p>
Reestruturação de cursos	<p>[...] O grande problema foi na hora que se começou a aplicar o Estatuto e que se começou então a fechar os cursos que eram altamente deficitários. (entrev. 1, p. 29)</p> <p>Essa distribuição [das unidades por campus] procurou-se em nível distrital, tomando por base o distrito, não duplicar cursos em âmbito de distrito. E isto gerou o desgaste que falei. Posteriormente, na hora da aplicação do Estatuto porque passou a ter casos concretos e alguns casos, vistos sob o ângulo principalmente do professor individual, eram bastante delicados. O professor tinha que mudar de Prudente para ir pra Araraquara. [...] (entrev. 1, p. 30)</p> <p>[...] Criada a Universidade, havia um grande problema: como eram</p>

vários campi, vou citar apenas um exemplo: Assis e Marília ofereciam praticamente os mesmos cursos na área das antigas Faculdades de Filosofia, não havia massa crítica em termos de departamento. Não era possível termos em Araraquara um professor de Ciências Sociais, ou dois, dois em Assis, dois em Marília, ou três; tínhamos que pensar em aglutinar esses especialistas para que, realmente, tivéssemos uma perspectiva em termos de pesquisa etc., pois na parte de ensino ia tudo muito bem. E aí que surgiu o grande confronto na implantação da UNESP: teríamos que deslocar, exemplificativamente, alguém de Marília para Araraquara e vice-versa. Foi o grande drama e razão pela qual até hoje existe alguma reação dos antigos professores. (entrev. 3, p. 3)

[...] mas o grande problema, que gerou as maiores reações não foi o fato de criação da Universidade, mas a racionalização de uma Universidade multicampi, procurando-se o mínimo de duplicação. Professores seriam removidos, por exemplo, de Marília para Araraquara e vice-versa. Foi um verdadeiro caos e eu entendi a situação: se você está com a vida estruturada há dez, quinze, vinte anos em um município, numa cidade e de repente o curso foi fechado, temos que encontrar uma solução para os seus casos criados. Quando ainda envolvia Assis, Marília, Presidente Prudente era mais fácil, mas quando, por exemplo, de Marília para Araraquara era mais complicado. (entrev. 3, p. 9)

Havia – desculpe, eu vou usar a expressão -, você encontrava quase uma Faculdade de Filosofia em cada uma das cidades envolvidas! E com um ou dois professores em cada uma das especialidades, não havia a possibilidade nem de diálogo entre eles, essencial para o desenvolvimento e criação da Ciência. A área de Ciências Humanas foi o grande problema, pois era em número maior. Quantos cursos existiam, por exemplo, de Ciências Sociais? Tinha mais professor que aluno! Não era duplicidade, era triplicidade, quatriplicidade, não havia condição, como disse, de mantê-lo assim. (entrev. 3, p. 10)

[...] Nós achávamos à época, assim como o pessoal que me acompanhou, que não adiantava ter um curso de História em Assis, outro em Marília, raciocinando em termos de Universidade, quando, inclusive se busca a criação de conhecimentos. Como já afirmei, ou se reunia professores e eles tinham pelo menos com quem dialogar ou não teríamos resultados positivos, teria pequenos. Essa foi a razão maior e não a de formação de mão-de-obra, queríamos sim, aproveitar os recursos que existiam, principalmente os humanos, para que realmente pudéssemos ter um dia uma verdadeira Universidade.. Hoje a UNESP existe. (entrev.3, p. 11). Licenciatura existia em Rio Preto, Marília, Araraquara, Assis...[...] Quando foi implantado o modelo, somente deixamos licenciatura onde havia Pedagogia. (entrev. 3, p, 18)

[...] A gente tinha que trabalhar olhando para o lado do acerto das coisas, visando o desenvolvimento institucional e não se afastar daí, porque a gente realmente era criticado por todos os lados. Nessa época da criação da Universidade todos os campus sofreram muito com isso daí porque criou-se – hoje acho que foi uma coisa ilusória, mas enfim... – na época, a teoria de que a Universidade, na medida em que trabalhava com os

mesmos cursos em vários campus, ela estaria, vamos dizer, utilizando recursos em dobro ou desviando recursos que poderiam estar sendo alocados para outros cursos que ela não tinha ainda. Esse entendimento foi o grande pivô da reforma e em função disso é que houve toda aquela guerra, porque se achava que se tinha que diminuir os cursos que estavam quintuplicados, sextuplicados dentro da Universidade para um número razoável. E essa idéia, como veio de cima para baixo, não permitiu flexibilidade, apesar de toda a discussão no nível da comunidade de cada Faculdade. (entrev. 4, p. 3)

[...] Assistia a reuniões em todos os campus, acompanhava sempre o grupo da reitoria que ia discutir, para poder ter mais parâmetros para pensar e avaliar até onde a gente podia manter uma performance melhor do campus que a gente representava, que era Marília. Assisti a reuniões quase que violentas até porque algumas pessoas não se conformavam com isso e não conseguiam discutir numa boa. Então as coisas, muitas vezes, chegaram até a momentos muito complicados em algumas reuniões, mas depois aquilo diluía e quando chegava no Conselho Universitário, a gente procurava estar racionalizando as coisas, procurando pesar prós e contras dentro daquelas diretrizes que não tinha como desobedecer. Lembro-me de uma época, no campus de Marília, quando se lutava muito para manter Letras e História porque eram duas áreas fortíssimas na Faculdade. No fim, perdeu-se na votação dentro do próprio Conselho Provisório e de quebra, foi criado o curso de Biblioteconomia. Filosofia que estava em Assis, veio para Marília. Depois de todo esse corte, que a gente sentiu muito, quando a gente sentiu o peso de tanta perda e muito, a contestação de minha parte e da própria comunidade, foi muito violenta, na própria reitoria. Para acalmar a comunidade, recebemos como um prêmio de consolação para o campus a Biblioteca Central da Universidade. A continuação desse processo de reforma foi muito difícil, a gente realmente ficou com o coração desse tamanho. E, depois, o problema humano dos professores que ficaram e dos que tinham que ser transferidos, todo mundo tinha os seus problemas e as raízes que já tinham criado dentro das comunidades... Foi difícil, realmente foi, a reforma foi muito difícil. Acho que teve também o outro lado, não foram só problemas, só cortes, acho que realmente ela mexeu na estrutura de uma maneira que obrigou, de repente, a comunidade acordar e se mexer, tentar sair para outra coisa. Desse ponto de vista, a gente não pode questionar a criação da Universidade, acho que se não tivesse sido criada, até hoje nós teríamos as escolinhas isoladas, cada uma tentando sobreviver por si. Então desse ponto de vista, com certeza, o acerto da criação da Universidade é indiscutível, eu pelo menos considero assim. Acho que se pagou um preço alto: a dificuldade administrativa no começo, em função da distância dos vários campi, de tudo que se teria que investir em termos da nova Universidade, naquela fase inicial, teve que ser avaliada passo a passo, além do fato que se continuava dentro de um modelo político complicado. [...] (entrev. 4, p. 5)

Mas, o corpo docente, do ponto de vista da instituição, trabalhava com muito amor e com muita convicção. Isso foi carreando as novas unidades porque a reforma deu uma chacoalhada tão grande que todo mundo tratou de crescer cientificamente e ajudar a instituição a se

	<p>consolidar. Isso aí realmente foi o lado positivo. Com isso, as instituições com novos cursos começaram a desenvolver e o conjunto dou crescendo, até chegar no que temos. Acho que a Universidade, hoje, está consolidada. [...] (entrev. 4, p. 6)</p> <p>A grande preocupação era institucionalizar logo a UNESP porque houve muito questionamento inicial de criação. Havia um receio de que a coisa não vingasse, fato que não permitiu ao Conselho Provisório se detivesse muito em certos aspectos. Tanto a pesquisa como o ensino eram aspectos inerentes à criação da Universidade e sua maior ênfase, aqui ou ali, se daria na própria reestruturação das áreas científicas. Chegou-se a pensar que a área de Humanas se voltaria mais para a formação de professores e menos para a pesquisa, enquanto as áreas mais técnicas estariam virando centros de pesquisa ou institutos de pesquisas, como se chegou a pensar na época. Mas, honestamente, não me lembro de detalhes disso. A estrutura atual é um reflexo das tendências e diretrizes aprovadas naquela época. (entrev. 4, p. 9)</p> <p>Não, em absoluto não houve [em lugares como Marília em que havia faculdades particulares e que poderia haver pressão e menos interesse na manutenção de cursos]. [...] Pesou um pouco foi o fato delas terem algum curso semelhante. Todo esse movimento foi interno, realmente, de decidir o que cortava, o que não cortava e sempre pensando que havia cursos demais para uma Universidade só: seis cursos de Letras, seis cursos de Pedagogia, seis cursos de não sei o quê, quer dizer, o problema da reforma, na verdade, eram sete. As sete escolas de Filosofia, as faculdades, as antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Então, tudo foi jogado em função disso, de tentar racionalizar os investimentos da instituição em termos desses cursos, tentando distribuir os cursos de uma maneira regional e não repeti-los um muito próximo do outro. Às vezes, até se falava que tal cidade já tinha tal curso na particular e por isso sua perda não seria tão significativa. Mas, com certeza, não se poderia dizer que a instituição particular é que estava pressionando para tirar aquele curso. Não, a pressão foi interna realmente, sabe? A luta foi intestina. Até, algumas vezes, criou situações antagônicas entre a gente, que nós éramos amigos, mas em determinadas situações a gente tinha que lutar um contra o outro para poder manter determinado curso e ter argumentos mais fortes do que o outro para manter o dele. Foram situações muito delicadas e difíceis. É aquilo que eu falei: a gente procurava ir pelo idealismo, pelo bom senso, pelo interesse institucional realmente, tentando mostrar que era absurdo cortar cursos e tudo mais. Mas aquilo parece que era o preço da criação da Universidade, inclusive, cortar alguns para poder criar outros, porque não haviam recursos sobrando na criação da Universidade. Tinha que ter aquele preço para poder ampliar. E a reforma foi muito por aí, mais do que qualquer outra coisa. Se houve esse tipo de pressão externa, que eu dizia legítima, foi de prefeitos e deputados locais no sentido de proteger a sua instituição e acabar prejudicando a outra. Com certeza, a guerra política foi violenta, isso foi. (entrev. 4, p. 17)</p>
Conselho Provisório	No Conselho Provisório participavam os diretores dos antigos Institutos Isolados até aprovação dos Estatutos. Se bem que o Conselho teve curta duração. Ele ficou encarregado de criar o Estatuto. Também ficou

	<p>encarregado de constituir a Lista Tríplice para escolher o reitor e foi presidido, antes da escolha do mesmo pelo Dr. Moacyr Vaz Guimarães, que era Presidente do Conselho Estadual de Educação. Então, eu não me lembro se está na lei que criou a Universidade que o presidente do Conselho Estadual de Educação seria o responsável até a indicação da Lista Tríplice para a escolha do reitor. [...] Eu tenho a impressão de que a Lista Tríplice foi eleita por unanimidade. (entrev. 3, p. 17)</p> <p>[...] Foi uma luta a organização da Universidade no começo, saiu-se de uma CESESP, que era uma coisinha de nada para, de repente, ter uma organização universitária completa e não tinha nem gente para constituir isso daí. O Conselho Provisório que se instalou e que era um pessoa, lógico, de boa experiência administrativa, de boa experiência universitária, pois eram todos diretores, mais algumas pessoas do corpo docente, outros da área da administração, todos de alto nível dentro da estrutura. Esse Conselho Provisório realmente foi a cabeça da estruturação da Universidade. (entrev. 4, p. 14)</p>
Conselho Universitário	<p>Eu não me lembro, já faz tanto tempo, mas participavam do Conselho todos os diretores. Tenho a impressão que havia representantes das categorias docentes, representantes de alunos. (entrev. 3, p. 16)</p>
Problemas de integração entre as faculdades	<p>[...] A nossa UNESP tem uma herança histórica: até hoje, apesar de toda tentativa de integração, as Unidades consideram-se ainda setores segregados espacialmente. Se pensarmos na Engenharia de Guaratinguetá e na Engenharia de Ilha Solteira, a distância entre ambas é de aproximadamente 800 quilômetros [...] (entrev. 2, p. 16)</p>
Mudança de gestão	<p>[...] É de se perguntar se uma gestão administrativa regional não poderia ser benéfica e agilizar a tomada de determinadas medidas, embora dependessem estas, sempre, de um posicionamento legal e institucional da reitoria. Para o provimento melhor dos recursos, a designação do pessoal, a integração das Unidades, não seria esta uma solução adequada. Por exemplo, a integração da região sudoeste, Presidente Prudente, Assis e Marília? A região noroeste com Ilha Solteira, São José do Rio Preto, Araçatuba? A central com Araraquara, Rio Claro... Será que isso não agilizaria os entendimentos locais?</p> <p>[...] Seria oportuno que a UNESP repensasse a questão da organização espacial, administrativa, acadêmica e institucional. Será que o modelo vigente sobrepõe-se a outros mais vigorosos? Não me refiro à criação de Universidades autônomas, como a Universidade do Sudoeste, a Universidade do Noroeste, ou lá o que seja, não. Mas será que não deveria haver a criação de setores científicos de pesquisa, ensino e extensão regionais, para o gerenciamento melhor dos recursos de pessoal e orçamentários, tudo naturalmente sob a coordenação geral normativa do Conselho Universitário; será que tal não agilizaria a nossa Universidade? Não sei. Na minha modesta opinião, o modelo atual é um modelo a ser repensado. (entrev. 2, p. 16)</p>

ANEXOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Sessenta e três Palaneteiras
Departamento de Comunicação e Informação

Lei nº 3.781, de 25 de janeiro de 1957

Dispõe sobre criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Marília

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Marília.

Artigo 2º - A instalação da Faculdade ora criada fica condicionada à cessão, ao Estado, em comodato, pelo prazo mínimo de dez anos, do edifício do "Educandário Dr. Bezerra de Menezes".

Artigo 3º - A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de que trata esta lei consignará dotações adequadas para atender às respectivas despesas.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 25 de janeiro de 1957.

JÂNIO QUADROS

Vicente de Paula Lima

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Alípio Corrêa Neto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 25 de janeiro de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Decreto n. 45.262, de 16 de janeiro de 1959

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de História, Pedagogia e Letras Anglo-Germanicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 23 do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938,

DECRETA:

Artigo único. É concedida autorização para o funcionamento dos cursos de História, Pedagogia e Letras anglo-Germanicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, com sede em Marília, Estado de São Paulo, e mantida pelo Governo do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1959; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Clovis salgado.

C Ó P I A

ATO N. 22, de 9.3.59 - D.O. 10.3.59

Cria, nos termos do Decreto 34.707, de 27.2.59, o Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior.

O Secretário de Estado dos Negócios da Educação no uso de suas atribuições e dando cumprimento ao despacho do Senhor Governador do Estado, constante do GE 1037-59, resolve:

Artigo 1º - Fica criado, na mesma Secretaria, nos termos do Decreto n. 34.707, de 27 de fevereiro de 1959, o Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior, que funcionará junto ao Gabinete do Secretário desta Pasta.

Artigo 2º - São atribuições do Serviço dos Institutos Isolados de Ensino Superior:

I) - examinar e classificar os processos referentes às Escolas Superiores autônomas;

II) - organizar o arquivo, preparar informações e pareceres relativos às mesmas Escolas;

III) - manter os entendimentos necessários, para o bom andamento do Serviço, com o Conselho Estadual do Ensino Superior bem como com os Diretores das Escolas.

Parágrafo único - Todos os papéis relativos aos Institutos Isolados de Ensino Superior uma vez protocolados nesta Secretaria, deverão ser diretamente encaminhados ao Encarregado do Serviço. - P. 1.037-59.

Antonio de Queiroz Filho

Publicado na Diretoria Geral do Departamento de Administração da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.

São Paulo, em 9 de março de 1959.

José Neyde Cesar Lessa — Diretor Geral.

COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

FICHADO

DIÁRIO OFICIAL

N.º _____ Dia 15 / 03 / 59 Pag. 72/73

JA (8) v 11

MENSAGEM APRESENTADA PELO GOVERNADOR CARLOS ALBERTO A. CARVALHO PINTO

À ASSEMBLÊIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 14 DE MARÇO DE 1959.

CONSELHO ESTADUAL DO ENSINO SUPERIOR**INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR**

O Conselho Estadual do Ensino Superior, criado pela Lei n. 2.956, de 20 de janeiro de 1955, é um órgão opinativo, diretamente subordinado ao Chefe do Governo e colaborador deste na supervisão das atividades administrativas e didáticas dos institutos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado, a saber:

- 1 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara — Lei n. 1.390-B, de 20-1-1951.
- 2 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba — Lei n. 2.633, de 20-1-1954.
- 3 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba — Lei n. 2.956, de 20-1-1955.
- 4 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos — Lei n. 2.631, de 20-1-1954.
- 5 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto — Lei n. 5.015, de 6-12-1958.
- 6 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga — Lei n. 5.056, de 23-12-1958.
- 7 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos — Lei n. 5.015, de 6-12-1958 (artigo 31).
- 8 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assiz — Lei n. 3.826, de 6-2-1957.
- 9 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro — Lei n. 3.895, de 7-6-1957.
- 10 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília — Lei n. 3.781, de 25-1-1957.
- 11 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente — Lei n. 4.131, de 17-9-1957.
- 12 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara — Lei n. 3.842, de 16-4-1957.
- 13 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto — Lei n. 3.844, de 10 de maio de 1957.
- 14 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moji das Cruzes — Lei n. 4.811, de 20-8-1958.
- 15 — Faculdade de Medicina de Botucatu — Lei n. 4.991, de 25-11-1958.
- 16 — Faculdade de Medicina de Campinas — Lei n. 4.996, de 25-11-1958.
- 17 — Faculdade de Medicina de Bauru — Lei n. 4.764, de 6-8-1958.
- 18 — Escola de Educação Física do Departamento de Educação Física e Esporte.

Destes, cinco se encontram em pleno funcionamento:

- 1 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara;
- 2 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba;
- 3 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba;
- 4 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto (funcionou como instituto particular, passando, posteriormente, a integrar ao Conselho Estadual de Ensino Superior);
- 5 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (funcionou como instituto municipal, até o início do ano letivo de 1957, quando foi incorporado ao sistema estadual de ensino superior).

Deverão iniciar seus cursos este ano, os seguintes institutos:

- 1 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assiz;
- 2 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro;
- 3 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília;
- 4 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara;
- 5 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de S. José dos Campos.

Em fase de instalação estão os seguintes:

- 1 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente;
- 2 — Faculdade de Medicina de Campinas;
- 3 — Faculdade de Medicina de Botucatu.

São institutos criados por lei aguardando determinação superior para instalação, os seguintes:

- 1 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moji das Cruzes;
- 2 — Faculdade de Medicina de Bauru;
- 3 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga;
- 4 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos.

A Escola de Educação Física, do Departamento de Educação Física e Esportes, que vinha funcionando há vários anos como órgão da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, foi incorporada ao sistema estadual de ensino superior pela Lei n. 5.101, de 30-12-1958.

DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
 SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA



Lgo. do Arouche, 302 - 11º and. fones:- 36-8121 Rm. 15/60

Decreto 47.775 de 22/2/67

"Cria a Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior e dá outra providências"

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÁ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que a Lei n. 7.940, de 7 de junho de 1963, dá ao Conselho Estadual de Educação, entre outras atribuições, competência para traçar normas, elaborar planos, tomar decisões e sugerir medidas / para organização e funcionamento do sistema estadual de ensino;

Considerando que aquela lei sujeita a homologação do Secretário de Estado dos Negócios da Educação muitos dos atos da competência daquele Colegiado;

Considerando que a mesma lei atribui a Secretaria da Educação a incumbência de zelar pelas decisões do Conselho; e

Considerando que, entre as atividades daquele Órgão consultivo e normativo, se incluem as Leis que as diretrizes e bases da Educação Nacional e lei estadual citada prescrevem ~~em~~ em relação ao Ensino Superior,

DECRETA:

Art. 1º - É criada na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, diretamente subordinada ao Secretário da Educação, a Coordenação da Administração do Sistema do Ensino Superior.

Art. 2º - A Coordenação da Administração do Sistema do Ensino Superior - CASES - é órgão de assessoramento do Secretário da Educação em matéria de ensino superior.

§ Único - A CASES prestará assistência técnica ao Conselho Estadual de Educação e proporcionará a sua Câmara do Ensino Superior todas as informações e serviços de sua competência, que lhe forem solicitados.

Art. 3º - Fica extinto o Serviço Administrativo dos Institutos Isolados do Ensino Superior, criado pelo decreto 42.697, de 22 de novembro de 1963, transferidas suas atribuições para o CASES.

236

§ único - Observado o disposto no art. 3º do Decreto nº 42.697, de 22 de novembro de 1963, todos os assuntos de interesse dos Institutos Isolados de Ensino Superior, serão submetidos a consideração do Governador, pelo Secretário da Educação, depois de diretamente recebidos e processados na CASES.

Art. 4º - Incluem-se entre as atribuições da CASES, além da competência prevista nos artigos anteriores e de outras iniciativas visando o aperfeiçoamento do ensino de nível universitário:

a) levantar, analisar e divulgar estatísticas e dados complementares sobre o ensino superior no estado.

b) promover e divulgar estudos, pesquisas e inquéritos a educação e a administração escolar e universitária, inclusiva para articulação do ensino superior no Estado, com os demais graus;

c) coligir, organizar e manter bibliografia, legislação e dados referentes a educação e ao ensino superior;

d) coletar as informações de que necessite a Câmara do Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação para manifestar-se sobre a proposta de despesa e planos de aplicação de recursos;

e) proceder as verificações exigidas pela Câmara de Ensino Superior do C.E.E. para apreciação de assuntos de sua competência;

f) manter o necessário entrossamento com os órgãos de planejamento da Secretaria e do Estado;

g) fornecer ao Secretário de Educação as informações de que necessitar para o estudo e decisão de assuntos relacionados com o ensino superior.

Art. 5º - A CASES será constituída de um diretor, um Assistente de Diretor e pessoal auxiliar de diretor, e o pessoal auxiliar de secretaria necessário.

§ 1º - O diretor, designado pelo Secretário da Educação, será escolhido dentre pessoas que satisfaçam as condições para nomeação de membro do Conselho Estadual de Educação

§ 2º - O assistente será designado pelo Secretário da Educação, mediante proposta do Diretor.

Fls. 3

§ 3º - O pessoal auxiliar será recrutado dentro o funcionalismo da Secretaria da Educação.

Art. 6º - O Secretario da Educação proverá às necessidades de pessoal técnico da CAESP mediante contratação de serviços de terceiros, sem caráter de mep, digo emprêgo.

§ único - Incluem-se na prestações de serviços eventuais de que trata este artigo, a elaboração de pareceres e de respostas as consultas sobre assuntos especializados, a participação em comissões especiais e execução de tarefas determinadas, relativamente aos trabalhos da competência de CAESP.

Art. 7º - O Secretario da Educação baixará os atos e as instruções necessários a execução deste decreto e resolverá, ouvido do Conselho Estadual de Educação, os casos omissos.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de fevereiro de 1967.

ROBERTO DE ABREU SÓCRÉ

Antonio Barros de Ulhôa Cintra

Publicado na Diretoria Geral do Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 22 de fevereiro de 1967.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto.

Copiado por João N.R. Lobato - Escrivão

Conferido por:

Caio Geraldo G. Ferreira

Chefe de Seção

DIÁRIO OFICIAL

N.º 26.4167 pag. _____

✓

[Handwritten signatures and initials]

X

DECRETO N. 47.932, DE 25 DE ABRIL DE 1967

Altera a redação do artigo 5.º e seus parágrafos, do Decreto n.º 47.775, de 22 de fevereiro de 1967

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — O artigo 5.º e seus parágrafos do Decreto 47.775, de 22 de fevereiro de 1967, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 5.º — A CASES será constituída por um Coordenador, um Assistente de Coordenador e o pessoal auxiliar necessário.

§ 1.º — O encargo de Coordenador será considerado de relevante interesse público.

§ 2.º — O Secretário da Educação escolherá o Coordenador dentre pessoas de notório saber e experiência em matéria de Ensino Superior.

§ 3.º — O Assistente de Coordenador será designado pelo Secretário da Educação, mediante proposta do Coordenador.

§ 4.º — O pessoal auxiliar será recrutado dentre o funcionalismo da Secretaria da Educação, mediante proposta do Coordenador.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de abril de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Antonio Barros de Ulhôa Cintra

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 25 de abril de 1967.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Legislativa
Departamento de Documentação e Informação

Decreto nº 52.330, de 22 de dezembro de 1969

Dispõe sobre a organização da Coordenadoria do Ensino Superior, da Secretaria da Educação

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 89 da Lei nº 9.717, de 30 de janeiro de 1967, Decreta:

SEÇÃO I **Das Finalidades**

Artigo 1.º - A Coordenadoria do Ensino Superior - CESESP, da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto nº 51.319, de 27 de janeiro de 1969, tem por finalidade:

- I - assessorar o Secretário de Estado em matéria de ensino superior;
 - II - prestar assistência técnica ao Conselho Estadual de Educação e executar as funções por este delegadas;
 - III - propor ao Secretário da Educação a política a ser seguida em sua área de ação;
 - IV - coordenar os estabelecimentos de ensino superior vinculadas à Pasta;
 - V - planejar a extensão e organização da rede de estabelecimentos de ensino superior mantidos pelo Estado, com exceção dos da Universidade de São Paulo e dos da Universidade Estadual de Campinas;
 - VI - estudar medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino superior;
 - VII - propor normas e prestar assistência técnica para organização, funcionamento e administração de pessoal dos Institutos Isolados de Ensino Superior;
 - VIII - supervisionar as atividades técnicas e administrativas dos Institutos Isolados, atendendo às normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Estado e da própria Coordenadoria;
 - IX - examinar e propor à aprovação de autoridade competente:
 - a) programas de trabalhos e planos de alocação e destinação de recursos para obras, instalações, equipamentos e pessoal dos Institutos Isolados;
 - b) organização, normas de funcionamento e quadro de pessoal dos Institutos e suas alterações, ouvido o Conselho Estadual de Educação quando se tratar de pessoal docente;
 - c) os orçamentos-programas dos Institutos;
 - X - processar os assuntos a serem submetidos à consideração do Governador do Estado, ao Conselho Estadual de Educação e ao Secretário da Educação.
- Parágrafo único - São os seguintes os Institutos Isolados de Ensino Superior coordenados na

forma do inciso IV deste artigo.

1 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, criada pela Lei nº 3.826, de 16 de abril de 1957;

2 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, criada pela Lei nº 3.826, de 6-2-57;

3 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, criada pela Lei nº 6.814, de 20 de junho de 1962;

4 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, criada pela Lei nº 3.781, de 25 de janeiro de 1957;

5 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, criada pela Lei nº 3.895, de 7 de junho de 1967;

6 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, criada pela Lei nº 3.844, de 1.º de maio de 1957;

7 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, criada pela Lei nº 4.131, de 17 de setembro de 1957;

8 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, criada pela Lei nº 2.633, de 20 de janeiro de 1964;

9 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, criada pela Lei nº 1.390, de 20 de dezembro de 1951;

10 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, criada pela Lei nº 2.631, de 20 de janeiro de 1954;

11 - Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu, criada pela Lei nº 6.860, de 22 de junho de 1962;

12 - Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, criada pela Lei nº 8.459, de 4 de dezembro de 1964;

13 - Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, criada pela Lei nº 8.194, de 25 de junho de 1964;

14 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, criada pela Lei nº 5.377, de 25 de junho de 1959;

15 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, criada pela Lei nº 5.015, de 6 de dezembro de 1968.

SEÇÃO II Da Organização

Artigo 2.º - A Coordenadoria de Ensino Superior tem a seguinte estrutura.

I - Gabinete do Coordenador, com:

a) Setor de Expediente;

II - Divisão de Estudos e Pesquisas;

III - Serviço de Administração.

Parágrafo único - O Gabinete do Coordenador incumbir-se-á do expediente e da assistência técnica do Coordenador.

Artigo 3.º - A Divisão de Estudos e Pesquisas compreende:

I - três (3) Equipes Técnicas destinadas a estudos e pesquisas educacionais, a organização e métodos e ao planejamento;

II - Seção de Documentação.

SEÇÃO III

Da Competência do Coordenador

Artigo 4.º - Ao Coordenador compete:

- I - Coordenar e orientar as atividades técnico-administrativas da Coordenadoria e dos Institutos Isolados;
- II - baixar normas e expedir regulamentos sobre assuntos de competência da Coordenadoria;
- III - aprovar ajustes e medidas de intercâmbio entre Institutos Isolados e outras entidades de ensino e de pesquisa;
- IV - aplicar penas de repreensão e suspensão até 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 260, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.

Disposições Finais

Artigo 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos ns. 47.775, de 23 de fevereiro de 1967 e 47.932, de 25 de abril de 1967.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luis Arrôbas Martins, Secretário da Fazenda e Coordenador da Reforma Administrativa
Antonio Barros de Ulhôa Cintra, Secretário da Educação

Publicado na Casa Civil, aos 22 de dezembro de 1969.

Maria Angelica Galiazzi, Responsável pelo S.N.A.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1.º - Até a adequação dos Institutos Isolados às disposições do Decreto-lei Complementar nº 7, de 6 de novembro de 1969, às da Lei Federal nº 5.540, de 23 de novembro de 1968 e aos estudos que vêm sendo desenvolvidos através dos Projetos de Reforma Administrativa ns. 57, 58 e 59/68, compete ao Coordenador do Ensino Superior:

- I - Aprovar a contratação, nomeação ou admissão ou dispensa de docentes nos Institutos, de acordo com as normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação;
- II - autorizar a renovação dos contratos de docentes, mediante solicitação dos Institutos, atendidas as narinas referidas no inciso anterior;
- III - aprovar a realização de concursos ou provas de seleção para admissão ou contratação de pessoal técnico e administrativo dos Institutos Isolados e homologar os respectivos resultados;
- IV - encaminhar periodicamente ao Conselho Estadual de Educação, estudos referentes ao custo de ensino ministrado pelos vários Institutos;
- V - cooperar com o Conselho Estadual de Educação, através de servidores e unidades da Coordenadoria ou, ainda, de Comissão de Especialistas, na fiscalização ou inspeção dos Institutos referidos no inciso II do artigo 2.º deste decreto;
- VI - decidir, em grau de recurso, os assuntos técnicos e administrativos dos Institutos Isolados, respeitada a competência das demais autoridades e as atribuições do Conselho Estadual de Educação;
- VII - autorizar aditamentos de contratos ou apostilas de títulos para alteração de categoria funcional de servidor docente dos Institutos Isolados, em decorrência da obtenção de títulos de doutor, de extensão de Regime de Dedicção Integral à Decência e a Pesquisa ou outras,

autorizadas mediante lei ou decreto;

VIII - autorizar rescisão de contratos ou dispensa de funções de pessoal dos Institutos Isolados e da Coordenadoria.

Artigo 3.º - Ao Coordenador fica delegada competência para:

I - autorizar afastamento ou prorrogação de afastamento de pessoal docente, técnico e administrativo dos Institutos Isolados e da Coordenadoria, contemplados com bolsas de estudos ou para os fins previstos no artigo 68 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

II - exercer as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 51.348, de 3 de fevereiro de 1968 e normas complementares;

III - aprovar escalas de substituição e de férias para os servidores das unidades da administração centralizada da Coordenadoria;

IV - conceder licenças previstas no artigo 181 da Lei nº 10.261 de 28 de outubro de 1968, salário-esposa, salário-família, sexta-parte e outros adicionais, por tempo de serviço, para os servidores da administração centralizada da Coordenadoria;

V - autorizar o pagamento de diárias, nos termos do artigo 144, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, para os servidores das unidades de administração centralizada da Coordenadoria;

VI - autorizar permuta e passagem de bens móveis e semoventes;

VII - autorizar publicação de revistas e folhetos técnico-científicos;

VIII - autorizar viagem para fora do Estado ou deslocamento do servidor da respectiva sede de exercício, para missão ou estudo de interesse do Servidor Público;

IX - movimentar pessoal de um para outro órgão da Coordenadoria.

Artigo 4.º - Ao Diretor do Serviço de Administração fica delegada competência para:

I - autorizar venda ou permuta de bens móveis e semoventes;

II - autorizar locação de imóveis;

III - autorizar baixas patrimoniais;

IV - assinar contrato de admissão de pessoal no regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

V - conceder ajuda de custo para viagem ou nova Instalação em território nacional;

VI - autorizar viagem fora do Estado ou deslocamento de servidor da respectiva sede de exercício, por prazo não superior a dez dias, para missão ou estudo de interesse do Servidor Público, com direito à percepção de diária;

VII - conceder licença para tratar de interesse particulares;

VIII - conceder licença-prêmio e sua conversão em pecúnia;

IX - autorizar convocação para prestação de serviços extraordinários;

X - autorizar concessão de auxílios para cobrir as diferenças de caixa;

XI - dispensar extranumerário;

XII - autorizar horários especiais;

XIII - conceder licenças;

a) para tratamento de saúde;

b) em caso de acidente no exercício das atribuições ou de doenças profissionais;

c) à funcionária gestante;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

XIV - conceder adicional por tempo de serviço;

XV - conceder a sexta-parte dos vencimentos ou remuneração;

XVI - conceder, suprimir ou reduzir salário-família;

XVII - conceder ou suprimir salário-esposa;

XVIII - indeferir férias por absoluta necessidade de serviço;

XIX - apostilar títulos para fins de:

a) alteração de situação funcional;

- b) conclusão de estágio probatório e conseqüente estabilidade;
- c) retificação de nome;
- d) declaração de regime de dedicação exclusiva e de regime de tempo integral;
- XX - assinar atestados de frequência;
- XXI - assinar certidões de tempo de serviço.

Parágrafo único - A competência constante dos incisos XIX, XX e XXI deste artigo no âmbito da Coordenadoria fica atribuída ao Chefe de Seção de Pessoal.

Artigo 5.º - O Serviço de Administração compõe-se de:

- I - Seção de Pessoal;
- II - Seção de Atividades Auxiliares.

Artigo 6.º - São atribuições da Seção de Pessoal:

- I - elaboração de atos e apostilas decorrentes de leis, decretos, regulamentos ou despacho superior;
- II - organização e manutenção de cadastro geral contendo dados relativos à vida funcional dos servidores da Coordenadoria e dos Institutos Isolados;
- III - elaboração de extrato para publicação no órgão da Imprensa Oficial;
- IV - exame e instrução dos pedidos de concessão de salário-família, de salário-esposa, de adicionais por tempo de serviço, bem como cálculo de proventos e das vantagens pecuniárias, elaboração das fichas financeiras individuais e da folha de pagamento.

Artigo 7.º - À Seção de Atividades Auxiliares incumbe:

- I - recebimento, registro, distribuição e controle de tramitação de papéis e processos;
- II - aquisição, controle e estoque de material;
- III - conservação dos bens móveis, imóveis e semoventes;
- IV - conservação das dependências da Coordenadoria.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de dezembro de 1969.

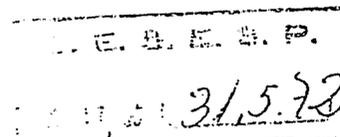
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arrôbas Martins, Secretário da Fazenda

Antonio Barros de Ulhôa Cintra, Secretário da Educação

Publicado na Casa Civil, aos 22 de dezembro de 1969.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

✓ ~~03/07/72~~

H pg. 15.16

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA C.E.S.E.S.P. Nº 6 DE FEVEREIRO DE 1972

"Aprova as Normas Regulamentares internas da CESESP"

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que na Coordenadoria os serviços foram implantados de acordo com a estrutura administrativa fixada pelo Decreto nº 52.330/69;

Considerando as atividades desenvolvidas em cada um dos seus órgãos de serviço;

Considerando a necessidade de serem definidas as competências desses órgãos de serviço e, simultaneamente, a de seu pessoal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Até a complementação da Reforma Administrativa da Secretaria da Educação, a Coordenadoria do Ensino Superior reger-se-á pelas "Normas Regulamentares Internas" que ficam fazendo parte integrante desta Portaria.

COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SAO PAULO, AOS 4 DE FEVEREIRO DE 1972.

Dorival Teixeira Vieira
Dorival Teixeira Vieira
Coordenador

ANEXO I

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

Avenida Hygino Muzzi Filho N.º 737

HISTÓRICO ESCOLAR

Curso: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS

Habilitação:

Ato que reconheceu o curso: Decreto Federal 71.527 de 12/12/72

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome: MYRIAN LUCIA RUIZ

Naturalidade: Estado de São Paulo Nacionalidade: brasileira

Data do Nascimento 30 / 06 / 1945

Cédula de Identidade n.º RG.4.778.539

Expedida pel

em

Documento Militar n.º

Título de Eleitor n.º

Secção

Zona

2 - Curso de 2.º Grau

Estabelecimento: Escola SENAC "Nelson Fernandes"

Cidade Bauru Estado São Paulo Ano de Conclusão -- / -- 64

3 - Forma de Ingresso:

CONCURSO DE HABILITAÇÃO: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - Total de pontos: 148

4 - Data da matrícula 27 / 02 / 1970

DISCIPLINAS	Créditos	Carga Horária	Notas de Aprovação
<u>1º ano - 1970</u>			
Introdução às Ciências Físicas	-	120	9,00
Biologia	-	149	8,00
Desenho	-	036	9,30
Geociências	-	116	8,00
Estrutura e Funcionamento do 1º Grau	-	039	6,70
Física	-	052	6,00
Química	-	026	9,50
Matemática	-	112	8,50
<u>2º ano - 1971</u>			
Geociências	-	100	8,00
Física	-	128	5,75
Matemática	-	112	8,50
Química	-	127	5,75
Biologia	-	141	8,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA

Eu, Profa. Dra. Olga Pantaleão,

Diretor da FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA, usando das atribuições que me confere a lei e tendo em vista que

MYRIAN LUCIA RUIZ

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR DELEGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, nascido em Piratininga - S.P., a 30 de junho de 1945, filho de Secundino Leopoldo Ruiz

e de Elza Delastra Ruiz

JOSÉ GERALDO SOARES DE MELLO
Secretário Geral

foi habilitado em todas as cadeiras do curso de Licenciatura em Ciências da Faculdade e colou grau a 16 de dezembro de 1972, confiro-lhe este diploma de Licenciada em Ciências (1º ciclo)

Marília, 02 de maio de 1973

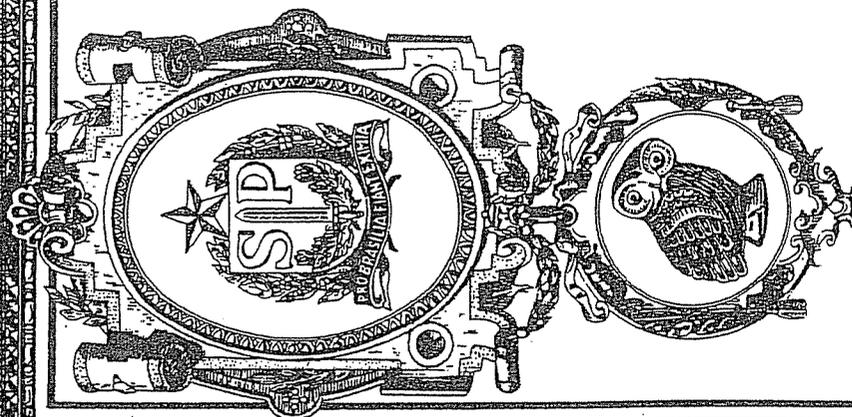
Myriam Lucia Ruiz
DIPLOMADO

Olga Pantaleão

DIRETOR

SECRETÁRIO

Adapt. - Marília - Marília, 1973



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO AV. AVANÇADA

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

220117077

no livro 26214/43

processo n.º 26214/43

Em 25 de abril de 1974

Nome do Candidato: *Carolina Mendes*

FOR DELEGACAO DE COMPETENCOIA DO MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA (PORTARIAS N.º 018/00 E N.º 7/04)

COMPANHIA DE PRODUÇÃO DE FILMES

20 AGO 1974

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE CULTURA E RECREACAO

CONFERE
Em 20 de 1974
Magali Pereira
SECCAO DE REGISTRO

Selos do Estado e A. Jantabaria
recolhidos por verbo.



SECRETARIA DE CULTURA E RECREACAO

DIÁRIO OFICIAL

N.º 50 14/3 1975 3

DECRETO N.º 5.908, DE 13 DE MARÇO DE 1975

Reorganiza a Coordenadoria do Ensino Superior, da Secretaria da Educação

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 89, da Lei n.º 8.717, de 30 de janeiro de 1967.

Decreta:

Artigo 1.º — A Coordenadoria do Ensino Superior — CISESP — da Secretaria da Educação, criada pelo Decreto n.º 51.319, de 27 de janeiro de 1969, e organizada pelo Decreto n.º 52.230 de 22 de dezembro de 1969, passa a reger-se pelo presente Decreto.

Artigo 2.º — A Coordenadoria do Ensino Superior tem a seguinte estrutura:

I — Gabinete do Coordenador, com uma Seção de Comunicações Administrativas;

II — Divisão de Estudos e Pesquisas, com:

a) Três Equipes Técnicas;

b) Seção de Documentação, com Setor de Dados Estatísticos e Di-

vilgação;

III — Divisão de Administração, com:

a) Seção de Pessoal;

b) Seção de Finanças;

c) Seção de Atividades Auxiliares, com Setor de Administração de Material e Patrimônio e Setor de Zeladoria.

Artigo 3.º — A Coordenadoria do Ensino Superior cabe:

I — coordenar e assessorar as atividades dos estabelecimentos de ensino superior vinculados à Secretariad da Educação;

II — colaborar com os Institutos Isolados de Ensino Superior no desenvolvimento de programas específicos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

III — prestar assistência técnica ao Conselho Estadual de Educação, bem como executar funções por este delegadas;

IV — desenvolver estudos e pesquisas relacionadas com o Ensino Superior bem como propor, à Secretaria da Educação, medidas nesse campo.

Parágrafo único — A Coordenadoria do Ensino Superior poderá solicitar aos Institutos Isolados do Ensino Superior os documentos necessários para o cumprimento das atribuições previstas neste artigo.

Artigo 4.º — Ao Gabinete do Coordenador cabe:

I — examinar, estudar e preparar expedientes a serem submetidos ou encaminhados ao Coordenador;

II — elaborar minutas de contratos e convênios e preparar relatórios;

III — auxiliar e assessorar o Coordenador em suas atribuições de orientar e coordenar as atividades técnico-administrativas da Coordenadoria e dos Institutos Isolados do Ensino Superior;

IV — atender ao expediente do Coordenador;

V — organizar e controlar a agenda de compromissos do Coordenador;

VI — emitir pareceres sobre:

a) criação e instalação de novos estabelecimentos de ensino superior;

b) contratação, admissão, renovação e rescisões de contratos de do-

centes.

Parágrafo único — A Seção de Comunicações Administrativas do Gabinete do Coordenador cabe executar as tarefas relativas ao expediente do Gabinete, bem como os demais serviços de comunicações administrativas da Coordenadoria.

Artigo 5.º — A Divisão de Estudos e Pesquisas cabe:

I — realizar estudos com vistas à melhoria do ensino dos Institutos Isolados de Ensino Superior;

II — prestar assistência, no nível de sua ação, aos órgãos ligados à educação superior do Estado;

III — estudar, propor e acompanhar a implantação de reformas de caráter didático, pedagógico ou administrativo, na rede dos Institutos Isolados de Ensino Superior;

IV — tabular dados referentes ao Ensino Superior, no que diz respeito a estabelecimentos, cursos, corpos docente e discente e pessoal técnico-administrativo;

V — divulgar dados relacionados com a administração dos cursos superiores, autorizado pelo Coordenador;

VI — analisar as propostas do Orçamento-Programa dos Institutos Isolados;

VII — emitir pareceres sobre:
a) alteração do Orçamento-Programa dos Institutos Isolados e de Tabelas Explicativas;

b) criação, supressão, transferência, transformação e distribuição de disciplinas ou matérias pelos diversos departamentos;

c) criação ou extinção de setores, departamentos ou de cursos dos Institutos Isolados;

d) estruturação e reestruturação curriculares dos diversos cursos mantidos pelos Institutos;

e) assuntos de natureza técnico-administrativa, pertinentes ao Ensino Superior, bem como à própria Coordenadoria;

f) alterações de regimentos;

g) custos operacionais dos Institutos Isolados.

Parágrafo único — As atribuições das Equipes Técnicas serão definidas por Portaria do Coordenador, mediante proposta do Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas.

Artigo 6.º — A Divisão de Administração cabe executar as atividades de administração-meio da Coordenadoria.

Artigo 7.º — Ao Coordenador do Ensino Superior compete:

I — coordenar e orientar as atividades técnico-administrativas da Coordenadoria e dos Institutos Isolados;

II — baixar normas sobre assuntos da Coordenadoria;

III — autorizar medidas de intercâmbio entre Institutos Isolados e outras entidades de ensino e pesquisa;

IV — aplicar penas de repreensão e suspensão, até 30 dias, nos termos do artigo 266 da Lei 10.261, de 1968, bem como determinar a instauração de sindicância, no âmbito da Coordenadoria, nos termos do artigo 273 e seguintes da Lei 10.261, de 1968;

V — conceder licença-prêmio ou sua conversão em pecúnia;

VI — rescindir contratos de trabalho ou dispensar pessoal da Coordenadoria;

VII — aprovar escalas de substituição e férias de servidores da Coordenadoria;

VIII — autorizar publicação de compêndios, revistas e outros trabalhos da Coordenadoria;

IX — decidir, em grau de recurso, sobre assuntos técnicos e administrativos dos Institutos Isolados do Ensino Superior, respeitada a competência das demais autoridades e as atribuições do Conselho Estadual de Educação;

X — aprovar a contratação, nomeação, admissão, renovação dos contratos ou dispensa dos docentes nos Institutos, de acordo com as normas baixadas pelo Conselho Estadual de Educação;

XI — autorizar a realização de concursos ou provas de seleção para admissão ou contratação de pessoal técnico e administrativo dos Institutos Isolados e nomeação dos respectivos resultados;

XII — autorizar permuta e transferência de bens móveis e semovíveis pertencentes à CESESP;

XIII — movimentar pessoal de um para outro órgão da Coordenadoria;

XIV — propor ao Secretário de Educação medidas relativas à organização e funcionamento dos Institutos Isolados.

Artigo 8.º — Ao Diretor da Divisão de Administração compete:

I — supervisionar as atividades das Seções que lhe estão subordinadas;

II — apresentar ao Coordenador relatórios sobre as atividades das dependências sob sua responsabilidade;

III — despachar papéis cuja solução legalmente lhe caiba e opinar naqueles que dependam de despacho da autoridade superior;

IV — remanejar o pessoal dentro das unidades administrativas que lhe estão subordinadas;

V — encaminhar ao Coordenador, para aprovação, a indicação de seu substituto eventual e a tabela de substituição dos cargos ou funções de chefia ou encarregatura da área administrativa;

VI — assinar atestados de frequência e outros documentos necessários à elaboração de folhas de pagamentos;

VII — visar requisições de material de qualquer natureza, para fornecimento pelo Setor de Administração de Material e Patrimônio;

VIII — assinar certidões de tempo de serviço;

IX — convocar servidores para prestação de serviços extraordinários;

X — autorizar horários especiais;

XI — conceder licença:

a) para tratamento de saúde;

b) em caso de acidente, no exercício das atribuições ou doenças profissionais;

c) à funcionária gestante;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

XII — conceder adicionais por tempo de serviço;

XIII — conceder e suprimir o salário-família e salário-esposo;

XIV — indeferir férias do pessoal administrativo por absoluta necessidade de serviço;

XV — apostilar títulos, para fins de alteração de situações pessoais e funcionais;

XVI — submeter a proposta orçamentária da CESESP à aprovação do Coordenador ouvidas as diversas unidades.

Parágrafo único — As competências mencionadas neste artigo referem-se exclusivamente ao pessoal da Coordenadoria.

Artigo 9.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto n.º 52.330, de 22 de dezembro de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de março de 1975.

LAUDO NATEL
Carlos Antonio Rocca, Secretário da Fazenda e Coordenador da Reforma Administrativa

Paulo Gomes Romeo, Secretário da Educação
Publicado na Casa Civil, aos 13 de março de 1975.
Maria Angélica Galliazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador

SÃO PAULO — SÁBADO, 31 DE JANEIRO DE 1976

LEI N. 952, DE 30 DE JANEIRO DE 1976

Cria a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" e da providencias correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléa Legislativa decretá e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada, nos termos do artigo 2.º da Lei federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", como entidade autárquica de regime especial.

Parágrafo único — A Universidade de que trata este artigo tem como sede e foro o distrito de Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto.

Artigo 2.º — A Universidade implantará "Campus" universitário em Ilha Solteira, onde se desenvolverão cursos que visem a atender às necessidades regionais.

Parágrafo único — Para os fins deste artigo fica a Universidade autorizada a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de São Paulo S.A. — CESP, visando à transferência, para o seu patrimônio, dos bens pertencentes a essa sociedade, localizados em Ilha Solteira e destinados à sua instalação.

Artigo 3.º — Ficam incorporados à Universidade, como unidades universitárias, os seguintes institutos isolados de ensino superior:

- I — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara;
- II — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis;
- III — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca;
- IV — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília;
- V — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente;
- VI — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro;
- VII — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do

Rio Preto;

VIII — Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara;

IX — Faculdade de Odontologia de Araçatuba;

X — Faculdade de Odontologia de São José dos Campos;

XI — Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu;

XII — Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá;

XIII — Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboti-

cabal.

Parágrafo único — Os institutos isolados de que trata este artigo perdem a personalidade jurídica de autarquia de regime especial que lhes foi conferida pelo Decreto-lei n. 191, de 30 de janeiro de 1970.

Artigo 4.º — A Universidade será constituída de órgãos centrais e de unidades universitárias.

Artigo 5.º — São órgãos centrais da Universidade:

I — Conselho Universitário;

II — Reitoria.

Artigo 6.º — Ao Conselho Universitário, cuja constituição será fixada em Estatutos, caberá, além de outras que lhe forem conferidas, as seguintes atribuições:

- I — exercer a administração superior e traçar as diretrizes da Universidade;
- II — definir as diretrizes básicas do ensino e promover a sua execução;
- III — propor emendas aos Estatutos e ao Regimento Geral da Universidade e aprovar os regimentos das unidades universitárias;
- IV — organizar as listas para escolha do Reitor e do Vice-Reitor;
- V — aprovar a distribuição orçamentária da Universidade;
- VI — aprovar os Estatutos do pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade;
- VII — aprovar as tabelas, taxas e emolumentos a serem cobrados pela expedição de documentos e prestação de serviços; e
- VIII — decidir os casos omissos na legislação em vigor e de interesse da Universidade, fixando, quando for o caso, critérios e normas para as unidades universitárias.

§ 1.º — A representação estudantil no Conselho Universitário compor-se-á de um quinto dos Membros do Colegiado.

§ 2.º — Vetado.

Artigo 7.º — A Reitoria, órgão executivo encarregado de superintender todas as unidades universitárias, é exercida pelo Reitor, substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor.

§ 1.º — O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados pelo Governador com mandato de 4 anos, vedada a recondução consecutiva, escolhidos entre os indicados em listas triplíces apresentadas pelo Conselho Universitário.

§ 2.º — Somente professores titulares poderão ser indicados para compor as listas triplíces.

§ 3.º — O Reitor e o Vice-Reitor receberão, a título de gratificação, quantia a ser fixada pelo Conselho Universitário, a qual não poderá exceder a recebida pelos reitores e Vice-Reitores das demais Universidades Estaduais.

Artigo 8.º — A organização da Universidade e as atribuições de seus órgãos administrativos serão fixados em seus Estatutos e no seu Regimento Geral.

Artigo 9.º — Os Estatutos e o Regimento Geral serão propostos pelo Conselho Universitário, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e baixados mediante decreto.

Artigo 10 — Constituirão patrimônio da Universidade os bens, direitos e outros valores pertencentes à Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação e às unidades universitárias a que se refere o artigo 3.º, cujas elas utilizados, bem como outros que lhe forem destinados ou que venham a ser adquiridos.

fls 02

Parágrafo único — Para efeito de registro e contabilização, os bens, direitos e valores a que se refere este artigo serão arrolados por Comissão constituída por ato do Governador e integrada por representantes da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Educação e da própria Universidade.

Artigo 11. — Constituem receita da Universidade:

- I — dotação anual do Governo do Estado consignada em seu orçamento;
- II — dotações que lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Municípios e de outros Estados;
- III — subvenções e doações;
- IV — renda de aplicação de bens e de valores patrimoniais;
- V — emolumentos, taxas e contribuições escolares;
- VI — retribuição por serviços prestados; e
- VII — rendas eventuais.

Artigo 12. — A alienação dos bens patrimoniais da Universidade dependerá do voto favorável da maioria do Conselho Universitário, observado o disposto no inciso IV do artigo 3.º do Decreto-lei Complementar n.º 7, de 6 de novembro de 1969.

Artigo 13. — As doações e os legados, quando condicionados ao preenchimento de exigências, só poderão ser aceitos mediante voto favorável da maioria dos membros do Conselho Universitário.

Artigo 14. — A Faculdade de Música «Maestro Julião», criada pela Lei n.º 236, de 10 de junho de 1974, como autarquia de regime especial, com sede e foro no Município de São Bernardo do Campo, passa a funcionar agregada à Universidade.

§ 1.º — Após o reconhecimento da Faculdade de que trata este artigo, nos termos da legislação pertinente, será ela integrada à Universidade, perdendo a personalidade jurídica que lhe foi conferida e passará a constituir unidade universitária.

§ 2.º — Os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade disporão sobre a agregação da Faculdade e o respectivo funcionamento até a sua integração.

Artigo 15. — O Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza», criado por Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, fica transformado em autarquia de regime especial, associada à Universidade.

§ 1.º — Para os efeitos do disposto no artigo 4.º do Decreto-lei Complementar n.º 7, de 6 de novembro de 1969, o Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» vincula-se à Universidade.

§ 2.º — A Faculdade de Tecnologia de São Paulo e a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, criadas, respectivamente, pelo Decreto n.º 1.418, de 10 de abril de 1973 e pelo Decreto-lei n.º 243, de 20 de maio de 1970, serão Unidades de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza».

§ 3.º — O Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» proporá a sua reorganização, a ser definida nos Estatutos da Universidade.

§ 4.º — O Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica «Paula Souza» será aprovado por decreto.

§ 5.º — Aplicam-se à autarquia de que trata este artigo as disposições dos artigos 12 e 13.

Artigo 16. — Será definido em decreto o regime jurídico aplicável ao pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade.

Artigo 17. — A Universidade Estadual Paulista «Julio de Mesquita Filho» gozará dos privilégios, regalias e isenções próprias da Fazenda Estadual.

Artigo 18. — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, para a Universidade, as dotações orçamentárias atribuídas à Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação e aos institutos isolados de ensino superior do Estado.

Artigo 19. — Esta lei e suas Disposições Transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação.

Disposições Transitórias

Artigo 1.º — Até que sejam criadas as condições necessárias para o seu funcionamento no distrito de Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto, a Universidade criada por esta lei terá como sede e foro o Município de São Paulo.

Artigo 2.º — Enquanto não for constituído o Conselho Universitário de que trata o artigo 6.º, suas atribuições serão exercidas por um Conselho Provisório, integrado por todos os diretores das unidades universitárias, pelos dirigentes das autarquias a que se referem os artigos 14 e 15 e por representantes do corpo discente estes na proporção de um quinto do colegiado.

§ 1.º — Compete ao Conselho Provisório elaborar e encaminhar as listas triplices, para efeito de primeira nomeação de Reitor e Vice-Reitor da Universidade, observados os termos do artigo 7.º e seus parágrafos.

§ 2.º — O Reitor e Vice-Reitor, uma vez nomeados, passarão a integrar o Conselho Provisório.

§ 3.º — Cabe ao Presidente do Conselho Estadual de Educação responder pelo expediente da Reitoria da Universidade até a nomeação do Reitor, devendo, no prazo de 15 dias, contados da data da publicação desta lei, convocar o Conselho Provisório para a elaboração da lista triplice a ser submetida ao Governador.

Artigo 3.º — Enquanto não forem editados os Estatutos e o Regimento Geral, a Universidade reger-se-á pela legislação atualmente aplicável aos institutos isolados do ensino superior do Estado.

Parágrafo único — Nos casos omissos aplicar-se-á o disposto nos Estatutos e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

Artigo 4.º — Até que seja fixada a organização administrativa da Universidade, a Reitoria terá a seguinte estrutura:

- I — Gabinete do Reitor, com uma Seção de Comunicações Administrativas;

II — Divisão de Estudos e Pesquisas, com:
 a) 3 (três) Equipes Técnicas;
 b) Seção de Documentação, com Setor de Dados Estatísticos e Divulgação;

III — Divisão de Administração, com:
 a) Seção de Pessoal;
 b) Seção de Finanças;
 c) Seção de Contabilidade;
 d) Seção de Atividades Complementares, com Setor de Material e Patrimônio e Setor de Zeladoria.

Parágrafo único — As atribuições das unidades previstas neste artigo e as competências dos respectivos dirigentes serão fixadas pelo Conselho Provisório, mediante portaria do Reitor.

Artigo 5.º — As unidades de que trata o artigo 3.º desta lei, bem como as autarquias referidas nos artigos 14 e 15, continuarão a funcionar de acordo com as suas respectivas estruturas administrativas, até que sejam efetivadas as providências a que se refere o artigo anterior.

Artigo 6.º — Fica extinto o Instituto Pedagógico do Ensino Industrial, criado pela Lei n.º 3959, de 24 de julho de 1957, modificada pela Lei n.º 6.052, de 3 de fevereiro de 1961.

Artigo 7.º — Enquanto não for estabelecido regime jurídico único, aplica-se, aos servidores técnicos e administrativos da Universidade, a legislação trabalhista.

Artigo 8.º — Vetado.

§ 1.º — Vetado.

§ 2.º — Vetado.

§ 3.º — Vetado.

Artigo 9.º — O atual pessoal técnico e administrativo da Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação, qualquer que seja o seu regime jurídico, optará, no prazo de 60 dias a contar da publicação desta lei, pela permanência na Secretaria da Educação ou pelo enquadramento na Universidade.

§ 1.º — Os servidores efetivos, estáveis e extranumerários da Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação, que optarem pelo enquadramento na Universidade, continuarão sujeitos ao regime jurídico que lhes é próprio.

§ 2.º — Os servidores admitidos em caráter temporário, no regime instituído pela Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, e os contratados no regime da legislação trabalhista, que optaram pela Universidade, ficarão sujeitos ao regime estabelecido no artigo 7.º destas Disposições Transitórias.

§ 3.º — Os servidores que optarem pela permanência na Secretaria da Educação continuarão sujeitos ao regime jurídico que lhes é próprio e serão redistribuídos em órgãos dessa Secretaria de Estado por ato do titular da Pasta.

Artigo 10 — Os cargos em comissão atualmente lotados na Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da Educação e os de provimento efetivo, cujos titulares optarem pela Universidade, ficam reletados na Reitoria da Universidade.

Artigo 11 — Até que sejam criados e providos os cargos técnicos e administrativos do Quadro da Universidade poderão ser designados, mediante ato do Reitor, servidores para o exercício de funções de encarregatura, chefia e direção de unidades existentes por força de lei ou de decreto.

§ 1.º — Os servidores designados na forma deste artigo farão jus a uma gratificação pro labore, arbitrada por ato do Reitor, correspondente à diferença entre o valor padrão do seu cargo ou função e o do padrão do cargo de encarregatura, chefia ou direção, cabível na unidade, acrescido da gratificação correspondente ao regime especial de trabalho.

§ 2.º — O recebimento do pro labore de que trata o parágrafo anterior implica no efetivo exercício da função, cessando automaticamente se o servidor deixar de exercê-la, salvo nos casos de férias nojo, gala, faltas abonadas, licença para tratamento de saúde e licença especial para gestante.

Artigo 12 — A Reitoria da Universidade providenciará os estudos necessários de maneira a uniformizar o regime jurídico a todo o pessoal docente, técnico e administrativo da Universidade.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de janeiro de 1976

PAULO EGYDIO MARTINS

Nelson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação

Jorge Wilhelm, Secretário da Economia e Planejamento

Francisco Henrique Fernando de Barros, Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Luis Arrobas Martins, Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de janeiro de 1976.
 Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subst.º

RELAÇÃO DOS DIRETORES E VICE-DIRETORES DA FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA UNESP - CAMPUS DE MARÍLIA

Diretor	Vice-Diretor	Mandato
José Querino Ribeiro		1958 (não tomou posse)
Michel Pedro Sawaya		26/04/1958 a 12/11/1960
Massaud Moisés		13/11/1960 a 20/03/1962
	Ubaldo Martini Puppi	25/10/1961 a 10/06/1962
Ubaldo Martini Puppi (respondendo pelo expediente da Diretoria)		21/03 a 24/04/1962
Eurípides Simões de Paula		27/04/1962 a 20/04/1964
	Ataliba Teixeira de Castilho	11/06/1962 a 09/11/1963
	Olga Pantaleão	09/11/1963 a 26/04/1964
Olga Pantaleão (respondendo pelo expediente da Diretoria)		27/04/1964 a 19/04/1965
José Querino Ribeiro	Olga Pantaleão Domingos Viggiani Enzo Del Carratore José Roberto do Amaral Lapa Enzo Del Carratore	20/04/1965 a 30/04/1970 20/04 a 14/10/1965 14/10/1965 a 30/09/1966 30/09/1966 a 30/09/1967 01/10/1967 a 01/04/1969 01/04/1969 a 30/04/1970
Enzo Del Carratore (Diretor Associado em Exercício)		01/05/1970 a 04/08/1971
	Ataliba Teixeira de Castilho	03/02 a 04/08/1971
Olga Pantaleão	Domingos Viggiani	05/08/1971 a 08/09/1975
Jubert Sanches Cibantos		09/09/1975 a 19/03/1979
	Vilmo Guimarães Melo Vilmo Guimarães Melo (Vice-Diretor em exercício)	11/12/1975 a 10/12/1979 20/03 a 10/12/1979
	Alvanir de Figueiredo (Vice- Diretor em exercício) Alvanir de Figueiredo	11/12/1979 a 29/06/1980 11/12/1979 a 10/12/1983
Manoel Lelo Belloto		30/06/1980 a 29/06/1984
	Mário Mascherpe	28/06/1984 a 27/06/1988
Alvanir de Figueiredo		18/07/1984 a 17/07/1988
Jayme Wanderley Gasparoto	Yoshiko Tanabe Mott	19/07/1988 a 18/07/1992
Candido Giraldez Vieitez	Maria Izabel Leme Faleiros	20/07/1992 a 19/07/1996
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Diretora Pró-Tempore)		22/07 a 03/09/1996
Antônio Geraldo de Aguiar	Arlêta Nóbrega Zelante	04/09/1996 a 03/09/2000
Kester Carrara		04/09/2000 a 23/09/2003
	Tullo Vigevani	04/09/2000 a 25/08/2004
Maria Candida S. Del Masso		03/11/2003 a 25/08/2004
Paschoal Quaglio (Pró-tempore)		26/08/2004 a 15/11/2004
Tullo Vigevani	Maria Candida S. Del Masso	16/11/2004 a 15/11/2008
Mariângela S. Lopes Fujita	Heraldo Lorena Guida	16/11/2008 a